Anais 2

I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural

Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto - mg | 2009

VOLUME 3

Anais 2

I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural

Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
Desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto - MG | 2009

VOLUME 3

Iphan | Ministério da Cultura

Créditos

Presidenta da República do Brasil
Dilma Rousseff

Ministra de Estado da Cultura
Ana de Hollanda

Presidente do Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Luiz Fernando de Almeida

Diretoria do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee
Célia Maria Corsino
Estevan Pardi Corrêa
Maria Emília Nascimento Santos

Coordenação editorial
Sylvia Maria Braga

Edição e revisão
Letra Guia/Grace Elizabeth e Rosalina Gouveia

Projeto gráfico e diagramação
Raruti Comunicação e Design/Cristiane Dias

Fotos
Arquivo Iphan

Coordenação do I Fórum Nacional do
Patrimônio Cultural – Iphan
Weber Sutti
Honório Nicholls Pereira
Mônica Cristina de Souza

Apoio à Coordenação do I Fórum Nacional do
Patrimônio Cultural – Iphan
Sila Rodrigues Silva

Comissão de Organização
Antônio Fernando A. L. Neri
Claudia Feierabend Baeta Leal
Dalmo Vieira Filho
Érica Cristina Castilho Diogo
Honório Nicholls Pereira
José Rodrigues Cavalcanti Neto
Juliana Ferreira Sorgine
Marcelo Brito
Márcia Rollemberg
Márcia Sant´Anna
Maria Clara Migliacio
Maria Emília Nascimento Santos
Maria Regina Weissheimer
Mônica Cristina de Souza
Sônia Rampim Florêncio
Weber Sutti
Wivian Diniz
Yole Milani Medeiros

I59p Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural : Sistema Nacional de Patrimônio Cultural : desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; coordenação, Weber Sutti. -- Brasília, DF : Iphan, 2012.

288 p. ; 24 cm. -- (Anais ; v. 2, t. 3)

ISBN: 978-85-7334-214-7

1. Patrimônio Cultural. 2. Política Cultural. 3. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. I. Sutti, Weber. II Título. III. Série.

CDD 363.69

Apresentação

Desde 2007 o Iphan empreende esforços para a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), coordenando a realização de diversas ações na área de gestão do patrimônio cultural, tais como: reorganização da Associação Brasileira de Cidades Históricas (ABCH); apoio à pactuação do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura (FNSDEC) para a criação do SNPC; criação do Grupo de Trabalho do Patrimônio, que reúne o Iphan e os órgãos estaduais do patrimônio; realização da I Oficina de Patrimônio; elaboração do quadro do patrimônio nos Estados; realização de oficinas regionais para discutir o quadro do patrimônio e a construção do SNPC; participação dos seminários de estruturação do Sistema Nacional de Cultura no subsistema de patrimônio cultural; participação da organização da II Conferência Nacional de Cultura; e elaboração dos Planos de Ação para Cidades Históricas.

Como parte do processo de construção do SNPC, o Iphan realizou, em parceria com a ABCH e o FNSDEC, o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural na cidade de Ouro Preto, entre os dias 13 e 16 de dezembro de 2009. O objetivo do Fórum foi a discussão, a reflexão, a construção e avaliação conjunta da Política Nacional de Patrimônio Cultural. Espera-se que o Fórum se torne um evento bienal e que seja sempre realizado no município que presida a ABCH.

Procurando atender ao critério de democratização das ações governamentais, as inscrições para o Fórum foram gratuitas e realizadas através do sítio eletrônico do Iphan. Efetivamente compareceram ao Fórum 351 participantes ouvintes e 119 convidados – conferencistas, debatedores, comunicadores, coordenadores, relatores e expositores –, chegando ao número total de 470 pessoas presentes durante os quatro dias do evento.

Durante o Fórum foram realizadas quatro conferências de abertura, duas conferências temáticas; quatro mesas-redondas e dez sessões temáticas. Contamos com a presença de seis conferencistas, 11 debatedores, 109 comunicadores e 34 expositores de pôsteres, além de vários convidados.

O Fórum também ofereceu espaços e momentos para a realização de importantes reflexões e discussões públicas, como a palestra sobre a II Conferência Nacional da Cultura – CNC e o Fórum da ABCH.

Particularmente em relação ao Fórum da ABCH, ressaltamos a aprovação do seu Estatuto e a recondução de Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, prefeito de Ouro Preto, à presidência da ABCH, diante de expressivo comparecimento de representantes municipais.

Com o objetivo de registrar e tornar disponíveis, para consulta pública, as discussões e os resultados do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, o Iphan edita esta publicação em três volumes assim divididos:

Volume I – Três conferências de apresentação; uma conferência magna; duas conferências temáticas; e quatro mesas-redondas e seus relatórios.
Volume II – Sessões temáticas de 1 a 5 e seus relatórios.
Volume III – Sessões temáticas de 6 a 10 e seus relatórios, e sessões de pôsteres.

LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Abril 2012

Sumário

03 APRESENTAÇÃO

SESSÃO TEMÁTICA 6
Patrimônio ferroviário

07 O Iphan e o patrimônio cultural ferroviário
José Rodrigues Cavalcanti Neto

17 Articulação institucional para exploração do potencial turístico do patrimônio ferroviário
Ricardo Martini Moesch

27 O papel e o potencial do terceiro setor na preservação do patrimônio ferroviário
Victor José Ferreira

39 Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA para o apoio ao desenvolvimento local
Ana Túlia de Macedo

42 Patrimônio ferroviário: aspectos legais
Robson Bolognani

56 A experiência da gestão ferroviária no estado de Minas Gerais
Leonardo Barreto

63 Relatório síntese

SESSÃO TEMÁTICA 7
Patrimônio imaterial

71 Patrimônio imaterial: identificação, reconhecimento e fomento
Márcia Sant´Anna

76 Políticas de inventário, registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial
Ana Gita de Oliveira

81 O impacto das políticas de registro na transmissão de saberes populares tradicionais: experiências de PE, CE e AL
Maria Acselrad

91 Relatório síntese

SESSÃO TEMÁTICA 8
Capacitação e gestão

97 Capacitação e gestão: formação profissional em patrimônio cultural
Juliana Ferreira Sorgine

102 Cecre – formação e capacitação de arquitetos, urbanistas e engenheiros na área de preservação do patrimônio cultural
Eloísa Petti Pinheiro e Luiz Antônio Fernandes Cardoso

111 Capacitação e gestão – formação profissional
Marcelo Brito

114 Formação e desafios da gestão
Jurema Machado

119 Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio
Cyro Corrêa Lyra

123 Programa de Especialização em Patrimônio Cultural do Iphan – PEP 2004/2008
Lia Motta

132 O Programa de Especialização em Patrimônio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)
Terezinha de Jesus Pereira da Silva

139 Relatório síntese

SESSÃO TEMÁTICA 9
Pesquisa, documentação e informação

147 Pesquisa, documentação e informação
Claudia Feierabend Baeta Leal

154 Interdisciplinaridade e a valorização do patrimônio cultural
Márcia Chuva

165 Memória e documentação
Analúcia Thompson

175 Redes nacionais de informação e patrimônio cultural
Carmem Moreno

186 Gestão da informação institucional
Márcia Rollemberg

193 Um panorama da experiência do Estado do Rio de Janeiro
Dina Lerner

196 Os sentidos da historiografia e as práticas de preservação
Luciano dos Santos Teixeira

205 Relatório síntese

SESSÃO TEMÁTICA 10
Sítios urbanos

213 A gestão da preservação de sítios históricos como um problema de visão conceitual
Flávio de Lemos Carsalade

221 Preservação de sítios e gestão urbana
Yole Milani Medeiros

223 La rehabilitación integral del centro histórico de La Habana Vieja
Ayleen Robainas Barcia

231 Normas urbanas
George Alex da Guia

239 A importância do *CAMPUS* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em Cachoeira para a preservação do sítio histórico
Paulo Gabriel Soledade Nacif

246 A contribuição do turismo para a proposta de preservação de sítios urbanos em rede
Fabiana de Melo Oliveira

252 Redes de proteção ao patrimônio
Anna Eliza Finger

261 Planos de desenvolvimento regionais
Ricardo Dias Ramagem

270 Relatório síntese

283 SESSÃO DE PÔSTERES


AMERICAN LOCOMOTIVE COMPANY
156
1941

O Iphan e o patrimônio cultural ferroviário

*José Rodrigues Cavalcanti Neto**

* Coordenador geral da Coordenação Técnica do Patrimônio Ferroviário do Depam/Iphan

Resumo

O texto apresenta um histórico do processo de implantação das ferrovias no Brasil, desde as políticas financeiras lançadas pelo Império na tentativa de atrair investidores, até o processo de implantação das ferrovias e a crise no setor determinada pela Segunda Guerra Mundial. Lembra, ainda, o processo de aquisição das ferrovias pelo Governo Federal, a criação da Rede Ferroviária Federal S.A., em 1957, e sua desestatização no governo Collor. Por fim, cita a Medida Provisória nº 353 que extinguiu a Rede Ferroviária Federal (RFFSA) no ano de 2007 e a Lei nº 11.483/07 que atribuiu ao Iphan à preservação e difusão da Memória Ferroviária. A partir daí, cabe ao Instituto avaliar, dentre todo o espólio oriundo da extinta RFFSA quais bens são detentores de valor histórico, artístico e cultural.

Palavras-chave

Patrimônio ferroviário, Memória, Preservação.

Com mais de 150 anos de história em nosso país, a ferrovia está presente na memória de grande parte da nossa população, mesmo em comunidades que não tiveram esse meio de transporte como vetor de desenvolvimento. Não há como negar que tudo relacionado às ferrovias e aos ferroviários pode e deve ser considerado e tratado como bens referenciais para a formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, entender esses bens como Patrimônio Cultural fundamenta-se, primeiramente, na Constituição Brasileira, que no seu artigo 216 afirma:

> Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: i) as formas

> de expressão; ii) os modos de criar, fazer e viver; iii) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; iv) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; v) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Os trabalhos de identificação e preservação do Patrimônio Cultural Ferroviário vêm sendo conduzidos pelo Iphan há anos, mas a incumbência do instituto foi ampliada com a edição da Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, convertida na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007. Nesse sentido, em 2008, foi instituída, por portaria, uma Coordenação Técnica para tratar especificamente desse assunto, cujos objetivos são: conhecer melhor o universo que compreende esse patrimônio; promover discussões acerca das questões conceituais; e estabelecer procedimentos para lidar com as atribuições resultantes da lei que extinguiu a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).

O artigo 9º da Lei nº 11.483 afirma que:

> Caberá ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, bem como zelar pela sua guarda e manutenção.

Os desafios decorrentes dessa lei são de grande magnitude, tanto para o Iphan como para as outras instituições responsáveis por suceder a RFFSA. Para compreender esses desafios, necessário se faz conhecer um pouco mais sobre o surgimento das ferrovias no país, e também sobre a Rede Ferroviária Federal S.A., uma importante instituição que existiu por 50 anos.

A ferrovia no Brasil[1]

> Esta estrada de ferro que se abre hoje ao trânsito público é apenas o primeiro passo na realização de um pensamento grandioso.[2]

Essa declaração foi feita por Irineu Evangelista de Souza, perante o imperador D. Pedro II ao inaugurar, no dia 30 de abril de 1854, o primeiro trecho de linha férrea no país. Chamada, inicialmente, de Estrada de Ferro Petrópolis, ligando Porto Mauá a Fragoso, no Rio de Janeiro, contava com uma extensão de 14 km e sua chegada a Petrópolis, transpondo a Serra do Mar, ocorreu somente em 1886.

1. O histórico apresentado é breve e visa dar um panorama geral sobre as ferrovias no Brasil e sobre a extinta RFFSA. O texto compõe o *Manual de Procedimentos do Patrimônio Ferroviário*, elaborado pela Coordenação Técnica do Patrimônio Ferroviário com a colaboração de técnicos do Departamento de Proteção do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/Iphan).

2. CORREA FILHO, Virgílio. Evolução ferroviária do Brasil. In: *I Centenário das Ferrovias Brasileiras*. (diversos autores). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1954, p. 375.

As dificuldades e os desafios para implantar estradas de ferro no Brasil eram grandes. Procurando atrair investidores, o governo implantou um sistema de concessões, que se tornou característico da política de infraestrutura do então Império. Entre o final do século XIX e início do século XX foram efetuados investimentos significativos para a construção de linhas férreas, oriundos, entre outros, de investidores britânicos.

A expansão ferroviária atendeu a dois objetivos: propiciar a entrada de capital estrangeiro no país e o crescimento da economia exportadora. As primeiras linhas, nesse sentido, visavam interligar os centros de produção agrícola e de mineração aos portos, através da ligação direta ou vencendo obstáculos à navegação fluvial.

Com o objetivo de ordenar a implantação das linhas, foram feitos vários planos de viação. No entanto, a política de concessões estabelecida pelo governo brasileiro inviabilizou a construção de uma rede integrada da malha ferroviária.

Um dos planos de viação mais importantes foi feito em 1890, logo depois da Proclamação da República. Foi, então, nomeada uma comissão para traçar diretrizes para a continuação da implantação da malha ferroviária brasileira, bem como para ordenar a já existente. A comissão estabelecia quais linhas seriam concedidas a partir daquele momento, colocando o Governo numa posição de protagonismo do processo, e invertendo a situação vigente até então, na qual cada empresa fazia a proposta de onde queria se instalar. Várias das linhas "estratégicas" foram implantadas em consequência dessas diretrizes, como as construídas para a defesa das fronteiras e as que completaram as ligações entre o Sudeste, o Nordeste e o Sul.

Já no primeiro quartel do século XX inicia-se uma gradual transferência da malha ferroviária para o controle do Governo Federal. As mudanças nas relações de produção e consumo (decadência das lavouras de café, algodão, fumo, etc.), resultante da Segunda Guerra Mundial, levaram muitas linhas a perderam sua "renda" (transporte desses produtos) e, por isso, passaram a dar prejuízo. Por consequência, várias empresas passam para o controle do Estado, que atuou no sentido de recuperá-las, equipando-as e estendendo suas linhas entre as várias regiões do país, resultado dos diversos planos viários elaborados.

Porém, até meados do século XX, as ferrovias apresentavam poucos eixos de integração nacional, configurando-se em arquipélagos desconexos de redes densas e desintegradas, resultado do projeto inicial de implantação

com foco apenas na ligação das zonas produtoras e portos de escoamento.

A situação econômica das diversas estradas de ferro controladas pelo governo era preocupante, como pode ser visto no relatório referente ao ano de 1952, apresentado pelo ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas:

> Urge, porém, tomar em relação à melindrosa situação financeira das estradas de ferro, de todas as estradas de ferro sem exceção, providências drásticas, algumas de rotina e já conhecidas, outras inteiramente novas.
>
> Nesse sentido pretende o Ministério apresentar em breve um estudo e um plano. É isso sem embargo da Constituição, o mais breve possível, da Rede Ferroviária Federal S. A.[3]

3. MINISTÉRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. Relatório apresentado pelo ministro engº Álvaro de Souza Lima ao presidente da República. Rio de Janeiro, 1953.

Nesse contexto, foi criada, em 1957, por meio da Lei nº 3.115, a Rede Ferroviária Federal S.A., com o objetivo de administrar as estradas de ferro de propriedade do Governo Federal. Constituiu-se como sociedade de economia mista integrante da administração indireta do Governo Federal, vinculada funcionalmente ao Ministério dos Transportes. A Rede Ferroviária Federal foi formada pela união do acervo patrimonial das seguintes empresas:

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
Estrada de Ferro de Bragança
Estrada de Ferro São Luís-Teresina
Estrada de Ferro Central do Piauí
Rede de Viação Cearense
Estrada de Ferro Mossoró-Sousa
Estrada de Ferro Sampaio Correia
Rede Ferroviária do Nordeste
Viação Férrea Federal do Leste Brasileiro
Estrada de Ferro Bahia-Minas
Estrada de Ferro Leopoldina
Estrada de Ferro Central do Brasil
Rede Mineira de Viação
Estrada de Ferro de Goiás
Estrada de Ferro Santos a Jundiaí
Estrada de Ferro Noroeste do Brasil
Rede de Viação Paraná-Santa Catarina
Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina

Posteriormente incorporou, ainda, a malha gaúcha, que até 1959 esteve arrendada ao Governo do Rio Grande do Sul, sob administração da Viação Ferroviária do Rio Grande do Sul (VFRGS), e a malha paulista, também arrendada ao Governo de São Paulo e administrada pela Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) até 1998.

Em 1992 a RFFSA foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND), ensejando estudos promovidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que recomendaram a transferência dos serviços de transporte ferroviário de carga para o setor privado. Essa transferência foi efetivada no período 1996 a 1998, de acordo com o modelo que estabeleceu a segmentação do sistema ferroviário em seis malhas regionais, resultando na concessão, por parte da União, pelo período de 30 anos, mediante licitação, e o arrendamento, por igual prazo, dos ativos operacionais da RFFSA aos novos concessionários. Em dezembro de 1998, depois da incorporação da Fepasa à RFFSA, esse trecho também foi privatizado.

O processo de desestatização da RFFSA foi realizado com base na Lei nº 8.987/95 (Lei das Concessões). Foi dissolvido, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 3.277, de 7 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 4.109, de 30 de janeiro de 2002, pelo Decreto nº 4.839, de 12 de setembro de 2003, e pelo Decreto nº 5.103, de 11 de junho de 2004.

Sua liquidação foi iniciada em 17 de dezembro de 1999, por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas, conduzida sob a responsabilidade de uma Comissão de Liquidação, com supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Departamento de Extinção e Liquidação (Deliq).

Por fim, a RFFSA foi extinta pela Medida Provisória nº 353, de 22 de janeiro de 2007, convertida na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007.

O Patrimônio Cultural Ferroviário

Como dito anteriormente, a Lei nº 11.483/07 atribuiu ao Iphan a preservação e difusão da Memória Ferroviária, constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário. Nesse sentido, cabe ao Instituto avaliar, dentre todo o espólio oriundo da extinta RFFSA, quais os bens detentores de valor histórico, artístico e cultural.

O universo que compreende o Patrimônio Cultural Ferroviário engloba bens imóveis (edifícios, glebas, leitos ferroviários, obras de arte, etc.) e bens móveis, incluindo material rodante (locomotivas, vagões, carros de passageiros e outros equipamentos, como guindastes, por exemplo), mobiliários, bens integrados (relógios, sinos, telégrafos, etc.) e acervos documentais.

Como parâmetro para o início dos trabalhos do Iphan, os dados da Inventariança da Extinta RFFSA sinalizam os seguintes números: mais de 52 mil bens imóveis, entre terrenos e edificações; 15 mil itens de bens móveis classificados como histórico pelo programa Preserve[4] e vinculados a convênios assinados pela RFFSA e que, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 6.018/2007, estão automaticamente sendo transferidos para o Iphan para posterior avaliação por parte do instituto; dois milhões de itens de bens móveis que precisam ser avaliados quanto ao seu valor histórico, artístico e cultural; além de um incalculável acervo documental.

Some-se a isso o patrimônio imaterial, representado pelos costumes, tradições e outras influências trazidas pela ferrovia, e que hoje fazem parte do cotidiano de grande parte da população, direta ou indiretamente afetada pela presença da ferrovia.

4. O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico do Ministério dos Transportes foi criado no início da década de 1980. Atendendo às diretrizes desse programa, a RFFSA implementou diversos Centros de Preservação da História Ferroviária que, por sua vez, abrigavam o acervo histórico da ferrovia.

Os primeiros passos

Desde 2007, o Iphan tem realizado um amplo Inventário de Conhecimento do Patrimônio Cultural Ferroviário. Essa ação tem por objetivo produzir informações sistematizadas sobre as características físicas e culturais dos bens do Patrimônio Ferroviário, e que priorizou, nesse primeiro momento, os bens imóveis. A ação foi concluída em vários Estados brasileiros e, como resultado, temos catalogados mais de seis mil edifícios. O estado de conservação desses bens é bastante diverso, sendo que muitos estão abandonados ou em condições precárias.

A metodologia estabelecida pelo instituto, também sinaliza, em âmbito nacional, a existência de bens móveis, bem como a necessidade de levantamento detalhado dos mesmos. Em suma, esse arrolamento inicial dos bens da RFFSA possibilita um primeiro olhar sobre esse universo, permitindo o desenvolvimento das primeiras ações, bem como a construção das estratégias necessárias para a preservação e valorização desse importante acervo.

Se os desafios relacionados a esse trabalho são grandes, dessa magnitude

são também as oportunidades. Apresentaremos a seguir alguns dos principais desafios, bem como as potencialidades decorrentes.

Nova legislação

O teor da Lei nº 11.483/07, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, ainda suscita grandes discussões. As atribuições de cada instituição, as responsabilidades e os instrumentos a serem utilizados ainda não estão harmonizados e implementados, além de ser levantada, correntemente, a necessidade de regulamentação.

Em contrapartida, sempre que se faz necessário discutir as atribuições institucionais, tem-se a oportunidade de promover reflexões sobre elas. Surge, dessa forma, a possibilidade de reformular os meios utilizados até então para atingir seus objetivos, construindo novas ferramentas que possam atender aos desafios técnicos e, consequentemente, aos anseios da sociedade.

Instrumentalização

O tombamento é o principal instrumento de preservação cultural utilizado no Brasil e, tendo sido instituído pelo Decreto-Lei nº 25, em 1937, vem sendo utilizado desde então. Compreendendo a complexidade envolvida na preservação do patrimônio cultural, a Constituição Federal de 1988 procurou ampliar os instrumentos a serem utilizados, como se vê no parágrafo 1º do art. 216:

> O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Ao promover essa ampliação, a Carta Magna possibilita, e exige, uma constante reflexão sobre esses instrumentos utilizados para promover e proteger nosso patrimônio cultural. Nesse sentido, a Memória Ferroviária, citada no parágrafo 2º do art. 9º da Lei nº 11.483, deve ser vista como outra forma de acautelamento e proteção, ampliando o rol de instrumentos a serem utilizados para preservar o patrimônio cultural ferroviário.

Para que a Memória Ferroviária ganhe efetividade como instrumento de preservação, faz-se necessário um aprimoramento dessa nova ferramenta e, nesse sentido, o primeiro passo seria regulamentá-la. Ao trabalhar com os

desafios dessa regulamentação, tem-se a oportunidade de estender a discussão e a reflexão a outros instrumentos de preservação, como o tombamento.

Compartilhamento de competências

Para que a preservação do Patrimônio Cultural consiga maior abrangência e, paralelamente, tenha uma maior efetividade, vem sendo discutida a necessidade de ação articulada entre os entes das diversas esferas governamentais e a sociedade em geral. No âmbito do patrimônio cultural ferroviário essa questão ganha ainda maior premência.

Esse tema pode ser iniciado com uma abordagem legal, citando a Constituição Federal, que no inciso IX do art. 30 afirma ser competência do município "promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual." Ainda quanto à questão legislativa, a Carta Magna amplia a responsabilidade para além do poder público, ao afirmar no já citado art. 216, que "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro [...]". Podemos afirmar que, de acordo com a nossa legislação, a preservação cultural é uma obrigação de todos.

Se em muitos casos existe uma dicotomia entre o que os órgãos de preservação classificam como Patrimônio Cultural e o que a sociedade assim o percebe, podemos afirmar que esta não é a realidade do Patrimônio Cultural Ferroviário, pois este desperta, em grande parte da nossa sociedade, um desejo de preservação. Prova disso são os inúmeros movimentos e organizações empenhados na salvaguarda e valorização desse patrimônio.

Envolver a sociedade e ampliar os fóruns de discussão é fundamental para a definição do papel de cada um nessa enorme tarefa, principalmente levando-se em consideração a diversidade e a quantidade de bens que compõem o patrimônio cultural ferroviário. Esse envolvimento possibilita discutir e refletir sobre todos os desafios envolvidos, estabelecendo-se assim, de maneira conjunta, "o que" e "como" iremos preservar.

Novos conceitos

O patrimônio cultural ferroviário se insere na categoria denominada Patrimônio Industrial. Dentre os conceitos relacionados à sua preservação, destaca-se a necessidade de se olhar esse patrimônio pela sua represen-

tatividade nos processos de ocupação do território, na implantação das cidades, na industrialização, nos fluxos migratórios e nas transformações sociais, econômicas e culturais, decorrentes da implantação das redes ferroviárias.

Outra questão fundamental a ser considerada para a efetiva preservação desse patrimônio é o caráter de sistema e rede dos bens ferroviários. Esses bens compõem um patrimônio cultural amplo e diversificado, que forma um todo organizado, isto é, um conjunto de elementos interconectados.

Ao tratar de bens que vão de uma ferramenta até uma locomotiva, do vestuário ao vocabulário, de um elemento decorativo a um estritamente funcional, de exemplares únicos a elementos repetitivos (seriados) – estando todos ligados a um único universo denominado Memória Ferroviária – deve-se levar em consideração que o conceito utilizado na análise de um simples tirefão[5] deverá ser o mesmo adotado ao avaliar uma maria-fumaça, promovendo, assim, uma preservação ampla, coerente e contextualizada. O tratamento dado a diferentes bens pode ser diverso, pela necessidade de se respeitar suas características, mas a base conceitual utilizada precisa ser a mesma.

5. Parafuso especial, empregado para fixar no dormente de madeira o trilho, a placa de apoio ou ambos, simultaneamente.

Ao trabalhar o desafio da preservação do patrimônio cultural ferroviário, faz-se necessário estabelecer a relação entre as partes e o todo, isto é, como um simples tirefão está relacionado com o sistema ferroviário em geral. Nesse caso específico, ao compreender que a ferrovia sempre esteve atrelada ao desenvolvimento tecnológico, o tirefão torna-se um documento que registra um tipo de fixação de trilhos e, sendo assim, uma amostra desse documento deve ser preservada. Porém, esse documento precisa do seu contexto, isto é, a preservação deve considerar o sistema de fixação como um todo.

Dessa maneira, podemos entender a Rede Ferroviária Federal como um grande sistema formado pela conexão e interposição de uma gama de outros sistemas. Ou seja: ao preservar um bem, é preciso compreender e respeitar o seu contexto, assim como a relação desse conjunto com o sistema ferroviário brasileiro.

Conclusão

Diante dos desafios e das oportunidades apresentados, o Iphan entende que a melhor estratégia, senão a única, capaz de viabilizar a preservação do Patrimônio Cultural Ferroviário, é trabalhar em parceria com os diversos

entes governamentais, e com a sociedade em geral. Assim, o Iphan tem articulado o envolvimento dos interessados na preservação dos bens oriundos da extinta RFFSA para que os mesmos possam recuperar e utilizar este importante acervo.

Por fim, vale ressaltar mais uma das oportunidades oferecidas pelo Patrimônio Cultural Ferroviário: a de valorizar bens espalhados por cerca de 1.300 municípios brasileiros, proporcionando a inclusão de diversas comunidades na discussão sobre a cultura nacional.

Referências

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Rede Ferroviária Federal S.A. Manual de Preservação de Edificações Ferroviárias Antigas*. 1991.

RABELO, Carla; PINTO, Celma de Souza; GALVÃO, José Leme e MONGELLI, Mônica. *Relatório de fechamento dos trabalhos do Iphan/Depam Patrimônio Ferroviário*. Brasília: Iphan/Depam, 2007.

SANTOS, Sérgio Morais (coord.). *Estudo sobre as ferrovias vinculadas à Rede Ferroviária Federal nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo – Inventário de bens móveis e imóveis*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE (TICCIH). *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial*, julho 2003. Disponível em: <http://www.mnactec.cat/ticcih/pdf/ NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2009.

Articulação institucional para exploração do potencial turístico do patrimônio ferroviário

Ricardo Martini Moesch[*]

Resumo

O Ministério do Turismo pretende fomentar o mercado turístico no Brasil através de uma política nacional que articule vários órgãos do Governo Federal numa ação conjunta, com vistas a otimizar as ações. Um das principais metas é desenvolver o que chama de "turismo de competitividade", estimulando e apoiando as regiões com potencial para o setor. Para isso, elegeu 65 municípios como destinos indutores, ou seja, municípios responsáveis por induzir um modelo de desenvolvimento de turismo num raio de até 100 km. Assim, o Ministério pretende desenvolver o turismo moderno no Brasil, capacitando toda uma região com um padrão de qualidade turística internacional. O turismo ferroviário é um setor no qual o Ministério já está atuando e, em 2011, pretende inaugurar três trens culturais, como parte do projeto Turismo sobre os Trilhos.

Palavras-chave

Patrimônio, Turismo de competitividade, Turismo ferroviário.

* Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo – MinTur

Para entender o contexto do turismo como atividade, trouxe uma apresentação, basicamente, para mostrar como estamos trabalhando, desde a criação do Ministério do Turismo. O ponto alto de minha abordagem vai ser a inter-relação com os trens que nós chamamos culturais, históricos e turísticos e o por quê da importância do turismo estar presente nesse setor.

Na abertura deste Fórum, falou-se em turismo apenas na última apresentação, quando Francisco Alemberg relatou o processo de criação do Museu do Homem Kariri, no Ceará. Aquela sucinta fala, no entanto, foi

suficiente para demonstrar que uma das razões da responsabilidade daquele projeto é o turismo. E na área da preservação, temos de apostar no turismo como uma forma de responsabilidade. Ou seja, temos de preservar, temos de tombar, mas não podemos deixar as cidades, ou os sítios históricos sem uma utilização porque, senão, vem a depredação. E isso é um problema porque não existe processo fácil de restauração e, diante de uma depredação, quem vai dispor recursos para esse serviço?

Por isso, talvez, o Ministério dos Transportes tenha chamado o Ministério do Turismo para colaborar na instituição de um grupo de trabalho, juntamente com alguns outros entes públicos como a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o próprio Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a Agência Nacional de Transportes (ANTT), o Iphan, é claro, e o BNDES como órgão fomentador. Esse grupo já está constituído; e em breve, inclusive, será publicada uma portaria para a definição dos participantes e foi marcada, para janeiro de 2010, a reunião oficial, embora já tenhamos realizado duas ou três pré-reuniões.

E qual é a ideia desse grupo? Estabelecer determinados projetos viáveis para trens e para a utilização de estações. Pretendemos retirar alguns entraves para facilitar os processos e ter, num futuro próximo, algumas linhas já em funcionamento, com algumas estruturas adequadas para ser utilizada para o seguimento de turismo.

Esses projetos não terão, necessariamente, uma viabilidade econômica porque, no caso de um trem cultural ou de um trem turístico, sua sustentabilidade não será determinada pelo preço da passagem. Todavia, caso se demonstre toda essa cadeia que é movida pela indústria do turismo, os órgãos públicos dar-se-ão conta de que aquele trem é um atrativo, e que aquela estação, transformada num equipamento cultural, também é uma ferramenta atrativa para movimentar toda essa cadeia turística. É, exatamente, isso que estamos fazendo hoje. Quanto ganha a economia dessa região, quando participamos desse congresso? Este evento deveria ser patrocinado pelas companhias de telefonia celular, pois imaginem quanto *homing* elas estão ganhando com nossa presença aqui. E elas colocam apenas um centavo nos nossos planos de marketing do Ministério. O fato é que podemos ver como toda a cadeia do turismo é importante e essa será a tônica que daremos a esses projetos.

O Ministério do Turismo é um órgão compacto, tem cerca de 400 funcionários, distribuídos em três Secretarias, sendo uma Executiva; outra

de Programas, que corresponde à parte da infraestrutura, capacitação e treinamento, com maior atuação na área de investimentos; e a minha, de Política, responsável ainda pela programação, estruturação e ordenamento. O Ministério não tem escritório em nenhum Estado do país, apenas a sede, em Brasília.

A Embratur, atualmente, é ligada ao Ministério, trata-se de uma autarquia que faz a venda do produto turístico brasileiro no exterior. Então, o Ministério tem o Conselho Nacional do Turismo, composto por 65 órgãos, entre os quais está o próprio Ministério dos Transportes. Quando falo, portanto, de estruturação, planejamento e produção associados por desenvolvimento regional, tento ilustrar como é o funcionamento do órgão federal de turismo, a exemplo do que foi apresentado sobre os demais ministérios neste fórum, como o Ministério da Cultura que falou dos Conselhos Municipais de Cultura.

O Ministério do Turismo não tem uma formação tão complexa, porém, também, está atuando para que as informações e reivindicações cheguem às bases, garantindo, dessa forma, a implantação de uma política nacional de turismo. Vale salientar que, hoje, temos a Lei nº 11.771/08, que consideramos a Lei Nacional do Turismo. Nela, estão expostas todas as justificativas para a existência do Sistema Nacional do Turismo, do Ministério do Turismo, bem como do Plano Nacional do Turismo. Trata-se de uma lei que fala muito em preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico. Dessa forma, concomitantemente a outras legislações, o Ministério do Turismo também pode propor desapropriações e tombamentos. O que considero muito importante em função desse novo momento que vivemos.

Trabalhamos, hoje, com os seguintes dados: no período de 2004 e 2005, atingimos 3.203 municípios e observamos em 2006, que 200 regiões turísticas, com 3.819 municípios e distritos, têm os Conselhos e as Secretarias Municipais de Turismo instaladas. Isso representa muita coisa. E como se dá o nosso trabalho? Descentralizando para as Secretarias Estaduais de Turismo. São 27 acordos de cooperação nos quais as secretarias são as nossas unidades, uma vez que não temos escritórios distribuídos pelo Brasil. Essa é a nossa forma de trabalhar. Passando do colegiado local, conselho, fórum, até chegar ao Ministério e Conselho Nacional do Turismo. Todos esses colegiados, fóruns e conselhos foram ouvidos para fazermos o novo Plano Nacional de Turismo, o PNT de 201/2014, e, assim, fazemos

a nossa política pública. Cada vez é mais importante que o cidadão, a sociedade civil organizada e os entes públicos participem desses fóruns e colegiados porque, através deles, é que conseguimos eleger as prioridades de trabalho e de planejamento.

Como havia aproximadamente 3.800 municípios, resolvemos eleger 65 como destinos indutores. E por que isso? Porque esses municípios servem como indução para o desenvolvimento até o raio de 100 km. Foram 510 municípios e, agora, vamos ter mais uma segunda etapa com mais 50 municípios indutores. Eles são responsáveis por induzir um modelo de desenvolvimento de turismo na sua vizinhança, seguindo um padrão de qualidade internacional. Fui voto vencido porque, para mim, não é padrão de qualidade internacional, trata-se de um padrão de qualidade; o internacional pode ser do Cazaquistão, pode ser do inglês, os dois seriam um padrão de qualidade internacional.

Assim, elegemos inicialmente, esses 65 municípios, grande parte pelos projetos que têm chegado ao Ministério de Turismo, bem como para outros ministérios. Alguns não eram municípios com projetos de turismo, mas que têm uma área cultural muito extensa ou são municípios com os quais o Ministério da Integração Nacional desenvolve um amplo trabalho, porque são próximos à linha da fronteira ou têm certo desenvolvimento por serem centros regionais. Enfim, nesses 65 destinos fizemos, inicialmente, um estudo de competitividade, não com a ideia de competição entre os municípios, entre os destinos; a ideia era de competência. Isso quer dizer que o destino tem de demonstrar qual é a sua competência para desenvolver turismo. É um trabalho bastante profundo; estamos na segunda fase, uma vez que já fizemos a segunda visita reunindo uma série histórica de dados. Selecionamos 17 fatores, envolvendo aspectos culturais, históricos, de política pública, plano de marketing e outros, através de mais de 550 perguntas, que são trabalhos de escritório e de campo. Chegamos, então, à conclusão de que esse é o nosso lema: "turismo da competitividade", ou seja, capacidade de crescer e gerar negócios, atividade de turismo pós-sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva. Portanto, essa é a média da primeira pesquisa.

Agora, veremos os aspectos que exigem grande avanço, como a área de monitoramento no Brasil, a qual, ainda, não tem muita eficácia. O turismo e o monitoramento seriam na fase pós-venda do comércio. Os setores de serviços, equipamentos e turismo também são bastante inferiores no que

tange à competição internacional, ou seja, teremos de levantar a média. Após a instalação dessas comissões ou incentivo do governo, já pudemos perceber uma melhora. A segunda pesquisa já revelou avanços nos 13 aspectos escolhidos para serem trabalhados. Essa comissão agirá para que haja melhoria nesses aspectos ou demandas desses destinos. Quando falamos destino queremos dizer o seguinte: o ecoturismo, por exemplo, não requer o acesso pavimentado, enquanto que se outros destinos não tiverem aeroportos condizentes ou não tiverem a parte ambiental, esgoto, digamos, não são viáveis. É interessante porque, inclusive, fazemos visitas para ver o que está sendo feito na proposta elaborada pela Prefeitura Municipal, por exemplo.

No que se refere ao turista, o que ele precisa, inicialmente, além de transporte para chegar ao local? Em geral, o turista viaja em função dos atrativos turísticos. Terminamos uma pesquisa do perfil de demanda e o aspecto cultural já subiu 7% e, hoje, 18% dos nossos turistas internos procuram destinos visando a aspectos culturais, uma característica diversa da apresentada há alguns anos. Segundo a pesquisa, muitos vão pelo destino em si, ou seja, 42% dos turistas vão pela qualidade do destino, e 23% pela chamada do diretor de marketing, pela balada. Na verdade, atraídos pela cadeia de entretenimento, lazer e gastronomia. Mas, 18% já procuram aspecto cultural.

Além do atrativo por necessidades básicas dos turistas, entra aquele fator de aprofundamento que são as facilidades para o nosso ícone ferroviário, que pode ser um atrativo turístico e, às vezes, uma ferramenta utilizada pela necessidade de prover turismo. Porque um destino que atrai o turista e garante condições para sua permanência naquele local, possibilitando o turismo sustentável, atrai renda. Esse turista, em sua passagem, gera receita, além de atrair especialistas e estudiosos.

Essa é, portanto, uma esfera de governança na qual estamos trabalhando. Acredito que, futuramente, devemos pensar em envolver os três sistemas – o Sistema Nacional do Meio Ambiente, o Sistema Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Turismo – para que eles comecem a fazer essa transversalidade de que tanto falamos. Caso contrário, vamos ficar com tantos fóruns e reuniões de gestores que acabaremos gerando certa resistência.

Hoje, trabalhamos com o grupo gestor local, destino indutor e a região turística. No turismo ferroviário a região turística é muito evidente. Se

trabalharmos uma linha férrea, esse trem deverá partir de algum lugar para outro lugar. Não adianta nos preocuparmos somente com o local de saída do trem. Temos, por exemplo, o trem de Tiradentes a São João Del Rei, dois pontos turísticos; a estação São João é preparada com pessoas vestidas com roupas de época para receber os turistas que chegam de Tiradentes. Às vezes, essa performance ocorre também em Tiradentes, quando o trem retorna.

Antes da existência do Ministério do Turismo no Brasil, havia o Plano Nacional de Municipalização e Turismo e, hoje, ninguém mais fala em município. O turista viaja para visitar uma região e, ao chegar a um município pode não encontrar todo o serviço necessário, que pode existir no município vizinho. Por isso, é um erro o Brasil sempre pensar "olha, eu não divulgo o turismo na região porque falta hotel, não tem grandes hotéis", quando existe hotelaria a 50 km. Por exemplo, no Sul, Gramado e Canela têm um farto setor hoteleiro. Em suas proximidades, tem Aparados da Serra e outros. Não é preciso que sejam construídos hotéis em Aparados da Serra, o turista pode usar a hotelaria de Gramado e Canela.

Vejamos agora um pouco o organograma que mostra a nossa forma de trabalho. Temos os fóruns estaduais instalados em todos os Estados, câmaras temáticas para cada assunto, generalização, legislação. Sou, inclusive, coordenador da Câmara de Legislação para tratar de assuntos específicos que serão levados ao Conselho Nacional de Turismo. O projeto maior do Ministério é a reorganização do turismo junto ao comércio. Vale frisar que 70% do orçamento do Ministério provêm de emendas parlamentares. No ano passado, realizamos 95,5% dessas emendas. Falei com o ministro Luiz Barretto sobre emendas direcionadas, ou seja, sobre a possibilidade de abrir rubricas específicas e conseguimos "abrir um leque" de rubricas para ementas parlamentares direcionadas. A legislação parlamentar indica que precisamos fazer um projeto de trem, e não vou diferenciar trem turístico, trem cultural ou histórico porque não faço essa diferenciação, vamos ter de desenvolver um projeto comum. O BNDES faz o financiamento, mas não paga o projeto, e uma emenda parlamentar seria eficaz para fazer o projeto. Emendas menores são de fácil realização; nós poderemos abrir algumas rubricas para 2011.

Falarei um pouco, também, sobre o macroprograma que vai tratar da área de equipamentos e serviços turísticos. Temos a qualificação desses equipamentos e serviços e pretendemos atuar fortemente nessa área, de forma que precisaremos trabalhar muito nos pontos de parada,

eventualmente, nas estações de base. Além disso, atuaremos nas atividades que vão desde a agência de turismo, responsável pela realização do passeio, ao receptivo que envolve a parte de hotelaria. Também temos alguns trabalhos na área de certificação de turismo e poderemos, futuramente, eleger, ou seja, identificar através da Lei nº 11.771/08 padrões de qualificação dos equipamentos de turismo. Estamos fazendo esse serviço no setor rodoviário e reativaremos recentemente o cruzeiro rodoviário que contará com padrões de classificação, inclusive, para ônibus. Da mesma forma, poderemos estabelecer categorias para esses trens, com padrões e tarifas condizentes.

E, finalmente, veremos o programa de qualificação profissional. Nesse setor, usaremos o chavão que já tem sido usado – a copa do mundo como uma janela de oportunidade. Pegamos o molde da copa do mundo que, na verdade, não é toda essa janela de oportunidade porque é uma coisa muito específica e não vai dar para falar de alguns elementos. No entanto, serve para utilizarmos como uma oportunidade de capacitação, principalmente porque tem verba do Ministério do Trabalho, que nós poderemos utilizar para a qualificação dos funcionários. Isso é muito importante, se houver um trabalho adequado; às vezes, revelam-se pequenos erros pela dificuldade do equipamento. Um pessoal bem treinado consegue reverter um quadro desfavorável, se tiver apto a conduzir a situação.

Estabelecemos, nesse programa, um cadastro, atendendo à Lei nº 11.771, segundo a qual para que possam operar é obrigatório o cadastramento, no Ministério de Turismo, das agências de turismo, transportadoras turísticas, meios de hospedagem, organizadoras de eventos e parques temáticos. Teremos, certamente, nessa atividade, pelo menos, duas vias, que serão as transportadoras turísticas e as agências de turismo, podendo haver uma agência ou transportadora turística por conta própria que deverá ser cadastrada pelo Ministério. Através desse cadastro podemos fiscalizá-las e, incorrendo em algum erro, penalizá-las. É claro que nossa fiscalização tem caráter preventivo e educativo. Ninguém vai sustentar o Ministério através de punições, mas elas têm de existir.

Enfim, temos, atualmente, mais oito categorias que são voluntárias do cadastro e, por exemplo, o direito de entrar numa linha de financiamento do Programa de Aceleração do Turismo (PAT), com 5,8% fixo ao ano, entre outros programas de qualificação do Ministério, como participação em feiras e eventos, além de toda programação de marketing da pasta. Através

desse cadastro, portanto, temos um programa de relacionamento com os clientes. Hoje, são mais de 40 mil empresas em serviços cadastrados. A Agência Brasileira de Agências de Viagens (ABAV) tem sete mil cadastrados, nós temos 12 mil. A Associação Brasileira de Hotéis tem 2.500 hotéis cadastrados, enquanto o Ministério tem seis mil, de forma que está aumentando, gradativamente. E o nosso objetivo é formalizar o setor.

O mapa do cadastro é feito *online* e é renovado a cada dois anos, gratuitamente. As empresas de cruzeiro têm de se cadastrar no Ministério do Turismo. Isso significa que já estamos regularizando também a situação do turismo náutico.

Para dar uma ideia dos índices de turismo, hoje, São Paulo é o maior mercado emissor interno; cerca de 42% dos turistas estrangeiros, talvez, visitem São Paulo. Um dado importante diante dessa última crise porque, apesar dela, nosso turismo cresceu impulsionado pelo turismo interno. Isso quer dizer que não foram os estrangeiros que movimentaram nosso mercado turístico, eles estabilizaram o patamar de cinco milhões de viagens ao ano para o Brasil. Se vocês forem comprar um pacote, agora no verão para o Nordeste, por exemplo, encontrarão apenas uns resorts, e um pouco mais caros, porque está tudo vendido. Encontrarão voos extras saindo nos finais de semana, porque o brasileiro começou a colocar o turismo em sua cesta de produtos de consumo. Essas são as vantagens de participar do cadastro.

Para finalizar, gostaria de falar sobre a segmentação. Trabalhamos, hoje, com essas linhas do Ministério e trata-se de uma tendência mundial segmentar o produto para saber o que se deve fazer para melhorá-lo, bem como para quem você vai vendê-lo. Se quiser vender Sol e praia para japoneses é "tiro na água" porque os japoneses não vêm para o Brasil em busca desse tipo de turismo. Mas vêm para conhecer cidades históricas, o Pantanal... Eles não vêm, tanto, para conhecer Foz do Iguaçu, preferem ver Itaipu, uma vez que estão fazendo uma usina maior do que ela. Temos, então, de ter essa visão porque os japoneses, por exemplo, preferem o turismo náutico na Amazônia que é bastante desenvolvido hoje, o turismo de pesca esportiva. É preciso identificar qual o segmento será mais amplo. Para darmos uma ideia, os estudos e intercâmbios, movimentam 56 bilhões de dólares por ano no mundo e fizemos um projeto de referência em Salvador, esta área é impressionante.

Para ilustrar, trouxe o projeto Viajar Mais, que teve início em 2007 com nove mil pacotes e, este ano, 400 mil já estão vendidos. O programa prevê

desconto para turistas da melhor idade para promover a inclusão social, e com quem foi feita a pesquisa. Vimos que a melhor idade está gastando dinheiro, 30% do seu orçamento em comunicação, ou seja, celular e telefone fixo, então, perguntamos: "por que está gastando tanto? – "porque minha filha mora muito longe" – "e por que não visita sua filha em vez de gastar com telefone? Essa foi uma das ideias, estimular os gastos com viagens, fizemos esse pacote e ele se tornou um êxito. Já estamos trabalhando com equipes, o que é bastante interessante porque as cidades se prepararam para receber, aumentaram o número de viagens, e a própria comunidade entendeu que se trata de um público diferenciado, um segmento especial que precisa ser atendido de forma diferenciada.

Ao trabalhar com as linhas férreas, precisaremos estar atentos a esse público diferenciado da "melhor idade", pois determinados atrativos turísticos, em locais de difícil acesso, podem interessar aos jovens, mas ser um impeditivo para as pessoas com maior dificuldade de locomoção. Existem locais que não têm acessibilidade; têm entrada fácil para pessoas como nós, mas não oferece acesso para uma pessoa da "melhor idade" ou com necessidades especiais. Essa questão do acesso é fundamental e estamos trabalhando com ela. Editamos uma cartilha de acessibilidade para orientar porque precisamos nos adequar, uma vez que teremos um público bastante diferenciado. Acredito que o trem chama a atenção do público jovem pela animação e pelo seu caráter lúdico, mas atrai também o público mais velho pelas reminiscências, pela memória.

Percebemos esse fato quando fizemos o primeiro Fórum das Cidades Turísticas, no ano passado, na cidade de Olinda. Surgiu, na ocasião, o tema de trens e várias pessoas se emocionaram quando ouviam as histórias do trem no Nordeste. Muitas cidades cresceram em função da estação de trem e, depois, por causa das rodovias, elas viveram um processo de abandono. Na memória das pessoas, contudo, esse universo é muito vivo. No dia da visita técnica, a cidade foi visitada com um trem pequeno que Olinda instalou e as pessoas abriam a janela para ver o trem passar, lembrando os tempos áureos da ferrovia. Trata-se, portanto, da questão da memória.

Há alguns entraves que correspondem às modalidades que vamos esquecendo no Brasil e trouxe a questão para relembrar. Nós deixamos de ter trem por causa de uma ineficiência da legislação, porque para transportar em vias férreas teria de ter a carteira de motorista tipo "D", categoria extinta. Conseguimos, todavia, por meio da Câmara Federal voltar para carteira

tipo "B". Esse impasse destruiu uma indústria que existia no Brasil com chance de proliferar.

Em 2010, a ideia é escolher de 20 a 30 projetos para levarmos adiante e verificar em 2011 quantos estão funcionando no projeto Turismo nos Trilhos, como estamos chamando.

E, finalmente, chegamos à questão do turista moderno, porque muda um pouco a concepção do turista. Hoje, ele está mais exigente, gosta de certificação, quer uma experiência única e recompensadora, novas segmentações. O ecoturismo é um setor que está crescendo muito, juntamente com a valorização dos recursos naturais. A própria concepção do turismo tem mudado muito e acredito que a área do turismo ferroviário, agregada a outras áreas, representará um grande avanço. Temos de juntar as forças dos órgãos públicos e trabalhar em sintonia. Às vezes vocês, gestores do patrimônio, gestores da cultura, estão trabalhando num campo do Brasil, enquanto estamos trabalhando em outro, o que impossibilita a otimização de esforços. É fundamental que trabalhemos em conjunto e o Ministério do Turismo busca essa integração para que os resultados sejam uma conquista comum de todos nós.

O papel e o potencial do terceiro setor na preservação do patrimônio ferroviário

*Victor José Ferreira**

Resumo

Trata-se de um relato dos projetos existentes, hoje, para a implantação de trens turísticos e culturais capazes de explorar o potencial turístico do patrimônio ferroviário, inclusive, como ferramenta para políticas de preservação e recuperação. Narra, ainda, as ações realizadas pelo Movimento de Preservação Ferroviária, revelando o potencial de uma entidade da sociedade civil na proteção do patrimônio ferroviário.

* Integrante do Movimento de Preservação Ferroviária

Palavras-chave

Patrimônio ferroviário, Conflito de competências, Preservação.

Gostaria de agradecer ao Iphan pela oportunidade que deu ao nosso movimento de participar do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, como uma entidade da sociedade civil do terceiro setor. Apresentando, rapidamente, o nosso movimento: trata-se de uma entidade sem fins econômicos e sem fins lucrativos, que nasceu há 12 anos em Passa Quatro, cidade de Minas Gerais.

Passa Quatro é uma instância hidromineral, onde a Prefeitura queria instalar um trem turístico. Tivemos um primeiro encontro e, a partir daí, vimo-nos induzidos a adquirir personalidade jurídica própria, uma vez que, até o ano de 2003, funcionávamos como movimento informal. Hoje, somos sediados no Rio de Janeiro, mas atuamos em âmbito nacional. Não temos bens, nem temos a pretensão de ter, o que nos deixa muito à vontade para "brigar" pelo patrimônio ferroviário, já que não queremos sequer um parafuso desse patrimônio. Queremos, na realidade, que as pessoas que podem protegê-lo atuem nesse sentido, para que o patrimônio ferroviário

não fique abandonado, à mercê do vandalismo. Enfim, nosso movimento não tem patrimônio, não tem receita, nem sede própria, todos trabalham como voluntários. Juridicamente, nosso endereço é numa escola de propriedade da minha mulher, no Rio de Janeiro. Mas desenvolvemos nosso trabalho, sobretudo, via internet, através da página www.trembrasil.gov.br. Temos, como relator, um membro fundador do movimento que é o arquiteto Antônio Soukef, nosso companheiro de primeira hora. Ao longo dessa jornada fomos agregando participantes, companheiros que voltam aos trilhos, porque se trata de um vírus contagioso.

Falarei rapidamente sobre aspectos gerais. Dois deles dizem respeito à cultura e ao imaginário das pessoas. Conforme já foi afirmado, o trem tem uma presença muito forte na memória e no coração das pessoas, notadamente das crianças e dos mais velhos. É grande o encantamento que a criança tem diante do trem e nós, os velhos, pelas reminiscências da infância, principalmente para aqueles que têm uma visão, digamos, meio *junguiana* da psicologia. Parece ter uma relação com os arquétipos, porque é impressionante como a figura do trem invade a memória e o coração das pessoas. No imaginário brasileiro, o trem está presente na música, na pintura, na fotografia, na literatura. Nosso site reúne alguns inventários, revelando a presença do trem na música, no cinema e na literatura. Firmamos, inclusive, uma parceria com o Instituto Cultural Cravo Albin (ICA), no Rio de Janeiro, presidido por Ricardo Cravo Albin, fundador do Museu da Imagem e do Som. A partir dessa parceria o ICA pesquisou, identificou e gravou 45 músicas que têm o trem como tema; em breve produziremos um CD com esse material.

Tudo isso, ajuda muito em termos de turismo, embora lutemos constantemente com o nosso pessoal para mostrar que o trem sozinho se esgota, ele deve estar inserido num projeto cultural, turístico e funcionando como âncora desses projetos. Se for um trem que sai do nada e vai a lugar nenhum, a pessoa irá apenas uma vez, os fanáticos podem até ir outras vezes, mas chega um momento em que certamente, irá procurar outros trens mais interessantes. Isso quer dizer que é importante valorizar todo o contexto cultural que cerca um determinado trem.

Cabe, ainda, fazer uma observação sobre o nosso movimento que é o fato de atuarmos em dois segmentos: o primeiro é o resgate, ou seja, a revitalização, preservação e a valorização da cultura ferroviária histórica, com um viés do passado; e o outro é a revitalização do transporte nos

trilhos, com enfoque no presente e no futuro. Hoje, no Brasil, praticamente só existem dois trens de passageiros: o da Estrada de Ferro Carajás e o da Vale do Rio Doce, na Estrada de Ferro de Vitória a Minas Gerais.

Em relação à decadência da ferrovia, podemos lembrar que a implantação das ferrovias no Brasil teve um grande incentivador, um empreendedor que foi o Barão de Mauá; por trás dele havia a visão de estadista de Dom Pedro II. Coincidentemente, no mesmo ano em que foi inaugurada a primeira ferrovia na Inglaterra, nascia Dom Pedro II. Ele teve um papel muito importante na história ferroviária brasileira, através do apoio ao Barão de Mauá. Isso determinou a explosão ferroviária que aconteceu até a década de 1940, quando um conluio perverso de autoridades corruptas, representadas por empreiteiros gananciosos, multinacionais do petróleo e indústria automobilística, fez com que o país, literalmente, saísse dos trilhos, abandonasse a sua malha ferroviária e se encantasse com as estradas, determinando o impulso para aquela explosão rodoviária.

Algo que considero interessante e que eu tenho de citar, porque, embora seja óbvio, só me apercebi há pouco tempo, é que nem todo mundo que gosta de obra é corrupto, agora, todo corrupto adora uma obra. Então, abandonou-se a malha ferroviária, o que levou o nosso país a ter uma matriz de distribuição de transporte que contradiz o resto do mundo. Um estrangeiro, que chega aqui, viaja pela rodovia Presidente Dutra e vê um ônibus de São Luís para São Paulo, não acredita, porque não existe lugar nenhum no mundo com esse modelo de transporte. Tivemos, pois, essa decadência que gerou o chamado "custo Brasil", que é onerado em função dessa perversidade em sua distribuição de transporte.

De tudo isso, restou um patrimônio gigantesco, tanto material, quanto imaterial, substanciado nas lendas, nos "causos", no folclore ferroviário. Trago três exemplos de patrimônio material ferroviário: a estaçãozinha de uma cidade mineira chamada Volta Grande, com uma edificação que não tem valor arquitetônico, mas um grande valor afetivo, valor temático para a cidade. Quando eu morava lá tinha dois mil habitantes, hoje, tem cinco mil e essa estação é adorada por todo mundo, porque existe uma história em torno dela. Outro exemplo, a Estação de Barão de Mauá, da Linha Leopoldina, no Rio de Janeiro. Nesse caso, trata-se de uma construção ostentosa e que hoje dá pena vermos o estado de conservação de sua fachada. Essa estação nunca esteve totalmente desocupada, sempre abrigou

órgãos públicos que deixaram, por omissão, relaxamento, ou por irresponsabilidade, que toda sua fachada fosse pichada, mesmo sendo tombada pelo patrimônio público estadual do Rio de Janeiro. Agora, felizmente, há boas perspectivas para essa edificação ferroviária; existe o projeto de implantação de um grande centro cultural e o trem de alta velocidade vai sair dali, de forma que será feita uma revitalização da área. E o último exemplo é o distrito Guia de Pacobaíba, localizado ao "fundo" da baía de Guanabara, mais precisamente, no município de Magé, de onde saía a primeira ferrovia brasileira, a Estrada de Ferro Mauá inaugurada em 1854 ligando o Porto de Mauá a Fragoso. Em 1856, a Estrada de Ferro Mauá foi estendida até Raiz da Serra da Estrela (Serra de Petrópolis), hoje Inhomirim. Assim, o imperador e seus súditos partiam do Porto de Mauá, de trem, até a Raiz da Serra da Estrela; os seis quilômetros restantes até Petrópolis, faziam de carruagem.

Um dos projetos pelo qual estamos lutando é a reativação da estrada de Mauá, para que possamos voltar a visitar Petrópolis, como fazia o imperador e, inclusive, com a opção de chegar a Inhomirim e fazer os seis quilômetros de carruagem, com um cocheiro vestido a caráter. Será muito interessante.

A situação atual é de agonia e extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA, que foi, inicialmente, colocada em liquidação por um processo de desestatização que se arrastou por algum tempo até que foi, finalmente, extinta. Mas vai render alguns anos ainda, dizem que o "cadáver em sepulcro" ainda vai durar muito, porque o processo de inventariança é muito grande, a quantidade de itens é algo incrível.

Todas as referências que eu fizer sobre a RFFSA serão com muito lamento, pois se trata de uma empresa de grande importância para mim. Comecei a minha vida profissional como ferroviário, com 13 anos. Sou colega de profissão do presidente Luís Inácio Lula da Silva, sou torneiro mecânico de origem, só que mantive os dez dedos e vi a empresa crescer e agora acompanho esse processo de agonia. Pelo menos, foi batido o martelo final e a coisa tem que andar, pode levar muito tempo, mas acredito que terá um fim.

Abandono, degradação e perdas. Um dos erros que, em minha opinião, nós cometemos, digo "nós" porque eu estava na RFFSA; participei, inclusive, da representação da RFFSA no BNDES que modelou o processo de desestatização e por isso carrego comigo a culpa de não ter registrado, por escrito, as proposições no BNDES. Deveria ter embutido nos processos de

licitação da malha ferroviária algumas obrigações mais explícitas, em relação a determinados patrimônios. Assim, eu duvido, por exemplo, que o grupo que participou do leilão e ganhou a malha Sudeste, a MRS Logística, desistisse da concorrência por ter de manter o Museu do Engenho de Dentro. Não seria um entrave para eles manter, pelo menos aos fins de semana, o trem noturno no trecho Rio de Janeiro a São Paulo. Isso não foi previsto na licitação e, depois do processo feito, não há mais interesse. Ou seja, houve um abandono, porque as concessionárias receberam um patrimônio operacional e um não operacional, o qual ficou sob sua guarda pelo período de um ano, quando a RFFSA se comprometeu a recolher esse material. Isso não aconteceu, e como as concessionárias também não tinham interesse, nem se tratava de sua obrigação, muita coisa se perdeu.

Para vocês terem uma ideia, nos tempos em que a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) ainda não era controlada pela Companhia Vale do Rio Doce, uma companheira nossa esteve em Belo Horizonte para fazer uma pesquisa documental numa época em que os documentos ainda estavam com a concessionária, mesmo após o prazo previsto para que a Rede os tivesse recolhido. Ela perguntou ao pessoal da FCA, se poderia fotocopiar algum documento que lhe interessasse. A resposta que ela teve foi: "Não precisa copiar. Pega e leva, se você quiser trazer algum saco e levar estará fazendo um favor, porque esta tralha está aqui, a RFFSA não recolhe, está entulhando nosso espaço".

Temos uma colega, arquivista, que está fazendo mestrado em documentação ferroviária. Ela conhece bem esse abandono e essa degradação, por isso temos dito que além do patrimônio edificado – construções, estações, rotundas, oficinas, o locomotivas, vagões –, preocupa-nos ainda mais a documentação, porque uma estação, caso seja destruída, uma locomotiva daquela que está sucateada, pode-se fazer uma réplica, mas o documento, quando o rato destrói, e já aconteceu à vontade, não se recupera mais. Essa é uma grande angústia para nós.

Na plataforma da Estação Leopoldina, por exemplo, pode-se encontrar uma grande quantidade de rodelo de trem abandonado, em aparente processo de degradação. Recentemente, nosso movimento fez uma denúncia ao Ministério Público Federal contra o processo de perda iminente do acervo da Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), por causa de uma locomotiva elétrica que está no seu pátio, em São Paulo, abandonada, sucateada, vandalizada.

Em Guia de Pacobaíba, no município de Magé (RJ), temos um exemplo de ocupação de área, de ocupação do terreno da empresa, ou seja, do acervo da RFFSA. Na área do complexo da primeira estrada de ferro brasileira, aconteceu o que podemos chamar de uma ocupação estimulada, inclusive, por um ferroviário deputado federal. Tal ocupação ganhou o nome de Vila Ferroviária. Agora, o projeto ferroviário já está pronto para ser implantado, mas existe o problema da desocupação que é um processo complicado, social e politicamente. Um dos um dos argumentos contrários à desocupação é que pode gerar processos, surgir problemas sociais, porque são pessoas de baixa renda. Mas quando se entra na Vila, logo se vê, na primeira casa, um carro do ano na garagem. E várias delas estão ocupadas somente nos finais de semana. O próprio pessoal de Magé afirma serem casas de veraneio. Esse é o ambiente.

Um dos marcos regulatórios da extinção da RFFSA é a Lei nº 11.483 de 2007, que não detalhou as responsabilidades do procedimento, mas em fevereiro de 2009, o presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, publicou o Decreto nº 6.769 especificando, de forma mais clara, esse processo. Diríamos que, hoje, o marco regulatório mais utilizado é o Decreto nº 6.769/09. Acredito que se baseia na lei, mas detalhou um pouco mais as responsabilidades, mas ainda existem os conflitos de competência. Embora esse decreto tenha especificado as atribuições dos órgãos, no que se refere ao Iphan, à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), temos observado que ainda ocorrem muitas dificuldades na definição de competência. O que para nós é terrível, porque quando nos deparamos com um problema vamos a um órgão que afirma que aquele caso não é mais sua atribuição, já passou para outro, ou não recebeu... É assim, meio surrealista. Houve um seminário, realizado pelo Iphan, em Belo Horizonte, do qual participei. Nele, o inventariante da RFFSA apresentou em sua palestra os primeiros bens que a Rede havia transferido para o Iphan. O primeiro deles foi o Museu do Trem, situado no bairro de Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro. Trata-se de um museu que abriga o mais importante acervo museológico ferroviário, entre eles a locomotiva Baronesa, primeira locomotiva a vapor no Brasil; circulou pela primeira vez em 30 de abril de 1854, com a presença da Comitiva Imperial e serviu durante muitos anos ao imperador Dom Pedro II. Sentado à minha frente, no auditório, estava um assessor do inventariante. Bati em seu ombro e lhe disse: "Que legal,

agora a gente vai poder resolver". No entanto, não é bem assim. A RFFSA transferiu, mas o Iphan ainda não recebeu, porque se trata de um processo bem mais amplo. Não é só o Museu, tem a Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, e a Estação Barão de Mauá, enfim, é outra história.

E quais são as maiores demandas que temos em relação a todo esse acervo? A primeira delas é em relação aos trens turísticos e culturais. Mostrarei, em seguida, que já temos vários projetos que visam ao funcionamento de parte desse patrimônio. São, principalmente, espaços culturais e estações que têm sido alvo de muito interesse por parte das prefeituras. Esse fato é bastante interessante porque é mais significante um espaço cultural instalado numa estação, numa cidade pequena, do que uma edificação recém-construída para esse fim, e por que isso?

Porque a estação já está carregada de história e tem acesso facilitado. Por isso, há uma demanda muito grande e que, ao longo do tempo, foi aumentando, mesmo antes da extinção da RFFSA e do sentimento de dor no período da liquidação. Tentamos estimular e orientar as prefeituras para procurar a Rede, na tentativa de conseguir que a estação seja cedida. O problema é que a RFFSA queria vender por um preço absurdo, o que impedia que as prefeituras comprassem. Assim, a estação ficava desocupada e vandalizada; transformando-se em abrigo para drogados, mendigos e coisas desse tipo.

Existe um ditado bastante conhecido em minha cidade que diz: "como cachorro num monte de palha, não come, mas também não deixa o boi comer". Era isso, a RFFSA não cuidava e também não deixava que o outro cuidasse. E, diante desse procedimento, aconteceram coisas incríveis, a ponto de algumas estações terem desaparecido, só restando o alicerce, porque começaram a levar tijolo, telha, além de outros bens que desapareceram atendendo às demandas de colecionadores.

No que diz respeito aos trens turísticos, a relação é muito grande, não dá para tratar de todos, neste momento, mas vamos falar de alguns: o Trem do Forró, trem sazonal que circula no período das festas de São João, entre Recife e o Cabo de Santo Agostinho, cujo trajeto anterior era entre Recife e Caruaru; Trem do Samba, no Rio de Janeiro, um sucesso; e agora, o Trem do Funk, também no Rio de Janeiro que apesar de toda minha paixão por trem, não me pega, pois deve ser uma loucura; o trem que parte de Ouro Preto passa por Mariana, São João Del Rei com destino final em Tiradentes, e é operado pela FCA e pela Vale do Rio Doce, com muita eficiência; o Trem

das Águas-São Lourenço; o Serra da Mantiqueira; e Passa Quatro, todos no Estado de Minas Gerais; Trem do Corcovado no Rio de Janeiro, nosso maior transportador, com quase um milhão de passageiros por ano; Trem da Estrada Real, em Paraíba do Sul (RJ), que está fora de circulação, por problemas operacionais. Era operado pela prefeitura local. Essa suspensão dos serviços comprova que é ineficiente a tentativa de uma prefeitura operar trens estruturais. São necessárias parcerias que envolvam as prefeituras, sem que as mesmas assumam o papel de operadoras. O ideal é promover convênios com associações que também são operadoras, como a Associação Nacional de Preservação Ferroviária (ABPF) e a Associação Nacional de Transportes Ferroviários (ANTF). Outra saída é fazer licitações para que a iniciativa privada possa operar os trens. Um exemplo bem-sucedido desse procedimento é a Serra Verde Express, que atua no Paraná, no Mato Grosso do Sul e no Espírito Santo. Podemos citar, ainda, o exemplo muito interessante do Sesc mineiro, cuja ideia é: "Como o mar não vem a Minas, Minas vai até o mar". O Sesc tem uma colônia de férias em Grussaí, no litoral Fluminense, onde construiu uma ferrovia de dez quilômetros, partindo do nada e tornou-se um sucesso, as estações têm nome de cidades mineiras, mas é um exemplo de que quando se quer se faz.

A Estrada de Ferro Mato Alto é outro exemplo criado por um fazendeiro do Rio de Janeiro, que construiu com recursos próprios, dentro de sua fazenda, em Pedra de Guaratiba, uma ferrovia de quatro quilômetros. Tem o trem de São Paulo para Campos do Jordão (SP); o trem mantido pelo governo estadual de Campinas para Jaguariúna (SP); Trem dos Imigrantes, também em São Paulo; Trem dos Ingleses em Paranapiacaba (SP); Expresso Turístico da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, com dois horários no sábado, para Jundiaí e, no domingo, para Mogi das Cruzes, um exemplo de sucesso tamanho que a passagem deve ser comprada com dois meses de antecedência, por causa da demanda. Tem ainda a Serra Verde Express que faz a linha Curitiba/Paranaguá, do mesmo grupo privado que criou o Great Brazil Express, trem de luxo no padrão Expresso Oriente que circula no Paraná, no trajeto Curitiba–Foz do Iguaçu; sem contar o Pantanal Express que é o antigo Trem do Pantanal que foi retomado. Esses dois últimos ainda funcionam bem periodicamente na ecossistematicidade.

Vou citar apenas um detalhe para se perceber como as coisas são difíceis: o Serra Verde Express, um trem também emblemático, que desce a Serra Curitiba/Paranaguá, enfrenta dificuldades para operar, uma vez que pagam taxa de passagem para a América Latina Logística (ALL) para usar o trecho.

A ALL tem a capacidade de colocar trem de carga na frente, "amarrando" o trem turístico cerca de uma hora e meia. E olha que isso não fica barato para a Serra Verde Express. O trem é usado, sobretudo, por turistas estrangeiros que precisam esperar uma hora e meia na estação.

Vou falar um pouco dos projetos da Estrada de Ferro Mauá Express e da Ferrovia Príncipe do Grão-Pará. A Ferrovia Mauá vai do Rio de Janeiro até Vila de Inhomirim em Petrópolis, que fica no meio da serra, a partir daí começava a Ferrovia Príncipe do Grão-Pará, distante seis quilômetros de São Paulo, trecho que o imperador fazia de carruagem. Assim, esses dois projetos estão prontos, para serem incluídos no PAC. Inclusive, o projeto da Estrada de Ferro Mauá foi contratado pelo Iphan/RJ, pois o complexo foi tombado pelo Iphan. A ideia é fazer um vale-transporte que pegue esses seis quilômetros e assim possa existir uma linha em condições de operar até a estação da Leopoldina no Rio de Janeiro. Dessa forma, pretende-se criar uma alternativa ao transporte ferroviário como Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). E quem usar a Estrada de Ferro Mauá, como turista, saindo da Praça XV, pode ir até à Vila de Pacobaíba, pegar o trem e chegar até a Vila Inhomirim e, de lá, optar por ir de carruagem ou de van até Petrópolis. Enfim, esses dois projetos já estão na Casa Civil da Presidência da República.

O trem da Serra dos Capixabas está sendo lançado agora, no início de 2010; ainda tem os projetos do Trem da Costa Verde, saindo da Ferrovia Leopoldina até Mangaratiba, um trem maravilhoso que tinha o apelido de Macaquinho; existe o projeto do trem da Rota do Sol, na região dos Lagos; o Trem da Mata Atlântica, de Angra dos Reis a Barra Mansa, cujo projeto também está avançado.

Vamos precisar estabelecer parceria com a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) para recuperar a antiga Ferrovia Melhoramentos do Brasil, que vai de Miguel Pereira a Paty do Alferes e que também está abandonada, tendo, inclusive, parte dos seus trilhos furtados. Existe, ainda, o projeto Expresso Turístico Pai da Aviação que realizou recentemente sua viajem experimental, de Juiz de Fora a Santos Dumont. E, como curiosidade, Santos Dumont era filho do engenheiro de obras públicas, Henrique Dumont, que construiu o trecho de linha da Central do Brasil. Quando estava construindo, comprou o sítio Cabangu (MG), onde nasceu o pai da aviação.

Podemos citar, ainda, o projeto do Expresso Turístico Cineasta Humberto Mauro, que nasceu e morreu na minha cidadezinha, Volta

Grande (MG), mas sua maior produção foi na cidade vizinha, Cataguases. São Fidélis, no Rio de Janeiro, é outro projeto ferroviário em andamento.

Queremos propor, formalmente, que os órgãos públicos envolvidos, como o Iphan, a SPU, Inventariança da Rede, DNIT, ANTT, continuem a se reunir na tentativa de definir melhor a situação para que haja uma harmonização de competências, evitando que o patrimônio ferroviário fique no vácuo. O fato é que, enquanto estiver no vácuo, proliferará a destruição, a perda. Ao longo do tempo, nosso movimento tem procurado o diálogo para que a história e os bens ferroviários do nosso país não se percam.

De uns dois anos para cá vimos denunciando à Procuradoria Geral da República a destruição de nossas estradas de ferro. Essas denúncias, às vezes, têm dado resultados concretos, como o que ocorreu com a Estrada de Ferro Mauá, quando em julho de 2009, a Prefeitura de Magé começou a aterrar um trecho da ferrovia, e nós denunciamos. Imediatamente o Iphan foi ao local, com força policial, interditou a obra e multou a Prefeitura em R$ 80 mil reais. Um mês depois a prefeita foi caçada, não foi por causa dessa denúncia não, foi por outras razões. E, recentemente, o seu sucessor, o vice-prefeito, teve a petulância de ir asfaltar o mesmo trecho! Outra vez denunciamos e o Iphan nos informou que já oficiou a Polícia Federal, que vai multar a Prefeitura e está acionando o Ministério Público com uma ação civil pública contra o prefeito. Isso revela que a denúncia funciona.

E como temos feito nossas denúncias? Pedimos à Procuradoria Geral da República para citar todos os envolvidos, a operadora, a RFFSA, a SPU, que devem responder pela responsabilidade que têm. Estamos propondo ainda a agilização de procedimentos, como por exemplo, a "sessão provisória", prevista no Decreto nº 6.769/09, que dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário. Temos o caso da Estação de Mairinque (SP), tombada pelo Iphan e que foi a primeira obra de concreto armado no Brasil. Estava abandonada, já havia se transformado em abrigo de mendigos, usuários de droga, motel popular e coisas desse tipo. Realizamos um evento lá, mobilizamos a comunidade, o prefeito foi à estação, chorou, e é ótimo quando o prefeito chora; sugerimos a ele que acionasse o Ministério Público e ele atendeu nossa sugestão. O processo foi aberto e foi direcionado a um jovem e dinâmico procurador que imediatamente intimou a RFFSA. Parece-me que ainda era o período de liquidação da Rede, não tenho certeza, mas o promotor intimou para que a estação fosse entregue imediatamente à Prefeitura, depois se discutiria tratar-se ou não de venda.

Enfim, funcionou sob pena de responsabilização criminal. Isso quer dizer que a agilização é necessária, caso contrário, nem no ano de 2100 vamos resolver essas coisas. Quando demora demais para ceder, corremos o risco de chegar ao local e não existir mais nada, não adianta vender depois de destruída.

Existe ainda, a responsabilização por meio de sanções. É preciso responsabilizar quem está emperrando o processo, quem não está zelando pelo bem. E, neste momento, o Iphan já deve ter recebido oficialmente a notificação, porque foi publicado em *O Globo* há uns dez dias a notícia de que a Segunda Vara Federal, em Petrópolis, decretou uma ação do Ministério Público determinando que o Iphan passe a aplicar as multas estabelecidas pela legislação e caso não o faça é o Instituto que será multado. De modo que terá de começar a fazer isso porque, infelizmente, em nosso país, às vezes, só cadeia funciona. Sabemos que são raros os casos de pagamento de pensão alimentícia ou de apropriação indébita de impostos, o resto é meio difícil, mas multa, quando dói no bolso, funciona. Assim, estamos propondo, enfatizando a importância de que os órgãos se entendam, definam e clarifiquem com quem devemos dialogar e, enquanto isso não acontecer, pediremos para que todos sejam notificados.

É necessário que esses órgãos agilizem os procedimentos, utilizando-se dessa atribuição da sessão provisória, na tentativa de resolver a questão da destruição do patrimônio material ferroviário, para depois discutir. Caso fiquem procurando, por exemplo, a documentação original para todo imóvel, podemos dizer que nem daqui a 100 anos o caso será resolvido. Principalmente porque tem imóvel cuja empresa não tem essa documentação. E não tem nada a ver com a economia interna do Iphan, mas não gastem muito fosfato, tempo e dinheiro com preciosismos, porque não funciona num patrimônio como o ferroviário que é gigantesco. Nesse seminário de Belo Horizonte, ao qual já me referi, o superintendente do Iphan do Paraná, e vou falar nesse momento porque era um evento público, reclamou da Inventariança da RFFSA que teria passado ao Iphan uma locomotiva a vapor, que estava cedida há 40 anos a uma ONG do interior do Estado. O superintendente e um técnico do Iphan foram ao local para ver o estado da locomotiva e ficaram decepcionados, porque ela estava bem destruída. Eu estava como ouvinte, porque se estivesse participando iria tomar a palavra para explicar a esse superintendente tratar-se de um gasto em tempo, pois se a locomotiva está há 40 anos com a ONG, deixa com ela

de uma vez; existem tantas outras coisas em iminência de se perder, enquanto gasta-se tempo, energia, dinheiro com um bem que, de fato, já está em poder de terceiros há tanto tempo.

Vou finalizar deixando os contatos do Movimento de Preservação Ferroviária, cujo nome é uma honra para nós, o que não tenho certeza se é recíproco, pois temos a mesma sigla do Ministério Público Federal. Sugiro que visitem o site www.trembrasil.org.br. Modéstia à parte, é um site que tem bom conteúdo, está sempre atualizado, divulga assuntos interessantes, eventos, inventários de música e, em breve, disponibilizaremos as músicas, vale a pena "visitá-lo".

Programa de destinação do patrimônio da extinta RFFSA para o apoio ao desenvolvimento local

*Ana Túlia de Macedo**

Resumo

O texto fala sobre a importância da guarda provisória como um instrumento de preservação do patrimônio ferroviário e aponta iniciativas de acordo entre municípios, Ministérios Público Estadual e Federal, Iphan e Secretaria do Patrimônio da União, para que seja garantida a preservação dessas estações ferroviárias. Traz ainda um panorama sobre o número de imóveis do patrimônio ferroviário, a partir de dados da Inventariança. No sistema de controle da extinta Rede constavam, em 2007, 52.736 mil bens patrimoniais não operacionais. O que equivale a, aproximadamente, 27 mil terrenos e 25 mil edificações. Um patrimônio gigantesco que revela a dimensão da antiga Rede Ferroviária Brasileira.

Palavras-chave

Guarda Provisória, Secretaria de Patrimônio da União, Bens ferroviários.

* Diretora substituta do Departamento de Incorporações de Imóveis da Secretaria do Patrimônio da União

O superintendente do Patrimônio da União de Minas Gerais, José de Aranha, certamente já recebeu algum pedido de integrantes da administração federal para utilização de áreas e prédios da Rede Ferroviária. Só para lembrar, a Guarda Provisória é o único instrumento do ponto de vista de gestão; não é o mais importante, aliás, não é um instrumento de destinação, mas tem sido muito eficiente para os imóveis da Rede Ferroviária. Principalmente, porque temos recebido, muitas vezes, informações, denúncias dos próprios interessados e, às vezes, até de ex-

ferroviários; pessoas que prezam esse patrimônio, que têm amor a essa história e que, de alguma forma, sentem-se comprometidos como cidadãos, e vêm aos órgãos públicos pedir que intervenhamos para protegê-lo.

Temos utilizado a guarda provisória com o objetivo único de garantir que esse patrimônio não seja perdido. São muitos os exemplos, mas eu quis falar, especificamente, da Guarda por causa de uma notícia publicada no jornal *Estado de Minas*. Tratava-se de uma matéria de página inteira intitulada "História volta aos trilhos", que acredito, sinceramente, ser uma conquista da Secretaria de Patrimônio União, do Iphan, dos municípios e do Ministério Público Federal e Estadual. Na verdade, temos a notícia de que cinco municípios assinaram termos de compromisso com o Ministério Público Estadual e Federal, com a anuência do Iphan e da SPU, para que seja garantida a preservação dessas estações ferroviárias. Especialmente, em Minas Gerais isso tem uma importância ainda mais evidente do que em outros Estados.

Quanto aos instrumentos, tive notícias pelo nosso superintendente, que após a assinatura desses termos de compromisso, a SPU se comprometeu a emitir as guardas provisórias para que os municípios possam garantir a preservação desses imóveis e investir em reformas e obras de conservação.

Falarei também, um pouco sobre os parceiros, com destaque para o Iphan. Mas temos outros representantes da administração pública federal com quem temos nos relacionado na discussão desse patrimônio. O Ministério dos Transportes, especialmente a Inventariança da RFFSA – que tem competência para fazer o levantamento e transferir o que é operacional para a Rede e o não operacional para a SPU; o próprio Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), órgão que está recebendo os imóveis que continuam nos contratos de concessão e arrendamento, neste momento sob a guarda e responsabilidade das concessionárias; o Ministério das Cidades e a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Na verdade, existem até outros parceiros que poderíamos apresentar, mas, basicamente, os mais importantes estão aqui, em especial os três primeiros – Iphan, Inventariança e DNIT.

Trouxe aqui apenas um panorama sobre o número de imóveis aos quais estamos nos referindo. A RFFSA fazia o controle patrimonial pelo o que chamavam de NBP – Número de Bem Patrimonial. No sistema de controle

da extinta Rede constavam, em 2007, ou seja, na época da extinção, 52.736 mil NBPs não operacionais que, fazendo um filtro, equivale, aproximadamente, a 27 mil terrenos e 25 mil edificações. Às vezes, havia duplicidade de contabilização porque se registravam o terreno e também as edificações sobre aquele terreno.

Nesses terrenos tem de tudo: estações, pátios, prédios, fazendas, hortos florestais, campos de futebol, até estádios. Inclusive, o estádio do Paraná Clube, local onde foi construído o Engenhão, no Rio de Janeiro, eram terrenos da Rede. É uma infinidade, tem coisas que não acreditamos.

Um fato que me surpreendeu e que sempre repito para que as pessoas tenham ideia da responsabilidade que têm as instituições que receberam a atribuição de gerir esse patrimônio: a RFFSA foi uma empresa que, do ponto de vista patrimonial, chegou a ser maior que a Petrobras. Foi realmente um gigante. Pena que hoje esteja extinta, mas nós que recebemos essa missão, a recebemos com carinho e, ao mesmo tempo, com toda essa carga de responsabilidade pela sua dimensão.

Caso existam dúvidas, a página da Secretaria de Patrimônio da União, na internet tem um panorama geral desses bens ferroviários, inclusive os bens integrados. Caso queiram divulgar de alguma forma, o endereço é: www.spu.planejamento.gov.br. Ele traz ainda a listagem de todos os 52 mil NBPs não operacionais que estão divididos por Estado. Se alguém tiver curiosidade, nem sempre as informações que estão no site são atualizadas porque recebemos as da Inventariança e as colocamos à disposição do cidadão, mas dá para ter uma ideia.

Patrimônio ferroviário: aspectos legais

*Robson Bolognani**

Resumo

O autor discute os marcos legais que regulamentaram a administração do patrimônio ferroviário, após a extinção da RFFSA. Trata-se de um breve histórico jurídico sobre as leis que vêm tentando proteger o que a Constituição de 1969 chamou de "agentes da integração nacional" e a Constituição de 1988 determinou como "preservação das ferrovias e linhas de trem". Mas a Lei nº 11.483, de 2007, criou um novo mecanismo de proteção que, até então, o direito administrativo apenas tinha previsto na teoria, mas nunca tinha vivido. Criou o conceito "memória ferroviária", reconhecendo o valor não só material, como todo o acervo imaterial ferroviário. E, ao Iphan, atribuiu a papel de guardião dessa memória. Mas o texto propõe também uma provocação ao desafiar o Instituto a assumir o poder que lhe foi atribuído pelo Poder Judiciário, como o principal responsável pela memória de um povo.

Palavras-chave

Memória ferroviária, Iphan, Poder Judiciário.

* Procurador federal no Iphan

Mais uma vez agradeço ao Iphan em nome da Advocacia Geral da União que, através da Procuradoria Federal, nos permite dar esta pequena contribuição em termos de área jurídica. Temos o Artigo 216 da Constituição da República Federativa Brasileira e é bom deixar bem claro esse nome por ser a denominação atual, da Constituição de 1988, e que traz consigo uma carga muito evidente de um Estado democrático. E nesse Estado democrático não é o poder federal quem decide, ainda que, muitas vezes, o Iphan, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Ministério dos Transportes, gestores e operadores tenham de se curvar diante de uma coisa chamada divisão de

competência dos três poderes, os quais, na nova teoria do Direito, são os sistemas de peso e contrapeso. E por que estou falando isso?

O Congresso brasileiro tem uma visão diferente sobre o patrimônio ferroviário. A maioria dos países asiáticos não tem patrimônio ferroviário, mas em outros continentes como na África há uma grande quantidade. Em alguns lugares esse patrimônio é bastante relevante. Na Europa, parte dos Estados Unidos, Brasil e Argentina esse patrimônio tem um aspecto bastante social. A RFFSA não foi apenas a maior empresa em nível patrimonial, teve também enorme importância social.

Caso a RFFSA não tivesse sido extinta estaria, hoje, com 800 mil empregados, aproximadamente. Não existe nada tão grande neste país, em termos empresariais, nunca existiu e nem vai existir. Hoje em dia, com a tecnologia não se usa mais tantos empregados. Para ilustrar, todas as estações tinham um agente e, logicamente, um substituto porque o funcionário tem direito de ir a se ausentar, tirar férias. E hoje, com o sistema de monitoramento por satélite, essa quantidade de estações não é mais necessária. Então, cerca de 4.500 estações pontuais – que eram pontos de apoio – não existiriam. Consequentemente, daqueles 52 mil teriam, pelo menos, cinco mil a menos. E, diga-se de passagem, aqueles 52 mil eram os não operacionais, porque, os operacionais, por incrível que pareça, não foram contabilizados no governo Fernando Henrique Cardoso. Foram feitos contratos de gestão, passados para frente e a maior empresa do país foi sucateada.

Em termos de faturamento, a RFFSA nunca foi – estou fazendo a defesa da Rede – grande em faturamento, nem poderia ser. Tarifa social era o que regrava todo o transporte de passageiros. E com relação ao transporte de cargas, diferentemente de hoje numa política neoliberal, a tarifa de carga era subsidiada para favorecer o crescimento industrial do país. Foi vital, se o Brasil não tivesse Rede não existiria história. Esse é um aspecto econômico, sem contar o aspecto social que é o problema de muitas das nossas cidades. Existem alguns estudos na área da história que demonstram que de 300 a 400 cidades no Brasil nasceram a partir das ferrovias.

Mas de uma coisa temos certeza, a Rede Ferroviária, depois da entrada dos Bandeirantes, foi o maior marco de integração do país. O Brasil só saiu realmente da beira da praia quando a Rede entrou, nem as rodovias conseguiram chegar lá. Porque a rodovia pode ir, mas não necessariamente precisa levar algo. Você pode mandar asfaltar a estrada da fazenda. E levou o que? Asfalto à fazenda. Trouxe o quê? Nada.

Mas toda vez que a linha de trem era construída levava uma série de coisas junto. Não era só emprego e renda, trazia mercadorias de onde ela chegava. Levava também toda a visão de progresso; era uma forma de avanço na cabeça, no conceito e na invocação de cada ser humano das comunidades por aonde o trem chegava. Ele tinha o mesmo efeito que as ideias iluministas tiveram na França, no século XVII.

A Medida Provisória n° 353, de janeiro de 2007, que extingue a RFFSA foi editada pelo Governo Federal para rebater a derrota que havia sofrido na Câmara Federal e que se consumará com a publicação da Lei nº 11.483 em 31 de maio de 2007, que atribuiu ao Iphan a preservação e a difusão da Memória Ferroviária.

O Artigo 9º da Lei nº 11.483/07 prevê que caberá ao Iphan receber e administrar os bens imóveis de valor artístico, histórico e cultural da extinta RFFSA e zelar por sua guarda e manutenção. Em momento algum se pensou na propriedade. A ideia era parecida com a que existe no Decreto-Lei nº 25/37, no qual o governo, através do Iphan, regula e controla todos os bens tombados e, não necessariamente, tem a propriedade sobre eles. Em um primeiro momento, a proposta era deixar que alguns desses bens fossem para a iniciativa privada e, mais à frente, vou mostrar que isso não foi bem aceito pelo Congresso. Houve uma reação quase unânime; foram três ou quatro meses de acaloradas discussões e em todas elas, o governo cedeu. O que aconteceu?

> Artigo 9°, § 1º – Caso o bem seja classificado como operacional, o Iphan deverá garantir o seu compartilhamento para uso ferroviário.

Na visão do governo, a liquidação já era um grande ônus. Ana Túlia de Macedo lembrou que o governo assumiu as dívidas do seu patrimônio e ficou com parte dele. Na realidade, o governo foi muito feliz nesse ponto e assumiu todo o espólio. Não há débito, possibilidade de qualquer dívida, de qualquer ônus que a rede tenha que não seja quitado – é até bom que isso saia pela sala afora. O governo assumiu, como um agente responsável, que todos os bens, todas as dívidas ficariam com ele, já que ele era o controlador de 99% das ações da Sociedade Anônima que existia na chamada Rede Ferroviária Federal. Ele pagaria tudo e isso, até hoje, causa certo susto porque não é um fato tradicional no Brasil, o governo pagar as contas de quem dá calote. Mas nesse caso, qualquer dívida, desde que devidamente comprovada, se já tem sentença judicial não tem discussão, e ela tem sido paga através de precatórios.

Em virtude disso, o governo, já naquela época, previu um Fundo Contingente (FC) que era uma ideia de arrecadar recursos para custear as despesas decorrentes da extinção da Rede, o que foi muito questionado. Mas o governo foi econômico, previu um bilhão, o que na realidade é muito pouco para o tamanho da Rede e de suas dívidas. E isso será, provavelmente, o próximo ponto de confronto entre o governo e o Congresso. O governo estuda aumentar esse valor de um bilhão para cerca de três bilhões. Mas o Congresso sinaliza que não vai aprovar. E por quê? Pelo mesmo motivo que gerou o atual art. 9º. Caberá ao Iphan receber e administrar os bens imóveis de valor histórico, artístico e cultural oriundos da RFFSA, bem como zelar por sua guarda e manutenção. O *caput* é o mesmo. Caso o bem seja classificado como operacional, o Iphan deverá garantir o seu compartilhamento para uso ferroviário.

A Lei nº 11.483/07 foi aprovada por 402 votos, num Congresso composto por 589 deputados, com este parágrafo: "A preservação e a difusão da memória ferroviária constituída pelo patrimônio artístico, cultural e histórico do setor ferroviário serão promovidas mediante..."

Observe bem que a expressão "setor ferroviário" anuncia todo espólio da Rede. Construção, formação, organização, manutenção, ampliação de equipamentos de museu, biblioteca, arquivos e outras organizações culturais, bem como suas coleções e acervos. Conservação e restauração de prédios, monumentos, logradouros, sítios e demais espaços oriundos da extinta Rede.

Isso criou no Congresso um consenso e, como eu disse no início, o art. 216 da Constituição Federal que trata do bem patrimônio cultural do país conceitua o que seria a construção de uma memória ou de toda a defesa do nosso patrimônio cultural. E a partir daí, existe um dispositivo – pequeno trecho – que determina a possibilidade de criação de outros mecanismos de proteção. Assim, no art. 9°, § 2°, incisos 1 e 2 da Lei nº 11.483/07, o legislador nacional inovou. Instituiu-se a "memória ferroviária", com base nesse pequeno trecho do art. 216. Um novo mecanismo de proteção que, até então, o direito administrativo apenas tinha previsto na teoria, mas nunca tinha vivido.

Se por um lado o legislador foi muito feliz, por outro lado provocou um grande susto, porque o Iphan não queria decidir entre o Governo e o Congresso. Ninguém esperava isso e todo mundo tem de cumprir, queira ou não, a vontade do povo que tem seus representantes no Congresso. E

quer queiram ou não, os gestores, os dirigentes dos órgãos federais vão ter que cumprir essa coisa chamada "memória ferroviária". Como está claramente entre vírgulas, tem hoje um conceito muito claro, ao menos naquilo que eu escuto na área técnica e, principalmente, o que vem da academia de historiadores e arquitetos. E por que a coisa surgiu dessa forma? Porque a Rede foi projetada por ingleses. Aí vem a pergunta de Ana Túlia de Macedo: "Eles tinham hábito de contabilizar imóveis e terrenos?" Não, é porque na Inglaterra fazem assim mesmo. Você contabiliza numa área "x" e em cima dela você conta os imóveis, porque a legislação deles separa o bem edificado do terreno. Os lordes ingleses, que eram os donos da terra, faziam contrato de cessão de direitos da área em volta de Londres por 100 anos e recebiam o dinheiro por 100 anos. A pessoa pegava o dinheiro, gastava na mesa de jogo e era construída uma cidade em cima. O sistema inglês até hoje é assim, o terreno separado do bem edificado.

A forma brasileira de registro de imóvel vem do sistema alemão, em que o Estado garante ao proprietário o tamanho do terreno; estabelece cartórios de registro de imóveis para que haja fidelidade da área comprada com a área registrada. Lá o sistema é assegurado pelo poder da Câmara dos Lordes. A grande discussão da Câmara dos Lordes na Inglaterra é garantir o sistema dominial de registros de terrenos. O inglês construiu a maioria das ferrovias do mundo, especialmente as daqui.

E nessa sistemática, eles criaram uma forma que talvez só se assemelhe, hoje, ao sistema japonês. Um funcionário recém-ingressado na Rede vivia um processo de aculturação; dedicava-se inteiramente à instituição. Sua família morava numa casinha da Rede, tinha plano de seguridade que naquela época, chamava-se Lei Eloy Chaves, que foi publicada em 1923 e consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro, com a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias. No Brasil, o primeiro sistema de pensão foi instituído pela Lei Eloy Chaves, nem os militares tinham algo semelhante. Para eles, havia o Decreto-Lei nº 1.544/49 que beneficiava apenas as viúvas da Guerra do Paraguai.

E, nesse padrão, a pessoa ao ingressar na Rede tinha toda sua vida transformada; sua forma de pensar e sua casa passavam a ser diferentes. Ele tinha orgulho de usar o uniforme da Rede. Quem observa o sistema das ferrovias da região do Espírito Santo em comparação com o sistema do Sul do país verá uma pequena diferença, mas uma, em especial, vai chamar a atenção – a casa do engenheiro. Observa-se, por exemplo, que o sistema

construtivo da casa dos engenheiros não era o mesmo das dos demais funcionários, até o platô da casa inglesa era mais alto, para sobressair das demais casas. Os ingleses construíram acima do Rio de Janeiro; abaixo as construções foram em regime de coparticipação com os norte-americanos.

Essa concepção tão complexa na forma de trabalhar gerou um sistema totalmente diferente e que o legislador mencionou como "memória ferroviária". Não era possível ao legislador "permitir" que se pudesse fazer como tradicionalmente era feito; fragmentar todo o acervo e guardar parte num museu, alguns registros documentais no Arquivo Nacional, imóveis na SPU que os destinaria ao Iphan ou os venderia. O legislador não quis assim.

É fantástica a ideia contemplada na Lei nº 11.483/07, mas que criou um ônus muito grande para o Iphan, a tal ponto de ser preciso construir marcos teóricos que, até hoje, passados dois anos, e apesar da qualidade dos seus especialistas, ainda não conseguiu concluir. A necessidade de proteger esse bem cultural gera, de certa forma, alguns atritos e arestas com outros órgãos, como as concessionárias, que não conseguem, por exemplo, entender qual a importância de um pátio de estação. Por que não é possível mudar de lugar? Se retirar meia dúzia de linhas e deixar apenas uma, muda a configuração? Muda, mas isso é difícil de ser compreendido.

Essa originalidade não é apenas o que se perde. No Brasil, existiam seis formas de linhas, pois havia limites para os trens operarem. Em São João Del Rei existe a única linha com bitola de 70 centímetros que não consegue operar se não tiver duas linhas paralelas. Existe um histórico que não se baseia apenas na originalidade, mas também no sistema de trabalho, e que não envolve somente a questão tecnológica. Antigamente os trilhos eram presos com rebites, hoje são soldados e não arrebentam com facilidade; por isso os trens não descarrilam como antes.

O legislador previu ainda no parágrafo 3º que a chamada "memória ferroviária" teria uma garantia de acesso ao Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), como se fosse um programa especial. Essa proposta foi parcialmente contemplada; o parágrafo 4° e os outros foram vetados. Se tivesse ficado dessa forma, teríamos, hoje, uma linha especial do Pronac para a memória ferroviária.

Gostaria de falar um pouco sobre o voto do deputado Jaime Martins de Minas Gerais, relator da proposta de substituição da Medida Provisória nº

353/07 que trata da extinção da RFFSA. Por sua iniciativa foi acrescentado ao art. 9º do projeto de lei, que substituiria a Medida Provisória, o dispositivo que assegura a preservação e a divisão do patrimônio histórico das ferrovias, bem como as formas de financiamentos das atividades relativas à memória ferroviária. Várias liberalidades estavam previstas como a possibilidade de venda direta, regularização de bens escriturados e vendidos pela Rede com documentos particulares, mas foram todas eliminadas para evitar o entendimento de que aqueles bens teriam menor valor histórico e cultural e, por isso, poderiam ser vendidos ou doados.

É imprescindível evitar a alienação de bens cuja utilização e ocupação por particulares possam colocar em risco a vida de pessoas, a segurança e a eficiência da operação ferroviária. Assim, foi acrescentado um parágrafo ao art. 16 para repelir atos de liberalidades com o patrimônio da União, rejeitando a emenda 30, que autorizava o Iphan a ceder valores históricos, artísticos e culturais a entidades públicas e civis de forma gratuita e sem nenhum limite.

Na realidade, o deputado Jaime Martins foi o relator da MP nº 353/07, mas registra ao final do seu relatório que o trabalho foi realizado em conjunto com mais oito deputados que compunham a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e a aprovação da Lei nº 11.483, em 31 de maio de 2007, pelo plenário da Câmara, por 402 votos.

Com o intuito de agilizar o processo de extinção da RFFSA, o Governo Federal havia publicado em 22 de janeiro de 2007 o Decreto nº 6.018 que regulamentava a MP 353. Nesse decreto o governo incluiu o Arquivo Nacional que não constava na medida provisória. Apesar disso, o Arquivo Nacional ficou de fora da lei aprovada no Congresso.

Há certas coisas que em Direito se diz que são revogadas tacitamente, como ninguém questionou, cumpriu, essa é a verdade. De certo, muitos pensarão: Poxa! É difícil um procurador federal falar assim! Mas é preciso dizer. Ninguém cumpriu. Até hoje o Arquivo Nacional está de fora do processo, embora esteja previsto no decreto. Isso explica por que o Arquivo Nacional não combina com a ideia de memória da ferrovia, de um conjunto de bens integrados e, para complicar ainda mais, não foi contemplado com recursos. De forma que praticamente toda a memória documental coube ao Iphan cuidar com o apoio das prefeituras e entidades civis.

Ainda questionou-se, naquela época, se era isso que tinha de ser feito,

realmente. A Portaria nº 101, publicada em 20 de abril de 2007, pelo Ministério dos Transportes regulamentou os trabalhos da Inventariança.

Nesse contexto, o Iphan também passa a ter uma grande interface com o DNIT, pois o art. 8º da Lei nº 11.483/07 transfere para esse departamento a propriedade dos bens móveis e imóveis operacionais da Rede. Mas até hoje, o DNIT não conseguiu levantar os quantitativos, ao passo que a SPU já conseguiu ultrapassar essa fase.

Os bens móveis não operacionais utilizados pela administração da Rede também não foram devidamente relacionados. Isso se constitui em um grande problema, pois os bens móveis correm sério risco de deterioração e até mesmo de desaparecimento.

Os demais bens e imóveis não operacionais incluídos como trilhos, material rodante, peças, componentes, almoxarifados e sucatas são de uma interpretação delicadíssima na área jurídica. Esses bens, que não foram destinados a outros fins, pelos dispositivos da Medida Provisória, permitem que o Iphan tenha o dever e a obrigação de evocar tudo e questionar qualquer destinação de bens que tenha sido feita. Está claro que, desde que não tenha sido destinado a outro fim, poderá perfeitamente ser pedido para vistoria ou verificação de atributos de valores histórico, artístico e cultural, mesmo que seja um bem operacional.

É bom recordar que os imóveis não operacionais ficaram com a SPU. Com o DNIT ficaram somente os bens operacionais que, até hoje, nem as concessionárias conseguem ter a exata relação.

A página da internet da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informa que ela foi criada depois que os contratos de concessão tinham sido elaborados, quando, normalmente, o órgão de fiscalização é criado depois dos agentes de concessão. Por exemplo, a SPU existia antes de receber os imóveis da Rede, uma coisa meio óbvia, mas no Brasil acontece. Os contratos estão lá com enormes anexos que nunca foram conferidos; as concessionárias têm uma relação de bens que afirmam não ter recebido. Esse fato criou uma polêmica jurídica muito grande e, por isso, foram introduzidos ali os bens que não tenham sido destinados a outros fins. Mas, o que está acontecendo?

Há dois anos o Iphan, o DNIT e a SPU estão trabalhando na checagem da lista dos imóveis, cujos resultados não conferem.

A União, por intermédio do Ministério do Planejamento, poderá, na forma do regulamento, formalizar termos de entrega ou cessão provisórios de bem imóveis não operacionais oriundos da extinta Rede, exceto aqueles que são destinados ao Fundo Contingente. Esse Fundo, ainda hoje, cria certo mal-estar porque coube ao Ministério do Planejamento, por meio da SPU, a obrigação de liberar os imóveis, designação esta não aprovada pelo Ministério Público Federal. O MPF teve uma posição muito radical de que só poderiam ser vendidos os bens que, declaradamente, o Iphan não reconhecesse como de importância para a memória nacional, mas também, aqueles que a sociedade não reclamasse para si.

A Lei nº 11.483/07 prevê a destinação desses bens para outros fins, como obras do PAC, assentamentos e regularizações fundiárias. Assim, por enquanto, o Ministério Público Federal não tem interesse em encaminhar qualquer questão a esse respeito. Dessa forma, haverá sempre uma resistência, a primeira foi em relação à memória ferroviária que era um conceito nobilíssimo. A primeira providência foi fazer com que o Iphan fosse respeitado em várias ações e, num segundo momento, o MPF começará a cobrar, mesmo em relação aos bens destinados ao Fundo Contingente. Principalmente, porque a sua função é garantir que o bem público seja de todos.

O art. 21º da Lei nº 11.483 prevê que a União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, poderá, na forma do regulamento, formalizar termos de entrega ou cessão provisórios de bens imóveis não operacionais oriundos da extinta RFFSA, excetuados aqueles destinados ao FC, aos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, promovendo a sua substituição por instrumentos definitivos.

Provavelmente a grande falha do art. 21º, e que também se repetiu no Decreto nº 6.018/07, foi a falta de estabelecimento de prazos, também no termo de guarda e no termo de cessão, porque vários dos órgãos financiadores como a Caixa Econômica e o Banco do Brasil exigem um prazo. Faltou nesse instrumento e na normatização. Talvez, possamos consertar no futuro por meio de uma portaria.

Esse artigo deve ser conjugado aos artigos 6° e 7° do Decreto nº 6.018/07, que tratam dos termos de entregas que serão formalizados apenas quando houver urgência na entrega em razão da necessidade, da proteção, manutenção do imóvel, regularização dominial ou interesse público, ou

seja, não posso utilizar o mecanismo da Guarda Provisória ou da Cessão Provisória sem que haja uma motivação. A Prefeitura não pode, simplesmente, querer um imóvel se ele está bem guardado, se está seguro, se não está caindo, senão estarei ferindo a própria normatização da lei e do seu regulamento que é o decreto.

Coube, ainda, ao Iphan, no desempenho dessa fusão, solicitar ao Ministério do Planejamento a cessão de uso dos bens e imóveis que forem do seu interesse, tendo em vista o cumprimento do art. 9º da Lei nº 11.483/07 que é o reconhecimento dos bens de valor histórico, artístico e cultural. O uso desses bens e imóveis submetidos ao Iphan poderá ser compartilhado com outros órgãos, isso foi colocado, depois, numa medida provisória.

E de acordo com o parágrafo 2° do art. 7° do Decreto nº 6.018/07, o Iphan poderá solicitar a cessão de bens imóveis de valor histórico, artístico e cultural para utilização por parte de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas, até aí é a MP 353. A partir de agora é a Lei nº 11.483/07, também conhecida como Lei da Conversão, com o objetivo de perpetuar a memória ferroviária e contribuir para o desenvolvimento da cultura e do turismo. Ou seja, essa cessão é vinculada ao seu permanente uso. Como disse antes, se tivesse estipulado um prazo de 20 anos, serão 20 anos de memória ferroviária, se for 50, serão 50. E se por acaso não se cumprir? Terá de ser denunciado e o bem terá de voltar, seja ele móvel ou imóvel, e o Iphan terá de arrumar um novo destinatário para ele. É bom ressaltar que nesse conjunto de atribuições do Iphan, cabe ser guardião de uma "coisa" chamada memória ferroviária. Eu gosto de chamar de coisa porque até hoje falta delimitar o conceito exato desse bem.

Costumo chamar de absoluta a relação com a Inventariança, porque tudo vem dela, todos esses órgãos dependem das informações que ela detém. Inclusive, as concessionárias, até hoje, a ANTT e todas as demais dependem do que está guardado nos cofres da Inventariança.

A interface do Iphan com as concessionárias, e mesmo com a sociedade, é um processo ainda em construção. Nos últimos anos, a sociedade evoluiu muito e acredito que os chamados grupos e associações ferroviárias têm tido uma relação muito boa com o Iphan, têm produzido, denunciado e feito o Instituto correr bastante. Mas com as concessionárias existe uma relação na qual elas ainda não acordaram para a realidade da chamada "preservação e guarda da memória ferroviária". Muitas vezes, destroem, outras estragam

sem querer, mas de todo jeito elas têm, hoje, no seu encalço uma instituição muito mais forte do que o próprio Iphan, DNIT e a SPU, que é o Ministério Público Federal.

Foi determinado ao Iphan cuidar da memória tanto material quanto imaterial das ferrovias. E isso é um ônus para o qual o Iphan não estava preparado. Até hoje, o Governo Federal está assustado e não sabe como dotar o Iphan de mecanismos e formas para desenvolver o trabalho. Isso cria uma forma de conflito, até mesmo com a própria sociedade que gostaria que fosse mais bem desfrutado.

A Lei nº 10.413 de 12 de março de 2002 se refere a um período de desestatização em nosso país. Ela já previa que os bens culturais móveis e imóveis, assim definidos nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 25 de 1937, fossem tombados e desincorporados do patrimônio das empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização, passando a integrar o acervo histórico e artístico da União. Uma boa parte da nossa doutrina jurídica defende que ela tem de ser aplicada; a inconveniência apenas é que o Iphan tombou muito pouco nesse período e, inclusive atualmente, realizou poucos tombamentos, mas tem começado a fazê-lo, o que cria novo ângulo de visão. Outra parte da nossa doutrina jurídica entende que essa lei não teve a devida regulamentação, mas os atos que, por ventura, vierem a ser concretizados implicam imediata outorga de domínio para o Iphan.

Como a Lei nº 10.413/02 não foi revogada pela Lei nº 11.483/07, uma tese que ainda está sendo trabalhada no mundo jurídico, isso implicará que todos os bens que, eventualmente, vierem a ser transferidos para o Iphan e ele vier a tombar – estamos conjugando aqui duas formas de limitação administrativa, que seria a memória ferroviária com a ideia de tombamento – ou seja, aqueles que vierem implementar as duas coisas deverão ser declarados, apenas, pelo primeiro, através do art. 9º da Lei nº 11.483/07, reconhecendo esse bem, pelo seu valor histórico, artístico e cultural, ou seja, como memória ferroviária.

A partir do momento que se adota o Decreto-Lei nº 25/37, fica declarada também a característica de tombamento. A relevância nacional é atribuída duas vezes. E a partir daí, o Iphan tem o direito, através dessa lei, de obter a plena escritura, a plena propriedade se for um bem imóvel; quanto aos bens móveis a Advocacia Geral da União emitiu um parecer determinando que fosse entregue pela própria Inventariança.

Como os bens móveis da Rede estavam sendo entregues de forma legal através de termos de transferências para o Iphan, automaticamente, estava se entregando a propriedade. Já com relação aos imóveis, isso criará um grande problema em relação a essa outorga compulsória de uma transferência de propriedade, de domínio no caso dos operacionais, não nos casos dos não operacionais. Porque no caso dos não operacionais, muitas vezes, o Iphan, além de estar destinando, fazendo parcerias com prefeituras e outros órgãos, não tem tanta dificuldade de fiscalização. Mas os operacionais são bens que estão sendo usados como viabilidade econômica e isso, sem dúvida, criará uma carteira imobiliária que gerará mais um problema para o Iphan.

Não podemos deixar de fazer justiça, o Iphan só está nesse barco chamado "memória ferroviária" porque o Ministério Público Federal, debaixo dos coqueiros do Ceará, em 1987, num encontro nacional realizado naquele Estado, deliberou que existia um órgão que deveria cuidar do que era chamado "preservação das ferrovias e linhas de trem", não tinha ainda esse conceito de "memória ferroviária". Já naquela época, o Ministério Público entrou com uma Ação Civil Pública, fazendo com que o governo editasse os atos normativos que o obrigou a cumprir aquilo que se confirmou em 1988 no art. 216 da Constituição Federal. Era o que a Constituição de 1969 chamava de "preservação dos agentes de integração nacional".

Em virtude disso, o Iphan, começou a dar parecer sobre bens que teriam relevância ou não para a integração nacional e sua cultura. Depois, surgiu em 1988 a ideia de outros meios de preservação e, principalmente, em 2007, quando surge a memória ferroviária. Hoje, o maior parceiro do Iphan chama-se Poder Judiciário, que tem uma posição bastante forte em relação ao Instituto, na qual considera que o órgão tem de fazer uma reinventariança do que a inventariança colocou para fora. Sem contar que tem de fazer toda a fiscalização que o DNIT ainda não deu conta de realizar, ou seja, a apuração. E o Judiciário tem tomado decisões nas quais o Iphan, muitas vezes, se sente lisonjeado, mas, também, com a obrigação de cumprir.

Tenho usado, por enquanto, um caso emblemático do Paraná, onde aconteceu um equívoco da gerência da SPU, da época. Isso aconteceu em Apucarana, e não está na Câmara de Conciliação porque não cabe, uma vez que está em decisão judicial. Eu não posso fazer Câmara de Conciliação quando o autor da ação é o Ministério Público Federal.

Foi como alienação, para venda, como um Fundo Contingente e chegou a entrar no leilão da Caixa Econômica Federal. O Ministério Público entrou com ação, argumentando, inclusive, que o Iphan não tinha sido ouvido, que o registro dominial não estava pronto e que estavam vendendo um bem sem autorização para fazê-lo. Foi alegada, ainda, a falta do documento de avaliação do Iphan. O juiz concedeu a liminar e o fundamento dessa liminar é que se tornou um problema no judiciário.

Praticamente todas as liminares do judiciário nessa linha seguem, mais ou menos, o seguinte: naquela sentença deveriam estar todos os seus fundamentos, cujo teor é favorável às teses e argumentos defendidos pelo Iphan na sua necessidade de se pronunciar sobre os deveres do art. 9º da Lei nº 11.483/07. Qualquer medida concedida somente ao final tornará inócua a tentativa futura de resgatar o valor histórico cultural de tais bens, gerando dano irreversível à população e ao meio ambiente histórico e cultural. Ou seja, o Iphan deve se pronunciar antes.

Eu não consigo conceber que aquilo que está inserido em uma população, no seu sentimento de cultura, no seu sentimento de enriquecimento possa se limitar por uma mera divisão econômica do que é público e privado. Em virtude disso, hoje, o Iphan tem uma atribuição muito mais delicada, que é interferir no mercado, ou seja, aquela fase inicial de arestas com a SPU, com DNIT se torna muito menor do que enfrentar grandes grupos privados. Por isso, o Ministério Público tem cobrado tanto do Iphan sua posição em relação às concessionárias. Imaginem o tamanho de uma MRS Logística que fatura mais de um bilhão de reais por ano.

Em Tiradentes, por exemplo, tem um hotel, onde, nos bons tempos, o hoteleiro comprou três vagões de trem, levou para dentro do hotel e fez três lindos apartamentos, será que o Iphan não tem de dar seu parecer? Segundo o Judiciário, tem; se o Ministério Público achou que o Iphan tinha que avaliar antes de vender, em 1987, o Poder Judiciário, de 2007 para cá, tem entendido que o Iphan tem de se envolver até na iniciativa privada com relação à memória ferroviária. Considera que não está errado, porque se é um bem cultural, deve sim. Os brasileiros não gostaram quando o *Abaporu* de Tarsila do Amaral foi para a Argentina e lá ficou. Da mesma forma, se o Iphan não se intrometer, tudo aquilo que foi alienado, ou que possa escapar de ser alienado, poderá muito bem, principalmente, de natureza móvel, atravessar o oceano. Então, o raciocínio do Poder Judiciário não está errado se é um valor cultural, ele tem de estar preso ao seu povo.

Acredito que não é novidade para ninguém que trabalha na área cultural, a grande discussão em nível de Unesco se todas aquelas obras que estão nos museus alemães, ingleses e franceses, não deveriam voltar para o Egito, para a Ásia, porque, afinal, foram exportadas de lá. Elas não foram vendidas, foram roubadas, da mesma forma que nós não gostaríamos que as nossas fossem roubadas, então, para fazer justiça teriam de ser devolvidas. Trata-se de uma tese. Hoje, vemos que o meio ambiente natural tem um valor mundial, que não se pode fazer uma coisinha errada no Brasil porque você vai atrapalhar alguém lá na China, e vice-versa. Da mesma forma, o meio ambiente artificial, formado pelo histórico e o cultural, também tem reflexos no mundo todo. Não posso sair pegando os bens de um povo e levar para outro canto do mundo, da mesma forma, isso cabe a alguém cuidar e, no Brasil, o órgão responsável por isso é o Iphan.

O complexo ferroviário de São João Del Rei, com uma área de trinta e cinco mil metros quadrados, é o único bem tombado pelo Iphan; reúne o maior acervo de locomotivas a vapor preservado e original de um mesmo fabricante e de uma mesma ferrovia – a Estrada de Ferro Oeste de Minas. Está protegido em todo seu espírito nos dois sentidos, tanto pela Lei nº 11.483/07, quanto pela Lei nº 10.413/02. O tombamento é de 1989. É uma linha também turística e que, portanto, tem uso econômico.

A experiência da gestão ferroviária no Estado de Minas Gerais

*Leonardo Barreto**

Resumo

O texto apresenta um panorama dos trabalhos desenvolvidos pela Superintendência do Iphan em Minas Gerais, um dos Estados com o maior acervo ferroviário do Brasil. O Iphan mineiro está realizando inventários para identificar seu patrimônio ferroviário, com vistas a implementar as políticas de preservação desse patrimônio. Paralelamente, recupera acervos arquivísticos e documentais, além de bens móveis extraviados da antiga Rede, sobretudo a partir da colaboração da sociedade que denuncia e auxilia na localização desses bens. Uma das mais importantes ações do Iphan em Minas, no entanto, tem sido a assinatura de termos de compromisso com as prefeituras para a preservação desse patrimônio, seja ele, material ou imaterial, existente nessas localidades.

Palavras-chave

Patrimônio ferroviário, Minas Gerais, Inventários.

* Superintendente do Iphan/MG

Abordarei, mais especificamente, como se desenvolveu a atuação da Superintendência do Iphan em Minas Gerais, a partir da Lei nº 11.483/07 que extinguiu a Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Antes, no entanto, gostaria de fazer um pequeno comentário porque fiquei muito feliz de ver a explanação de Ana Túlia de Macedo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), sobre sua preocupação com a preservação da memória ferroviária. Tivemos alguns atritos com a SPU, mas sempre de ordem institucional. Esses embates aconteceram em função da novidade da lei, da sua pouca explicitação e de termos, a partir de então, objetivos e missões institucionais que, de certa forma, se conflitavam. A SPU tinha como missão e ainda tem

a questão do Fundo Contingente, criado para custear as despesas decorrentes da extinção da Rede, cuja demanda é absolutamente justa. Ao Iphan coube zelar pela memória ferroviária, conceito que temos trabalhado e que é complexo, pois abrange uma série de vertentes. Até que se conseguisse desenvolver o tema, os procedimentos pareciam conflitantes, mas com o tempo, com o clareamento da situação, e até com o espírito público do corpo técnico da SPU tudo foi se acertando. A SPU compreendeu a grande demanda da comunidade que cobrava do Iphan a preservação desses bens que são tão caros à sociedade brasileira. Assim, fica aqui o nosso agradecimento à SPU, pelo nosso bom relacionamento.

A partir da Lei nº 11.483/07, temos uma atuação muito incisiva do Ministério Público, tanto estadual quanto federal, em Minas Gerais. Em particular, gostaria de destacar a presença do representante da Coordenadoria de Cultura e Turismo, dr. Marcos Paulo de Souza Miranda. Não é à toa que temos esse apreço pelas ferrovias, o mineiro não usa o jargão "trem" porque temos muito trem aqui, e descobrimos que existe, também, muita estação. Pelo nosso levantamento, em princípio eram 1.200 estações, estamos chegando a 1.500, de forma que é uma quantidade significativa de bens, e o Ministério Público tem desenvolvido uma atuação também de parceira com o Iphan. Principalmente, porque é instado a realizar essa defesa de uma forma muito aguda.

Tivemos, desde o começo, sentenças judiciais que impunham ao Iphan essa atuação. Lembro-me do caso da rua Sapucaí, em Belo Horizonte, em que foi determinado ao Iphan que reconstruísse ou construísse aquele bem que, em tese, seria um museu e que, hoje, percebemos apresentar-se mais com características de um Centro de Memória. Chamamos de Centro de Memória porque a maior parte do que temos, naquela localidade, faz parte de um acervo documental e arquivístico. Documentos de atividades voltadas ao ferromodelismo e de uma série de reuniões de ex-ferroviários, de forma que estão relacionados à preservação da memória e, não especificamente, a um museu porque os bens móveis não estavam mais e seus locais de origem, fato que dificulta sua recuperação. Existem alguns bens adornando, indevidamente, salas de secretários em alguns órgãos públicos e, por isso, estamos emitindo correspondências solicitando-os de volta.

Acredito que o grande trabalho, sobre o qual falamos com muito orgulho porque a unidade de Minas Gerais deu iniciou a essa tarefa de preservação do patrimônio ferroviário, foi sua adequação ao Decreto-Lei nº 25/37,

porque a Lei nº 11.483/07 trazia algo novo, como já apresentado por Robson Bolognani. É o conceito de memória ferroviária, não tratado no Decreto-Lei nº 25, da excepcionalidade do bem, do valor como patrimônio arquitetônico, artístico e histórico. Temos casos que vão até se somar, como o do complexo ferroviário de São João Del Rei, em Minas Gerais, como o da Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro, pois há pontos de confluência. O nosso entendimento da Lei nº 11.483 é que a preservação da memória ferroviária só seria garantida, efetivamente, se entendêssemos a Rede como uma interligação de pontos no país. Como também foi afirmado por Robson Bolognani, compreender que muitas ferrovias foram embriões das cidades, de povoamentos, que esse valor, portanto, se dá pelo conjunto, pelo sistema que foi montado pela Rede Ferroviária. Aí, entenderemos, de fato, o quanto o legislador foi feliz ao valorizar os bens móveis e a questão documental, uma vez que é impossível gerir, entender e proteger essa memória ferroviária se não tivermos acesso às fontes e ao conhecimento que está guardado, tanto nesses bens móveis, quanto no acervo documental.

Ademais, entendíamos que essa memória está pulverizada nos municípios ao longo do país e que seria completamente equivocado trazer esses bens, por exemplo, para um local como o Arquivo Nacional, privando os municípios, dos seus bens e descontextualizando-os das suas localidades. Dessa forma, o que norteou a nossa ação foi esse entendimento da memória ferroviária. Precisamos escrever mais, gerar mais documentos sobre a questão, mas, em síntese, seria essa pequena explanação, por isso, seguimos nessa trilha obstinada de tentar dar esse rumo.

A questão era, então, como conseguiríamos atender a essa demanda provocada pela Lei nº 11.483/07. No dia seguinte, ou até antes da sua aprovação, já tínhamos demandas das prefeituras, do Ministério Público Estadual; do MP Federal, com uma atuação destacada da dra. Zane Cajueiro, então coordenadora, que ainda exerce um papel extremamente importante em relação à questão ferroviária; da SPU, que também começava a nos encaminhar solicitações de avaliação de valoração cultural; e a Inventariança que, além de encaminhar para a SPU, também nos encaminhava alguma documentação naquele momento.

Como iríamos fazer as intervenções e explorações culturais naquele momento, se não tínhamos dado nenhum? Dependeríamos da Inventariança da Rede. O Iphan tem um bom conhecimento da sua área de

atuação, mas em relação à preservação da memória ferroviária, era um *alien* que estava entrando na nossa seara. E as informações que vinham da Inventariança eram muito precárias, chegamos a visitar todas as unidades que mantinham correlação com o Iphan, algumas até em companhia da SPU, mas as informações não eram suficientes para que pudéssemos construir um julgamento de valor. Sem contar o nosso quadro técnico restrito até para fazer frente à nossa demanda usual. Em um Estado com as dimensões e com o acervo ferroviário do porte de Minas Gerais, como seria possível atender aos pedidos que nos chegavam de todos esses parceiros? A resposta não poderia ser aleatória.

Entendemos que a única opção possível e razoável era a realização de inventários, porque isso, modéstia à parte, o Iphan sabe fazer bem. Essa é uma tarefa que desempenhamos ao longo de muitos anos, de forma que já temos boa experiência. Começamos, então, a fazê-los e são esses inventários que têm nos dado a base para atuar. Em Minas Gerais, ele ainda não está completo, a nossa expectativa é finalizá-lo no final de 2010, ou com uma margem de segurança, em meado de 2011. Vários Estados que têm um ramal menor da Rede Ferroviária já finalizaram seus inventários, como Maranhão, Goiás e Ceará.

Com esses inventários é possível "levantar" grande quantidade de informações e a expectativa resultou em uma desproporção muito grande: recebíamos dados da Inventariança de que um determinado trecho tinha umas 120 estações, chegávamos ao local e encontrávamos 210 estações. Isso gerava problemas até contratuais porque tínhamos de ter uma estimativa de serviço, que era constantemente suplantada em relação aos números iniciais. Mas os inventários estão ficando muito bons e temos tido a possibilidade de atuar de forma mais rápida porque, a partir deles, temos informações, uma vez que foram feitos de uma forma mais completa, além de oferecerem um olhar direcionado para a nossa valoração cultural. Evidentemente, quando eu recebia da Inventariança uma informação sem foto, sem um descritivo, só com uma área, era absolutamente insuficiente para se fazer uma avaliação cultural com segurança. E quando eu digo com segurança, é segurança mesmo, porque o Ministério Público Federal nos pergunta, sistematicamente, qual é a nossa metodologia, de forma que temos de fazer tudo com muita parcimônia, com muito critério. E esses inventários estão sendo feitos com um rigor técnico que me parece bem satisfatório.

No caso de Minas Gerais, eles já estão nos ajudando a reduzir, inclusive, os deslocamentos. A partir de 2008, fizemos um pequeno trecho piloto para nos organizarmos. Começamos a realizar esses inventários nos trechos Belo Horizonte/Corinto, Corinto/Diamantina, Corinto/Buritizeiro para testarmos a metodologia, tanto da equipe que foi contratada quanto da ficha que elaboramos, checando dados. A partir daí, em 2009, nós já contratamos trechos maiores, Sapucaí/Divinópolis, Aureliano Mourão/Antônio Carlos, Três Corações/Varginha, Corinto/Monte Azul, Simão Pereira/Esperança, Recreio/Miguel Burnier.

Em relação aos inventários de bens imóveis, os dados ainda não estão atualizados, pois estamos em período de licitação. A nossa estimativa para finalizá-los é 2010.

O acervo documental foi outra vertente de atuação. Há pouco mencionei uma demanda judicial que recebemos para desenvolvermos ações de preservação em um imóvel da rua Sapucaí, em Belo Horizonte; tratava-se não só do imóvel, mas de todo acervo cultural; lá encontramos o acervo em condições muito precárias. A partir de um diagnóstico começamos a realizar uma série de trabalhos, inicialmente de pequenos reparos. É importante dizer que as ações relativas à Rede Ferroviária eram muito descoordenadas, embora fossem bem intencionadas, às vezes geravam problemas para o próprio acervo. A partir dessa ação do MPE, foi feita uma intervenção no local e o acervo que estaria em mal estado de acondicionamento foi retirado. O mesmo foi levado para instituições de preservação estadual para serem guardados. O fato é que eles ficaram em situação pior do que estavam na unidade da RFFSA, o que gerou um extremo dano ao bem. Assim, quando chegamos ao local, pudemos cuidar do patrimônio que ali estava, porque os demais ainda não tinham sido devolvidos. Depois do tratamento foi feita a higienização, com reparação e catalogação.

O acervo arquivístico também foi encontrado em péssimas condições de conservação, mas já foi tratado e acondicionado. Existem alguns documentos sem condições de restauração, nem de tratamento, porque houve perda de matéria, resultado de uma ação equivocada por falta de coordenação dos órgãos. Entendo que esse é o grande mérito da Lei nº 11.483/07: tentar dar ordem e vamos aos poucos estabelecer os papéis, mas creio que o objetivo é sempre o mesmo. Enfim, foi feita a classificação do material, 20% estavam razoáveis; 70%, regulares e 10%, péssimos.

Estamos, agora, contratando uma próxima etapa para o tratamento técnico do acervo da Rede enquanto trabalhamos o acervo documental de Araguari, cidade do triângulo mineiro onde se localiza uma belíssima estação, além de um acervo espetacular onde foram encontrados cadernos técnicos preciosos da Rede Ferroviária sobre as locomotivas e vagões. Os documentos foram trazidos para Belo Horizonte, ocasião em que houve um descompasso com a Inventariança, mas já superado. Já iniciamos o trabalho com o acervo do Indaiá. É claro que o volume de trabalho a ser realizado é gigantesco, do ponto de vista documental também, mas temos de estabelecer prioridades.

Eu pergunto ao Victor José Ferreira, do Movimento de Preservação Ferroviária, como poderíamos atuar na preservação desses bens móveis sem a documentação técnica? Não creio ser possível. Estamos desenvolvendo uma ação conjunta com a SPU, com a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, para criar no seu *campus* avançado na cidade de Santos Dumont um curso preparatório de mão de obra qualificada para fazer, inclusive, o restauro dos bens.

Assim, como podemos deixar que esse acervo fique sob a guarda de algum órgão que não trabalhe com a memória desses bens? Ele será um subsídio absolutamente fundamental para a reordenação dessa memória. A nossa ideia é criar uma comissão técnica formada por especialistas e ex-funcionários da Rede para nos auxiliar na triagem dessa documentação técnica.

Existem poucos especialistas na área e diante dessa dificuldade estamos tentando arregimentar para o Iphan profissionais que possam atuar na preservação desses bens móveis. Como disse anteriormente, estamos entrando em contato com todas as pessoas que estão de posse desses bens com o objetivo de recuperá-los. Temos contado, inclusive, com a ação de organizações não governamentais e de pessoas interessadas que têm denunciado o paradeiro dos bens, além de estarmos assinando termos de compromissos com as prefeituras para que os recebam. Assinamos cinco termos de compromisso no início do mês de dezembro, mas já tínhamos assinado anteriormente com Diamantina, Pará de Minas, Uberlândia, Uberaba. A nossa expectativa é que na primeira quinzena de fevereiro de 2010 assinemos mais uma leva de termos que representam o compromisso de preservação de mais dez estações. Assim, temos uma perspectiva muito boa. Demoramos a formatar esses acordos, mas acredito que agora daremos

uma deslanchada, principalmente porque as prefeituras têm se mostrado interessadas.

Temos trabalhado também na questão dos trens turísticos e tivemos alguns percalços, mas creio que justificados, porque a circulação desses trens é uma atividade que pode ser muito significativa para essas prefeituras, tanto do ponto de vista turístico como do ponto de vista da preservação da sua memória. Existe ainda, uma dificuldade de implementação desses projetos por conta, no meu modo de entender, da falta de uma participação maior da ANTT, a grande reguladora desse processo. Vejo que ela ainda está um tanto quanto afastada, impossibilitando uma relação mais harmônica com as concessionárias, o que dificulta a circulação desses trens turísticos. Pela lei, esses trens têm o direito de circular em determinada uma faixa horária. Sei que isso é uma coisa difícil para as concessionárias porque muitos desses trens turísticos não têm a estrutura necessária, do ponto de vista operacional, para circular, mas isso é um trabalho que teremos de construir aos poucos. A importância desses trens turísticos para as cidades é inegável e em nossa opinião é completamente inadequado o uso dessas locomotivas como "bibelô" de praça. A sua preservação e o seu significado só se dará com a sua circulação nos trechos que costumavam atender levando novamente alegria às populações.

Esperamos, com esse concurso que o Iphan realizou no domingo passado, ter mais colegas para fazer frente a esse grande desafio, e que a partir daí a nossa atuação seja mais rápida, mais qualificada e possamos cumprir o papel de zelar pela preservação da memória ferroviária brasileira.

Patrimônio Ferroviário

Subtemas

Gestão de bens imóveis

Gestão de bens móveis: os trens turísticos

Coordenador: **José Rodrigues Cavalcanti Neto** (Iphan)

Relator: **Antônio Soukef Júnior** (USP)

Comunicações

O Iphan e o patrimônio cultural ferroviário, **José Rodrigues Cavalcanti Neto** (Iphan)

Articulação institucional para exploração do potencial turístico do patrimônio ferroviário, **Ricardo Martini Moesch (**Secretaria Nacional de Políticas do Turismo/Ministério do Turismo)

O papel e o potencial do terceiro setor na preservação do patrimônio ferroviário, **Victor José Ferreira** (Movimento de Preservação Ferroviária)

Programa de Destinação do Patrimônio da Extinta RFFSA para o Apoio ao Desenvolvimento Local, **Ana Túlia de Macedo** (Departamento de Incorporações de Imóveis/SPU)

Patrimônio ferroviário: aspectos legais, **Robson Bolognani** (Procuradoria Federal/Iphan)

A experiência da gestão ferroviária no Estado de Minas Gerais, **Leonardo Barreto** (Iphan/MG)

Relato

Desafios para a formulação da Política Nacional

- Conceituar, instrumentalizar, implementar e difundir a Lei nº 11.483/2007, que dispõe sobre a promoção e proteção do patrimônio ferroviário brasileiro;
- Estabelecer critérios específicos e formas de acautelamento e preservação da memória ferroviária, em toda a diversificação e

abrangência, dando conta de seus bens móveis, imóveis, material rodante, acervos documentais e patrimônio imaterial;

• Criar uma política integrada, definindo competências, atribuições, responsabilidades e ações articuladas de todos os agentes envolvidos na gestão do patrimônio ferroviário;

• Ampliar o envolvimento de todos os departamentos do Iphan nas questões afetas ao patrimônio ferroviário, a fim de se constituir uma política institucional que trate de todos os aspectos a ele relacionados. Procurar estender esse envolvimento a todas as esferas do poder público e à sociedade em geral;

• Compreender e tratar o patrimônio ferroviário como parte do patrimônio industrial brasileiro, com toda a sua amplitude e diversificação e representatividade, nos processos de ocupação do território, na criação ou crescimento das cidades e nas transformações sociais, econômicas e culturais decorrentes da implantação dos sistemas ferroviários;

• Buscar a compatibilização dos aspectos teóricos e práticos do restauro de modo a discutir as soluções metodologicamente corretas de intervenção no patrimônio ferroviário, seja nas ações em que o Iphan esteja diretamente envolvido, seja nas ações de orientação de procedimentos a terceiros.

Desafios para a estruturação do SNPC

• Conflito de competências entre as instituições relacionadas pela Lei nº 11.483/2007;

• Somente com medidas como a agilização de procedimentos, a harmonização de competências, a cessão provisória dos bens ferroviários e a aplicação de sanções em caso do não cumprimento das responsabilidades assumidas na sua gestão é que o patrimônio ferroviário poderá ser, de fato, requalificado;

• Convergência de projetos e comprometimento nas três escalas governamentais (federal, estadual e municipal);

• Falta de continuidade nos programas governamentais, principalmente nas prefeituras.

Potencialidades para a formulação da Política Nacional

• O patrimônio cultural ferroviário, por fazer parte do imaginário coletivo da sociedade, pode ser recuperado e reaproveitado contribuindo para o reconhecimento da história e da cultura brasileira, inclusive de localidades que, em outros contextos não teria sua história valorizada;

• O reconhecimento dos bens ferroviários como patrimônio cultural pode torná-los agentes indutores de práticas de educação patrimonial, intensificando a identificação das comunidades com a própria história;

• O patrimônio resultante da extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) deve ser percebido como potencial instrumento para o desenvolvimento local e regional. O uso desse recurso precisa ser consciente e criativo. Um dos grandes potenciais é a implementação de trens turísticos culturais, que podem incrementar o desenvolvimento graças à cadeia de investimentos por ele alavancada, mas esse é só um exemplo da potencialidade desse acervo;

• Os bens imóveis ferroviários são importantes testemunhos de uma fase da arquitetura cada vez mais valorizada pela historiografia. Seus espaços e implantação peculiares têm potencial para serem reaproveitados em novas funções, desde que sejam preservadas integralmente suas características físicas e relações espaciais;

• Os acervos documentais, bibliográficos e iconográficos das antigas empresas ferroviárias que vieram a constituir a RFFSA na década de 1950, são importantes testemunhos das transformações técnicas, econômicas, políticas e culturais pelas quais o país passou nos últimos 150 anos. Ao serem recuperados e disponibilizados ao público, podem contribuir para surgimento de trabalhos científicos nas mais diversas áreas, contribuindo para a ampliação dos debates acerca das transformações do país entre a segunda metade do século XIX e todo o século XX.

Potencialidades para a estruturação do SNPC

• O patrimônio ferroviário, desperta grande interesse das prefeituras;

• As ferrovias cortam, aproximadamente, 1.300 municípios brasileiros, possibilitando abrangência para as políticas culturais, principalmente as relacionadas ao tema;

• Existência de várias instituições comprometidas com a preservação do patrimônio ferroviário;

• Tema recorrente em pesquisas universitárias.

Parcerias estratégicas para a formulação da Política Nacional

• Instituições ligadas à preservação ferroviária, como o Movimento de Preservação Ferroviária (MPF), a Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF), a Associação Brasileira dos Operadores de Trens Turísticos (ABOTTC), Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), entre outras;

• Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos/Brasil);

• Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH/Brasil);

• Universidades e instituições de ensino superior.

Parcerias estratégicas para a estruturação do SNPC

• Com as instituições envolvidas na gestão do patrimônio ferroviário: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Advocacia Geral da União (AGU), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., Inventariança da RFFSA, Secretaria de Patrimônio da União (SPU);

• Com o Ministério do Turismo a fim de facilitar a implementação de trens turísticos;

• Demais órgãos federais que possam, de algum modo, colaborar na diminuição dos entraves burocráticos e na agilização dos processos que envolvem o patrimônio cultural ferroviário;

• Governos estaduais;

• Prefeituras;

• Instituições ligadas à preservação ferroviária, como o Ministério Público Federal (MPF), a Associação Nacional de Transportes Ferroviários (ANTF), a Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos Culturais (ABOTTC), a Associação Nacional de Preservação Ferroviária (ABPF), entre outras;

• Icomos/Brasil;

• Comitê Brasileiro de Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH/ Brasil);

• Universidades e instituições de ensino superior.

Objetivos para os próximos dois anos (2010-2011)

• Definição de estratégias de identificação e proteção de bens imóveis a serem protegidos;

• Identificação de áreas ferroviárias com potencial para serem reabilitadas, revitalizadas ou requalificadas;

• Padronização e realização dos inventários de bens móveis no padrão do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG/Iphan);

• Efetivação do Plano de Ação que possibilite a elaboração de estratégias, potencialidades, preservação, destinação e restauro dos bens móveis ferroviários;

• Dar continuidade, em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), ao mapeamento dos acervos museográficos com temática ferroviária;

• Dar prosseguimento ao mapeamento dos acervos de documentos ferroviários existentes com vistas à sua catalogação, organização, higienização e destinação final;

• Estabelecer procedimentos metodológicos eficazes para que o patrimônio imaterial ferroviário possa ser preservado;

• Ampliação da parceria com museus, bibliotecas, e centros de documentação e de referência, com o intuito de desenvolver estudos comuns e obter colaboração nos trabalhos realizados pelo Iphan;

• Aumentar a participação em eventos relacionados à preservação do patrimônio industrial, de modo a trocar experiências e participar das discussões de interesse da preservação da memória ferroviária.

Ações estratégicas que devem ser implementadas nos próximos cinco anos (2010-2014)

• Regulamentar a memória ferroviária como novo dispositivo de preservação do patrimônio cultural brasileiro;

• Restaurar, recuperar e requalificar imóveis e áreas ferroviárias, considerados prioritários;

• Colocar em prática ações que visem estabelecer as potencialidades e planos de destinação, restauro, etc. dos bens móveis ferroviários;

• Organizar acervos documentais ferroviários e disponibilizar bancos de dados informatizados para o grande público;

• Ampliar o número de trens turísticos e culturais em funcionamento.

Ações estratégicas que devem ser implementadas em 2010

• Finalização dos inventários de bens imóveis ferroviários;

• Elaboração de um manual de procedimentos internos para o patrimônio cultural ferroviário da extinta RFFSA, englobando: aprovação dos fluxogramas, interno e externo, para cessão dos bens; aprovação e complementação dos documentos modelo e pareceres; elaboração das recomendações para o preenchimento do parecer técnico nos casos de valoração e não valoração dos bens; complementação da planilha de documentos para conhecimento preciso dos processos abertos e das demandas;

• Implementação dos procedimentos internos nas Superintendências Estaduais do Iphan e divulgação dos procedimentos à sociedade;

• Desenvolvimento de trabalho conjunto entre a Coordenação de Cidades e Coordenação de Bens Imóveis do Iphan com vistas ao implemento de ações complementares e não concorrentes;

• Atuar na prospecção de áreas visando à proteção, à destinação e ao levantamento de potencialidades do patrimônio cultural ferroviário (áreas e bens a serem prioritariamente protegidos ou tombados, necessidades urgentes de conservação e preservação, vocação e potencialidade do bem, destinação possível);

• Desenvolver um Plano de Ação Nacional que possibilite a elaboração de estratégias, levantamento de potencialidades e planos de destinação, restauro, etc. dos bens móveis ferroviários;

• Construir, preferencialmente, com o Ibram, uma metodologia para mapear os acervos museográficos com temática ferroviária, a fim de definir sua melhor destinação;

• Construção de estratégia para mapeamento dos acervos de documentos ferroviários existentes com vistas à sua catalogação, organização, higienização e destinação final;

• Criar ou, em alguns casos, reforçar uma interface com museus, bibliotecas e centros de referência com o intuito de desenvolver estudos comuns e obter colaboração para trabalhos realizados pelo Iphan.



Patrimônio imaterial: identificação, reconhecimento e fomento

*Márcia Sant'Anna**

Resumo

Diante do desafio proposto pelo I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural de ser espaço de articulação e diálogo para construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, o texto aponta as questões pertinentes à preservação do patrimônio imaterial. O primeiro desafio decorre do fato de o patrimônio imaterial ser de natureza dinâmica e de que o ser humano constitui o seu suporte. Como os grupos humanos são os detentores e os portadores desse patrimônio e deles depende sua continuidade e a possibilidade de deflagração de processos de salvaguarda, é essencial a difusão de métodos, instrumentos técnicos e informações. Por isso, o texto propõe uma discussão em torno dos mecanismos e marcos legais existentes para sua preservação.

* Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial/Iphan

Palavras-chave

Patrimônio vivo, Marcos legais, Rede de preservação.

Introdução

O I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural já constitui um marco da história das políticas públicas de preservação no Brasil. Realizado em Ouro Preto, de 13 a 16 de dezembro de 2009, provou ser instrumento fundamental no processo de construção do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural (SNPC), pois funcionou como espaço de articulação, diálogo e concertação dos atores sociais e governamentais. A partir do encontro, em Ouro Preto, o fórum se firmou como um dos principais pilares do SNPC. Juntamente com mecanismos compartilhados de gestão e financiamento, sustentará e permitirá a implementação de uma política nacional de

preservação do patrimônio cultural e o funcionamento pleno do sistema. Este, a partir dos debates ocorridos no fórum, surge como estrutura mais articulada e menos hierárquica; menos rígida e mais adaptável aos vários contextos sociais, econômicos e de capacidade administrativa do país.

Neste primeiro fórum, o foco foi ainda a construção do SNPC e, por isso, os debates foram estruturados em torno de quatro eixos temáticos, de caráter transversal, que trataram das diretrizes e ações que devem ser encaminhadas e priorizadas com vistas ao bom andamento e à conclusão desse processo de construção: (1) formas de cooperação, compartilhamento e definição de papéis; (2) regulação e marcos legais; (3) estrutura administrativa e formas de funcionamento; (4) instrumentos e formas de financiamento. Como os vários aspectos e dimensões do patrimônio cultural levantam questões e problemas específicos a ser enfrentados no âmbito do SNPC, o fórum também abrigou 10 sessões temáticas que abordaram assuntos do patrimônio natural aos bens móveis e integrados; do patrimônio urbano ao novo conceito de paisagem cultural. Entre estes, o tema da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial não poderia ficar de fora, não somente em razão do crescente interesse que suscita, mas, sobretudo, porque enseja reflexão específica em face de uma atuação governamental integrada e sistêmica.

Uma primeira questão que o patrimônio cultural imaterial coloca para o SNPC decorre diretamente de sua natureza dinâmica e do fato de que o ser humano constitui o seu suporte. Quando se deslocam, os homens levam consigo suas culturas, práticas, tradições, assim como as enriquecem, adaptam e modificam em contato com outros contextos sociais e ambientais. Assim, pode-se dizer que o patrimônio cultural imaterial tem como característica não somente a mutabilidade, mas, também, a mobilidade, pois as pessoas o levam dentro de si para onde vão.

Por isso, os bens culturais imateriais ultrapassam fronteiras políticas e administrativas e dificilmente estão em apenas um lugar, embora o contexto local possa lhe imprimir uma marca indelével. Inúmeras manifestações culturais dessa natureza se espalham por vários municípios e Estados do Brasil, e muitas são compartilhadas com países vizinhos ou de outros continentes. Ações articuladas e integradas nos planos nacional e internacional são, portanto, frequentemente necessárias para o processo de salvaguarda. Exemplos claros são os bens culturais das etnias indígenas que vivem aqui e em outros países da América do Sul e, do mesmo modo, são

os saberes, tradições, rituais e ritmos que compartilhamos com países africanos, europeus e asiáticos.

O fato de que os grupos humanos são os detentores e os portadores desse patrimônio e que deles depende sua continuidade e a possibilidade de deflagração de processos de salvaguarda faz com que a difusão de métodos, instrumentos técnicos e informações seja essencial. De modo particular, o compartilhamento de informações é, ainda, essencial para a articulação e integração de ações de salvaguarda, tanto no nível comunitário como no governamental. Caso tenhamos um patrimônio cultural guarani compartilhado com outros países latino-americanos, como salvaguardá-lo sem informações acessíveis a todos e sem métodos de identificação compatíveis? Essa indagação é válida, também, para bens como a capoeira – que está em todos os Estados brasileiros e em vários países do mundo – ou como o samba de coco – que se espalha em quase todo o Nordeste.

Outra questão crucial que o patrimônio cultural imaterial coloca para o SNPC diz respeito ao marco legal da salvaguarda. É possível atuar conjuntamente com marcos legais de abordagens tão distintas quanto o Decreto nº 3.551/2000 e as leis estaduais formuladas no espírito do Sistema Tesouros Humanos Vivos da Unesco?

Com o objetivo de debater essas questões tão importantes, os organizadores do I FNPC propuseram como subtemas das mesas-redondas relativas ao patrimônio cultural imaterial os macroprocessos que compõem a salvaguarda – identificação, reconhecimento patrimonial, apoio e fomento – e a necessidade de articulação nos planos nacional e internacional. Por fim, a interface fundamental que esse patrimônio mantém com as culturas populares.

Na Sessão Temática 7, do dia 14/12, a discussão concentrou-se nos problemas da identificação, do reconhecimento e das interfaces entre patrimônio e cultura popular, com as apresentações de: Ana Gita de Oliveira, sobre "Política de inventário e registro do patrimônio imaterial"; de Maria Acselrad, sobre "Patrimônio vivo: estudo comparativo das experiências de registro do Pernambuco, Ceará e Alagoas"; e de Cláudia Márcia Ferreira, sobre "Patrimônio e cultura popular". No dia seguinte, os trabalhos prosseguiram, e a sessão temática tratou, por sua vez, das possibilidades de ação no plano internacional e de experiências concretas de apoio e fomento por meio das falas de Maria Cecília Londres Fonseca, sobre os "Instrumentos de salvaguarda no plano internacional"; de Teresa Paiva

Chaves, a respeito dos "Instrumentos de apoio e fomento"; de Rebecca Guidi e Elaine Monteiro, sobre "A experiência do plano de salvaguarda do jongo no Sudeste"; e de Guacira Waldeck, sobre o "Programa da Sala do Artista Popular".

Com vistas a otimizar e a obter um bom resultado nos debates, foi solicitado aos participantes que procurassem encaminhar questões que, na medida do possível, relacionassem os subtemas em foco aos grandes eixos transversais do fórum. O resultado foi bastante positivo, chegando-se, no final, ao consenso em torno do seguinte elenco de diretrizes:

1. Sobre cooperação, compartilhamento e definição de papéis

• Construção de uma rede de preservação e gestão do patrimônio cultural, envolvendo atores governamentais e sociais, estruturada a partir do compartilhamento de princípios de atuação, métodos, procedimentos, abordagens e informações. Esta rede deverá ter como objetivo a atuação integrada desses vários atores e a definição de prioridades e de papéis.

2. Sobre regulação e marcos legais

• Articulação dos marcos legais do registro de bens culturais de natureza imaterial e do reconhecimento dos "patrimônios vivos", com vistas à implementação de processos de salvaguarda mais amplos e integrados.

• Elaboração de marcos legais, estaduais e municipais, alinhados aos princípios da participação informada das bases sociais envolvidas; da produção de conhecimento e documentação; e da implementação de ações e de planos de salvaguarda.

• Implementação de ações voltadas à melhoria da interlocução e do relacionamento burocrático, entre a administração pública e sociedade.

3. Sobre estrutura e formas de funcionamento

• Implementação e/ou fortalecimento das estruturas governamentais ligadas à salvaguarda do patrimônio cultural, em todos os níveis de governo.

• Apoio à organização e capacitação da sociedade, com vistas à promoção da autonomia dos processos de salvaguarda.

4. Sobre instrumentos e formas de financiamento

• Descentralização e regionalização da política de editais públicos de apoio e fomento à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

• Articulação de políticas públicas de diferentes setores governamentais, tendo em vista a ampliação do alcance e dos recursos das ações de salvaguarda.

• Articulação de parcerias com o setor privado e com organizações internacionais com vistas à ampliação das formas de financiamento da política nacional de salvaguarda.

Entre as ações sugeridas e consideradas prioritárias em cada um desses eixos, vale destacar algumas pela sua importância estratégica. A primeira diz respeito à necessidade urgente de desenvolvimento e implantação de um sistema compartilhado de informações sobre o patrimônio cultural imaterial, assim como da ampliação das ações de difusão das bases conceituais e técnicas da política de salvaguarda, desenvolvida no plano federal. A segunda se relaciona à necessidade premente de revisão e adaptação das normas administrativas do setor público, com vistas a facilitar a interlocução entre Estado e sociedade e a viabilizar e ampliar o acesso de grupos e comunidades aos programas de fomento e financiamento.

A formulação e a implementação de um programa nacional de fortalecimento institucional das estruturas administrativas federal, estaduais e municipais, encarregadas da preservação do patrimônio, foi também considerada essencial, tendo em vista o seu papel coordenador e indutor da política nacional de preservação e o estado precário em que se encontram, especialmente nos Estados e municípios. Por fim, foi também considerada urgente e essencial a instituição de Comissão ou Grupo de Trabalho Interinstitucional para discussão e implementação de formas de articulação de políticas públicas, de novas modalidades de fomento e de estratégias para captação de recursos no setor privado e nos organismos internacionais.

As sessões temáticas sobre patrimônio cultural imaterial contaram com a participação de 65 pessoas nos dois dias. As apresentações e debates foram extremamente ricos e abordaram todas as grandes questões que envolvem a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Políticas de inventário, registro e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

*Ana Gita de Oliveira**

Resumo

O texto é uma síntese dos instrumentos e diretrizes utilizadas na implementação da política de patrimônio cultural imaterial no Brasil. Tem por princípios básicos conhecer e dar visibilidade à diversidade cultural brasileira; apoiar as condições de produção e reprodução desses bens culturais; articular as esferas públicas e organizações da sociedade civil que estejam relacionadas com os grupos detentores desses bens visando desenvolver as bases institucionais e conceituais da política de preservação do patrimônio cultural.

* Coordenadora geral de Identificação e Registro – DPI/ Iphan

Palavras-chave

Inventário Nacional de Referências Culturais, Registro, Diversidade cultural, Diretrizes.

A política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial tem como base de implementação instrumentos de identificação, de reconhecimento, de apoio e fomento. Assim, entre os instrumentos de apoio e valorização desse campo do patrimônio cultural podemos mencionar o Decreto nº 3.551/2000 e o Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC.

No primeiro caso trata-se do instrumento jurídico que organiza o reconhecimento de bens culturais que têm natureza processual e dinâmica pela instituição do registro dos bens que constituem patrimônio cultural brasileiro. A par disso e no âmbito desse reconhecimento cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. O Registro do Patrimônio Imaterial está organizado em livros onde são inscritos os bens reconhecidos. Esses livros espelham as categorias organizadoras desse campo patrimonial,

conhecidas como Saberes, Celebrações, Formas de Expressão e Lugares. Para cada uma dessas categorias há um Livro de Registro.

No segundo caso, trata-se do instrumento de identificação – o Inventário Nacional de Referências Culturais – que tem com princípio estruturante o conceito de *referências culturais* e se refere aos diversos domínios da vida social tais como as festas, os conhecimentos, os modos de fazer, lugares e as performances culturais, para os quais são atribuídos sentidos e valores diferenciados constituindo-se, por isso, em referências de identidade para grupos sociais específicos. Da mesma forma que o registro, está organizado por categorias que nos ajudam a construir seu objeto. Essas categorias, as mesmas utilizadas nos Livros de Registro, correspondem a focos e a aspectos específicos dos bens culturais. Mas, diferentemente do primeiro caso, temos no INRC o acréscimo de uma nova categoria: são as *edificações* que, muito embora não conste do Decreto nº 3.551, foram pensadas para promover um diálogo com o Decreto-Lei nº 25/1937, que trata das edificações com a perspectiva monumental e de excepcional valor artístico. Trata-se neste caso, das edificações desprovidas de qualquer valor arquitetônico ou monumental mas que são altamente referenciais para grupos sociais específicos como, por exemplo, a Casa de Reza dos Mbyá-Guarani, uma casa simples que se constrói e reconstrói em qualquer lugar onde se estabeleça uma aldeia. Do ponto de vista do Decreto- Lei nº 25/37, essa casa não teria valor algum, mas na perspectiva do patrimônio imaterial é altamente referencial, uma vez que a vida dos Mbyá-Guaranis gira em torno dessa casa. Esse exemplo é apenas para dar uma ideia e reforçar a noção de que os campos jurídicos do patrimônio cultural imaterial e material são complementares. O INRC pode ser compreendido como uma metodologia de produção de conhecimento subsidiário à implementação de políticas de salvaguarda e como um valioso instrumento de gestão. A par disso, organiza agendas de questões e ações tanto para o conjunto dos atores sociais envolvidos quanto para o Iphan.

Outro importante instrumento de implementação da política de patrimônio cultural imaterial diz respeito ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – o PNPI. Esse programa, criado pelo Decreto nº 3.551/2000, tem por objetivos apoiar e fomentar a política de identificação, registro e salvaguarda de bens culturais imateriais; apoiar e fomentar iniciativas da sociedade e contribuir para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade. Entre suas linhas de ação estão pesquisa, documentação e informação;

sustentabilidade; promoção e capacitação. Todos os anos o Departamento do Patrimônio Imaterial promove editais em uma dessas linhas de modo a estimular a participação da sociedade nas políticas de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

Toda a política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial está orientada por diretrizes. A primeira delas é reconhecer e dar visibilidade à diversidade cultural brasileira. Para essa diretriz foram formuladas algumas linhas de trabalho como, por exemplo, as referências culturais de povos indígenas, de populações afrodescendentes, de populações tradicionais, do multiculturalismo em contexto de megacidades, dos sítios urbanos tombados e de temas tratados no âmbito das culturas populares.

Outra diretriz se refere à identificação, ao mapeamento e à documentação das referências culturais existentes no território nacional focalizando, prioritariamente, os segmentos da população e regiões que estiveram, historicamente, à margem das políticas de preservação do Iphan, especialmente, as regiões Centro-Oeste e amazônica. Entender um pouco os elementos que referenciam esses contextos, esses complexos culturais como, por exemplo, os sistemas agrícolas locais, com os quais estamos trabalhando atualmente, constitui ainda um desafio.

Cabe mencionar aqui aqueles contextos culturais para os quais há evidentes sinais de grande impacto como, por exemplo, a construção de usinas hidroelétricas ou a construção de estradas, especialmente, quando empreendimentos deste porte promovem o deslocamento de coletividades dos locais tradicionalmente habitados, criando processos de reassentamento forçado. Há, entretanto, outras situações de impacto nas quais o risco de desaparecimento de bens culturais se apresenta quase inexorável, implicando ações urgentes de salvaguarda. Esse foi o caso da renda conhecida como "bico singeleza", existente no Nordeste brasileiro. Aqui, tratava-se de difundir a técnica de feitura da renda, ampliando-a para o maior número possível de pessoas, pois esse conhecimento se resumia a uma mulher, já muito idosa.

A segunda diretriz é apoiar as condições de produção e reprodução que garantam a continuidade desses bens culturais. Quer dizer, estimular e apoiar a base social detentora desses bens a continuar produzindo. São os grupos sociais, detentores desses bens, os principais interlocutores na construção conjunta das ações de salvaguarda e de sua implementação. Não é uma decisão apenas dos técnicos do Iphan. Isso pode ser feito de diversas maneiras. Em quase todos os casos deve haver uma sensibilização dos atores

sociais para a preservação, por meio de uma negociação especial e delicada, envolvendo o conceito de patrimônio e seus desdobramentos como política de preservação. Nos casos das sociedades indígenas, por exemplo, o conceito de patrimônio será entendido segundo as categorias que organizam suas vidas. Aqui, o desafio será o de construir tais referências culturais a partir de outras visões de mundo. O conceito de patrimônio não pode ser fechado e deve haver sensibilidade dos técnicos para perceber os contextos nos quais essas traduções culturais se apresentam. E isso demanda tempo.

Outro aspecto da política de salvaguarda é articular as secretarias de Estado, dos municípios, organizações da sociedade civil as quais estejam, de alguma maneira, relacionadas aos detentores de bens culturais. E essa articulação nunca é um trabalho apenas do Iphan, como revela nossa experiência acumulada. São vários atores, entes públicos e da sociedade civil, incluindo-se aí os próprios detentores. Trata-se, portanto, de uma costura complexa e, às vezes, é nessa costura, nessa negociação, que o patrimônio vai se constituindo, ele não é dado.

Outro aspecto a ser levado em conta é o caráter datado das referências culturais que compõem o vasto acervo desse campo patrimonial. Considera-se que as referências culturais identificadas hoje não serão as mesmas num tempo futuro de dez anos, assim como, certamente, não o eram no mesmo período de tempo passado. Nesse sentido é que se entende ter esse patrimônio uma natureza dinâmica e processual. Seus elementos estão em permanente movimento e transformação.

A outra diretriz é desenvolver as bases institucionais, conceituais, de reconhecimento e valorização desse patrimônio, através da difusão desses conceitos bem como das experiências de salvaguarda no âmbito estadual e municipal, além da experimentação e avaliação permanentes dos instrumentos com os quais essa política vem sendo implementada.

Para mostrar alguns exemplos de bens registrados podemos citar entre as primeiras experiências, o Ofício das Paneleiras de Barro de Goiabeiras, no Espírito Santo; a Viola de Cocho, do Mato Grosso do Sul; o Ofício das Baianas de Acarajé, reconhecimento que resultou de uma linha de trabalho, estruturada no âmbito do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP, relacionado ao feijão e à mandioca e que culminou no reconhecimento do Ofício das Baianas de Acarajé como patrimônio cultural brasileiro. Há também o reconhecimento do Samba de Roda do Recôncavo Baiano para ilustrar as formas de expressão. Como celebração, temos o Círio de Nazaré, em Belém.

A Cachoeira de Iauaretê, no Alto do Rio Negro (AM) e a Feira de Caruaru, em Pernambuco, ambos inscritos no Livro de Registro dos Lugares.

A par desses avanços há um novíssimo instrumento, recém-saído do forno que é o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL, resultado de quase dois anos de trabalho. A criação desse instrumento envolveu os Ministérios da Educação e da Justiça, o IBGE, linguistas de várias instituições brasileiras, professores de universidades e outros profissionais, enfim, um grupo grande de especialistas que tinham por objetivo e meta construir um instrumento que pudesse, na perspectiva patrimonial, dar conta de nossa diversidade linguística. E, muito embora as línguas não tivessem sido objeto de estudo em 2000 e antes, quando se discutiam as orientações para o patrimônio imaterial, o entendimento sobre a complexidade desse campo significou tratá-lo separadamente, como um campo de trabalho específico. E isso só foi possível recentemente. Apesar de o decreto que instituirá o INDL ainda não ter sido assinado, algumas experiências estão sendo desenvolvidas visando testar a eficácia do inventário.

Importante mencionar que de 2004 para cá já acumulamos alguma experiência. Entretanto, as questões que surgiram a partir das experiências realizadas, ao longo destes seis anos de atuação, indicam que esse campo de políticas públicas ainda não se consolidou. Isso significa que está em processo de construção porque cada experiência põe novas questões. Entre as questões que se apresentam temos, por exemplo, uma agenda de "novos" direitos para os quais o sistema de propriedade intelectual se mostra insuficiente. Para muitos casos, o escopo desse sistema não atende ou "protege" tais coletividades em razão da natureza dos direitos que se apresentam. E essas questões são sempre novas e desafiadoras e, em seu conjunto, apontam para a necessidade de elaboração de um regime *sui generis* de direitos de modo a atender as demandas oriundas das experiências coletivas contemporâneas.

Para finalizar, seria importante ressaltar que o instrumento do registro, diferentemente do tombamento, é declaratório. Significa dizer que o Estado não pode impor a orientação ou reorientação das dinâmicas sociais, dos processos históricos, no âmbito dos quais esses bens culturais são criados e recriados. Trata-se de uma abordagem voltada ao entendimento das categorias que organizam a vida de coletividades; da produção de conhecimento e de sua farta documentação, de seu reconhecimento, de sua valorização, de sua atuação conjunta e articulada.

O impacto das políticas de registro na transmissão de saberes populares e tradicionais: experiências de Pernambuco, Ceará e Alagoas

*Maria Acselrad**

Resumo

Este artigo procura sintetizar algumas reflexões desenvolvidas ao longo do projeto de pesquisa "Patrimônio vivo – o impacto das políticas de patrimonialização de pessoas e grupos culturais na transmissão de saberes populares e tradicionais: estudo comparativo das experiências de registro de Pernambuco, Ceará e Alagoas", apoiado pela Coordenação geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc/DAF/Iphan), através do 1º Edital de Seleção de Pesquisas – A Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, em 2009. As questões aqui tratadas têm, como base, a experiência da autora à frente da Coordenadoria de Cultura Popular e Pesquisa da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Agora, em perspectiva comparada, essas questões ganham nova dimensão e permitem avaliar a potencialidade dessas experiências, buscando contribuir para uma reflexão sobre as políticas públicas para o patrimônio imaterial.

Palavras-chave

Patrimônio imaterial, Políticas públicas, Transmissão de saberes.

Este artigo procura sintetizar algumas reflexões desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa "Patrimônio Vivo – o impacto das políticas de patrimonialização de pessoas e grupos culturais na transmissão de saberes populares e tradicionais: estudo comparativo das experiências de registro de Pernambuco, Ceará e Alagoas".[1] Tais reflexões têm origem no ano de

* Professora assistente do Curso de Dança, do Departamento de Teoria da Arte da UFPE

1. Esta pesquisa foi selecionada pelo 1º Edital de Seleção de Pesquisas – A Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil, lançado pela Copedoc/DAF/Iphan, em 2009. Embora existam mais Estados onde este tipo de legislação pode ser encontrado, nosso critério de seleção procurou privilegiar aqueles onde a legislação vigorava há mais tempo.

2007 quando, à frente da Coordenadoria de Cultura Popular e Pesquisa da Fundarpe, órgão gestor da cultura do Estado de Pernambuco, fui responsável pela coordenação dos editais do Registro do Patrimônio Vivo. Com base nessa experiência, tive a oportunidade de reunir algumas observações sobre as dificuldades de aplicação dessa legislação, o que mais tarde me despertou a curiosidade em saber de que forma essa política era colocada em prática nos outros Estados, onde a mesma legislação vigora. Sendo assim, vale ressaltar que esta é uma reflexão que surge da prática da gestão, relação a princípio indissociável, porém ainda pouco recorrente no interior dos órgãos públicos de cultura.

A questão que norteou essa pesquisa pode ser resumida da seguinte maneira: de que forma a aplicação das legislações que visam ao reconhecimento e à valorização de mestres e grupos da cultura popular e tradicional tem repercussão no processo de transmissão de saberes? Avaliar a adequação, a eficácia, a potencialidade dessas experiências, buscando contribuir para uma reflexão sobre a formulação e a reformulação de políticas públicas para o patrimônio imaterial, era o nosso principal desafio.

De modo a atingi-lo, algumas metas foram traçadas. Era importante, por exemplo, analisar o contexto de criação das legislações em questão, de modo a compreender um pouco do ambiente que permeou a discussão; identificar os principais documentos que subsidiaram a constituição desses marcos legais; mapear os diferentes atores sociais envolvidos nesse processo; identificar os procedimentos relativos ao registro, previstos por cada um dos Estados, nos respectivos textos de lei; realizar levantamento das dificuldades de aplicação desses instrumentos, utilizando como fonte de informação, tanto o depoimento de gestores e pesquisadores envolvidos com o processo, como o de mestres e grupos contemplados pelo registro. Por outro lado, era igualmente necessário identificar o universo dos mestres e grupos registrados; observar, registrar e analisar seus processos de transmissão de saberes; destacar as mudanças e permanências nas condições de produção e reprodução de seus saberes e fazeres, após o registro, buscando refletir sobre a viabilidade de um programa sistemático de ensino-aprendizagem, objetivo comum das legislações.

Dentre os procedimentos metodológicos, durante a pesquisa, foram adotados: o levantamento bibliográfico, tendo como fonte principal as pesquisas sobre políticas públicas voltadas para o patrimônio imaterial e sobre a cultura popular e tradicional na perspectiva de sua transmissão; o

trabalho de campo nos três Estados em questão, onde foram visitadas 16 cidades, entrevistados 17 profissionais envolvidos com o processo de registro, dentre gestores, conselheiros, membros de comissões de análise e/ou pesquisadores, 23 mestres, ligados às mais diversas tradições, além de três grupos, durante três meses de trabalho de campo. E, por fim, uma análise comparativa do processo de aplicação das referidas legislações, procurando identificar as principais dificuldades enfrentadas.

Um documento importante para o desenvolvimento da pesquisa foi o relatório produzido pela Unesco, intitulado *Patrimônio imaterial – legislações e políticas estaduais*, elaborado por Maria Cecília Londres Fonseca e Maria Laura Viveiros de Castro (Educarte, 2008) –, um verdadeiro inventário das políticas e legislações estaduais de patrimônio imaterial, voltadas tanto para o reconhecimento de bens culturais como de pessoas. Ali são enunciadas algumas questões ligadas à dificuldade de sua aplicação, que através dessa pesquisa puderam ser desdobradas, em decorrência da experiência acumulada à frente da Coordenadoria já mencionada e também devido ao trabalho de campo realizado nos demais Estados pesquisados. Um estudo comparativo das experiências de registro de Pernambuco, Ceará e Alagoas e a identificação dos principais desafios conceituais e operacionais dessa política é o que segue a partir deste momento.

Antes, porém, faz-se necessário compartilhar algumas definições, de modo a favorecer o entendimento do universo em questão. Por patrimônio vivo, segundo a Lei nº 12.196/2002, de Pernambuco, compreende-se:

> A pessoa, ou grupo de pessoas, que detém os conhecimentos ou as técnicas necessárias para produção e preservação dos aspectos da cultura popular e tradicional de comunidades localizadas no Estado de Pernambuco e em especial os que sejam capazes de transmitir seus conhecimentos, valores, técnicas e habilidades objetivando a proteção e a difusão da cultura tradicional popular pernambucana, com prioridade para os artistas, os criadores, os personagens e símbolos e expressões ameaçados de desaparecimento ou extinção, pela falta de apoio material ou incentivo financeiro por parte do poder público ou da iniciativa privada.[2]

Através dessa definição é possível perceber a prioridade conferida ao universo da cultura popular e tradicional, sobretudo para aqueles indivíduos ou grupo de indivíduos que desenvolvem suas atividades à margem de qualquer apoio ou incentivo financeiro, fato que os tornaria mais suscetíveis

2. Ver LEI nº 12.196 de 2 de maio de 2002. In VIVEIROS DE CASTRO, Maria Laura e FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil – legislação e políticas estaduais*. Brasília: Unesco-Educarte, 2008.

ou ameaçados de desaparecimento. Por cultura tradicional e popular, o Decreto nº 27.503/2004 do Estado de Pernambuco que traz toda a regulamentação da legislação acima, compreende:

> Cultura tradicional: Aspectos e manifestações da vida cultural de um povo, transmitidos ou legados a gerações presentes e futuras pela tradição enraizada no cotidiano das comunidades.
>
> Cultura popular: conhecimentos, modo de fazer, credos, rituais, festas indumentárias que caracterizam a vivência cultural, coletiva ou individual, de um povo, da religiosidade, das brincadeiras, dos entretenimentos e de outras práticas da vida social.[3]

3. *Idem*.

Tais definições estabelecem sintonia com os princípios, as definições e as orientações contidas, entre outros documentos,[4] na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, sobretudo no que se refere ao apoio direto aos indivíduos responsáveis pela criação, recriação, transmissão, manutenção do patrimônio imaterial, compreendido como:

4. *Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional Unesco*, 1989. Disponível em http://unesdoc.unesco.org. Programa Tesouros Humanos Vivos e Programa Maîtres d´Art, ver Abreu (2003).

> [...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, incutindo-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.[5]

5. UNESCO, 2003. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Disponível em http://unesdoc.unesco.org

Das três legislações, embora a de Pernambuco seja a mais antiga – tendo sido instituída em 2002 e regulamentada em 2004 –, a do Ceará entra em vigor mais cedo, em 2003, e já em 2006 passa por uma reformulação, atendendo à demanda pela inclusão de grupos e coletividades, sendo esta última categoria um dos aspectos que a diferencia da legislação de Pernambuco, que registra apenas mestres e grupos, e da legislação de Alagoas que, entrando em vigor em 2004, e considerada quase idêntica a de Pernambuco, contempla apenas mestres.

Algumas diferenças podem ser observadas nas três legislações, no que diz respeito às categorias contempladas, às características da premiação, ao valor da bolsa, ao número de premiados por ano. Porém, uma análise dos

pré-requisitos e dos deveres previstos para os contemplados, permite ressaltar a questão da transmissão como uma preocupação comum às três legislações. Propiciar a efetiva transmissão de seus conhecimentos ou encontrar-se apto para fazê-lo seria uma condição, inclusive, para a própria inscrição dos candidatos ao registro.

No entanto, em relação aos critérios de análise, vale chamar a atenção para o fato de que, com exceção do Ceará onde os critérios correspondem aos pré-requisitos, em Pernambuco e em Alagoas prevalece a valorização da idade do candidato ou da antiguidade do grupo, a situação social e econômica em que ele vive e a relevância do seu trabalho para a cultura do Estado. Porém, não há nenhum critério que procure avaliar a questão da transmissão – de que forma ela acontece, se ela acontece, em que contexto, para que público –, o que expressa um aparente descompasso entre o que é exigido e o que é avaliado, principalmente se considerarmos os deveres decorrentes do registro.

Dentre as principais dificuldades mencionadas, relativas à aplicação das legislações, em Pernambuco, consta a crescente tendência à ampliação do público alvo, fato que rendeu manifestações locais de insatisfação por parte de candidatos ao registro e entidades proponentes, devido à premiação de um cineasta e um grupo de teatro experimental, nos anos de 2007 e 2008, respectivamente. A falta de direcionamento dos critérios, somado às pressões políticas, foi apontada como um dos fatores responsáveis pela nebulosidade que tem envolvido o processo de escolha dos patrimônios vivos em Pernambuco. Isso estaria repercutindo, inclusive, na procura cada vez menor pelo registro, segundo estudo quantitativo elaborado pela Coordenadoria de Cultura Popular e Pesquisa, em 2008.

No Ceará, a falta de regularidade do apoio, quando a bolsa é concedida de forma provisória, a falta de esclarecimento quanto aos deveres vinculados à lei, o valor da bolsa e, principalmente, o reconhecimento tardio, quando os mestres já se encontram em idade muito avançada – um dos principais empecilhos para a realização da transmissão, segundo eles – foram as principais questões destacadas pelos mestres, acerca das dificuldades de aplicação da lei.

Em Alagoas, a falta de recursos específicos para o desenvolvimento de ações de documentação, difusão e transmissão foi a principal dificuldade mencionada. Dos três Estados, Alagoas é o único que até o momento não tem um fundo de incentivo à cultura, o que agrava mais o quadro de

dificuldades na aplicação da legislação em questão, fato mencionado, também, pelos gestores dos demais Estados, e que inclui, também: dificuldade na realização do acompanhamento dos registrados, equipes insuficientes, ausência de recursos específicos para essa ação. A diminuição da procura de candidatos também foi mencionada em Alagoas, mas, nesse caso, foi apontado o número exíguo de mestres contemplados por ano – três, como em Pernambuco – mas, podendo atingir o limite máximo de trinta contemplados, em qualquer tempo. Limite esse que em Pernambuco pode chegar até sessenta.

A ausência de ações de transmissão foi um fator recorrente nos três Estados pesquisados. O Estado de Pernambuco, no entanto, foi o único onde puderam ser identificadas algumas ações de transmissão, embora esporádicas e descontextualizadas do contexto de atuação dos mestres e grupos, através da realização de oficinas culturais inseridas na programação de festivais regionais de cultura, o que, talvez, possa ser mais bem caracterizado como uma ação de difusão do que realmente de efetiva transmissão, uma vez que o contexto nem sempre favorece o desenvolvimento daquele saber específico ou as pessoas envolvidas nem sempre estão interessadas em dar continuidade àquela atividade de forma mais comprometida.

Algumas reflexões podem ser feitas com base nas informações levantadas ao longo da pesquisa sobre o impacto dessas legislações no processo de transmissão de saberes dos mestres e grupos contemplados com o registro. Em relação aos impactos na vida cotidiana, é inegável, segundo os mestres e grupos entrevistados, a melhoria nas condições de vida, embora o valor da bolsa seja pequeno e, por vezes, até temporário. A utilização da bolsa, principalmente no caso dos mestres, apresenta variações na forma de investimento – alguns investem diretamente na manutenção das suas atividades, outros investem na própria saúde, na reforma da casa ou repassam para os filhos – porém, é sempre mencionada a perspectiva de aperfeiçoamento e preservação da sua forma de atuação, independentemente do uso que é ou pode ser feito da bolsa.

Há um aumento, portanto, do poder aquisitivo e do investimento material e pessoal na atividade cultural por eles desenvolvida. Alguns relatam que passaram a se dedicar com mais tranquilidade e intensidade à sua tradição. Um maior reconhecimento local também foi mencionado, através de referências a um aumento do valor financeiro e simbólico da sua

produção e da consciência de que o que fazem é representativo para a cultura do Estado. Uma maior organização interna, sobretudo no caso dos grupos, pôde ser observada. A preocupação com a memória, com a restauração de documentos e de fotos antigas, com a reforma da sede, com o reparo de instrumentos foi destaque entre os grupos contemplados com o registro. Um maior poder de circulação dos mestres e grupos também pôde ser identificado, através da referência ao aumento do número de convites para exposições, apresentações, palestras, oficinas e homenagens.

Já em relação aos impactos diretos na transmissão dos saberes; se por um lado foi recorrente, entre os gestores, a identificação de um sentimento de frustração devido à ausência de recursos próprios destinados a essa ação específica, de infraestrutura básica para o acompanhamento das atividades dos registrados, de condições viáveis para propiciar a efetiva transmissão, por outro lado, foi possível perceber, entre mestres e grupos, que, na maioria dos casos, a transmissão acontece sim, porém, nem sempre vinculada à política do registro.

A transmissão dos saberes encontra-se em vigor, tendo como base características próprias, acontecendo de forma direcionada, cotidiana, familiar e contínua. De maneira geral, pôde ser observado um aumento da consciência sobre a importância da transmissão, através da intensificação ou manutenção da transmissão quando ela já existia. Mas, quando ela inexistia, uma vez que também foi possível identificar casos em que a transmissão de fato não está ocorrendo, a justificativa relacionava a falta de interesse dos mais jovens, a perda de sentido daquela tradição ou desvalorização do saber-fazer em questão naquela comunidade, ou ainda, a falta de infraestrutura e remuneração específica para essa atribuição que, segundo eles, não estaria vinculada diretamente à concessão da bolsa.

Em relação à concepção e atuação dos gestores quanto à transmissão, não foi possível perceber, no próprio interior das instituições, um consenso em relação a essa obrigatoriedade, compreendida tal como uma contraprestação associada à bolsa recebida. Pelo contrário, é bastante clara a posição da maioria dos gestores entrevistados, em relação ao entendimento de que a transmissão de saberes ocorre em parâmetros próprios. No entanto, o que foi possível identificar, através de seus relatos, em relação ao investimento de recursos dos órgãos gestores responsáveis, é que há uma ênfase em ações que privilegiam a difusão e que, por vezes, chegam a incluir os patrimônios/tesouros vivos, em festivais, mostras, feiras, shows,

exposições, restando, no entanto, para a transmissão, de maneira geral, um lugar secundário. O que revela uma espécie de dificuldade em desenvolver ações que apenas venham contemplar o aperfeiçoamento da transmissão, por exemplo, através de um investimento na melhoria das condições efetivas de sua realização, tal como ela já costuma ocorrer.

Portanto, sobre a viabilidade de um programa sistemático de ensino-aprendizagem, poderíamos afirmar que ele é possível sim, no caso de serem consideradas as características próprias dessa transmissão de saberes, compreendendo a sua adequação a um universo de práticas educacionais não formais, que ocorrem em contexto familiar e de vizinhança, de forma cotidiana e direcionada, geralmente para um aprendiz específico, de modo sequencial, ou seja, iniciando por um papel na tradição até chegar ao lugar que se deseja ocupar dentro dela, com base num processo de construção de conhecimento de longa duração.

Para isso, é importante, também, considerar que o processo de aprendizado dos mestres e grupos contemplados é revelador de mudanças de significados que a cultura popular e tradicional vem enfrentando e isso levanta questões para a transmissão de saberes. É impossível pensar em transmissão de saberes sem considerar o processo de aprendizado dos próprios mestres, que difere, em muito, das condições do repasse atual. Desconsiderar outras dimensões da vida social que os atinge, como problemas de saúde, de educação, de habitação, também não favorece a salvaguarda de seus saberes e fazeres. Segundo Gonçalves:

> O patrimônio é usado não apenas para simbolizar, representar ou comunicar: é bom para agir. Essa categoria faz a mediação sensível entre seres humanos e divindades, entre mortos e vivos, entre passado e presente, entre o céu e a terra e entre outras oposições. Não existe apenas para representar ideias e valores abstratos e para ser contemplado. O patrimônio, de certo modo, constrói, forma as pessoas (2003:27).

Incorporar a perspectiva dos sujeitos que estão no foco dessa política é condição *sine qua non* para o seu aperfeiçoamento. Uma consulta aos principais beneficiados pelo registro pode ser uma importante ferramenta de avaliação e reformulação dos seus propósitos. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar uma série de propostas por parte dos mestres e grupos contemplados com o registro, que revelam uma visão crítica desse

instrumento, tais como: compreender as características da transmissão de saberes da cultura popular e tradicional, rever o valor da bolsa, incluir nos dossiês dos mestres e grupos informações relevantes acerca de possíveis ações de salvaguarda, adequadas às necessidades da produção e reprodução de suas tradições, atrelar o registro de bens imateriais ao registro de pessoas, rever a prioridade do registro para mestres com idade muito avançada, de modo a evitar o reconhecimento tardio e assegurar a transmissão, viabilizar a escolha de um aprendiz e remunerá-lo, entre outros.

Segundo Mestre Bigode, mestre de maneiro-pau, contemplado com o registro, em Juazeiro do Norte, Ceará:

> A cultura eu queria ela, mas ela não me queria. Foi me querer agora. Por isso eu digo, Doutor, ainda hoje eu tenho lembrança do meu tempo de rapaz. Só não tenho condições de escrever porque o senhor escreve e não faz e aí Deus me deu o dom no mundo dele ficar bom depois que eu não presto mais. (Mestre Bigode, mestre de maneiro-pau, Juazeiro do Norte, Ceará, 2009).

A noção de salvaguarda, tal como definida pela Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Popular e Tradicional (1989), prevê a adoção de medidas de reconhecimento e valorização das culturas populares e tradicionais, segundo o entendimento do que se configura como *referencial* para essas comunidades em questão e tendo como suporte a atuação de órgãos específicos do Estado, para o fomento e acompanhamento de sua realização. Há uma ênfase na necessidade de documentação, democratização, respeito às singularidades das expressões, do acesso às informações, apoio moral e econômico aos indivíduos detentores dos saberes e fazeres, assim como garantia do acesso das comunidades à sua própria cultura, considerando o fortalecimento da transmissão do patrimônio imaterial, nos principais lugares destinados a sua manifestação e expressão.

A identificação, o reconhecimento e a atuação sobre aquilo que se caracteriza como referência para os mestres, grupos ou comunidades envolvidas, seja em relação ao que precisa ser patrimonializado, seja em relação a como devem ser desenvolvidas as ações de salvaguarda, precisam ser equacionados, sem que se perca de vista o diálogo permanente com os principais beneficiados pelas políticas em questão. Esta permanece sendo uma das maiores contribuições e, ao mesmo tempo, o principal desafio das políticas de patrimônios imaterial.

Referências

ABREU, Regina. "´Tesouros humanos vivos" ou quando as pessoas transformam-se em patrimônio cultural – notas sobre a experiência francesa de distinção do "Mestres da Arte". In ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio – ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Faperj, 2003.

_____. Performance e patrimônio intangível: os Mestres da Arte. In TEIXEIRA, João Gabriel L. C. et al. *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: ICS-UNB, 2004.

ACSELRAD, Maria. "Registro do patrimônio vivo: limites e possibilidades da apropriação do conceito de cultura popular na gestão pública". In CALABRE, Lia (org.). *Políticas culturais: reflexões e ações*. São Paulo-Rio de Janeiro: Itaú Cultural-Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

_____. "Patrimônio vivo – o impacto das políticas de patrimonialização de pessoas e grupos culturais na transmissão de saberes populares e tradicionais: estudo comparativo das experiências de registro de Pernambuco, Ceará e Alagoas" (monografia). 1º Edital de Seleção de Pesquisas – A Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil Copedoc/DAF/Iphan, 2009.

BARBOSA, Cibele e COUCEIRO, Silvia. Cultura imaterial e memória documental em Pernambuco. In GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org.). *Tradições e traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2008.

CARVALHO, José Jorge. O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna. *O Percevejo – revista de teatro, crítica e estética*. Rio de Janeiro: Unirio-PPGT-ET, ano 8, 2000.

DANTAS, Beatriz Góis. Tu me ensina a fazer renda. In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). Patrimônio Imaterial e Diversidade, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 32, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres (org.). Patrimônio imaterial. *Revista Tempo Brasileiro*, out-dez, nº147, Rio de Janeiro, 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio – ensaios contemporâneos*. Op. cit.

LEI nº 12.196 de 2 de maio de 2002. In VIVEIROS DE CASTRO, Maria Laura e FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil – legislação e políticas estaduais*. Brasília: Unesco-Educarte, 2008.

LEI nº 13.842, de 27 de novembro de 2006. In VIVEIROS DE CASTRO, Maria Laura e FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil – legislação e políticas estaduais*. Op. cit.

LEI nº 6.513 de 22 de setembro de 2004. In VIVEIROS DE CASTRO, Maria Laura e FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil – legislação e políticas estaduais*. Op. cit.

SANDRONI, Carlos; BARBOSA, Cristina e VILAR, Gustavo. A transmissão de patrimônios musicais de tradição oral em Pernambuco: um relato de experiência. In GUILLEN, Isabel Cristina Martins (org.). *Tradições e traduções: a cultura imaterial em Pernambuco*. Op. cit.

SANT´ANNA, Márcia. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio imaterial. In FALCÃO, Andréa (org.). Registro e políticas de salvaguarda para as culturas Populares. 2ª ed. Rio de Janeiro: Iphan/CNFCP, 2008. (Série Encontro e Estudos nº 6).

UNESCO, 1989. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.* Disponível em http://unesdoc.unesco.org.

UNESCO, 2003. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Disponível em http://unesdoc.unesco.org.

VIVEIROS DE CASTRO, Maria Laura e FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio imaterial no Brasil – legislação e políticas estaduais*. Brasília: Unesco-Educarte, 2008.

Patrimônio Imaterial

Subtemas

Identificação, reconhecimento e fomento

Experiências e desafios da gestão

Coordenadora: **Márcia Sant'Anna** (DPI/Iphan)

Relatora: **Natália Guerra Brayner** (DPI/Iphan)

Comunicações

Políticas de inventário e registro do patrimônio imaterial, **Ana Gita de Oliveira** (Iphan)

O impacto das políticas de registro da transmissão de saberes populares tradicionais: experiências de Pernambuco, Ceará e Alagoas, **Maria Acselrad** (UFPE)

Patrimônio e cultura popular, **Claudia Márcia Ferreira** (CNFCP)*

Patrimônio imaterial: experiências e desafios de gestão, **Márcia Sant'Anna** (Iphan)*

Instrumentos de salvaguarda no plano internacional, **Maria Cecília Londres Fonseca** (Conselho Consultivo do Iphan)*

Instrumentos de apoio e fomento, **Tereza Paiva Chaves** (DPI/Iphan)*

A experiência do plano de salvaguarda do jongo no Sudeste, **Rebecca Guidi** (CNFCP/Iphan) e **Elaine Monteiro** (UFF)*

O Programa da Sala do Artista Popular, **Guacira Waldeck** (CNFCP/Iphan)*

Patrimônio imaterial: identificação, reconhecimento e fomento, **Márcia Sant'Anna** (Iphan)

* Devido a problemas de transcrição das gravações estas palestras não puderam ser publicadas.

Relato

Desafos para a formulação da Política Nacional

- Estabelecer mecanismos para a efetiva participação dos diversos atores sociais e governamentais na formulação da Política Nacional de Patrimônio Cultural;

• Promover a formação de uma rede de preservação e gestão do patrimônio cultural, envolvendo esses atores e estruturar a partir do compartilhamento de princípios de atuação, procedimentos, abordagens e informações;

• Promover o compartilhamento e o consenso em torno de prioridades e de ações de curto, médio e longo prazo;

• Articular políticas de diferentes setores governamentais.

Desafios para a estruturação do SNPC

• Definir papéis entre os vários atores sociais e governamentais envolvidos;

• Promover o acesso das bases sociais às políticas;

• Fortalecer as estruturas técnico-administrativas em todos os níveis de governo;

• Articular e alinhar os marcos legais federais, estaduais e municipais em torno de princípios compartilhados;

• Descentralizar e ampliar os recursos financeiros do setor por meio da articulação de políticas públicas dos diferentes setores governamentais e da articulação de parcerias com o setor privado e organizações internacionais.

Potencialidades para a formulação da Política Nacional

• Políticas públicas já existentes nos níveis federal e estadual;

• Capacidade de articulação do Iphan com os atores envolvidos na preservação e gestão do patrimônio cultural nas três esferas governamentais e nos diferentes níveis de atuação (estados e municípios).

Potencialidades para a estruturação do SNPC

• Bases normativas e regulamentares existentes no plano nacional e internacional;

• Existência de programas federais, estaduais e municipais de apoio à cultura.

Parcerias estratégicas para a formulação da Política Nacional

• Atores governamentais (três esferas de poder e setores da educação, trabalho, saúde, previdência e turismo, entre outros), setor privado e bases sociais detentoras dos bens culturais.

Parcerias estratégicas para a estruturação do SNPC

• Atores governamentais (três esferas de poder), setor privado e organizações Sociais.

Objetivos para os próximos dois anos (2010–2011)

• Sistema de avaliação e monitoramento finalizado, em uso pelo Iphan e com estratégia de difusão formulada;

• Integração da política de registro de bens culturais imateriais com as políticas de reconhecimento dos chamados patrimônios vivos;

• Desenvolvimento de sistema compartilhado de informações;

• Implantação de um sistema de comunicação ágil entre os membros da rede;

• Elaboração e implantação de programa de assessoramento, capacitação e apoio a organizações da sociedade.

Ações estratégicas que devem ser implementadas nos próximos cinco anos (2010–2014)

• Implantação de sistema compartilhado de informações para a gestão do patrimônio cultural imaterial;

• Ampliação das ações de difusão da política e dos instrumentos de salvaguarda do patrimônio imaterial do Iphan;

• Socialização do sistema de avaliação e monitoramento em construção no âmbito do Iphan.

Ações estratégicas que devem ser implementadas em 2010

• Construção de uma agenda tendo em vista a formulação da Política Nacional e a implementação do SNPC;

• Finalização da metodologia de coleta de informações e do sistema de avaliação e monitoramento das ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;

• Constituição de grupo de trabalho ou comissão interinstitucional para discussão e elaboração de proposta de articulação de políticas públicas com a política de salvaguarda do patrimônio imaterial e para a elaboração de estratégias de captação de recursos e de novas formas de fomento à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;

• Constituição de Grupo de Trabalho ou comissão para aprimoramento no curto prazo dos recursos de comunicação do próprio Iphan e para a elaboração de proposta de sistema de comunicação entre os membros da rede a ser implantado no médio prazo.







Capacitação e gestão: formação profissional em patrimônio cultural

*Juliana Ferreira Sorgine**

*Historiadora, Copedoc/DAF/Iphan

Resumo

O texto destaca a relevância das ações de formação e qualificação profissional num momento em que o segmento das políticas públicas na área da Cultura está cada vez mais valorizado. A capacitação tem gerado interesse, sobretudo, para o patrimônio cultural, que ora se organiza para a estruturação do seu sistema nacional. A autora destaca a relação entre formação, pesquisa e circulação da informação, orientada pedagogicamente pela premissa de que ensinar é um exercício de troca que visa à construção social e/ou coletiva de conhecimento e de cidadania. Entre os desafios na área de capacitação, principalmente, com vistas à efetivação do sistema, aponta como características importantes a interdisciplinaridade e a relação entre os saberes técnicos e acadêmicos.

Palavras-chave

Capacitação, Saberes técnicos e acadêmicos, Interdisciplinaridade.

Apresentação

A questão da formação e da qualificação profissional tem sido objeto de especial interesse para o patrimônio cultural, na medida em que esse segmento das políticas públicas na área da Cultura vem sendo cada vez mais valorizado como elemento estratégico para o desenvolvimento social e econômico. A complexidade e a variedade das demandas por formação técnica e superior, nesse campo, correspondem à multiplicidade de atores sociais que hoje participam da gestão, da valorização e da apropriação de bens culturais e que ora empreendem a construção de um Sistema Nacional

de Patrimônio Cultural. E considerando a relevância dessas ações para a construção e a qualificação do sistema, foi organizada esta sessão temática cujo tema é "Capacitação e gestão: formação profissional em patrimônio cultural".

A formação profissional em patrimônio tem sido pensada no sentido de: reforçar e ampliar a capacidade de gestão das instituições responsáveis pela preservação, sejam públicas ou privadas; de atender às demandas da expansão do mercado de trabalho técnico especializado na área da cultura; e no sentido da consolidação de espaços de produção, troca e circulação de conhecimentos especializados, necessários para se pensar criticamente a ação de preservação como uma prática social de atribuição de valores e sentidos. Destaca-se a relação entre formação, pesquisa e circulação da informação, orientada pedagogicamente pela premissa de que ensinar é um exercício de troca que visa à construção social e/ou coletiva de conhecimento e de cidadania.

Um olhar retrospectivo sobre as experiências consolidadas em formação profissional no campo do patrimônio no Brasil mostra que, em sua maioria, estas foram fruto da iniciativa do órgão federal de preservação, e que, nesse tipo de ação, o Iphan tradicionalmente atuou associado a outras instituições (universidades, prefeituras, governos estaduais, Unesco, fundações públicas e privadas, nacionais e estrangeiras e associações não governamentais).

Na atualidade, nota-se que os conceitos e as práticas de preservação do patrimônio cultural têm merecido cada vez mais atenção do ensino e da pesquisa acadêmica, tendo em vista o significativo crescimento do número de cursos de educação superior (graduação e pós-graduação) dedicados a essa temática específica, e à gestão da cultura como um todo, a partir de diferentes domínios disciplinares. Já no âmbito das relações interministeriais, pode-se mencionar o lançamento de editais de fomento à ação de extensão universitária, incentivando projetos relacionados ao patrimônio, voltados para o público universitário docente e discente e, sobretudo, para a sociedade civil.

No que se refere às instituições públicas diretamente responsáveis pela formulação e execução de políticas de patrimônio, sobretudo nas esferas federal e estadual, vê-se o esforço em sistematizar seus processos de produção, repasse e troca de conhecimento técnico especializado (oficinas-escola, Programas de Especialização em Patrimônio do Iphan e da

Fundarpe, Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio), abrindo-se a diferentes públicos interlocutores (profissionais recém-formados, gestores em patrimônio, entre outros) no Brasil, na América e África Lusófona. Propõem-se não apenas o repasse da *expertise* e do conhecimento historicamente acumulados nas trajetórias institucionais dos órgãos de preservação, mas também a aprendizagem associada à produção de conhecimento, a partir da problematização das práticas de preservação vivenciadas nos cotidianos institucionais.

Entre os desafios que ora se apresentam para a capacitação e para a formação profissional em patrimônio destacamos:

Multidisciplinaridade

Situada entre as mais marcantes e valiosas características do campo do patrimônio cultural na atualidade, a multidisciplinaridade decorre da participação e articulação de diversos profissionais na constituição desse campo desde suas origens. Contudo, no que se refere à formação profissional, as disputas teóricas, metodológicas e de procedimentos entre essas disciplinas constituintes, muitas vezes, ainda dificultam a definição de políticas claras e o estabelecimento de políticas estratégicas para o tratamento integral do patrimônio cultural.

Relação entre saberes técnicos e acadêmicos

São conhecidas as dificuldades de diálogo entre as instâncias produtoras de saberes de caráter mais prático (técnico-institucionais ou não) e acadêmico no âmbito da formação profissional em patrimônio. Entende-se que esses saberes advêm de lugares sociais de produção distintos e bastante cristalizados, mas acredita-se que haja inúmeras possibilidades de inter-relação, de contribuição recíproca e de flexibilização, visando à solução de problemas e ao aperfeiçoamento das políticas de preservação cultural.

Caráter processual das ações de formação profissional

A formação e a qualificação profissional em patrimônio, assim como em outras áreas, constituem-se como processos longos, dispendiosos e paulatinos. Nesse sentido, a regularidade e a eficácia na avaliação dos resultados e do potencial das ações de capacitação e formação profissional

em patrimônio mostram-se como desafios para a própria continuidade e o sustento dessas ações nas instituições de preservação. Uma análise crítica do significado da formação profissional em patrimônio para a conjuntura das políticas públicas e para o mercado de trabalho na área da cultura pode gerar contribuições para o fortalecimento e a democratização dessas políticas.

O objetivo geral pretendido para as ações de capacitação e formação profissional em patrimônio é de reforçar seu papel estratégico, considerando a importância dessas ações na construção e na qualificação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. E para se alcançar essa meta mais geral faz-se necessário:

- Valorizar o diálogo entre as diversas disciplinas que compõem o campo do patrimônio cultural, com vistas a uma abordagem interdisciplinar que contribua para o aprimoramento das iniciativas de preservação, para a articulação entre as ações e para os processos de formação profissional;

- Identificar as demandas de formação consolidadas no campo do patrimônio cultural, bem como aquelas recém-gestadas nas negociações e na pactuação para a formação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural;

- Promover o compartilhamento e a disseminação das experiências de formação profissional no campo do patrimônio cultural entre os diversos agentes e instituições envolvidos nas políticas de preservação e com a sociedade em geral;

- Identificar, divulgar e fomentar a rede de especialistas em Patrimônio, em seus diversos níveis de atuação, no Brasil e nos países parceiros ao Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, visando à sua potencial colaboração com as ações de formação nesse campo;

- Proporcionar a convergência e o intercâmbio da produção técnico-científica, das ações de formação e pesquisa e da avaliação de políticas afins ao patrimônio;

- Avaliar os impactos das ações e processos de formação profissional para o campo da preservação especificamente e para as políticas na área da cultura como um todo;

• Reforçar a importância da pesquisa, da documentação e da difusão da informação na formação e atuação dos profissionais do campo da preservação do patrimônio cultural;

• Sublinhar a importância das atividades de capacitação, qualificação profissional, produção e difusão do conhecimento para a construção do valor de patrimônio e dos sentidos desse valor pela sociedade;

• Afirmar a importância da produção e da troca do conhecimento na produção e circulação de informação qualificada sobre o patrimônio cultural;

• Destacar a importância da interlocução entre a sociedade e as diversas instituições que atuam na formação e na produção de conhecimento em patrimônio, na construção do Sistema Nacional;

• Destacar a importância da formação profissional para a consolidação de uma abordagem integral do patrimônio cultural, na busca por transcender os limites disciplinares da produção dos saberes relacionados ao patrimônio, bem como os recortes institucionais de tipologias e da natureza dos bens culturais.

Posto que as ações de formação e qualificação profissional no campo do patrimônio se constituíram no Brasil por meio de parcerias entre União, Governos Estaduais, Prefeituras, sociedade civil organizada, universidades, instituições de pesquisa e documentação, organismos internacionais e iniciativa privada, sua ampliação e aperfeiçoamento não podem, jamais, prescindir da interlocução e colaboração mútua entre tais instâncias. A ampliação do quadro de parcerias, de modo a atender as múltiplas demandas da área, depende do entendimento das diferentes perspectivas e interesses concernentes a cada um desses segmentos sociais, e da articulação entre eles, visando a um mesmo fim, qual seja, a valorização e a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, ressaltamos a importância de fortalecer os projetos de parceria intragovernamentais, tendo em vista o atendimento às demandas da sociedade em geral, chamando a atenção desses parceiros no Estado para a especificidade, a complexidade e a relevância das políticas de preservação cultural.

Cecre - formação e capacitação de arquitetos, urbanistas e engenheiros na área da preservação do patrimônio cultural

*Eloísa Petti Pinheiro**
*Luiz Antônio Fernandes Cardoso***

Resumo

O texto aborda os aspectos didático-metodológicos que permitiram a transformação do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (Cecre) em Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos (MP-Cecre), mantendo-se um curso plural de caráter tecnológico para a formação e capacitação de profissionais da área de Arquitetura e Engenharia Civil permitindo-lhes a atuação na área de preservação do Patrimônio Cultural.

Palavras-chave

Ensino, Capacitação, Patrimônio cultural.

* Arquiteta, professora titular da UFBA e coordenadora do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos

** Arquiteto, professor assistente nível II da UFBA

Introdução

O projeto do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos, vinculado à Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), surge no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU/FAUFBA), atualmente conceito seis na Capes com cursos de mestrado acadêmico e doutorado, trazendo para si toda a experiência do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos

(Cecre), que também deu origem ao mestrado acadêmico em Arquitetura e Urbanismo, mas que se manteve como um curso de especialização bianual, estando na sua 15ª edição. O Cecre é hoje o mais completo programa de especialização em conservação e restauração de monumentos e conjuntos de interesse cultural na América Latina. É, também, a única opção de formação vinculada a uma universidade federal à disposição dos profissionais deste continente e da África, de língua portuguesa, efetivamente voltada para uma realidade cultural e econômica desses países. Tendo em vista a mudança na regulamentação dos cursos de especialização, o Cecre oferece formação além do exigido, em função do seu nível de aprofundamento – com carga horária de 645 horas diante das 360 horas exigidas para a especialização – constituindo-se, assim, uma formação completa que o qualificou para transformar-se em mestrado profissional.

Nesse sentido, o Cecre tem se constituído em um marco na história da formação de recursos humanos para a área da preservação dos bens culturais na América Latina, não só pela quantidade e qualidade dos profissionais que tem preparado, mas também pela constante atualização e incorporação de novos conteúdos e conceitos ao seu universo de trabalho.

A partir de 1990, o Cecre passa a ser considerado pela Unesco um dos mais importantes programas mundiais para a capacitação de técnicos da área de preservação de bens culturais, ápice de uma trajetória de crescimento e de reconhecimento do curso no âmbito nacional e internacional. O nível da abrangência e do aprofundamento dos conteúdos abordados na estrutura curricular do curso proporciona a formação de quadros altamente capacitados. Alguns deles foram responsáveis pela deflagração de processos de implantação de políticas de preservação em locais onde estas eram inexistentes, especialmente em alguns países latino-americanos e africanos.

Já foram realizadas, na Faculdade de Arquitetura da UFBA, doze edições desse curso de especialização: o IV Cecre, no período de novembro de 1981 a junho de 1982; o V Cecre, de março a novembro de 1984; o VI Cecre de março a novembro de 1988; o VII Cecre, de março a novembro de 1990; o VIII Cecre, de março a novembro de 1993; o IX Cecre de março a dezembro de 1996; o X Cecre de março a dezembro de 1998; o XI Cecre, de maio a dezembro de 2000; o XII Cecre de junho a dezembro de 2002; o XIII Cecre, de julho a dezembro de 2004; o XIV Cecre, de julho a dezembro de 2006; e, em andamento, o XV Cecre, que teve início em setembro de 2008 e término em junho de 2009.

A constante incorporação de novos conteúdos programáticos em suas disciplinas tem proporcionado ao Cecre um contínuo aperfeiçoamento da sua estrutura pedagógica e uma formação de excelência aos seus alunos. O quadro de docentes do curso conta com a participação de renomados consultores internacionais da Unesco, além de professores brasileiros com reconhecida atividade profissional, em sua grande maioria mestre e doutores.

O curso está afinado não apenas com as mais recentes discussões teórico-conceituais do campo da preservação cultural, mas também com a prática de programas de formação de mão de obra para a restauração, destacando-se a experiência Escola Oficina promovida pela UFBA juntamente com o governo da Espanha, o Iphan e o governo da Bahia.

Além de ampliação dos conteúdos programáticos, o curso tem buscado se adequar às novas necessidades do mercado de trabalho e, nesse sentido, vem alargando o seu quadro de ação e implantando alterações no corpo discente, em acordo com as instituições conveniadas e com o regimento da Universidade Federal da Bahia. Dentre essas ações destacamos a aceitação de alunos recém-graduados e sem formação específica na área, buscando capacitar os recém-formados para a prática na área de restauração; a adoção de novas normas de admissão de alunos estrangeiros, que passaram a ser submetidos a uma seleção realizada juntamente com a Unesco, em vez de simplesmente serem indicados pelos governantes dos seus países de origem; aceitação de temas de estudo, provenientes dos países de origem dos estudantes estrangeiros, permitindo maior intercâmbio de informações e conhecimentos entre os alunos.

Os ex-alunos do Cecre hoje ocupam posições de destaque em diversas organizações oficiais ligadas ao ensino, à pesquisa e às políticas de preservação dos bens culturais, no Brasil e no exterior. Atuam como professores e pesquisadores em importantes universidades brasileiras (USP, UnB, UFBA, etc.) e, principalmente, como técnicos em instituições da área cultural (Ipac, na Bahia; Iepha, em Minas; Condephat, em São Paulo; representações regionais do Iphan nos Estados do RS, SC, RJ, MG, DF, BA, PE, CE, MA, entre outros), assumindo, inclusive, postos de comando e posições de liderança na discussão e proposição de políticas de preservação nessas e em outras instâncias estaduais (RS, PR, SP, MG, BA, etc.) e municipais (Porto Alegre, São Paulo, Salvador, etc.), no Brasil. Os alunos estrangeiros formados pelo Cecre configuram uma parcela cada vez maior

de profissionais atuantes em países latino-americanos, africanos de língua portuguesa além de Portugal. Já participaram do curso: técnicos de Angola, Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Colômbia, Cuba, Costa do Marfim, Costa Rica, Equador, Haiti, Paraguai, Moçambique, Nicarágua, Portugal, Peru, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Uruguai, Venezuela.

De especialização a mestrado profissional

O Cecre, mesmo como curso de especialização *lato sensu*, desde 1984 já tinha carga horária, estrutura curricular e de avaliação dos alunos compatíveis com as regras do mestrado profissional, de acordo com a Portaria nº 080, de 16 de dezembro de 1998 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), que dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências.

Os trabalhos desenvolvidos no Cecre, desde a sua criação, correspondem efetivamente ao que define o art. 7, § 3 da Portaria Normativa nº 7, de 22 de junho de 2009, do Ministério da Educação, que dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Capes.

Os temas de estudos se desenvolvem em ateliê e são acompanhados por diversos consultores, sendo avaliados por banca formada por três docentes com defesa pública, nos mesmos parâmetros exigidos pelas portarias da Capes que regulamentam os mestrados profissionais.

Os trabalhos desenvolvidos por cada estudante individualmente e com orientação específica resultam, efetivamente, em projetos executivos de restauração e/ou preservação de monumentos e áreas de interesse histórico/cultural e são o principal instrumento de avaliação do desempenho dos alunos.

Os trabalhos finais do Cecre – projetos e planos de intervenção em monumentos e sítios de interesse cultural – constituem-se num banco de dados que fica à disposição das instituições conveniadas e das entidades voltadas para o desenvolvimento de políticas de preservação cultural, como subsídio ao desenvolvimento de novos estudos e projetos.

Sendo um curso de caráter plural de forte caráter tecnológico, busca:

- formar e capacitar arquitetos, engenheiros e urbanistas para atuar na área de Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos;

• formar profissionais capazes de realizar levantamentos, elaborar diagnósticos, identificar e solucionar patologias, sem perder de vista as inter-relações entre tecnologia, teoria, política, história, gestão e dinâmica cultural;

• formar profissionais capazes de articular as questões da contemporaneidade com a tradição e a história.

O Cecre sempre promoveu a discussão e atualização de novos conteúdos e entendimentos na área do Patrimônio Cultural – quer no campo dos bens materiais (imóveis, móveis ou integrados), arqueológicos, paisagísticos ou imateriais – estando sempre atento às questões levantadas pela contemporaneidade.

Contudo, considerando as diversas vertentes que atuam no universo da preservação do patrimônio cultural, o Cecre prioriza o campo específico de atuação de arquitetos, engenheiros e urbanistas: intervir fisicamente, elaborar projetos de intervenção arquitetônica, urbanística ou estrutural, além de fiscalização, acompanhamento e execução de obras. O Cecre é plural na sua formação, e tem como foco central o *projeto de intervenção*.

Distribuição da carga horária de fundamentação:

• Tecnologia: 45% – tecnologia da conservação e do restauro, leitura e documentação/diagnóstico, sistemas construtivos tradicionais, conforto ambiental, conservação preventiva;

• Gestão e política: 25% – política cultural, gestão de centros históricos, visitas a obras, seminários específicos sobre estudos de caso;

• Teoria e história: 30% – teoria e história da conservação e do restauro, principais correntes, história da arquitetura e do urbanismo – foco no Brasil e na América Latina.

Projeto final

Desenvolvimento do trabalho em três etapas:

• Levantamento e documentação;

• Diagnóstico e análise;

• Proposta de intervenção.

O Projeto final se desenvolve com múltipla orientação, contemplando múltiplas visões e diversas possibilidades de soluções, deixando ao aluno a

opção de escolha da melhor solução para o(s) problema(s) encontrado(s).

Para o desenvolvimento do projeto final, os alunos têm à sua disposição um conjunto de laboratórios e núcleos de pesquisa de várias unidades da UFBA para realizarem suas pesquisas e experimentações.

A diversidade do corpo docente demonstra como o Cecre sempre buscou aliar a prática com a academia:

- Professores de diversas unidades e diferentes áreas do conhecimento da Universidade Federal da Bahia;
- Professores de outras universidades de Salvador e outros Estados do Brasil;
- Técnicos do Iphan especializados em temas específicos para a formação – identificação e tratamento das patologias, luminotécnica, políticas culturais, gestão, etc.;
- Profissionais renomados no campo da preservação cultural;
- Consultores internacionais.

Durante as quinze edições, os alunos atendidos eram 29% estrangeiros e 71% brasileiros, que realizaram 264 trabalhos de intervenção em monumentos e áreas históricas de diversas regiões do Brasil e da América Latina, como um todo. Desses, 242 estão arquivados na biblioteca do Centro de Estudos de Arquitetura na Bahia (Ceab).

Os trabalhos realizados abrangem temas que priorizam monumentos isolados ou sítios paisagísticos e conjuntos urbanos de interesse, abarcando todos os períodos e estilos no que se entende como Patrimônio Cultural edificado.

Assim, foram objetos de estudos no Cecre desde edificações medievais portuguesas, passando por uma lista de exemplares arquitetônicos dos séculos XVI ao XIX, no Brasil e em toda a América Latina, até importantes testemunhos do movimento moderno no país – tais como a Casa Modernista da Rua Santa Cruz, em São Paulo, de Gregori Warchavchik; a Marquise do Parque Ibirapuera, em São Paulo, de Oscar Niemeyer, a Casa da Criança, em Londrina, de Vilanova Artigas, entre outros marcos do modernismo brasileiro.

Dentre esses, encontram-se projetos de áreas ou conjuntos de interesse histórico/cultural – tendo como premissa a definição de critérios e diretrizes

para a sua preservação/requalificação, projetos de intervenção em edificações que têm como objetivos a restauração e adaptação de monumentos isolados, atendendo às novas dinâmicas contemporâneas, e projetos de restauração de caráter físico-estrutural.

Desses projetos, 39% foram executados no todo ou em parte, 36% serviram de base para estudos e ações voltadas para a preservação do bem ou da área em que estão situados; 15%, segundo os autores, ainda não foram objetos de desdobramentos e de 10% não temos informação.

Como disse anteriormente, muitos dos ex-alunos do Cecre, hoje, ocupam posições de destaque em diversas organizações oficiais ligadas ao ensino, à pesquisa e às políticas de preservação dos bens culturais, no Brasil e no exterior:

- 49% estão ligados a instituições públicas governamentais, notadamente a maioria dos egressos das últimas edições do Cecre. Nas turmas mais antigas, registra-se que grande parte dos alunos já estava previamente inserida no mercado de trabalho;
- 21% estão trabalhando em universidades diversas públicas e privadas;
- Assim, 70% atuam diretamente como multiplicadores do conhecimento adquirido, seja como gestores de projetos e/ou obras de preservação de áreas e monumentos históricos ou como implementadores de atividades didáticas e de pesquisas, transmitindo o seu saber a partir da sala de aula.

MP-CECRE – Mestrado profissional em conservação e restauração de monumentos e núcleos históricos

O MP-Cecre, seguindo a metodologia já implantada no curso de especialização, se manterá como um curso plural de caráter tecnológico, incorporando uma aprofundada metodologia de pesquisa que caracteriza os cursos *stricto sensu*.

O objetivo geral continua sendo o de formar arquitetos, engenheiros e arquitetos urbanistas capacitados para atuar na área de Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural em suas diversas manifestações.

Sua estrutura programática visa:

- Propiciar a compreensão do acervo arquitetônico e urbanístico latino-americano e luso-brasileiro em particular, transmitindo aos alunos a conceituação e a metodologia de intervenção em áreas de interesse histórico;
- Desenvolver conhecimentos sobre técnicas e sistemas construtivos tradicionais, bem como sobre os seus comportamentos e respectivos materiais utilizados;
- Promover o conhecimento das teorias e técnicas de restauração, visando à preparação de projetos de restauro de monumentos e de recuperação de áreas degradadas;
- Demonstrar a prática de execução de obras do restauro e de intervenção em conjuntos urbanos;
- Formar as bases conceituais, científicas e tecnológicas fundamentais e indispensáveis à compreensão dos problemas da conservação e da restauração, mediante o desenvolvimento de metodologia de trabalho adequada;
- Elaborar propostas de intervenção visando à recuperação dos temas estudados durante o curso, com base nos conhecimentos metodológicos adquiridos no decorrer do curso de forma a permitir a utilização dessas propostas por parte dos diversos organismos patrocinadores, quando necessário.
- Incentivar o intercâmbio de informações e experiências entre técnicos brasileiros, latino-americanos, africanos e portugueses.
- Formar um acervo técnico e científico capaz de estimular a consolidação de um centro de pesquisas na UFBA, que venha a apoiar as atividades desenvolvidas no Brasil e no restante da América Latina e da África Portuguesa, na área da restauração arquitetônica e urbanística, em todos os seus aspectos.

Aprovado pela Capes no Aplicativo para Propostas de Cursos Novos (APCN) 2009, o Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos oferecerá sua primeira turma a partir de agosto de 2010, com previsão de duração do curso de um ano. Esperamos, assim, dar continuidade à formação de qualidade que sempre

caracterizou o Cecre, como curso de especialização, conferindo aos seus alunos o grau de mestre.

Com a implantação do mestrado profissional, espera-se:

1. A formação mais aprofundada na área de conservação e restauração proporcionando uma nova visão crítica da formação, intervenção e construção das nossas cidades;

2. A formação de profissionais com perfil mais voltado para a análise e solução de problemas reais e globais que deverá ter um significativo impacto regional e nacional ensejando a resolução de importantes problemas atuais da arquitetura e do urbanismo, com enfoque no patrimônio cultural;

3. Contribuir para a área de Conservação e Restauro, na qual existe a necessidade de formação adequada de recursos humanos para a proteção de bens culturais, o que tem sido aceito mundialmente como condição indispensável para a implantação de políticas de preservação eficazes e capazes de, em curto espaço de tempo, estender essa proteção a um número cada vez maior de monumentos;

4. Prover a crescente demanda de pessoal qualificado para atuar nas secretarias de município, de Estado e órgãos federais, instituições oficiais de preservação de bens culturais;

5. Também inserir no mercado de trabalho profissionais autônomos e de empresas privadas, que passam a intervir na área ou que foram criadas em função do desdobramento das políticas públicas que tem resultado na contratação/terceirização das atividades previstas para a execução de obras de intervenção em áreas protegidas.

Por fim, o mestrado profissional pretende formar pessoal capacitado para responder às demandas das instituições públicas e empresas privadas que atuem na área de preservação de bens culturais – com base teórica, crítica e de conhecimento empírico.

Capacitação e gestão – formação profissional

*Marcelo Brito**

* Assessor de Relações Internacionais do Iphan

Resumo

O texto apresenta um balanço dos números referentes aos Sítios do Patrimônio Mundial, destacando a prevalência de cidades históricas sobre sítios arqueológicos e monumentos na América Latina e mais especificamente no Brasil, demonstrando o peso efetivo que corresponde às cidades históricas. E levanta uma problemática relevante: quanto à necessidade de capacitação na região voltada para a conservação e gestão desses bens, 80% dos representantes dos países consideram necessária e oportuna a sua realização, no entanto, apenas 30% desses países da região desenvolvem ações de capacitação.

Palavras-chave

Patrimônio Mundial, Preservação, Capacitação e gestão.

Apresentação

Gostaria de apresentar alguns elementos que poderão ajudar na reflexão do tema da sessão, levando em conta a minha atuação na área internacional, no Iphan. Ainda que os dados que apresento expressem um determinado momento em que foram produzidos, o informe periódico para a América Latina de 2004, da Unesco, referente aos sítios do Patrimônio Mundial, indica aspectos interessantes como, por exemplo, que dos sítios culturais declarados na região, 43% são cidades históricas, 36% são sítios arqueológicos e 18% são monumentos.

No Brasil, dos dez sítios declarados Patrimônio Mundial, sete são cidades históricas, um é conjunto arquitetônico e dois são sítios arqueológicos, um pré-histórico e outro histórico. O que expressa, de alguma forma, a realidade brasileira quanto à natureza de bens reconhecidos, deixando claro o peso efetivo que corresponde às cidades históricas.

É interessante mencionar, por outro lado, que do ponto de vista da avaliação que é feita, quanto à necessidade de capacitação na região voltada para a conservação e gestão desses bens, 80% dos representantes dos países consideram necessária e oportuna a sua realização, no entanto, apenas 30% desses países da região vêm, de fato, desenvolvendo ações de capacitação. Considera, ainda, que dessas ações realizadas, 77% receberam capacitação especializada, em que 73% deram-se na área do patrimônio cultural e 91%, na do patrimônio natural, o que expressa maior investimento na área ambiental. Outro aspecto importante apresentado pelo informe é o que se refere às iniciativas de educação, informação e sensibilização para o patrimônio, que são voltadas para os responsáveis nas decisões relacionadas à preservação do patrimônio, seja com os proprietários de bens, seja com o público em geral, enfatizando a necessidade de fortalecimento das estruturas governamentais para o desenvolvimento de iniciativas relacionadas às atividades de capacitação para gerir bem o patrimônio.

O estudo considera, ainda, preocupante, a falta de continuidade administrativa em um número considerável de países da região, especialmente naquilo que corresponde à perda da memória institucional e da qualidade técnica nas atividades desenvolvidas pelos governos desses países. Essas questões devem ser objeto de atenção específica, de preocupação e reflexão, quanto à necessidade de estabelecimento de compromissos institucionais no momento do desenvolvimento de iniciativas de capacitação profissional. Essa formação de capacidades requer promoção e comunicação das iniciativas a serem empreendidas, como também estar voltada para todas as esferas institucionais envolvidas com o trato da questão patrimonial. É nesse sentido que a consolidação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural no Brasil passa, também, por uma estratégia de capacitação que é mais do que necessária, tendo em vista o esforço de construção desse sistema. O estabelecimento de um entendimento comum compartilhado sobre modos de gestão que favoreçam ações coordenadas, articuladas e focalizadas sobre bens culturais brasileiros poderá obter, portanto, melhores resultados na gestão desse patrimônio.

Os palestrantes desta mesa abordarão, portanto, os desafios da gestão contemporânea do patrimônio e as demandas por capacitação correspondentes, enfatizando, a partir da experiência de cada um, iniciativas desenvolvidas que visam enfrentar a questão da capacitação de modo mais

sistemático e com uma perspectiva mais sistêmica. Exemplos como o Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio, no Rio de Janeiro, e os Programas de Especialização em Patrimônio Cultural do Iphan e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) serão, portanto, abordados.

Formação e desafios da gestão

*Jurema Machado**

Resumo

Resumo histórico dos processos de formação no Brasil, que, numa perspectiva histórica, revelam-se muito mais estruturados, organizados e com papéis bem mais definidos do que podem parecer. Tanto o Exército, quanto as ordens religiosas e as corporações de ofícios contribuíram para que existisse uma educação sistematizada no Brasil, com uma unidade capaz de ser identificada por períodos nas expressões artísticas, culturais e arquitetônicas. Essa formação vai sendo desestruturada na medida da liberalização das relações econômicas, ainda no Império. Característica que ganhou força, sobretudo, na República positivista do século XX, período liberal no sentido de não impor restrições ao mercado. Nesse período, surgem as academias de Belas-Artes e Museus de Artes e Ofícios, empresas de economia mista, que passam a ser responsáveis pela formação.

Palavras-chave

Processos de formação, Capacitação, Gestão.

* Coordenadora de Cultura da Unesco Brasil

Vou tentar contextualizar ou, ao menos, fazer uma abordagem mais geral sobre a questão da capacitação profissional, o que é algo ambicioso. Percebo que são muitas as demandas por formação na área do patrimônio, e que vêm ocorrendo iniciativas em nosso país para atender a essas necessidades. Entretanto, precisamos refletir sobre o que tem sido proposto e considero importante discutir este tema aqui neste Fórum. Precisamos pensar em formação para que e para quem e contribuir para a discussão nesta mesa, cujo título aborda também gestão. Não, especificamente, para o patrimônio, mas pelo tema da gestão que é relativamente novo. Assim, a primeira reflexão sobre o processo de formação para o patrimônio é o fato de ser sempre útil dar maior consistência às nossas iniciativas. Devemos

pensar sobre as questões históricas, começando pela formação daqueles que produziram o patrimônio que herdamos e pelo qual nos responsabilizamos e devemos cuidar.

E como foi feita essa formação no Brasil? A lição que podemos obter do passado é que era um processo muito mais para o campo material, em relação às artes e às técnicas de desenho, da construção, que seria a arquitetura de urbanismo e engenharia, no período colonial. No período de produção do patrimônio, temos as belas-artes e os ofícios, sem falar dos saberes – alguns dos quais mais complexos. Em uma perspectiva histórica, ao olhar para esses três ou quatro campos, percebo que essa formação, ao longo do tempo, tem sido muito mais estruturada, organizada e com papéis bem mais definidos do que possam parecer, de forma que a questão da transmissão oral, informal e etc. não é como um material.

Todos nós sabemos que os engenheiros militares são os produtores das primeiras cidades. São criadores dos conjuntos urbanos mais importantes que temos. Sem contar as ordens religiosas que ensinavam de forma sistemática, e que tiveram papel fundamental, como os jesuítas, atingindo, inclusive, um público que não era objeto das ações de formação do Estado: os indígenas e os negros excluídos do acesso à formação. E as corporações de ofício, presentes no Rio de Janeiro e na Bahia? Minas Gerais, pelas características de região de mineração, acabou não contando com essas corporações, mas eram instituições reguladoras das profissões. Elas ensinavam, regulavam o acesso ao mercado e autorizavam o não acesso ao mercado, como funcionam, hoje, os nossos conselhos.

Essa formação mais estruturada da área militar, das ordens religiosas e das corporações deu uma unidade que acredito não existir por acaso, porque temos unidades em períodos de expressões artísticas, culturais e arquitetônicas. Não se trata de algo aleatório e, muito menos, de algo que resultou de mera transmissão oral. Essa coisa mais estruturada começa a se desfazer no Império, como uma política de liberalização nas relações de produções e das relações comerciais. A Constituição de 1824 determina isso e termina com as corporações de ofício do período imperial, quando começam o processo de imigração, a substituição da mão de obra escrava e o branqueamento da mão de obra com a vinda dos imigrantes. E, no final do século XIX, acontece a criação das academias de Belas-Artes e, depois, dos Museus de Artes e Ofícios, os quais, na sua forma original, eram organizações que também eram sustentadas, funcionando como empresa

de economia mista, ou seja, de sociedade civil com o apoio governamental. Embora se sustentassem pelo trabalho produzido, estavam sempre dependendo de alguma forma de ação do Estado. Tem, no entanto, um pouco desse pressuposto de produzir para se sustentar.

O século XX, especialmente no início da construção da República positivista, é um período liberal no sentido de não impor restrições ao mercado, cuja consequência vemos, hoje, no processo de formação. Uma coisa que pude observar, embora tenha passado rapidamente pelo século XIX, é que as restrições de formação tiveram, por muito tempo, um caráter assistencialista. Havia, por exemplo, a Casa dos Meninos Inválidos, um local de formação, especialmente, dessa mão de obra de artistas. No século XX, logo depois do governo Getúlio Vargas, é criado o Senai, ou seja, o Estado Novo teve uma atuação ainda mais estruturada na questão da formação e, principalmente, da formação voltada para um país em processo de industrialização. Data também desse período a Escola de Arquitetura.

Não estou muito segura disso, mas de acordo com a informação que busquei, pareceu-me que a Escola de Arquitetura de Minas Gerais foi a primeira com o nome de escola de arquitetura porque não era nem artes, nem técnicas em engenharia; e a Politécnica, de São Paulo, criada, em 1952, como escola de arquitetura ainda não ligada à Universidade Federal, o que viria a acontecer mais tarde.

Com essa trajetória, quis mostrar que existiu, primeiro, a atuação do Estado, da igreja e da própria sociedade organizada. Essa formação foi sendo desestruturada na medida da liberalização das relações econômicas. Considero importante lembrar disso, já que estamos pensando nos diversos níveis da concessão de sistemas de formação para o patrimônio, nem chegando, ainda, à questão da gestão. Especialmente, a partir dos anos 1980, surge a ideia de que o alargamento dos valores a preservar, no sentido de patrimônio, é temporal e temático. E essas formas de abordagens são de valores e funcionam como uma ampliação das origens, das iniciativas, da seleção de bens considerados patrimônio, que estiveram por muitos anos concentrados no Ministério Federal e foram, paulatinamente, passando para os Estados e para os municípios. E, com as regras do registro do patrimônio imaterial, essas comunidades são partes do processo que leva ao reconhecimento vigente. Há, então, o alargamento do aspecto de bens, das iniciativas e das funções do patrimônio. E a quais funções estamos nos referindo?

A mais tradicional delas é a intervenção, além das conquistas na área da conservação; e, num segundo momento, o conhecimento de fusão e promoção do patrimônio, consideradas funções tradicionais. A partir da década de 1980, as funções relacionadas com a preservação sustentada, pelo ponto de vista imaterial, passaram a ser vistas como ideia de salvaguarda. E, finalmente, a gestão – tema da nossa discussão. O objeto e as funções se alargando. Faço esse registro porque estamos pensando o que é o objeto da formação que queremos disponibilizar, quer dizer, o que o país precisa oferecer.

A Unesco vem desenvolvendo um interessante trabalho de estatística que parte de um raciocínio como esse: o que são as funções, o que é o objeto da cultura e quais são as funções da cultura. Na medida do preenchimento da pesquisa será possível identificar realmente o que é o objeto das estatísticas de cultura. Essa é a grande polêmica que antecede a produção da estatística, de saber o que é cultura.

Podemos usar tudo isso para pensar mais adiante em conjunto com os grandes grupos de agentes de formação e cooperação internacional, como a Unesco; organizações não governamentais de nível internacional, como o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração de Bens Culturais (Iccrom), como o Conselho Internacional de Museus (Icom) e a própria cooperação bilateral no país, como a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid). Ou seja, as ofertas de cooperação e de qualidade de cooperação formam uma coluna de promotores de formação, num nível internacional. E tem, ainda, o próprio sistema de patrimônio, no qual temos uma situação um pouco esdrúxula, caso pensemos no sistema de patrimônio como responsável por oferecer formação. Com esse raciocínio, estamos montando um Centro de Formação no Iphan; existem algumas experiências que deram certo, como o Programa de Especialização em Patrimônio – PEP/Iphan, no Rio de Janeiro. Não estou dizendo que não deva ter, mas é pouco usual; é como se fosse um setor de indústrias produzindo formação. Vamos supor que na área automobilística não tenha mão de obra qualificada e a Petrobras crie um centro de formação e produção de automóvel. Na verdade, tem um terceiro ator que lembramos pouco dele, o sistema de educação formal.

Existem inúmeras iniciativas que contam com o apoio da Unesco para a sua criação em nível internacional, como o Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio, do Iphan, aprovado na Categoria Dois. Esses centros de formação são agentes e através deles podemos ter, em tese,

formação em nível municipal, sem contar o setor privado que também atua nessa área. E o Iphan, como parte do sistema de patrimônio em nível federal, teria um papel fundamental por orquestrar esse conjunto de variáveis que temos adiante.

A questão do alargamento do objeto e das funções traz para o campo do patrimônio uma série de profissões com as quais nós não lidávamos, pois no âmbito do patrimônio, até pouco tempo atrás, os arquitetos tinham o domínio absoluto. Se, hoje, estamos falando em gestão existem várias profissões que temos de acrescentar à listagem, as quais têm de ser objeto de formação. Não estamos nos referindo a nenhuma formação em graduação específica, estamos falando de pessoas que sejam capazes de trabalhar na relação entre patrimônio e as demais políticas, sociais, econômicas, ambientais e etc.

Essas pessoas capazes de juntar partes é que trazem muitas coisas, por isso precisamos aglutinar pessoas que sejam capazes de trabalhar com política pública em projetos em níveis mais detalhados, trabalhar com gestão de equipamentos públicos e privados na área de patrimônio, cultura, museu. Isso quer dizer que essa formação de gestão exige mais do que fazer, exige pessoas que sejam capazes de compartilhar, fazendo, inclusive, com que os outros façam. Não se trata, necessariamente, de uma formação especializada no campo do patrimônio.

Considero fundamental uma formação, pelo menos no nível básico porque, mesmo aqueles que pensam que não atuarão nessa área, acabarão por trabalhar direta e indiretamente com o patrimônio, mesmo que não seja a sua escolha e dedicação principal. Ou seja, uma formação mais geral é necessária e isso leva à realidade que temos hoje, na qual os órgãos de patrimônio acabam se responsabilizando, na prática, pela formação das pessoas e é exatamente o que deu origem ao PEP/Iphan e temos lacunas muito evidentes, creio, nas áreas de tecnologia, relacionadas ao patrimônio. E isso me parece uma das mais graves na área de ciências humanas e sociais, antropologia e etc.

Acredito que as conexões são mais imediatas e na área de tecnologia percebeu-se, hoje, a falta de engenheiros no Iphan, a falta de profissionais na área tecnológica contribuindo para a restauração. E, mesmo, aquela matriz ainda mereceria uma quarta coluna de atores que é o próprio sistema de Ciência e Tecnologia. Que não é só indicação. Esse é o panorama inicial sobre o qual poderemos discutir.

Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio

*Cyro Corrêa Lyra**

* Assessor da Presidência do Iphan

O Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio resulta da convergência de dois projetos, um do Iphan e outro da Unesco. O Iphan acalentava uma antiga ideia de criar, na instituição, uma Escola de Patrimônio. Inclusive, porque desde a criação da instituição federal de proteção do patrimônio histórico e artístico ficou evidente a necessidade de capacitação de funcionários para atuarem na preservação cultural. Isso explica o papel desempenhado pelo Iphan de protagonista na criação dos centros de especialização, como o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos da Universidade Federal da Bahia (Cecre) e o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais (Cecor). Essa permanente preocupação do Iphan com a capacitação de técnicos encontrou respaldo na Unesco, que vinha desenvolvendo um projeto de apoio à criação de centros regionais voltados para a formação de gestores. Regionais no sentido planetário, ou seja, centros que atendessem a regiões como a China, os países árabes, as Américas do Norte e Central e do Sul.

O histórico do Centro do Brasil começa de fato em outubro de 2008, através de uma a proposta formulada pelo Iphan de comum acordo com a Unesco, por intermédio do Centro do Patrimônio Mundial que aprovou o projeto. Dois meses depois de sua aprovação, o projeto foi apresentado pelo ministro da Cultura à Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Em janeiro de 2009, foi apresentado ao Mercosul, em Salvador, e em março foi aprovado pela Unesco como Categoria Dois. No mês de maio foi apresentado aos países membros do Mercosul cultural e, finalmente, em outubro de 2009, foi aprovado na Assembleia da Unesco. O Centro do Brasil existe, portanto, e já tem a sua certidão de nascimento.

O Centro de Categoria Dois ajuda a Unesco a implementar, financeira e tecnicamente, programas de apoio à proteção do patrimônio cultural, além de auxiliar na implementação da Convenção de 1972, a qual criou e

organizou o estatuto de patrimônio mundial. Não há muitos centros de Categoria Dois voltados para o tema do patrimônio. Dos cinco existentes, dois são para o financiamento de projetos. Os outros três são dedicados à formação, como o Centro da China, criado e aprovado em 2007 e que está implantado em três instituições universitárias. Os outros são: o do Bahrain, no Golfo Pérsico, cuja abrangência é o conjunto dos países árabes e o dos Zacatecas, no México, que atende a região da América Central e Caribe.

Para a salvaguarda do patrimônio imaterial da América Latina, há outro Centro de Categoria Dois, o Crespial, sediado em Cusco e tem como abrangência a América Latina e Caribe.

O Centro do Brasil atenderá a região compreendida pelos países de língua oficial espanhola e portuguesa da América do Sul, África e Ásia. Uma das finalidades do Centro é contribuir para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial nessa região. Outras finalidades são o aperfeiçoamento de conhecimento, ampliação do Sistema de Integração Regional, melhor coordenação das agências internacionais, regionais e capacitação de gestores do patrimônio.

O Centro não age sozinho; é interligado a uma série de outros órgãos. Em primeiro lugar, tem a colaboração internacional da Unesco, sendo patrocinado por ela. Tem, ainda, a colaboração do Iccrom que é o Centro Internacional de Estudos para a Formação de Especialistas em Conservação de Monumentos. Foi criado pela Unesco, na década de 1950, com o objetivo de se constituir em uma instituição exemplar de formação de quadros na área de patrimônio. Ainda hoje, é uma instituição de referência internacional, sendo, portanto, um parceiro do nosso Centro. Temos ainda o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) que tem papel importante e, particularmente definido, na questão da categoria do patrimônio mundial.

É claro que essa colaboração internacional é ampliável. Estou citando apenas os parceiros naturais, mas entram nessa lista agências de cooperação internacional, como a espanhola Aecid e a instituição italiana voltada para a América Latina – a ILA.

No Brasil, o Centro se integrará nos programas de capacitação decorrentes da implantação do Sistema Nacional de Patrimônio e das necessidades dos órgãos estaduais e Prefeituras e poderá através de convênios trabalhar com outros centros de formação da região e instituições de ensino, como a Fundação Getúlio Vargas e a Escola Nacional de Administração Pública.

O Centro não é excludente, o que significa que não pretende e não deve

concorrer nem substituir as instituições de especialização em preservação do patrimônio, como o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos da Universidade Federal da Bahia (Cecre), sediado em Salvador, o Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais (Cecor), em Belo Horizonte e o Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (Ceci), em Recife. Cito os três porque têm o credenciamento e o apoio do Iphan como centros de excelência na especialização para conservação e restauração de bens.

É claro que o fato de fazer parte da estratégia da Convenção do Patrimônio Mundial, coloca a gestão dos bens de valor universal como um dos principais objetivos do Centro. No conjunto de bens brasileiros que integram a Lista do Patrimônio Mundial predominam os sítios urbanos, que são os centros históricos de Ouro Preto, Olinda, Salvador, São Luiz, Diamantina, e Goiás, o Plano Piloto de Brasília e o conjunto escultórico do Santuário de Congonhas. Ainda como patrimônio material cultural, temos dois grandes sítios arqueológicos, um de caráter histórico que é de São Miguel das Missões e o outro de caráter pré-histórico que é o Parque Nacional da Serra da Capivara. Os demais bens da lista são patrimônios naturais.

No contexto da região a que se destina o Centro, ou seja, os países de língua oficial portuguesa ou espanhola da América do Sul (dez nações), da África (cinco países) e Ásia (um país), constatamos que o Brasil é o que tem o maior número de bens reconhecidos como Patrimônio Mundial. No Peru há um predomínio de sítios arqueológicos e, em contrapartida, há uma ausência quase total de bens de valor universal reconhecidos na África. O maior país de língua portuguesa, Angola, por exemplo, não tem nenhum patrimônio na lista.

Agora, tratarei do nosso programa para 2010. Sendo o principal foco de nossa atuação a formação de gestores, previu-se para o início de 2010, como evento preparatório, uma reunião internacional com a participação de entidades nacionais da América do Sul e da África. Pretende-se que essa reunião, que ocorrerá no Rio de Janeiro, seja o ponto de partida para a implantação do Centro. Seu parceiro natural, o Iccrom, já se comprometeu a dar todo o apoio, integrando essa ação no Programa que o órgão criou há quatro anos chamado Latam que é voltado para os países latino-americanos.

A segunda meta para 2010 é o curso básico, nosso principal curso, voltado para a gestão do patrimônio cultural com o apoio da Unesco, do Iccrom, da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações

Exteriores (ABC), dos países da Região, da Associação Brasileira de Cidades Históricas, além dos governos estaduais e municipais. É muito importante chamar a atenção para o fato de que, embora o patrimônio mundial seja um ponto focal importante pelo apoio e patrocínio da Unesco, a nossa questão é mais ampla, por envolver a capacitação para a gestão do patrimônio de um modo geral. É prevista também a promoção de um curso em Belo Horizonte voltado para a questão jurídica da preservação do patrimônio; de um seminário focado na conservação com emprego de técnicas tradicionais; um curso de nivelamento em metodologia de conservação e restauração, além do II Encontro de Preservação do Patrimônio Militar. São eventos que foram surgindo de nossas experiências e que vão dando continuidade a demandas de solicitações anteriores. Para finalizar, coloco a seguinte questão: quais as razões da existência de um programa voltado para a gestão?

A questão da gestão de um sítio de valor cultural surge logo após o estabelecimento de sua proteção legal. Em Ouro Preto, por exemplo, existe um conflito permanente resultante das dificuldades da conciliação entre preservar e desenvolver. Trata-se de um problema de gestão urbana em que se requerem profissionais com uma visão ampla que vai além do conhecimento do especialista em patrimônio. O gestor que se quer é muito mais um generalista. Pode ser um arquiteto ou um antropólogo, de profissão, mas capacitado para um desafio muito mais amplo do que aqueles para os quais foi formado. Pretende-se preparar profissionais com uma visão interdisciplinar porque vai se envolver com problemas de todos os tipos. São questões como a do turismo, a do uso do solo, a da inserção dos novos usos e de novos edifícios. A questão da adequação e da normatização, a questão da integração do problema do imaterial com o material, a de valorização das práticas tradicionais e muitos outros desafios.

Para terminar, informo que o Centro funcionará no Palácio Gustavo Capanema, do Rio de Janeiro. Esse local foi escolhido por várias as razões, que considero importante citar. Em primeiro lugar, pela possibilidade de adaptação do espaço interno do palácio a novos usos. Nossa ideia é transformar um dos pavimentos do Palácio para uso exclusivo do Centro. Já temos, inclusive, um projeto sendo desenvolvido para a instalação de um auditório para atendimento aos cursos de capacitação. Ao mesmo tempo, o Palácio Capanema está se tornando um centro cultural voltado para a formação ligada à memória: o MEC vai instalar no local um Centro de Memórias da Educação, e a Funarte pretende retirar seus setores administrativos e instalar no lugar um Centro de Preservação de Fotografia.

Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan – PEP 2004/2008

*Lia Motta**

* Coordenadora geral de Pesquisa e Documentação do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan

Resumo

O texto apresenta uma avaliação do Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan (PEP), que teve início em 2004, contando com o apoio da Unesco. Desde então, passou por constantes aperfeiçoamentos, visando a sua continuidade como atividade institucional permanente, além do seu futuro reconhecimento pelo Ministério da Educação. Debater o programa em fóruns como este é de extrema importância para o seu desenvolvimento e para novos aperfeiçoamentos, considerando a especificidade do formato do PEP, que é multidisciplinar e descentralizado, à semelhança da estrutura do Iphan, nos diversos Estados da federação, e que associa a prática cotidiana com os conteúdos teórico-metodológicos como método de formação especializada.

Palavras-chave

Especialização, Patrimônio cultural, Interdisciplinaridade, Teoria e prática profissional.

É uma satisfação apresentar a avaliação do Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan (PEP) neste Fórum e nesta sessão sobre capacitação e gestão, que está reunindo ao longo de dois dias uma variedade importante de cursos e instituições empenhados na formação de quadros para a preservação do patrimônio cultural.

O PEP foi criado pelo Iphan em 2004, contando com o apoio da Unesco na sua fase experimental, até 2008. Essa fase experimental significou vencer o desafio de montar um programa de formação interdisciplinar, descentralizado e com o objetivo de associar práticas cotidianas ao

aprendizado teórico-metodológico. Nesse período inicial, o PEP formou duas turmas (2005 e 2006), passou por inúmeros aperfeiçoamentos e, hoje, já com o seu 5º Edital de Seleção em andamento, vem sendo objeto de novos aperfeiçoamentos, considerando os padrões estabelecidos para o seu reconhecimento pelo Ministério da Educação (MEC).

A opção pelos recém-graduados como o público-alvo do PEP teve a intenção de trazer pessoas jovens para integrar as rotinas do Iphan como forma de prepará-las para o trabalho de preservação do patrimônio na rede de instituições que atuam nesse campo, nas instâncias municipal, estadual e federal, bem como nas organizações não governamentais, cada vez mais envolvidas com o tema do patrimônio cultural. Por outro lado, essa opção propiciaria uma troca permanente entre os recém-egressos das universidades, participantes do PEP, formados em diversas áreas do conhecimento, permitindo a construção conjunta de novas visões e abordagens disciplinares, necessárias à permanente atualização das práticas de preservação.

A esse respeito é importante lembrar que a estruturação do PEP teve início a partir da proposta apresentada em reunião de dirigentes do Iphan, em março de 2004, pelo arquiteto Marcelo Brito – coordenador desta sessão – para a criação de um programa de estágio profissional no Iphan, denominado Patrimônio do Futuro: Novos Talentos. Esse projeto tinha como objetivo dar oportunidade a recém-graduados de vivenciarem as práticas de preservação, visando a um aprendizado com base na experiência e troca com os técnicos da Casa. Considerando que o Iphan passava por um longo período sem nenhuma perspectiva de recomposição dos seus quadros profissionais cada vez mais esvaziados, essa proposta seria a oportunidade de estabelecer uma prática de formação/capacitação a partir do repasse da experiência institucional a novos profissionais, e de preparar quadros para o campo de preservação. Assim, o PEP surgiu como um programa para capacitar profissionais, com até cinco anos de formados, provenientes de diversas áreas do conhecimento, para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural.

Essa formação especializada se desenvolve ao longo de 24 meses, por meio da integração dos bolsistas nas atividades de rotina das unidades regionais do Iphan, distribuídas em todo o país. O caráter descentralizado do programa conta com o envolvimento dos técnicos locais, que desempenham a função de supervisores dos bolsistas, no período de 30

horas semanais. O aprendizado teórico-metodológico é oferecido pelos supervisores ao acompanharem as atividades dos bolsistas e em seminários internos nas unidades do Iphan, assim como nas oficinas nacionais e aulas presenciais e por meio de leituras obrigatórias para toda a turma de bolsistas, organizadas pela Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação, do Departamento de Articulação e Fomento (Copedoc/DAF). Para o trabalho de conclusão do programa é exigido o desenvolvimento de um projeto de pesquisa, cujo objeto de estudo deve ser definido a partir de uma questão identificada no cotidiano. Para tornar viável o ingresso de candidatos ao programa são concedidas bolsas de estudos aos recém-graduados selecionados por meio de edital público.

Além da organização das atividades teórico-metodológicas obrigatórias para o conjunto dos bolsistas, a coordenação nacional do PEP se encarrega da organização e da produção de material didático, como os *Cadernos de Estudos* e outras publicações, além do trabalho editorial para a publicação dos artigos dos bolsistas baseados nos seus trabalhos de conclusão.

As turmas podem ter entre 20 e 30 bolsistas e são formadas a partir das demandas das unidades do Iphan, que determinam as áreas de formação mais necessárias ao trabalho local, definindo, também, as principais atividades que serão desenvolvidas, assim como quais serão os técnicos que farão a supervisão dos bolsistas.

As oficinas nacionais reúnem os bolsistas, seus supervisores e a equipe de coordenação para possibilitar a troca de experiências diante do formato descentralizado do programa. Elas se constituem como um espaço de debates sobre os procedimentos didático-pedagógicos, que embasaram ao longo dos anos os inúmeros aperfeiçoamentos feitos ao programa. As principais preocupações apontadas nesses debates concentram-se no pretendido equilíbrio entre as atividades práticas e as teórico-metodológicas, sobre o papel desempenhado pelos técnicos das unidades do Iphan, com relação à sua responsabilização pelos bolsistas, e sobre o desempenho da coordenação quanto à sua capacidade de articular e garantir que os padrões nacionais se estabeleçam para todos, independentemente das especificidades de cada situação.

Entende-se que a participação dos bolsistas nas rotinas institucionais é uma importante e efetiva contribuição para o trabalho do Iphan, além de se concretizar em experiência profissional para esses recém-formados. Mas, o que qualifica essa dimensão prática do programa é o fato de estar associada

– condicionada mesmo –, ao exercício reflexivo sobre ela. Dessa forma, o trabalho dos bolsistas no Iphan representa significativo insumo para a pesquisa e a reflexão sobre as práticas de preservação e principal referência para o formato didático-pedagógico do PEP.

Assim, os papéis de cada participante da estrutura docente do programa (supervisores, coordenação, palestrantes, professores) foram objeto de constante negociação e adaptação diante das críticas e sugestões oferecidas nos debates sobre a essência do programa, que associa a prática ao aprendizado teórico-metodológico. A importância desses debates e da busca do referido equilíbrio entre as atividades práticas e as teórico-metodológicas pode ser avaliada na observação feita pelo professor Flávio Carsalade, consultor indicado pela Unesco para a avaliação da fase experimental do programa, de 2004 a 2008,[1] quando diz: "torna-se difícil, senão impossível, estabelecer modelos universais sobre a prática que acontece no PEP, devendo ele próprio construir seus procedimentos" (p. 30), afirma, também, que é necessário o acompanhamento de especialistas não só do Iphan como de instituições experientes nas áreas de ensino e pesquisa, com capacidade de oferecer apoio teórico-metodológico e pedagógico buscando-se "o equilíbrio entre as tensões apresentadas pela própria natureza do programa: liberdade e orientação, coordenação central e regionais, bolsista como profissional em formação e como efetivo contribuinte ao trabalho regional; conhecimento teórico e competência prática." (p. 45)

1. CARSALADE, Flávio. *Relatório de Avaliação do Programa de Especialização em Patrimônio IPHAN/UNESCO (PEP) 2004-2008.* Brasília. maio de 2008. O Relatório está disponível no Arquivo Central do Iphan / Seção RJ, e será publicado no início de 2010.

Mais recentemente, foi possível contar com outros colaboradores de excelência, como a consultoria prestada gentilmente por Maria Luiza Lombas, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – Capes, a partir de consulta feita àquela instituição sobre a possibilidade de uma parceria com o Iphan para o desenvolvimento do programa. Contamos também com a parceria do Laboratório de Pesquisa sobre Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced), do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que disponibilizou um profissional para o apoio pedagógico e doutores na área de geografia e antropologia para o PEP. Finalmente, construímos a parceria com a Fundação Darcy Ribeiro (Fundar), que, além do apoio técnico e administrativo ao programa, elaborou o seu projeto político-pedagógico, com base na experiência acumulada pelo programa.

O programa, embora mantendo sua essência, passou por importantes ajustes e conta, hoje, com leituras obrigatórias dirigidas, de caráter

interdisciplinar, indicadas pela Coordenação do PEP para o nivelamento das turmas, e com leituras indicadas e orientadas pelos supervisores, relativas às práticas nas unidades. Conta, ainda, com módulos de aulas presenciais que totalizam no mínimo 240 horas, e com orientação metodológica para a formulação de projetos de pesquisa e para o seu desenvolvimento, além das oficinas nacionais e dos seminários internos no âmbito das unidades e atividades práticas cotidianas. A especialização, que na fase experimental podia ser concluída em 12 meses, passou a ser concluída obrigatoriamente em 24 meses.

Trata-se, portanto, de um programa multidisciplinar, cuja premissa é a de não haver uma disciplina que detenha exclusivamente as formulações teórico-metodológicas relativas à preservação do patrimônio cultural, nem um campo de formação profissional que prepare especificamente para esse ofício. Busca suprir uma lacuna na oferta da formação profissional no Brasil, uma vez que são poucos os cursos que se dedicam ao estudo da preservação ou que contemplam a multidisciplinaridade necessária às práticas de preservação.

Seu formato descentralizado aproveita a rede nacional constituída pelo Iphan para dar oportunidade aos profissionais recém-formados de experimentarem diferentes práticas relacionadas à preservação. Essa rede conta hoje com 65 unidades em 54 cidades diferentes são: 27 superintendências, 27 escritórios técnicos e três unidades especiais, além da administração central que conta com oito unidades em Brasília e no Rio de Janeiro, aptas a participarem do PEP. [2]

A partir do potencial representado pelo Iphan e de sua experiência acumulada, ao longo de mais de 70 anos de funcionamento, o projeto político-pedagógico do PEP tem hoje as seguintes diretrizes:

- Um processo de aprendizagem que promove o compartilhamento das práticas de preservação da Instituição e a produção de conhecimento, superando a concepção de que só se ensina aquilo que já está pronto;
- A possibilidade de uma reflexão sobre a prática cotidiana que permita a formulação de novas abordagens para a gestão do patrimônio cultural;
- A construção de conhecimento a partir da identificação de problemas relativos às práticas vivenciadas no cotidiano institucional;

2. As unidades da Administração Central são constituídas pelo Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/BSB e RJ), Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Articulação e Fomento (DAF/BSB e RJ), Departamento de Administração e Planejamento (DPA) e da Procuradoria Federal da República no Iphan (Profer/BSB e RJ).

> • Uma relação de ensino-aprendizagem entre os supervisores (técnicos do Iphan) e os bolsistas, com ênfase na pesquisa como principal estratégia de reflexão, e na compreensão pedagógica de que a ação de ensinar é um exercício de troca, que visa à construção social e/ou coletiva de conhecimento.

A fase experimental do PEP, com o apoio técnico da Unesco, formou 52 bolsistas de duas turmas (2005 e 2006). Ainda sobre a avaliação dessa fase, o consultor Flávio Carsalade afirma a pertinência do PEP, destacando a sua proposta metodológica que "integra sujeito e objeto", sendo fundamental para um processo de tomada de consciência da realidade. Apoiando-se em teorias pedagógicas modernas referentes a diferentes formas de ensino-aprendizagem ele ressalta que fazer e compreender são sistemas solidários. (p. 12 e 13)

Em outro trecho de sua análise sobre o programa afirma que:

> [...] a discussão sobre o saber e o ensino-aprendizagem impõe novas formas de saber e sua transmissão onde o locus natural não é apenas a academia, mas o local onde esse saber é produzido, até mesmo porque o trabalho sobre esse saber interessa, sobretudo, a seu produtor. Associe-se a isso a questão ética e estratégica de repasse dessa informação à sociedade, importante missão de uma instituição pública. Em segundo lugar, é preciso reconhecer que a educação faz parte do processo de preservação. Se também entendermos a educação em um sentido maior, veremos que ela não se limita à sensibilização e informação das comunidades a respeito de seus respectivos patrimônios, ela pressupõe também a formação de quadros para proteção desses bens em diversos níveis, desde o técnico ao superior e, detectadas as lacunas de formação, a estratégia para superá-las. (p. 31)

O *Dossiê de Acompanhamento do PEP*,[3] elaborado pela equipe de coordenação do programa, aborda o mesmo período do Relatório (2004 a 2008) e teve como objetivo traçar um panorama quantitativo da fase experimental do programa. Para isso, foram analisados os processos de seleção e os documentos produzidos pelos bolsistas. O processamento desses dados resultou em relevantes informações sobre o número de inscrições recebidas para o 1º e 2º Edital do PEP – Iphan, sobre as áreas de formação dos candidatos selecionados nesses editais, sobre sua distribuição territorial

3. NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. *Dossiê de Acompanhamento dos PEP, Turmas 2005 e 2006*. Rio de Janeiro: Iphan, 2008.

e sobre os temas desenvolvidos pelos bolsistas nas suas práticas cotidianas e nos projetos de conclusão do PEP. Também foram analisados o índice de evasão do programa e o aproveitamento dos bolsistas que se formaram no campo da preservação do patrimônio cultural.

Sobre o quantitativo das inscrições observou-se que no 1º Edital do PEP (Turma 2005), com a disponibilidade de 31 vagas foram recebidas 458 inscrições. Já no 2º Edital (Turma 2006), com 28 vagas, foram recebidas 355 inscrições. Isso resulta em 14,77 inscrições/vaga para a Turma 2005, e 12,67 inscrições/vaga para a Turma 2006.

Nos dois editais foram oferecidas 12 áreas de formação, com predominância em arquitetura e urbanismo e história. Esse quadro, no entanto, vem mudando e hoje há um interesse mais diversificado das unidades descentralizadas do Iphan ao solicitarem vagas de bolsistas. Com o 5º Edital de Seleção do PEP, em andamento, o Iphan terá contemplado 21 áreas de formação oferecidas nos seus editais, o que representa o desafio e também um aprendizado para o desenvolvimento dos trabalhos de preservação de forma cada vez mais inter e multidisciplinar. [4]

No caso da distribuição geográfica dos bolsistas nas unidades do Iphan, todas as regiões foram atendidas, no entanto, houve predominância das regiões Sudeste e Nordeste. Hoje, com o 5º Edital de Seleção do PEP, o Iphan terá abrangido todos os Estados brasileiros, na medida em que Acre e Tocantins, que ainda não haviam participado do PEP, contarão com bolsistas.

Foram levantados e agrupados os temas abordados pelos bolsistas tanto em suas atividades práticas, quanto nos trabalhos monográficos de conclusão do PEP. São eles: paisagem e território, educação patrimonial, inventários do patrimônio material e imaterial, entorno de bens tombados, arqueologia, gestão de centros históricos, patrimônio moderno, discussões entre comunidades tradicionais e patrimônio, discursos e representações da história do patrimônio a partir dos bens tombados pelo Iphan.

Sobre a evasão dos bolsistas do Programa, a avaliação feita com base nas duas primeiras turmas, mostrou que: dos 59 bolsistas que ingressaram no PEP no período, 52 (88,13%) se formaram, tendo concluído todas as atividades, incluindo a entrega do trabalho de conclusão do PEP, conforme dados registrados na tabela a seguir. No total, dos 59 bolsistas das duas turmas 04 (6,78%) pediram desligamento.

4. As 21 áreas de formação são: arqueologia, administração, arquitetura e urbanismo, arquivologia, arte educação, artes plásticas, biblioteconomia, ciências sociais, comunicação social, desenho gráfico e design, direito, economia, engenharia, geografia, história, história da arte, letras, licenciatura intercultural, museologia, pedagogia e educação, produção cultural. A única vaga que não contou com candidato quando oferecida foi a de engenharia.

Turma	Ingresso	Permaneceram 1 ano	Completaram 2 anos	Total de Bolsistas Formados (1 e 2 anos)
2005	31	11 (35,48%)*	17 (58,84%)	27 (87,09%) **
2006	28	07 (25%)	17 (60,71%)	24 (85,71%) ***
Total	59	18	34	51 (86,44%)

* Dos 11 que não completaram 2 anos, 7 saíram por terem passado em concursos públicos (5 para o Iphan, 1 para a Biblioteca Nacional e 1 para a rede pública de ensino).

** Da Turma 2005, no total 2 bolsistas foram desligados por problemas de desempenho, 1 pediu desligamento e 1 não entregou o trabalho de conclusão do PEP.

*** Da Turma 2006, no total 1 foi desligado por problemas de desempenho e 3 pediram desligamento.

Desse modo, o índice de evasão total, nas duas turmas, foi baixo. Importa ressaltar que esse índice de evasão se refere às desistências dos bolsistas ou desligamento feito pela Coordenação do PEP com anuência dos supervisores por baixo desempenho do participante. As 18 (30,50%) desistências observadas entre as duas turmas, para a continuidade do 2º ano, também são consideradas baixas, pois dessas desistências, sete se referem aos bolsistas que passaram em concurso público, sendo que seis, em função do concurso público no próprio Iphan e um ingressou em concurso em instituição vinculada ao MinC; dois ingressaram em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* para continuidade das pesquisas no campo da preservação do patrimônio cultural; dois receberam propostas de trabalho de assessoria de projetos na área de patrimônio cultural; cinco receberam propostas de trabalho na área de suas formações; dois não trabalham mais na área de patrimônio, nem nas suas áreas de formação. Todas as informações foram coletadas a partir de questionários enviados aos ex-bolsistas e/ou com os supervisores técnicos locais do Iphan.

Nas turmas seguintes, embora não haja ainda um estudo mais detalhado sobre a evasão, é possível afirmar que os índices continuam baixos.

Sobre o engajamento profissional dos ex-bolsistas no campo do patrimônio cultural das turmas 2005 e 2006, o panorama é muito significativo, com 85% deles aproveitados. Conforme pode ser observado no gráfico, 20 ex-bolsistas estão trabalhando em instituições relacionadas ao Sistema Nacional de Patrimônio, ou seja, órgãos estaduais, municipais e também federais de preservação, inclusive no Iphan, assim como em organizações não governamentais; 11 foram fazer pós-graduação na área, levando para mestrados e doutorados acadêmicos temas relacionados às suas práticas no PEP; quatro ingressaram no magistério, sendo multiplicadores dos conhecimentos adquiridos; seis estão trabalhando no campo do patrimônio cultural por conta própria. Assim, apenas 15% se dedicam a outras atividades que não têm relação com a preservação do patrimônio cultural.

Hoje, o PEP tem um formato mais maduro, permanecendo fiel aos seus princípios iniciais da promoção do aprendizado a partir da prática cotidiana e das reflexões que esta suscita. O equilíbrio entre as dimensões da prática e da teoria está cada vez mais estabelecido, com resultados sempre enriquecedores. Em linhas gerais, o PEP é um Programa de dois anos, com procedimentos organizados de acordo com seu formato descentralizado, inter e multidisciplinar. Pretende-se a consolidação do programa como atividade permanente do Iphan e o seu reconhecimento pelo Ministério da Educação.

O Programa de Especialização em Patrimônio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe)

*Terezinha de Jesus Pereira da Silva**

* Professora adjunta da UFPE, no Departamento de Arquitetura e Urbanismo e coordenadora de Patrimônio Histórico da Fundarpe

Resumo

O Programa de Especialização em Patrimônio – PEP, da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), corresponde a um estágio profissional adotado pela Diretoria de Preservação Cultural – DPC. Tal programa teve como fonte de referência a proposta do Iphan. Com os objetivos de capacitar profissionais na área de patrimônio e criar um banco de reserva de técnicos com experiência na área, o programa foi viabilizado através de seleção pública, em janeiro de 2008, tendo capacitado 13 profissionais e encontra-se em sua segunda turma de implantação com 25 técnicos.

Palavras-chave

Estágio profissional, Fundarpe, Patrimônio cultural.

Introdução

A presidência da Fundarpe, no início do governo Eduardo Campos em 2007, autorizou a Diretoria de Preservação Cultural – DPC a implantar o Programa de Especialização em Patrimônio – PEP/Fundarpe, no Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural.[1] O PEP está enquadrado no Eixo 3 do referido plano, na ação de formação da Política Pública de Cultura do Estado. O Programa de Especialização em Patrimônio da Fundarpe foi estruturado através dos seguintes conteúdos: a Fundarpe e a gestão 2007/2010; a origem do PEP/Fundarpe; a estrutura do PEP/Fundarpe; as

1. PERNAMBUCO *Nação Cultural.* Informativo da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Gestão 2007-2010 – Plano de Gestão. p. 37.

demandas do PEP/Fundarpe; a segunda edição do PEP/Fundarpe e as contribuições dos PEPs.

A Fundarpe e a gestão 2007/2010

De acordo com o Decreto nº 30.391/07,[2] a Fundarpe é responsável pela formulação, implementação e execução da Política Pública de Cultura em Pernambuco. A estrutura da Fundação na gestão do governo Eduardo Campos 2007/2010, segue a organização definida pelo seu regulamento/Decreto[3] com órgãos colegiados; de direção superior; de apoio; gestor de atividades-meio e gestor de atividades-fim.

A princípio, a preservação é competência de toda a estrutura organizacional da Fundação, porém a Diretoria de Preservação Cultural responde pela recuperação e conservação de equipamentos, tombamentos, registros de bens materiais e imateriais, educação patrimonial, difusão, pesquisa e planejamento.

O Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural – 2007/2010 procura interiorizar as ações da Fundarpe no Estado, partindo do princípio de parcerias com todos que trabalham com a cultura e a preservação em Pernambuco. Como parceiros no Estado temos: o Conselho Estadual de Educação – CEE, o Iphan, as Prefeituras, o Ministério Público, as ONGs e o público em geral.

A origem do PEP/Fundarpe

Nas avaliações do início da gestão da Diretoria de Preservação Cultural – DPC, foi constatada, juntamente com a equipe de servidores lotados nessa diretoria, a carência de técnicos, devido à falta de reposição do quadro de aposentados, além da ampliação das atividades de preservação. Como forma de minimizar a carência de pessoal e a impossibilidade de realizar concursos públicos, a diretoria pesquisou alternativas, em outras instituições, e optou pela proposta do Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan.[4] Com base no edital do Iphan foi montado um projeto com diversas etapas de execução, incluindo previsão de equipamentos e orçamentos. O projeto levou em conta, também, a estrutura organizacional da DPC quanto às suas demandas e atividades previstas, além de toda a Fundarpe.[5]

Enquanto o PEP/Iphan mescla formação profissional com especialização acadêmica, o PEP/Fundarpe enfoca mais a formação profissional, ou seja,

2. PERNAMBUCO, *Diário Oficial do Estado de*. Decreto nº 30.391, de 27 de abril de 2007. Anexo I, capítulo I, art. 1º [...] a Fundarpe tem por finalidade exercer a função de órgão executivo de política cultural do Estado de Pernambuco, promovendo, apoiando, incentivando e divulgando as atividades e manifestações culturais de Pernambuco e do seu povo, através do planejamento operacional da política cultural, da preservação e difusão cultural, do desenvolvimento de projetos especiais e estruturadores, e da gestão do Fundo Pernambucano de incentivo à Cultura – Funcultura.

3. PERNAMBUCO, *Diário Oficial do Estado de*. Decreto nº 30.391, de 27 de abril de 2007. *Op. cit.* Art.2º.

4. Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Edital PEP/2007. www.iphan.gov.br Acessado em 2007.

5. Síntese da estrutura da Fundarpe: I – Órgãos colegiados: a) Comissão deliberativa do Funcultura; b) Comissão Governamental do Funcultura; c) Conselho de Administração;

d) Conselho Fiscal e Comissão Permanente de Licitação. II – Órgão de direção superior: a) Presidência. III – Órgãos de apoio: a) Coordenadoria Jurídica, b) Assessoria, c) Secretaria de Gabinete e d) Serviços Auxiliares de Gabinete. IV – Órgão gestor de atividade-meio: a) Diretoria de Gestão. V – Órgãos gestores de atividade-fim: a) Diretoria de Preservação Cultural, b) Diretoria de Políticas Culturais, c) Diretoria de Difusão Cultural, d) Diretoria de Projetos Especiais e e) Diretoria de Gestão do Funcultura.

6. PERNAMBUCO, Lei nº. 7970, de 18 de setembro de 1979. Art. 1º.

um estágio profissional para recém-formados. Por outro lado, enquanto o Programa do Iphan tem demonstrado uma continuidade nas mudanças de gestão do Governo Federal, a proposta do programa, em nível estadual, foi pensada para ser absorvida pelos técnicos da Casa para que ultrapasse gestões de governo.

A estrutura do PEP/Fundarpe

A DPC responde pela gestão, coordenação e supervisão dos bens materiais tombados, e dos bens imateriais registrados em nível estadual. Esses bens são detentores de valores patrimoniais, histórico, artístico, iconográfico, etnológico, arqueológico, paisagístico, arquitetônico, bibliográfico e documental.[6]

A DPC tem como organização mais imediata de trabalho: a coordenação de patrimônio histórico, que inclui as atividades de educação patrimonial, o setor de tombamento; o setor de planejamento/obras, a biblioteca, além do suporte do restante da estrutura da Fundarpe.

Com base no edital do Iphan foi montado um projeto e um edital conforme as diretrizes da Comissão Permanente de Licitação – CPL/Fundarpe e Lei nº 8.666/ 93. O 1° PEP/Fundarpe consistiu de um projeto e edital que incluíram as áreas profissionais de arquitetura, biblioteconomia, engenharia civil, história e turismo.

A área de arquitetura contou com cinco vagas para atuar nas atividades de inspeção e fiscalização de bens tombados ou em processo de tombamento, levantamento arquitetônico de bens, preparação de processos de tombamento, educação patrimonial, preparação de artigos para participação em congressos, seminários e encontros, além de auxiliar na preparação de publicações.

A área de biblioteconomia teve duas vagas para auxiliar na informatização do acervo da biblioteca, além de suporte técnico nas publicações e preparação de artigos para os diversos eventos.

A área de engenharia civil foi contemplada com uma vaga com ações voltadas para inspeção e fiscalização de bens tombados e em processo de tombamento; preparação de planilhas orçamentárias; organização de cadernos de encargos; montagem de termos de referências; realização de cálculo estrutural; execução de levantamento arquitetônico e estrutural; organização de mapas de danos; além da elaboração de artigos para eventos técnicos.

A área de história contou com quatro vagas para desenvolvimento de pesquisas direcionadas para instruções dos processos de tombamentos, educação patrimonial, publicações, além da elaboração de artigos para congressos, seminários e participação nos fóruns da Fundação.

Já a área de turismo foi contemplada com uma vaga e teve suas atividades voltadas para as ações de educação patrimonial nos fóruns e escutas do Programa Pernambuco Nação Cultural, nas 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado, além da elaboração de publicações e artigos para eventos.

A estrutura de administração dos treze recém-formados do PEP/Fundarpe compreendeu uma coordenação e oito supervisores técnicos da Fundação. Cada selecionado foi vinculado à Fundarpe através de um Termo de Compromisso anual, para cumprir seis horas de trabalho semanal e com uma bolsa de R$ 855,00 (oitocentos e cinquenta e cinco reais). O edital do 1° PEP permitia a renovação, por mais um ano, desde que fosse de interesse de ambas as partes.

A seleção dos bolsistas foi realizada pelos profissionais da Fundação e técnicos externos. Cinco comissões, compostas por três pessoas, avaliaram os currículos e realizaram as entrevistas. O número de inscritos foi de 120 candidatos. As áreas com mais candidatos foram as de história, turismo e arquitetura, e a com menos candidato foi a de engenharia.

As demandas do PEP/Fundarpe

O edital do programa estabeleceu que para concorrer à seleção, os recém-formados deveriam ter até cinco anos de conclusão de graduação. Os candidatos selecionados tiveram diferentes níveis de formação, ou seja, graduados, especialistas, mestres e doutorandos.

Os recém-graduados, por estarem em fase de estabilização de atividades profissionais, levantam várias frentes de oportunidades. Alguns dos candidatos selecionados aguardavam ser chamados para assumirem postos em Prefeituras, pois realizaram concurso público e foram classificados, outros foram chamados por empresas da iniciativa privada, outros passaram na seleção de mestrado fora do Estado ou começaram a receber outra bolsa.

O projeto do PEP não contava com essas demandas de novas oportunidades e consequente evasão, porém foi se adaptando, e como foram classificados outros candidatos, estes foram sendo chamados para ocupar

as vagas geradas. As treze vagas para se manterem ocupadas tiveram a permanência de 25 pessoas, ou seja, quase o dobro das vagas selecionadas.

A área de engenharia teve três candidatos selecionados para uma vaga que foi, inicialmente, ocupada por sete meses. Os candidatos classificados também não ficaram com a vaga. Devido às obras do Complexo Portuário de Suape, do Estaleiro e da construção civil como um todo, no Estado de Pernambuco tem faltado profissionais para atuar na área. A vaga de engenharia foi remanejada para ser ocupada por uma classificada em arquitetura. Na verdade, todas as áreas tiveram substituições tanto no primeiro ano de contrato, quanto no segundo.

Antes do início dos trabalhos pelos bolsistas, foram realizadas apresentações pelos técnicos da Fundarpe das atividades que cada um desenvolvia. Após o conhecimento dos funcionários da Casa, os bolsistas fizeram suas apresentações, de modo que todos se conhecessem, escolhessem os trabalhos a serem desenvolvidos e apresentassem planos de trabalhos.

Apesar das atividades demandarem pesquisas para a realização dos trabalhos, os bolsistas, juntamente com os técnicos da Fundação, procuraram criar grupos de leituras para melhorar o entrosamento dos serviços.

Outra demanda solicitada pelos bolsistas foi a realização conjunta de visitas técnicas aos bens do interior do Estado, com todo o grupo. Devido ao número de bolsistas e técnicos, apenas uma visita foi realizada, pois a DPC dispõe de um veículo tipo passeio e o fretamento de ônibus nem sempre é possível, além de determinados locais não terem dimensões para circulação de veículos de grande porte.

A participação em encontros e congressos também foi solicitada e atendida, tanto nos nacionais como nos internacionais.

A segunda edição do PEP/Fundarpe

A partir da avaliação dos resultados positivos do 1° PEP, a DPC e seus técnicos apresentaram uma proposta de continuidade à Presidência da Fundação. Através de projeto/edital, viabilizaram o 2° PEP/Fundarpe, que teve sua área ampliada em design, ciências da computação e ciências sociais.

A nova proposta seguiu as diretrizes da Comissão Permanente de Licitação, a Lei de Licitações nº 8.666/93, além do Decreto Federal nº

3.289, de 20/12/99, alterado pelo Decreto n° 5.296, de 2/12/2004,[7] que estabelecem vagas para portadores de necessidades especiais. As vagas foram ampliadas de 13 para 25 vagas, sendo duas destinadas aos portadores de necessidades especiais – PNEs.

7. EDITAL de Seleção Pública, Fundarpe. Comissão Permanente de Licitação – CPL. 26/10/2009. p. 3.

A segunda versão contou com um maior número de candidatos, 182. Para as sete vagas da área de arquitetura foram inscritos 31 candidatos, sendo que um era portador de necessidades especiais. A vaga de biblioteconomia teve seis inscritos. A de ciência da computação contou com quatro candidatos. As quatro vagas de ciências sociais tiveram 26 inscritos. A vaga de design contou com quatro inscritos. Para as duas de engenharia civil inscreveu-se apenas uma candidata. Já as sete vagas de história tiveram sessenta e seis candidatos e, finalmente, as de turismo com 44 inscritos.

Como no 1° PEP/Fundarpe as áreas de história e turismo tiveram as maiores concorrências. As vagas dos PNEs não foram ocupadas e foram remanejadas para os demais candidatos. Por ter havido apenas uma candidata para engenharia, as inscrições foram prorrogadas e só permaneceu a candidata já inscrita, que também desistiu da vaga e, mais uma vez, as vagas foram remanejadas e ocupadas por candidatos selecionados na área de arquitetura.

As contribuições dos PEPs

Implantado com os objetivos de capacitar profissionais na área de patrimônio e criar um banco de reserva de técnicos com experiência na área de patrimônio cultural, podemos afirmar que tanto o 1° PEP/Fundarpe, quanto o 2° PEP, em andamento, conseguiram alcançar os objetivos traçados.

Os programas adotados pela Diretoria de Preservação Cultural, mesmo não tendo um viés acadêmico, têm contribuído na qualificação dos que passaram e ainda estão na Fundação. Por outro lado, outras diretorias da Fundarpe adotaram alternativas semelhantes para qualificação profissional em outros setores.

Como a proposta executada pelo Iphan, outras instituições criam programas alternativos para formação, como nas universidades públicas, onde foram criados os concursos de professores substitutos como forma de preparação de mão de obra especializada.

Os bolsistas da DPC conseguiram aprimorar as atividades de educação patrimonial, já realizadas pelos técnicos da casa, com destaque para o

projeto aprovado pelo Programa Monumenta – de Educação Patrimonial para os municípios de Goiana e Igarassu (PE); participaram das oficinas dos fóruns das 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado; contribuíram com o Programa Pernambuco Conhece Pernambuco; elaboraram publicações para difusão dos patrimônios em parcerias com a Superintendência do Iphan em Pernambuco; concluíram nove processos de tombamento (Praças de Burle Marx, Casa de Badia, Cinema São Luís, Basílica da Penha, Estação Ferroviária de Garanhuns, Parque Asa Branca-Exu, Casario da Rua da União, Palácio do Campo das Princesas – Palácio do Governo e Igreja de Nossa Senhora de Fátima – Colégio Nóbrega); participaram com artigos aprovados no Seminário Latino-Americano Arquitetura e Documentação, em Belo Horizonte (MG); no 1°Congresso Ibero-Americano – La Plata/Argentina.

À exceção dos bolsistas que permaneceram pouco tempo, os demais apresentaram artigos que serão publicados pela Fundarpe.

Como um todo, a DPC alcançou com a realização do PEP os seguintes resultados: aprimorar a formação de profissionais para atuarem na área de patrimônio; melhorar o andamento das atividades dos setores de planejamento/obras e tombamento, atrasadas pela deficiência de quadro técnico, em função de aposentadorias sem a devida reposição de profissionais e com a formação especializada, além de também contribuir para o aperfeiçoamento dos técnicos da casa na medida em que convivem com outros profissionais e viabilizam mais trabalhos.

Referências

EDITAL de Seleção Pública. Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe. Comissão Permanente de Licitação – CPL. 26/10/2009.

PERNAMBUCO, *Diário Oficial do Estado*. Decreto nº 30.391, de 27 de abril de 2007. Regulamento da Fundarpe. Recife, 28 de abril de 2007.

PATRIMÔNIOS de Pernambuco: materiais e imateriais/Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Recife: Fundarpe-CCS, 2009.

PERNAMBUCO *Nação Cultural*. Informativo da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Gestão 2007-2010 – Plano de Gestão.

PROJETO do Programa de Especialização em Patrimônio – PEP 2010/2011.

Capacitação e Gestão

Subtema

Formação profissional em patrimônio cultural

Coordenadores: **Juliana Ferreira Sorgine** (Iphan)

Marcelo Brito (Iphan)

Relatora: **Adriana Sanajotti Nakamuta** (Fundação Darcy Ribeiro)

Comunicações

Capacitação e gestão: formação profissional em patrimônio cultural, **Juliana Ferreira Sorgine** (Iphan)

Formação de quilombolas em processos de autorregistro audiovisual, **Felipe Peres Calheiro** (Cineasta) e **Giorge Bessoni Silva** (Iphan) *

Restauro de bens culturais móveis, **Maria Regina Emery Quites** (Cecor/EBA/UFMG) *

Cecre – formação e capacitação de arquitetos, urbanistas e engenheiros na área da preservação do patrimônio cultural, **Eloísa Petti Pinheiro** e **Luiz Antônio Fernandes Cardoso** (Cecre/UFBA)

Oficina Escola de São Luís, **Kátia Bogéa** (Iphan) *

Capacitação e gestão – formação profissional, **Marcelo Brito** (Iphan)

Formação e desafios da gestão, **Jurema Machado** (Unesco)

Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio, **Cyro Corrêa** (Iphan)

Programa de Especialização em Patrimônio Cultural do Iphan (PEP), **Lia Motta** (Iphan)

O Programa de Especialização em Patrimônio da Fundarpe, **Terezinha de Jesus Pereira da Silva** (Fundarpe)

* Devido a problemas de transcrição das gravações estas palestras não puderam ser publicadas.

Relato

Com vistas a introduzir o relato das exposições e discussões acerca do tema *Capacitação e gestão: formação profissional em patrimônio cultural* empreendidas no âmbito do I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, considerou-se relevante destacar os seguintes pontos:

• Foi unanimemente reforçada pelo público presente a necessidade da participação multidisciplinar nos programas de formação em patrimônio, assim como na preservação do patrimônio cultural;

• Todos os programas de formação em nível superior devem considerar e admitir as diversas áreas de formação (interessadas e necessárias) para a preservação do patrimônio cultural. Para tanto, as equipes responsáveis por esses programas também devem ser multidisciplinares;

• As políticas de formação profissional em patrimônio devem contemplar comunidades com realidades e questões específicas, abrangendo os diversos grupos formadores da sociedade brasileira e possibilitando a eles a gestão dos programas e projetos de formação;

• Há que se considerar as potencialidades das relações interministeriais para uma Política Nacional de Formação e Educação Permanente em Patrimônio, contemplando os diferentes grupos e realidades do país;

• Cultura e educação devem ser articuladas estrategicamente para uma política sistêmica de formação profissional em patrimônio;

• Sobre as oficinas-escolas, devem ser estabelecidas avaliações e projetos para a sua continuidade, assim como deve considerar-se pertinente o aproveitamento dos quadros técnicos especializados dos órgãos de patrimônio nas esferas municipal, estadual e federal na formação multidisciplinar dos alunos;

• Deve ser considerada a inclusão da temática dos bens móveis e integrados na formação dos gestores pelo Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio;

• Por fim, todas as iniciativas apresentadas podem ser consideradas ações estratégicas, passando por momentos decisivos de definição e redefinição de papéis. Deve-se a esses casos apresentados durante o

Fórum e aos debates, a elaboração deste documento que busca identificar e problematizar os desafios, verificar as potencialidades e, propor ações estratégicas interligadas em termos regionais, estaduais e federais.

Desafios para a formulação da Política Nacional

• Avaliação dos programas de capacitação, gestão e formação em patrimônio no Brasil;

• Articulação entre os projetos nas universidades, ONGs, fundações, escolas técnicas, Secretarias de Cultura, instituições de patrimônio – municipal, estadual e nacional;

• Oferta de programas de capacitação, formação e gestão para as comunidades tradicionais e diversos grupos formadores da sociedade brasileira;

• Necessidade de uma articulação interministerial para a formulação de uma política nacional de formação e fomento;

• Articulação entre cultura, educação e patrimônio – campos específicos, porém de articulação fundamental para uma política nacional de formação e educação permanente;

• Estabelecimento de uma comissão multidisciplinar para as avaliações, o estabelecimento de metas e ações estratégicas e a implementação de projetos pilotos em regiões que não são contempladas com programas de capacitação, gestão e formação em patrimônio.

Desafios para a estruturação do SNPC

• Avaliação dos programas de capacitação, gestão e formação em patrimônio, com base nas experiências dos órgãos de âmbito municipal, estadual e federal;

• Avaliação dos programas de capacitação, gestão e formação em patrimônio que não tiveram continuidade, com base nas experiências dos órgãos municipais, estaduais e federal;

• Definição dos papéis das diferentes instituições de patrimônio na formação profissional;

• Recenseamento dos profissionais envolvidos com o campo do patrimônio – área de atuação, área de interesse, tempo de trabalho,

idade, faixa salarial, projetos executados em equipe, etc.;

• Levantamento da demanda dos profissionais e pesquisadores do patrimônio para os cursos de formação profissional em patrimônio.

Potencialidades para a formulação da Política Nacional

• Diversidade de áreas de formação dos profissionais envolvidos com a temática do patrimônio cultural;

• Aproveitamento dos quadros técnicos especializados dos órgãos de patrimônio nas esferas municipal, estadual e federal para a formação dos participantes dos projetos de formação em patrimônio;

• Diversidade de experiências bem-sucedidas e de amplo atendimento (considerando os níveis superior, médio e fundamental).

Potencialidades para a estruturação do SNPC

• Relação entre os saberes técnicos e os acadêmicos;

• Ampliação das áreas interessadas e dedicadas à pesquisa em patrimônio;

• Ampliação das linhas de pesquisas e temáticas relacionadas ao campo da preservação do patrimônio cultural;

• Ampliação do mercado de trabalho de patrimônio cultural, especialmente em concursos, projetos de restauração e prestação de serviços especializados;

• Ampliação dos recursos governamentais e privados para a preservação do patrimônio cultural.

Parcerias estratégicas para a formulação da política nacional

• Ministério da Ciência e Tecnologia;

• Ministério da Educação;

• Ministério do Turismo;

• Ministério das Cidades;

• Ministério da Integração Nacional;

• Ministério do Trabalho e Emprego/Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);

• Unesco;

• Universidades federais, estaduais e municipais.

Parcerias estratégicas para a estruturação do SNPC

• Instituições de patrimônio – nas esferas municipal, estadual e nacional;

• Universidades que tenham linhas de pesquisas e projetos dedicados à formação e a preservação do patrimônio cultural;

• Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Fundação Cultural Palmares e Fundação Escola Nacional de Administração Pública;

• Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi).

Objetivos para os próximos dois anos (2010-2011)

• Consolidação de um Programa Nacional de Formação no SNPC;

• Formação de uma coordenação multidisciplinar para o Programa Nacional de Formação em Patrimônio;

• Estudo sobre a possibilidade de formação de um sistema de indicadores para avaliação dos programas de formação em patrimônio em âmbito nacional, adotando como referência o Sistema de Indicadores do Ministério da Cultura em parceria com o IBGE, o da Capes e o do Programa de Estatística de Cultura da Unesco;

• Ampliação dos projetos voltados para a formação, gestão e educação para o campo do patrimônio cultural.

Ações estratégicas que devem ser implementadas nos próximos cinco anos (2010-2014)

• Programa Nacional de Capacitação dos Profissionais do Patrimônio Cultural;

• Política Nacional de Formação e Educação Permanente em Patrimônio;

• Programa Nacional de Avaliação e Acompanhamento dos Programas de Formação, Gestão e Capacitação;

• Programa Nacional de Fomento à Pesquisa e à Formação para a Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Ações estratégicas que devem ser implementadas em 2010

• Avaliação dos programas de formação em patrimônio cultural;

• Avaliação dos projetos de capacitação dos profissionais inseridos nas instituições de patrimônio cultural;

• Criação de uma comissão multidisciplinar para definição de critérios, ações, diretrizes e metas para o estabelecimento da Política Nacional de Formação e Educação Permanente em Patrimônio;

• Publicação dos resultados avaliativos em formato de estatísticas para a formação em patrimônio cultural;

• Oferecer editais de pequeno porte, voltados para atender os microprojetos de formação profissional em patrimônio;

• Realizar fóruns e conferências periódicas sobre a formação profissional e a capacitação em patrimônio, assegurando o mesmo quantitativo de representações de órgãos governamentais e sociedade civil.









Pesquisa, documentação e informação

*Claudia Feierabend Baeta Leal**

Resumo

O objetivo do artigo é introduzir o tema da Pesquisa, Documentação e Informação, e apresentar as comunicações e os debates realizados durante as duas mesas-redondas que se ocuparam da questão no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Essas mesas foram organizadas de forma a problematizar o papel da pesquisa, da produção, gestão e guarda documental, e da difusão do conhecimento com vista a contribuir para a estruturação e consolidação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, buscando relatos de experiência de atores e instituições que têm historicamente buscado contribuir para a preservação do patrimônio cultural no Brasil.

Palavras-chave

Pesquisa, Difusão do conhecimento, Políticas públicas.

* Chefe do Serviço de Memória e Documentação da Coordenação geral de Pesquisa e Documentação/DAF/Iphan

Apresentação

O objetivo deste breve artigo é introduzir, nesta publicação, o tema da Pesquisa, Documentação e Informação, e apresentar as comunicações e os debates realizados durante as duas mesas-redondas que se ocuparam da questão no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural.

Nesse sentido, ficou clara a importância de se destacar as atividades de pesquisa, de produção documental e de difusão do conhecimento como ações inerentes à prática de preservação, sendo condição para a própria construção do valor de patrimônio e dos sentidos desse valor pela sociedade. Daí a organização dessas sessões temáticas centradas na discussão de experiências de pesquisa, documentação e informação relacionadas à

produção de conhecimento qualificado sobre o patrimônio cultural, com vistas à sua gestão, valorização e preservação. A importância dessa discussão reside no caráter estratégico tanto da pesquisa quanto da documentação na preservação do patrimônio cultural, pela transversalidade que assumem em quaisquer ações que envolvam a preservação e a gestão do patrimônio cultural, assim como da formação profissional nesse campo. Pesquisa e documentação são também fatores fundamentais na difusão das informações qualificadas sobre o patrimônio – por constituírem a base da produção de conhecimento a seu respeito – e na articulação entre as diversas entidades, instituições, profissionais e sociedade civil, na construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

Visando contribuir para a estruturação e consolidação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, pretende-se destacar, aqui, algumas questões relacionadas às atividades de pesquisa e documentação que possam ajudar nos debates e indicar caminhos possíveis para esse intento, quais sejam, suas potencialidades, os desafios a serem enfrentados, os objetivos dos atores e instituições responsáveis por tais atividades no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, as parcerias possíveis e desejáveis e as ações prioritárias para essas áreas.

Potencialidades

Entre as potencialidades, é importante destacar, em primeiro lugar, a produção de conhecimento e a circulação da informação. Pesquisa e documentação são elementos centrais da produção de conhecimento, em um processo contínuo de difusão, de produção de novos documentos e do estudo desse material, por meio de um ciclo "virtuoso" fundamental para a informação do patrimônio cultural. É essa produção de conhecimento, por sua vez, que qualifica as informações, situando-as no contexto que determinam e em que são produzidas, seja no âmbito das pesquisas acadêmicas ou na elaboração de políticas públicas. Também constitui um espaço privilegiado de interlocução entre diversos atores – instituições, gestores, pesquisadores, estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior, pós-graduandos, professores –, o que é essencial na construção de qualquer sistema de conhecimento e informação.

Outro fator de fundamental importância, e potencialmente estratégico, é a transversalidade, uma característica inerente às atividades de pesquisa e própria da grande parte da documentação arquivística e bibliográfica

existente sobre o patrimônio cultural. Pesquisa e documentação tendem a transcender recortes institucionais de tipologias de bens e, mesmo, da natureza destes, como a separação entre patrimônio material e imaterial, apresentando abordagens integradoras das manifestações culturais. Além disso, pesquisa e documentação estão sempre presentes em quaisquer ações referentes ao patrimônio cultural, determinando-as e qualificando-as, seja na gestão, na preservação ou, ainda, na formação de profissionais no campo da preservação.

Nesse sentido, há também a multidisciplinaridade. Ainda que tenha se constituído preferencialmente, no Brasil, como espaço de atuação de arquitetos, o campo da preservação do patrimônio cultural, hoje, tem a multidisciplinaridade como um traço forte, decorrente, principalmente, da participação e articulação de diversos profissionais nesse campo; do desenvolvimento de pesquisas; da produção de uma documentação especializada; e da difusão do conhecimento produzido. Trata-se, em especial, da justaposição de disciplinas diversas, com propostas simultâneas para estudar um objeto, o que é fundamental para um tratamento integral do patrimônio cultural. No entanto, há espaço para a crescente articulação entre as disciplinas, com vistas a uma abordagem interdisciplinar, em que impere a relação de reciprocidade entre os vários campos do saber, possibilitando que cada especialidade transcenda seus limites e acolha as contribuições de outras disciplinas, seus procedimentos, metodologias e as perspectivas dos outros profissionais, num processo de enriquecimento profissional no tratamento do patrimônio cultural e de articulação entre as diversas ações nesse campo.

Desafios

Quanto aos desafios a serem enfrentados por essas áreas, destaca-se a qualificação das políticas públicas. A preservação do patrimônio cultural se dá, muito usualmente, por meio da elaboração e da implementação das políticas públicas, sempre em estreita articulação com a sociedade civil. A qualificação dessas políticas públicas, porém, está diretamente atrelada à especialização dos profissionais do patrimônio, o que implica, necessariamente, o trabalho de reflexão sobre tais políticas. É importante que essa reflexão seja feita em articulação com a pesquisa e com o estudo da documentação produzida ao longo da atuação das diversas instituições de preservação do patrimônio cultural e dos vários profissionais desse campo.

É fundamental, portanto, que pesquisa e documentação assumam, cada vez mais, papel central nas práticas da preservação e que sejam consideradas preservação em si mesmas, na medida em que ao inventariar, problematizar, organizar e analisar as informações sobre determinado bem ou ação institucional, atribuem significados, constroem memórias e produzem documentos que são suportes materiais da preservação desses valores culturais.

Nesse processo, é fundamental pensar e reforçar a interlocução com a sociedade. É cada vez mais claro e recorrente que os valores atribuídos ao patrimônio e os sentidos desses valores devem ser construídos a partir do diálogo com a sociedade, com especial atenção para a articulação entre as perspectivas locais e nacionais. Pesquisa e documentação têm um papel central nesse processo, que deve ser aprimorado e reforçado continuamente, seja na qualificação da interlocução, seja na difusão do conhecimento especializado, seja, ainda, na viabilização do acesso à documentação guardada e produzida pelos profissionais das instituições de pesquisa e de preservação do patrimônio cultural. Para tanto, é necessária a reflexão sistemática sobre as formas de difusão do conhecimento, sobre níveis e formas de acessibilidade à documentação pública produzida pelas instituições, sobre a qualidade do acesso a essa documentação e sobre a gestão, tratamento e conservação de tais fontes arquivísticas e bibliográficas. Da mesma forma, é fundamental que a valorização dos arquivos seja sempre reforçada como espaço de guarda, divulgação, acesso e fortalecimento das práticas de preservação.

Objetivos

Entre os objetivos para essas áreas no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, destaca-se: reforçar o papel estratégico da pesquisa, da documentação e da informação na preservação e gestão do patrimônio cultural e na construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Para tanto, é fundamental promover o compartilhamento de experiências de pesquisa, documentação e informação relacionadas à produção de conhecimento qualificado sobre o patrimônio cultural das diversas instituições de pesquisa e preservação, assim como sublinhar a importância da atividade de pesquisa, de produção documental e de difusão do conhecimento, para a construção do valor de patrimônio e dos sentidos desse valor pela sociedade.

É preciso, também, afirmar a importância da produção do conhecimento, na produção e divulgação de informação qualificada sobre o patrimônio cultural, e enfatizar o papel da pesquisa e da documentação na elaboração, qualificação e implementação das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural. Tais ações necessitam que pesquisa, documentação e informação passem a ser compreendidas como atividades-fim das práticas e políticas de preservação, na medida em que se identifiquem as pesquisas e a documentação sobre a preservação do patrimônio cultural como novos suportes materiais da preservação dos valores atribuídos a esses bens.

Para que essas ações sejam transparentes e acessíveis, é fundamental estimular a interlocução entre a sociedade e as diversas instituições de pesquisa e preservação do patrimônio cultural na construção do Sistema Nacional, ao mesmo tempo em que se assegure o acesso público à documentação guardada e produzida pelos profissionais das instituições de pesquisa e de preservação do patrimônio cultural. Nesse sentido, é preciso promover a valorização dos arquivos das instituições de preservação e pesquisa do patrimônio cultural, como espaço de guarda, divulgação, acesso e fortalecimento das práticas de preservação.

Com vistas a assegurar um tratamento cada vez mais amplo do patrimônio, destaca-se a importância da pesquisa e da documentação na consolidação de uma abordagem integral do patrimônio cultural, transcendendo recortes institucionais de tipologias e da natureza dos bens culturais. Igualmente, trata-se de perceber e estimular na pesquisa, na documentação e na difusão de informações, a possibilidade da articulação entre as perspectivas locais e nacionais de preservação e valorização do patrimônio cultural.

A formação dos profissionais do campo do patrimônio também consta dos objetivos dessas áreas. Reforçar a centralidade da pesquisa, documentação e informação na formação e atuação dos profissionais do campo da preservação do patrimônio cultural é parte fundamental do processo, assim como a valorização da articulação entre as diversas disciplinas que compõem o campo do patrimônio cultural, com vistas a uma abordagem interdisciplinar que contribua para o aprimoramento das iniciativas de preservação, para a articulação entre as ações e para os processos de formação profissional.

Parcerias

Parcerias e interlocuções são fundamentais na própria construção do valor de patrimônio e dos sentidos atribuídos a esse valor pela sociedade. O Sistema Nacional de Patrimônio Cultural também estará fundado nesse princípio, e as atividades de pesquisa, de produção documental e de difusão do conhecimento têm historicamente agido nesse sentido.

A constituição das sessões temáticas é um exemplo dessa articulação e busca de parcerias, reforçando o diálogo com pesquisadores e gestores de universidades, arquivos e instituições de preservação do patrimônio de diversas instâncias. Nesse sentido, ressalta-se, também, a importância da construção ou reforço de parcerias com arquivos e bibliotecas, instituições de pesquisa nacionais e internacionais, instituições de preservação do patrimônio cultural em suas diversas instâncias (municipal, estadual, federal, regional, internacional, públicas ou privadas), instituições de fomento e financiamento nacionais e internacionais.

É importante, também, que essa interlocução envolva outros atores, direta ou indiretamente relacionados à preservação do patrimônio cultural, como estudantes e professores dos ensinos fundamental, médio e superior, além dos que, mais usualmente, têm buscado ingerência nas políticas públicas de preservação, como gestores e pesquisadores, pós-graduandos, professores – o que é essencial na construção de qualquer sistema de conhecimento e informação.

Ações prioritárias

Entre as ações prioritárias para essas áreas no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio, são de grande relevância: o desenvolvimento, o fomento e a difusão de levantamentos; estudos e pesquisas que possibilitem ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural brasileiro e sua proteção; ao mesmo tempo em que se estimula a produção, a sistematização, o intercâmbio e o acesso ao conhecimento e à informação sobre o patrimônio cultural brasileiro.

Faz-se também de fundamental importância garantir o amplo acesso às informações relativas ao patrimônio cultural brasileiro e buscar uma gestão compartilhada dos acervos informacionais existentes em todos os elementos do Sistema Nacional de Patrimônio, visando à sua preservação e acessibilidade. É preciso, também, promover e integrar a gestão das fontes

de documentação arquivística, bibliográfica, e de outras, necessárias à tomada de decisão e ao acesso à informação sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, assim como aperfeiçoar os modelos, instrumentos e sistemas de gestão da informação com as ações de registro, sistematização, integração e disseminação de conhecimentos sobre o patrimônio. A articulação de redes colaborativas entre os elementos de documentação e informação dos sistemas, nacional e internacional, de patrimônio, de forma a favorecer a implementação das políticas culturais e de salvaguarda e valorização do patrimônio, pode ser uma importante iniciativa nesse sentido.

Comunicações

Como já foi apontado, as sessões temáticas que abordaram o tema "Pesquisa, documentação e informação" procuraram juntar atores e instituição que têm trabalhado na preservação do patrimônio cultural no Brasil e que, com o relato de suas experiências e das discussões sobre conceitos e métodos das suas diversas áreas de formação, têm contribuído, e contribuíram na ocasião, para os debates acerca da consolidação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

Interdisciplinaridade e a valorização do patrimônio cultural

*Márcia Chuva**

* Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio

Resumo

A presente comunicação aborda o tema da pesquisa sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural e busca relacionar a multidisciplinaridade que caracteriza a atuação no campo do patrimônio com a ação de valorização do patrimônio cultural. O assunto é desenvolvido a partir de três exemplos de gestão do patrimônio cultural, considerando que todo projeto está marcado por uma visão de mundo e por uma posição política. São apresentados e comparados dois paradigmas da preservação cultural no Brasil, que coexistem na atualidade. Tais paradigmas foram aqui nomeados de "antigo", fundado nos anos 1930 e "novo", forjado a partir da Constituição Brasileira de 1988. Essa análise visa evidenciar que, na prática, a valorização do patrimônio cultural ainda está marcada por concepções ligadas ao antigo paradigma, constituído na matriz do pensamento de Gilberto Freyre e trazem graves consequências para a gestão do patrimônio cultural. Por fim, são apontados aspectos considerados cruciais para subsidiar a ação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural.

Palavras-chave

Interdisciplinaridade, Paradigmas, Valorização do patrimônio cultural.

Minha proposta, nesta breve comunicação, é inter-relacionar as duas questões centrais expressas no título dessa comunicação: interdisciplinaridade e valorização do patrimônio cultural. Quanto à primeira questão, vou me referir não à interdisciplinaridade, mas à noção de multidisciplinaridade no âmbito do patrimônio cultural, e me explico, pois

não são palavras que querem dizer a mesma coisa. De certo modo, poderíamos dizer que a multidisciplinaridade seria uma etapa em direção à interdisciplinaridade. A meu ver, a multidisciplinaridade já está presente nos trabalhos desenvolvidos no Iphan e nos trabalhos de preservação em geral. Contudo, o mais difícil ainda está em construção, que é conseguir realmente estabelecer um diálogo produtivo e orgânico entre as diferentes disciplinas. Não se trata, portanto, de buscar o somatório de leituras e olhares diferenciados pelas lentes de cada disciplina. Para esse almejado diálogo se concretizar, ainda é necessário investir na estruturação de equipes de trabalho formada por profissionais de áreas diversas, tanto nos trabalhos de restauração de bens arquitetônicos, quanto nos projetos relacionados à cultura popular, por exemplo, e sem estabelecer uma hierarquia entre os diferentes saberes técnicos. Ainda estamos longe disso, embora haja alguns projetos exemplares nessa perspectiva, como os projetos no Bairro do Bom Retiro, na cidade de São Paulo e no Vale do Iguape, em Cachoeira, ambos desenvolvidos recentemente pela Superintendência Regional do Iphan em São Paulo ou o projeto-piloto Rotas da Alforria, na cidade de Cachoeira, na Bahia, coordenado pela Copedoc.

Meu objetivo é estabelecer uma correlação entre multidisciplinaridade e a ideia de valorização do patrimônio cultural. A valorização do patrimônio cultural, na verdade, é fruto da própria pesquisa, isto é, do trabalho de reflexão e de pesquisa sobre os bens culturais passíveis de se tornarem patrimônio. Falar em valorização do patrimônio cultural é falar do valor, dos sentidos, da percepção, ou melhor, dos significados atribuídos a bens e práticas culturais por grupos sociais, por meio dos quais tais grupos estabelecem e fortalecem seus laços de identidade e se reconhecem como grupo. E a forma eficaz para compreender esse processo é por meio da pesquisa desenvolvida pelos "agentes de patrimônio". Por meio da pesquisa, da crítica e da reflexão.

Gostaria de trabalhar com a comparação entre o que poderíamos chamar de dois paradigmas da preservação: que chamarei de *antigo paradigma* e de *novo paradigma*. A tese que pretendo defender aqui é a de que, embora o novo paradigma seja reconhecido em uníssono e de modo unânime pelos agentes de patrimônio, ambos ainda convivem na atualidade, o que tem gerado algumas distorções e confusões que merecem ser mais bem esclarecidas. A intenção não é esgotar o assunto, apenas dar início a um debate.

Podemos afirmar que o paradigma da preservação, originariamente, esteve preso à ideia de que os bens culturais continham valores em si, ideia que se adequava a uma dada visão de patrimônio como obra de arte, que gerou uma série de consequências na ação de preservação. Isto é, o patrimônio, percebido como obra de arte, tinha valores intrínsecos. Tais valores, imanentes ao bem, deveriam ser *desvendados, descobertos*. Para descobri-los, então, seria necessário um especialista – uma fala autorizada – capaz de identificar as características que esse objeto de estudo possuía e que lhe conferia um valor especial, um valor de patrimônio. Vale destacar que, na maioria absoluta das vezes, esse objeto era um bem arquitetônico percebido como obra de arte. Nesse mesmo contexto histórico e em diálogo com esses especialistas[1] surgem, também, as teses da democracia racial, fruto da intensa miscigenação, que na mistura das três raças foi capaz de forjar "o brasileiro" e homogeneizar o "povo brasileiro".[2] Os intelectuais estão em busca de uma identidade nacional que evidenciem a existência de um povo homogêneo, genuíno, autêntico.[3]

Essa perspectiva indica, especialmente, a hegemonia do discurso técnico, ou seja, é o especialista que sabe dizer o que é o patrimônio nacional. No caso dos bens arquitetônicos ou urbanos, essa fala autorizada pertencia ao arquiteto. Ao mesmo tempo em que essa consagração do arquiteto como o especialista do campo de patrimônio cultural estava se configurando, outras áreas de conhecimento estavam se constituindo e buscando ocupar espaços no campo do patrimônio, como a área de museus com o curso de formação dentro do Museu Histórico Nacional, seguido da sua ampliação para o âmbito universitário,[4] ou a área de arqueologia com a Lei nº 3.924, de 1961. Podemos apontar, ainda, os estudos de folclore e da cultura popular, que estiveram associados, desde sua origem, aos profissionais da área de etnologia ou antropologia, e cujo percurso, por muito tempo, se deu paralelamente à trajetória do campo do patrimônio cultural. Podemos destacar, por sua vez, as pesquisas históricas que estiveram sempre presentes nessas várias áreas, ainda que não, necessariamente, executadas por um profissional historiador.[5]

Muitas transformações ocorreram no campo do patrimônio cultural dos anos 1930 aos anos 1980, no Brasil e no mundo, e, graças a esse caminho percorrido, um novo paradigma começa a se impor e a ganhar forma no Brasil a partir da Nova Constituição Federal Brasileira de 1988. Esse novo paradigma, expresso no seu Art. 216, relacionado à Cultura, está assentado

1. Podemos afirmar que o arquiteto Lúcio Costa assume um papel central nessa fala autorizada, a pedido do próprio Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do Sphan de 1937 a 1967. Nesse espaço institucional, também circulavam intelectuais como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, além de Mário de Andrade e outros modernistas, que forjaram o antigo paradigma e a noção de patrimônio nacional de então (cf. Chuva, 2009; Fonseca, 1997).

2. Sem dúvida, as ideias de Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala*, foram seminais na formulação dessa tese (Freyre, 1952 [1933]). Mas também Monteiro Lobato, ao forjar o homem popular, o caipira, que se tornaria a feição mais genuína do povo brasileiro, assim como inúmeros outros intelectuais empenhados nessa busca. Freyre, Holanda e ainda Caio Prado Júnior são fundadores da nova historiografia brasileira, nos anos 1930 e seguintes, formando gerações de intelectuais no rastro de suas ideias. Ainda hoje seminais, esses autores passaram a ser analisados e apropriados à luz da História.

na concepção de que o valor do bem cultural não é intrínseco a ele e sim fruto da atribuição de sentidos e significados a bens e práticas culturais que são assim patrimonializados pelos homens. Nessa nova perspectiva, a ação de patrimonializar bens culturais passa a ser percebida como uma prática cultural de grupos sociais, visando consolidar laços de identidade e referências de pertencimento. O ato de patrimonializar é, assim, histórico e cultural – é, em si, o gesto de atribuição de valor simbólico.

Outra noção inovadora na Constituição Federal de 1988 que gostaria de destacar se refere ao reconhecimento da diversidade cultural brasileira como um valor a ser protegido. Com esse novo paradigma, consolida-se a mudança em curso, de uma ideia de homogeneidade, advinda das teses das três raças formadoras da sociedade brasileira, da democracia racial e da miscigenação, que teria sido capaz de forjar "o brasileiro", para a ideia da diversidade cultural dos brasileiros. Ao lado dessa noção, destaco, por fim, a de referência cultural, que consta da Carta de 1988. Trata-se da ideia de que os grupos sociais devem ser coautores na definição do seu patrimônio, derrubando, desta forma, a hegemonia do discurso técnico e colocando na agenda a necessidade de compreender a visão de mundo das comunidades, produtoras e praticantes desse patrimônio cultural, a fim de perceber aquilo que efetivamente é referência de identidade para o grupo a que pertence. Vale observar que essa tese só poderia vingar no contexto desse novo paradigma, que concebe o patrimônio como fruto da atribuição de valor e não como detentor de um valor em si.

A pergunta que trago para reflexão aqui hoje é: será que as noções que consubstanciam o novo paradigma foram plenamente incorporadas nas práticas de preservação do patrimônio cultural? Sabemos que não há palavras dissonantes em relação às teses do novo paradigma, ou seja, ele sofre de uma absoluta unanimidade. O que não sabemos, efetivamente, é se ele foi incorporado às práticas de preservação, pois, obviamente, os projetos embasados nos paradigmas novos vão gerar resultados bastante distintos nas ações de preservação, em comparação com os resultados produzidos com os trabalhos pautados no antigo paradigma. Três exemplos servirão aqui para refletirmos sobre essa pergunta.

O primeiro exemplo está relacionado ao patrimônio urbano, parte do chamado patrimônio material.[6] Trata-se dos processos de gentrificação dos sítios urbanos tombados, um aportuguesamento do termo cunhado em inglês, *gentryfication*.[7] Esse fenômeno vem ocorrendo há décadas, em

3. Vale destacar que as ideias de Sérgio Buarque de Holanda do homem cordial, presentes em *Raízes do Brasil*, também frutificaram nesse contexto e foram cruciais para a busca da identidade nacional.

4. Hoje o curso de Museologia que teve origem no MHN pertence à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio.

5. Uma questão que gostaria de ver debatida em outros fóruns está relacionada ao papel da história nos trabalhos de patrimônio. Ainda hoje são produzidos "históricos" que introduzem os estudos, construindo falsas continuidades sobre os objetos de investigação e sem ligação com as outras etapas do trabalho. Eles são ótimo exemplo da incompreensão da contribuição que a perspectiva histórica para uma efetiva interdisciplinaridade.

6. Adoto aqui a divisão entre patrimônio imaterial e material que gera duas categorias distintas de patrimônio a fim de incorporar as "categorias nativas" do campo e desse modo facilitar ao leitor a compreensão da argumentação proposta.

diversos países e em várias cidades tombadas no Brasil,[8] e pode ser compreendido como consequência da preservação de sítios urbanos, tombados com a perspectiva da recuperação de um valor intrínseco aos bens arquitetônicos, percebidos como peças de arte a serem restauradas, tal qual se apresenta o antigo paradigma da preservação. Graças ao investimento forte na sua qualificação, com a restauração dos imóveis, estes acabam atingindo um valor de mercado muito alto, levando à substituição da população local, moradora habitual, tradicional daquele local, por pessoas mais "empoderadas" e "endinheiradas", isso transforma radicalmente o uso daquele espaço.

É possível que, a par dos interesses econômicos que orientam tais projetos de requalificação urbana, um olhar excessivamente estético, que enfatize os aspectos formais desses objetos tombados, dessas cidades e sítios urbanos, esteja baseado na concepção de que os valores são intrínsecos à cidade-patrimônio e, desse modo, a sua aparência é que deve ser restaurada, valorizada e exposta.[9] Essa concepção acaba por induzir a uma supervalorização material e econômica e, por consequência, à expulsão desses moradores dos sítios urbanos, na medida em que não são criadas estratégias para garantir a permanência dessa população. Sem poder me estender nesse ponto, deixo aqui a pergunta: o que se pretende preservar com isso?

Fazendo referência à brilhante conferência de abertura deste Fórum, feita pelo professor Ulpiano Bezerra de Menezes, reapresento a pergunta que ele nos fez: queremos preservar para a "velhinha do piano"[10] ou para os turistas japoneses com suas máquinas fotográficas nas mãos?

A meu ver, acreditar na existência de valores intrínsecos aos bens justifica uma ação de restauração do objeto material (possuidor de valor) e torna secundárias as leituras e apropriações da população que cotidianamente dele faz uso e que, de um modo geral, é a responsável por manter vivas as funções originais para as quais ele foi construído. Ou seja, essa visão – ligada ao paradigma antigo – não enxerga a população que está ali e a "velhinha do piano", tornada invisível, passa despercebida pela multidão de turistas.

O segundo exemplo que gostaria de trazer se refere à escolha do melhor instrumento de preservação, que deveria ser feita de acordo com a maior eficácia dos instrumentos disponíveis (tombamento e registro) para cada bem. A situação aqui apontada refere-se à opção pelo registro de bens

7. Fenômeno de enobrecimento (*gentry*) de áreas históricas decadentes ou deterioradas, por meio da implementação de projetos urbanos de reforma visando sua requalificação, nos quais as populações nativas são expulsas direta ou indiretamente, por meio de desapropriações ou por optarem pela venda do seu imóvel inserido na referida área valorizada. (cf. ZUKIN, 2000).

8. Bons exemplos desse processo no Brasil são Parati, no Rio de Janeiro, e Salvador, na Bahia. Sobre as peculiaridades desta última, ver a tese de Márcia Sant'Anna (Sant'Anna, 2004).

9. Vale salientar que, na maior parte da reforma do Pelourinho em Salvador dos anos 1990 foram preservados apenas aspectos estético-estilísticos das fachadas, como "obras de arte" a serem protegidas, enquanto a forma urbana foi destruída (tal como a forma e a implantação dos lotes nos espaços urbanos), traçados de ruas alterados etc., arrasando fundos de quadras e tornando-os áreas públicas. Além disso, a população que ocupava

materiais, como alguns daqueles que se enquadram na categoria de lugares,[11] em função do seu caráter simbólico.[12] Contudo, se a intenção é preservar o bem ameaçado de destruição, questionamos se o tombamento não seria o instrumento adequado para isso, por ser ele o mais apropriado para a proteção da materialidade de um bem. Quero reafirmar, portanto, que não se trata de um problema relativo à natureza dos bens, mas sim às concepções que embasam os trabalhos de preservação. O que essa escolha sugere? Ao que parece, ela sugere um entendimento de que o instrumento do tombamento não é adequado para valorizarmos os aspectos simbólicos de um bem.[13] Nessa perspectiva, o novo paradigma, conforme apresentado acima, que enfatiza o valor simbólico atribuído pelos homens a determinados bens culturais então patrimonializados estaria fadado a ser aplicado somente aos bens de natureza imaterial. Desse modo, identificamos também, aqui, uma concepção ultrapassada, que se aproxima do antigo paradigma, assentado na crença de que os valores dos bens materiais não são simbólicos e atribuídos pelos homens, mas sim intrínsecos.

Para que as novas concepções se tornem, efetivamente, um novo paradigma, deve ocorrer uma mudança de percepção da realidade, incorporando-se a visão de que o valor simbólico está presente em qualquer tipo de patrimônio, de qualquer natureza, não somente no chamado "patrimônio imaterial", pois qualquer patrimônio é fruto de atribuição de valor simbólico por grupos sociais.

O terceiro exemplo que trago se refere à visão de que as comunidades remanescentes dos quilombos têm pouca "contrastividade" em relação aos demais grupos sociais que reivindicam posse de terras. Teriam eles, também, pouca continuidade no tempo e, portanto, nenhuma relação com antigos quilombolas. Obviamente, tal visão é defendida especialmente por aqueles que não defendem a titularidade de terras para remanescentes de quilombos. O suporte teórico dessa posição está preso àquela matriz de pensamento defensora da democracia racial da sociedade brasileira. Compartilhada pelo antigo paradigma da preservação, essa visão remete a um esvaziamento das possibilidades de definir as terras dos pretos, na medida em que essas terras são, em geral, definidas por contrastes de distinção entre os negros que as ocupam e os demais grupos da sociedade. Como a lógica da democracia racial tem como perspectiva a homogeneidade do povo brasileiro, alcançada, segundo essa crença, pela intensa miscigenação aqui ocorrida, não é possível afirmar a existência de contrastes de distinção.[14]

tradicionalmente o local foi expulsa, com a finalidade de tornar a área turística mais segura e com serviços adequados a um turismo de maior poder aquisitivo. Curiosamente, antigos usos têm trazido de volta práticas e grupos para o local. (Cf. Sant'Anna, 2004).

10. Refere-se à velhinha que frequenta a igreja de seu bairro e não consegue ouvir o piano tocado no ritual religioso que está assistindo porque turistas japoneses fazem enorme algazarra no espaço, para ela, sagrado.

11. De acordo com o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, há quatro Livros de Registro, que classificam os bens culturais nas seguintes categorias: Celebrações; Lugares; Saberes e Formas de Expressão.

12. O Registro da Cachoeira de Yauaretê como Patrimônio Cultural Brasileiro, realizado pelo Iphan é bom exemplo. Localizada no Alto Rio Negro, tem forte significado mítico-religioso para grupos indígenas da região e encontrava-se ameaçada de destruição. Nesse caso, o registro foi indicado tecnicamente como o instrumento de

preservação adequado e aprovado pelo Conselho Consultivo do Iphan. Para mais informações ver *Dossiê de Registro da Cachoeira de Yauaretê* (www.iphan.gov.br). Ver também inventário de referências culturais realizado pelo Iphan no Alto Rio Negro, em parceria com o Instituto Socioambiental – ISA, de São Paulo.

13. Esse debate teve lugar na Reunião do Conselho Consultivo do Iphan, como se pode ver nos registros gravados, arquivados na Secretaria do Conselho Consultivo e no Arquivo Central do Iphan.

14. Para o assunto, ver Eliane Cantarino O'Dwyer (O'Dwyer, 2005).

Se na democracia todos são iguais, os negros que reivindicam essas terras, dentro dessa lógica, não podem ser tratados diferenciadamente do restante da sociedade, para não se incorrer num gesto racista. Dessa forma, torna-se inviável a afirmação da diversidade cultural brasileira como um valor, conforme apontado anteriormente, constituinte do novo paradigma da preservação.

Infelizmente, no curto espaço de tempo que temos aqui, não será possível entrar no mérito dessas posições. Vale mais a provocação, para instigá-los a refletir, considerando os três exemplos colocados, sobre o comprometimento entre as concepções e as práticas de preservação. Ou seja, todo projeto tecnicamente estruturado está marcado por uma visão de mundo e, portanto, por uma posição política. Somos sujeitos políticos.

O campo do patrimônio, na atualidade, tem tido um papel aglutinador de novos temas, agregando também novos problemas. Conforme visto, as temáticas aqui esboçadas por meio dos três exemplos que trouxe, constituem, hoje, o campo do patrimônio cultural e, evidentemente, nenhuma formação profissional é capaz de abranger todos os aspectos que envolvem a atuação nesse campo. Essa nova realidade exige uma ação integrada entre diferentes profissionais, de modo interdisciplinar, que favoreça o questionamento dessas e de outras concepções adotadas de modo irrefletido e que resultam na gestão, muitas vezes, desastrosa do patrimônio cultural. Contudo, essa nova atitude requer investimento em pesquisa. Gostaria, então, de tratar das finalidades da pesquisa.

A pesquisa é essencial para muitas tarefas no campo de patrimônio cultural. Portanto, proponho, aqui, um enfoque muito particular para relacionar pesquisa e multidisciplinaridade, centrada na convicção de que qualquer frente de trabalho aberta exige a reflexão a respeito das práticas de preservação do patrimônio cultural. Ou seja, parto da ideia de que a prática de trabalho no campo do patrimônio (e em qualquer campo, na verdade) não prescinde de uma reflexão sobre ela.

Ao observarmos a trajetória do campo do patrimônio cultural no Brasil, percebemos, sem dúvidas, que muito foi feito, muito se preservou e se protegeu da destruição, no Brasil, muito de inventariou e um *corpus* legal foi constituído e consagrado. Contudo, apesar do reconhecimento e da legitimidade alcançada por essa prática social de preservação do patrimônio, no país, muito pouco foi feito para a sua configuração como um campo de conhecimento para a constituição de uma comunidade científica própria,

para a disseminação dos saberes constituídos nessa lida e, por fim, para a formação de profissionais.

Hoje, vemos ainda poucos produtos de divulgação dos trabalhos realizados, poucos estudos e artigos publicados e, também, a inexistência de fóruns técnicos de discussão, com troca de experiências e divulgação dos trabalhos mais novos, colocando em debate as discussões mais atuais, que abranja as diversas questões que envolvem o patrimônio cultural.

Quando se quer estudar a prática de restauração no Brasil, por exemplo, não encontramos um conjunto de publicações que nos deem a compreensão da trajetória brasileira nesse assunto, tampouco uma biblioteca especializada. Esse tema é emblemático, cito, aqui, a título de exemplo somente. Refiro-me, de uma maneira geral, à necessidade de estudos que apontem o estado da arte deste ou daquele assunto, fundamentais para a crítica e a reflexão e, e especial, para a formação de profissionais para o campo. Fundamentais também para o aprofundamento da reflexão sobre as práticas, a consolidação de experiências e, principalmente, para que os conhecimentos sejam compartilhados e se possa avançar sobre o chão sólido já percorrido, que deve ser socializado, expandido.

Estou apontando aqui para a necessidade de construção de um espaço autônomo de pesquisa sobre a memória da preservação no Brasil, voltado para a reflexão crítica – com recursos materiais e humanos, financiamentos, etc. O caráter dessa pesquisa, sim, é estratégico, e deve ser considerado uma atividade-fim no campo das instituições do patrimônio cultural.

Curiosamente, trata-se da constituição de um espaço de pesquisa sobre a memória de um campo, cuja finalidade é a preservação da memória.

Uma das proposições que faço a esse Fórum é a de que esse Sistema Nacional de Patrimônio que está sendo criado consiga estabelecer efetivamente fóruns técnicos de discussão sobre temas específicos, constituindo-se numa prática, e não em um evento único, sem consequência, como muitos que já vimos ocorrer.

Na Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação, do Departamento de Apoio e Fomento do Iphan, há um fórum interno – também fundamental –, que são as oficinas de pesquisa, que teve sua terceira edição este ano. Mas é imprescindível que se mantenha esse tipo de evento, com regularidade e persistência, a fim de que se constitua, efetivamente – e com muito trabalho – num espaço de reflexão autônomo, cujos resultados

possam ser sistemáticos e sistematizados. Sem dúvida, o Sistema Nacional de Patrimônio seria ideal para promover fóruns técnicos de caráter interinstitucional, agregando setores e agentes diversificados, que ocorressem com determinada periodicidade.

Para concluir, de acordo com a demanda feita pela coordenadora desta sessão, a historiadora da Copedoc/DAF/Iphan, Cláudia Leal, tentarei sintetizar o que foi dito, sistematizando algumas conclusões sobre a relação da pesquisa com os seguintes itens: formas de financiamento; regulação e marcos legais; cooperação, compartilhamento e definição de papéis; estrutura e forma de funcionamento do sistema.

Instrumentos e formas de financiamento

Falamos da importância da pesquisa sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural. Mas para a sua realização é preciso tempo. Pesquisa requer tempo, que não pode ser regulado pelo tempo do mercado ou pelas políticas lobistas, que pressionam para uma ação mais rápida.

Portanto, parece claro que o Estado deve financiar a pesquisa e, especialmente, as pesquisas em áreas como a de patrimônio, pois em setores de interesse do grande capital, como o de petróleo, geologia e farmacêutica, há grandes interesses e financiamentos privados. Contudo, o mesmo não pode ser dito para os projetos e pesquisas de cunho social e cultural. Nesse caso, as instituições do Sistema Nacional de Patrimônio devem investir na qualificação de seus técnicos, para que possam, também, concorrer nas agências fomentadoras de pesquisas nacionais e internacionais. A Capes, ligada ao MEC, por exemplo, é hoje uma das agências fomentadoras mais importantes do Brasil e implementa políticas públicas ao dirigir seu orçamento para determinados programas. E, nesse sentido, temos visto que a Capes tem investido numa maior integração entre o âmbito acadêmico e as práticas sociais, reconhecendo que há um distanciamento, encastelamentos e preconceitos de ambos os lados.

Com essa perspectiva, a Capes tem incentivado a criação de mestrados profissionais. O Iphan deve assumir seu papel histórico de formação, sendo a cabeça do sistema nessa tarefa.

Regulação e marcos legais

Em relação à pesquisa e formação, que devem sempre estar corre-

lacionadas, é imprescindível instrumentalizar legalmente o Iphan para conceder diplomas reconhecidos pelo MEC, assumindo com legitimidade o lugar de referência na prática de preservação do patrimônio cultural e na formação de profissionais.

No Sistema Nacional de Patrimônio, o Iphan seria a instituição capaz de liderar uma integração regional, em âmbito internacional, voltada para a formação, envolvendo sul-americanos e africanos de língua portuguesa.

Cooperação, compartilhamento e definição de papéis

Há uma ambivalência nos efeitos da patrimonialização do bem cultural pela ação do poder público em relação à sua mercantilização, que deve ser enfrentada. Ao mesmo tempo em que essa ação visa à proteção do bem cultural da destruição, ela promove a sua transformação, pois a chancela do Estado coloca o bem cultural chancelado em novas condições no mercado, alterando, muitas vezes, seu valor econômico.

A reflexão sobre essas tensões é necessária para a definição dos papéis de cada agente no Sistema Nacional de Patrimônio, pois, evidentemente, esse sistema será composto por setores e grupos que defendem interesses diversos e até mesmo antagônicos. Essa discussão nos remete a outra, mais ampla e controversa, que é sobre o papel do Estado e as suas atribuições exclusivas nesse âmbito. Por isso, não me parece possível que esse sistema se estruture sem que o Estado – por meio de suas agências – seja a cabeça do sistema. Esse é um ponto crucial a ser discutido na constituição desse sistema e só poderá ser enfrentado na medida em que se tenha claro que se trata de uma tomada de posição política e não uma decisão de ordem técnica.

Estrutura e formas de funcionamento do sistema

Há, na história do Iphan, uma série de experiências bem-sucedidas de metodologias de pesquisa e inventários que se baseiam na interdisciplinaridade, que envolvem equipes com profissionais de diferentes níveis de formação e áreas profissionais, bem como parcerias com as universidades e outras instituições.[15] Por meio do sistema, deveriam ser criados mecanismos mais dinâmicos e ágeis para a promoção dessas parcerias entre as instituições que o compõem.

15. Várias dessas experiências podem ser citadas, como os recentemente inventários realizados pela Superintendência Regional do Iphan em São Paulo, no bairro do Bom Retiro ou no vale do Iguape, ou os vários projetos desenvolvidos com base nas metodologias do Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI-SU e do Inventário Nacional de Referência cultural – INRC.

Além disso, a experiência acumulada historicamente precisa ser compartilhada e apropriada pelos agentes do campo. Para isso, seria necessário investimento em pesquisa e na sua disseminação, para a sistematização desse conhecimento e dessa informação, a fim de subsidiar novos projetos.

Enfim, a garantia do espaço (e do tempo) para o desenvolvimento da pesquisa é um dos caminhos necessários para que as proposições aqui apresentadas frutifiquem.

Bibliografia

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Rio de Janeiro: ed. UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ-Iphan, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952 [1933].

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995 [1936].

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da Antropologia. *Antropolítica. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política*, nº 19:91-111, (2º sem. 2005). Niterói: EDUFF, 2007.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983 [1945].

SANT'ANNA, Márcia. *A cidade – atração: a norma de preservação de centros urbanos no Brasil dos anos 90*. Salvador: Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, UFBA, 2004.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.

Memória e documentação

*Analúcia Thompson**

Resumo

Neste artigo serão abordadas algumas questões recorrentes na elaboração do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural desenvolvido pelo Programa Memória e Documentação da Coordenação de Pesquisa da Copedoc/DAF/Iphan, baseado na metodologia da história oral, tais como: o tratamento de um projeto institucional anterior, desenvolvido na década de 1980, e a problematização da execução de um projeto de história oral em uma instituição de preservação do patrimônio cultural, no que diz respeito a questões éticas, metodológicas e das relações entre diferentes tipos de fontes envolvidas na pesquisa da história institucional.

* Coordenadora do Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural Copedoc/DAF/Iphan

Palavras-chave

História oral, Patrimônio cultural, Memória e história.

A ideia de que a memória é passado não é assim tão comum. Segundo o filósofo Paul Ricoeur (2007), a associação entre memória e imaginação tem uma longa tradição, na qual a memória é desvalorizada em função de sua dissociação em relação ao passado. Nesse sentido, torna-se necessário distinguir as duas faces da memória: uma que se associa à imaginação, que se refere à lembrança que aparece de forma espontânea e que nos remete ao uso do pronome interrogativo "o que" para acionar o mecanismo cognitivo da memória; e a outra, que associada à recordação, nos leva a questionar o "como". Esta segunda face da memória está voltada para o passado, para "a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da 'coisa lembrada', do 'lembrado' como tal" (*Ibid*., p. 26). O estatuto de veracidade da memória só poderia ser alcançado nessa segunda face, sendo ainda necessário confrontá-lo com o da história.

Neste artigo são abordadas algumas questões atinentes à relação entre memória e documentação a partir da experiência vivida no Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural – MOP, desenvolvido na Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan. O pressuposto de que não existe uma hierarquia predefinida entre as fontes orais e as fontes escritas – usualmente associadas à memória e à história, respectivamente – constitui a base do desenvolvimento das pesquisas no âmbito do projeto, com o objetivo de vincular todos os tipos de documentação já existentes no Arquivo Central do Iphan, além da que está sendo constantemente gerada. As fontes orais e as escritas, assim como as iconográficas, são encaradas como formas narrativas. Antes, porém de lidar com esses temas, é importante uma rápida apresentação do MOP, com vistas a situar a argumentação.

O MOP foi iniciado, em 2007, com o objetivo primeiro de recuperar entrevistas realizadas na década de 1980, que se encontravam dispersas no Arquivo Central do Iphan/Sessão Rio de Janeiro – ACI/RJ. Ao longo desses anos, foram entrevistadas, pelo Núcleo de Editoração da então Sphan/Pró-Memória, vinte e sete pessoas, cujos ofícios estiveram ligados à área da preservação do patrimônio cultural. Eram, na maioria, técnicos do Iphan, normalmente aposentados, mas pessoas de outras instituições, que tinham tido alguma relação com o campo de preservação, também deram entrevistas.

Ao tomar conhecimento desse material, foi decidido submetê-lo a um tratamento específico, visando recuperar as fitas cassetes que estavam deteriorando-se e promover sua divulgação, já que somente seis entrevistas haviam sido publicadas. Ao mesmo tempo, em função da importância desse material para o conhecimento da história e da memória da Instituição, foi percebida a necessidade de desenvolver outro projeto, que realizasse novas entrevistas.

O projeto da década de 1980 havia sido realizado de maneira informal, sem seguir uma metodologia específica. Tinha como principal objetivo "conversar com pessoas que trabalharam na Casa ou que tivessem tido alguma relação com ela" (Marinho, 2009), de forma a conhecer os momentos iniciais da história da Instituição.

As entrevistas seguiam um roteiro baseado em perguntas diretas e curtas, permitindo que o entrevistado ficasse à vontade para discorrer sobre suas recordações. Não houve a preocupação de realizar "histórias de vida" dos

entrevistados, de maneira que as principais questões referiam-se ao momento e às circunstâncias da entrada dessas pessoas para a Instituição e as suas experiências na instalação e no desenvolvimento das ações de proteção nas regiões ou áreas em que atuava. A leitura dessas entrevistas permite reconhecer um tipo de narrativa, que se refere às origens do trabalho de preservação, trazendo, assim, elementos que podem ser encontrados também em narrativas míticas (Thompson, 1990; Grele, 2007), tais como: a criação de algo novo e fundamental em oposição ao caos existente; o enfrentamento de dificuldades, exemplificadas, dentre outras, por inimigos externos, como a cobiça de certos proprietários e empreiteiros até a falta de verbas e infraestrutura de trabalho; a exaltação da ação extraordinária de indivíduos, como a do primeiro dirigente do Instituto, Rodrigo Melo Franco de Andrade; e por fim, a vitória sobre as diversidades, o "ter valido a pena".

Já no projeto atual (MOP), foram definidos como pressupostos a adoção da metodologia da história oral e o objetivo principal de produção de documentação para o conhecimento da história da preservação do patrimônio cultural do Brasil, associado à história de vida dos entrevistados. A opção pela adoção da metodologia da história oral abriu possibilidades para se pensar a relação entre pesquisa e documentação e definir como requisito o trabalho conjunto entre o Arquivo (ACI) e a pesquisa.

Inicialmente foi realizada uma consulta – com significativa adesão – aos servidores do Iphan para a sugestão de nomes a serem entrevistados. Já foram realizadas cinco entrevistas, utilizando câmara e gravador digitais, que seguiram procedimentos metodológicos rigorosos, de forma a garantir um material que enfatize a história de vida dos entrevistados e, ao mesmo tempo, a sua trajetória profissional ligada à preservação do patrimônio cultural. As entrevistas estão sendo transcritas e enviadas aos entrevistados para revisão. Somente o que for autorizado pelo entrevistado será disponibilizado nos arquivos do Iphan e/ou em publicação impressa.

A expectativa é que o MOP seja capaz de alcançar seus objetivos, de maneira a torná-lo um projeto permanente na Instituição. Dentre esses objetivos específicos, podemos destacar: a coleta e o registro de narrativas, depoimentos e entrevistas, documentando e preservando a memória da Instituição através das lembranças e vivências de pessoas ligadas ao campo da preservação do patrimônio cultural; a formação de um acervo midiático, de som, imagem e texto; a identificação e catalogação, em base de dados,

de informações, documentos, publicações, registros, anotações, fotos, croquis, pinturas, som, imagem, objetos e equipamentos que sejam relevantes para estudos e pesquisas sobre a história do Iphan e que se encontram com os entrevistados; a possibilidade de integrar a rede Iphan em todo o território nacional ao projeto; a constituição de um acervo bibliográfico e documental sobre a metodologia da história oral, consolidando uma experiência de trabalho e pesquisa nessa linha, a fim de orientar e/ou subsidiar trabalhos semelhantes desenvolvidos em outros setores institucionais.

No sentido de explicitar a utilização da história oral como metodologia para o desenvolvimento do MOP, é importante destacar que a história oral utiliza fontes orais, que se constituem em narrativas, e desenvolve técnicas voltadas para a apreensão dessas fontes, como as entrevistas. A metodologia apresenta grande potencialidade para provocar problemáticas geradas pelas narrativas orais. Essas problemáticas suscitam, por sua vez, investigações que visam à escrita da história institucional, e não somente à constituição de acervos orais ou fontes primárias.

A metodologia da história oral proporciona a adoção de procedimentos que devem ser rigidamente seguidos, de forma a permitir o acesso a diferentes versões e ao conhecimento de períodos mais obscuros da história institucional. O caráter subjetivo da fonte oral permite emergir, dessas entrevistas, um conteúdo crítico, em função do fato de que sujeitos – entrevistado e entrevistador – estabelecem uma comunicação baseada na intersubjetividade. O caráter mais enfaticamente subjetivo da fonte oral, se comparada com a fonte escrita – que, por outro lado, também não deve ser vista como sendo caracterizada por uma maior objetividade –, proporciona novas possibilidades para o conhecimento da história e da memória institucional.

Trabalhar com história oral é trabalhar também com subjetividades; o que implica questões éticas. Uma série de cuidados deve ser tomada, no sentido de respeitar a contribuição que cada indivíduo está dando ao conceder uma entrevista. Assim, a publicidade das entrevistas, a revisão do material transcrito, quando algumas passagens podem ser modificadas em função de algum "arrependimento", a autorização do texto copidescado, entre outras iniciativas, devem ser submetidas ao entrevistado. Além de questões éticas, devem ser levadas em conta as questões legais, no que diz respeito, por exemplo, aos direitos autorais. Essa postura tem como

consequência o reconhecimento não só da diferença, como também da igualdade entre todos os indivíduos, admitindo, assim, que a importância de todas as entrevistas está no fato de cada uma ser diferente das outras, de forma que cada narrador tem algo novo a contar.

Nesse sentido, a fonte oral apresenta uma série de possibilidades que podem ser ampliadas quando trabalhadas conjuntamente com outras fontes. A fonte oral permite completar outras fontes, ao mesmo tempo em que as complementa. Isso não significa afirmar que a fonte oral é tratada como complementar a outras, mas que apresenta o mesmo *status* das fontes escritas e iconográficas. Seu uso, no contexto de uma preocupação voltada para a escrita da história institucional, perderia a potencialidade que apresenta, se não for associado a outras fontes.

No intuito de enfatizar a necessidade de relacionar – e não hierarquizar – os diferentes tipos de fonte, apresentamos um exemplo relativo ao entendimento da periodização histórica do Iphan, observado nas entrevistas realizadas na década de 1980, como também nas entrevistas atuais e em trabalhos acadêmicos sobre a Instituição.

Esse entendimento predominante da periodização institucional divide a história do Iphan em dois grandes momentos áureos. O primeiro é relacionado à formação e consolidação do órgão, entre 1937 e 1969, denominado de *fase heroica* e aplicado à gestão do primeiro diretor da Instituição, Rodrigo Melo Franco de Andrade, responsável pela maior parte dos tombamentos da arquitetura colonial e da cultura nacional – fase conhecida também como a de *pedra e cal*. O segundo período, denominado de *fase moderna*, correspondente ao final da década de 1970 e início da de 1980, está ligado à presidência de Aloísio Magalhães, que durou apenas três anos, mas que é associada a uma revolução, pois introduziu na Instituição a ideia de referência cultural, abrindo caminho para as concepções da diversidade cultural.

Entre as duas gestões há um espaço obscuro, que abrange os anos mais difíceis do Regime Militar. Nas entrevistas realizadas, esse período também é "esquecido", como um interregno, uma pausa, uma "Idade Média", entre duas "Eras de Ouro". Normalmente, a explicação dos entrevistados para esse marasmo é personalista, associada ao caráter pessoal do gestor da Instituição: nos casos de Rodrigo e Aloísio a ênfase recai na personalidade dinâmica e inovadora, capaz de tecer bons relacionamentos; no caso de Renato Soeiro, cuja gestão corresponde ao período do *interregno* – termo

que significa o intervalo entre dois reinados, em que não há rei hereditário ou eleito –, é a sua personalidade quieta, de poucos relacionamentos, apática, que é destacada.

Por outro lado, a documentação escrita presente no Arquivo (ACI/RJ), demonstra que essa "Idade Média" não foi uma *idade das trevas* para a Instituição. O período em que Renato Soeiro esteve à frente da direção do Iphan, diversas medidas inovadoras foram tomadas, tais como: a descentralização dos órgãos de preservação; a criação dos órgãos estaduais; os Compromissos de Brasília e de Salvador; a participação da Instituição na constituição do patrimônio mundial; a expansão do conceito de preservação de bens individuais para centros urbanos; etc. Não correspondeu, portanto, a um *interregno*. Segundo Julia Wagner Pereira (2010, p. 3), a partir de pesquisa realizada no ACI/RJ, deve-se questionar essa:

> [...] visão "intermediária" da gestão de Renato Soeiro ditada pela história institucional. As narrativas construídas em torno de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães representam estratégias de criar as figuras míticas do patrimônio, desconsiderando, muitas vezes, as transformações que se processavam, no âmbito mundial e nacional, sobre a temática patrimonial.

Há outros exemplos, que poderiam ser citados, que demonstram o potencial dessa experiência, ou seja, o de adotar como metodologia o procedimento do trabalho de pesquisa baseado na relação entre as diversas fontes, relacionando pesquisa e documentação, em uma dinâmica constante, de forma a possibilitar o uso da documentação já existente e a produção de novos documentos.

A própria definição de documento para a fonte oral não alcança unanimidade entre os pesquisadores da área. Em que momento é gerado o documento: na entrevista, na transcrição, no copidesque? Mesmo que adotemos procedimentos estritos relativos à transcrição, mantendo uma transcrição absoluta, em que todas as situações – repetições, erros, barulhos, etc. – são mantidas, sabemos que a transposição do oral para o escrito, por mais atenta que seja, assemelha-se à tradução de idiomas diferentes, o que tange à recriação.

Esses novos documentos que estão sendo arquivados geram dúvidas quanto a sua natureza: em que sentido o documento é oral? Ele é gerado oralmente, mas ao ser trabalhado passa a outro estado. E ser trabalhado não

quer dizer somente ser transcrito, mas refere-se também ao seu caráter de fonte, que servirá para interpretações futuras. A própria divulgação das entrevistas em forma escrita, aspiração de quem concede a entrevista, modifica a natureza do documento.

A possibilidade de trabalhar com a metodologia da história oral, que proporciona o acesso às narrativas orais, associada a outras fontes, como a escrita e a iconográfica, permite confrontar versões. As fontes orais são muito ricas porque admitem o acesso a dados novos, inesperados e criativos. Mas isso não quer dizer que esse tipo de narrativa seja uma versão mais isenta do que a versão do documento escrito. É nesse jogo, nesse confronto de versões, que as ações, os pensamentos e as relações políticas diferentes emergem de maneira mais clara.

Não há hierarquia das fontes. As fontes orais, escritas e iconográficas – estas ainda não têm recebido uma atenção especial no MOP – devem ser inter-relacionadas de forma a permitir o confronto entre diferentes versões e representações. É através da análise, oriunda da pesquisa, que esse confronto pode ser canalizado para a produção de conhecimento. Quando um problema aparece, são abertas oportunidades de questionamento de posições, de pensamentos, de crenças que estão, de certa forma, naturalizadas.

O trabalho com a metodologia da história oral, referente à trajetória da preservação cultural, não deve ficar restrito ao Iphan. Essa experiência deve ser expandida para outros órgãos oficiais ligados à preservação cultural, para cidadãos que vivenciaram as práticas das políticas preservacionistas, enfim, para aqueles que foram envolvidos, simbolicamente ou na vida cotidiana, pela ação ou omissão das políticas culturais.

Ao considerarmos que tanto a história como a memória são duas formas de narrativas, queremos enfatizar que ambas apresentam intencionalidades. A crença de que as narrativas acionadas pela memória possam apresentar um caráter de neutralidade, em comparação com a narrativa histórica – normalmente associada àquela encontrada nos documentos escritos –, não nos parece corresponder a uma análise mais detalhada. O que é lembrado, como também o que é esquecido ou silenciado, é acionado segundo interesses, que nem sempre são apresentados nitidamente, como mostrou o historiador austríaco, Michael Pollak. Da mesma forma, nenhum documento escrito – e o mesmo vale para o iconográfico – pode ser

considerado neutro, como argumentado pelo historiador francês Jacques Le Goff. Em uma entrevista, a relação entre entrevistado e entrevistador é permeada por intencionalidades que devem ser levadas em conta em qualquer pesquisa que utilize a metodologia da história oral.

O reconhecimento de que a relação entre entrevistado e entrevistador é permeada por intencionalidades pode ser entendido, em algumas situações, como limitante à utilização da metodologia da história oral por pesquisadores que estejam no mesmo contexto dos entrevistados.

As críticas à realização de entrevistas, utilizando a metodologia da história oral, de dentro da Instituição, ou seja, realizada por pesquisadores do próprio Iphan, devem ser levadas em conta, pois, em tal situação, a relação entre o pesquisador e o entrevistado é perpassada pela origem institucional de ambos. Se o objetivo é gerar fontes orais para escrever a história da Instituição, as possibilidades de novas versões poderiam ficar limitadas pelo lugar em que entrevistador e entrevistado estão inseridos. Por outro lado, a possibilidade de romper com a tendência puramente "arquivística" – que prevaleceu entre os norte-americanos nas primeiras experiências de história oral desenvolvidas no Pós-Segunda Guerra Mundial e que encarava como sujeitos somente os entrevistados (Grele, 2007), relegando ao entrevistador uma posição neutra – permite restringir esse risco.

A postura que encara o entrevistador também como sujeito participante – como pesquisador – apresenta condições para a adoção de técnicas rigorosas que podem criticamente conduzir o processo de realização das entrevistas. Dessa forma, esse processo não é considerado neutro, mas é conduzido baseado em premissas teóricas e metodológicas consistentes. Além disso, novas possibilidades podem apresentar-se a partir da utilização da história oral tematizada, como também, da abertura do projeto para entrevistas com pessoas ligadas a outras instituições de preservação que não somente o Iphan.

Essas considerações remetem a outro ponto, que concerne às duas modalidades praticadas pela história oral: a faceta técnica e a faceta metódica. A primeira se refere à formação de arquivos orais, ou seja, a geração de fontes que ficarão sob a guarda de um arquivo público para consulta, com a finalidade, dentre outras, de servir para futuros trabalhos analíticos. A outra se relaciona ao fazer história oral, tarefa que implica produzir conhecimentos históricos. Segundo Lozano (2006), nessa

categoria, os pesquisadores orais "colhem, ordenam, sistematizam e criticam o processo de produção da fonte. Analisam, interpretam e situam historicamente os depoimentos e as evidências orais" (*Ibid.*, p. 23).

As duas modalidades estão presentes no MOP. A coleta de entrevistas e/ou depoimentos orais de sujeitos ligados à trajetória da preservação do patrimônio cultural brasileiro deve constituir, por um lado, os arquivos orais disponíveis para análises posteriores; por outro lado, esse procedimento deve ser acompanhado por uma crítica constante realizada por pesquisadores capazes de propor, rever, analisar e interpretar todo esse processo, visando produzir conhecimento, criticar os métodos e técnicas utilizadas, rever objetivos, etc.

Em relação à história oral temática, diferentemente do enfoque na tradição oral mais relacionada a grupos em que predomina a oralidade e não a escrita, tem por objetivo esclarecer eventos, situações ou questões, e deve, assim, se abastecer de roteiros orientados para fins específicos. Algumas de suas características, como a existência de um assunto central – que não impede que outros surjam –, o caráter testemunhal dos entrevistadores, a necessidade de obter novas versões e de utilizar outras fontes de informação – como pesquisas biográfica, contextual e iconográfica – apresentam-se mais condizentes com as preocupações do projeto. O assunto central a todos os entrevistados se refere a sua trajetória no campo da preservação cultural brasileira. Porém, isso não significa que a entrevista se restrinja simplesmente a essa questão. Tematizar certas questões relacionadas a gênero, a ofícios específicos, a determinada política adotada pela Instituição, torna-se importante instrumento para o desenvolvimento de pesquisa.

Assim, a história oral, para se constituir como tal, tem de ser realizada por pesquisadores que estejam preparados para enfrentar as questões colocadas pelas narrativas orais, de maneira a se proceder à escrita da história, e não somente construir acervos orais ou fontes primárias.

Objetivou-se, neste artigo, problematizar a relação entre diferentes fontes utilizadas nas pesquisas no campo da preservação do patrimônio cultural. Memória, história e documento não são termos opostos e nem mesmo complementares, são, na realidade, termos similares.

No contexto de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural no país, envolvendo diferentes agentes, seja na

construção da política nacional de patrimônio cultural, seja nos desafios, diretrizes e estratégias de atuação, acreditamos que o conhecimento obtido através da pesquisa documental realizada a partir de diferentes fontes, como a oral e a escrita, é fundamental para a avaliação das práticas e dos pensamentos que construíram a trajetória da preservação do patrimônio cultural, e que essa própria pesquisa se constitui como uma prática de preservação. O documento, oral, escrito, fotográfico ou de qualquer outro tipo, que está no arquivo sem ser utilizado pela pesquisa, constitui-se em um bem cultural ainda não conhecido, e, portanto desprotegido.

Voltando a Paul Ricoeur (*Op. cit.*), a face da memória distinta da imaginação – ou das imagens – é narrativa de uma realidade temporal anterior; é através da história que evoca, que o passado é passível de sentido. É a memória-recordação que tem a pretensão de fidelidade ao passado.

Bibliografia

GRELE, Ronald. J. Oral history as evidence. In CHARLTON, Thomas L; MYERS, Lois E.; SHARPLESS, Rebeca (ed.). *History of Oral History: foundations and methodology*. AltaMira Press: 2007, p. 33-124.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MARINHO, Teresinha. Entrevista concedida ao Projeto Memória Oral da Preservação do Patrimônio Cultural, em 15 de abril de 2009.

PEREIRA, Julia Wagner. Nem heroico nem moderno: a constituição do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na gestão de Renato Soeiro no Iphan (1967-1979). *Patrimônio: Prática e Reflexões*, nº 4. Rio de Janeiro: Copedoc/DAF/Iphan, 2010 (no prelo).

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

THOMPSON, Analucia. *A fábrica de heróis: análise dos livros didáticos de História do Brasil*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional/UFRJ. 1990. Rio de Janeiro.

Redes nacionais de informação e patrimônio cultural

*Carmen Moreno**

Resumo

A visão sistêmica, que já caracterizou a moderna administração, vem sendo substituída pela flexibilidade das redes. Convivem, hoje, experiências de organização sistêmica e em redes, com diferentes atuações e propostas. No âmbito dos arquivos, o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos – Sinar, que visa à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo, é regulado pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq, que inclui em sua estrutura uma comissão encarregada de subsidiar os membros do Conselho, quando da declaração de interesse público e social de arquivos privados. A proposta de articulação e integração da rede de arquivos públicos ganhou nova força com a criação, pela Casa Civil, do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas, que traz em seu bojo a Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas. A cooperação interinstitucional, baseada em um arranjo combinado de sistemas e redes, tem se mostrado produtiva e proveitosa à área dos arquivos, garantindo ações compartilhadas de proteção ao patrimônio documental e a integração de metodologias de controle e disponibilização da informação arquivística. A interligação entre os sistemas de arquivos e de patrimônio histórico trará não só mais agilidade na consecução das missões institucionais, como a garantia de que atividades de interesse da preservação do patrimônio serão desenvolvidas por instituições que já se consolidaram em sua área de atuação.

* Coordenadora geral de Processamento e Preservação do Acervo Arquivo Nacional

Palavras-chave

Redes de informação, Intercâmbio cultural e científico, Patrimônio cultural.

Sistemas e redes

A estruturação de atividades político-administrativas de um órgão ou entidade passa quase sempre pela decisão sobre o modelo de gestão a ser adotado. A visão sistêmica, que já caracterizou a moderna administração, vem sendo substituída pela flexibilidade das redes.

As definições dos dois modelos são, na verdade, muito semelhantes, variando apenas no que diz respeito à estruturação dos sistemas. Para fins deste trabalho, no entanto, entende-se sistema como um conjunto de elementos intelectualmente organizado com base em unidades inter-relacionáveis, que pressupõem estruturação e coordenação. Por outro lado, as redes seriam representadas como uma cadeia de elos entrelaçados, presos ou ligados uns aos outros em sequência e de modo a poderem mover-se mais ou menos livremente, formando um conjunto flexível e resistente (pressupõe cooperação e compartilhamento de informações).

Na área do patrimônio documental existem duas experiências de sistematização em curso: o Sistema Nacional de Arquivos – Sinar e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas – SNBP. Apesar de destinados a organizar e racionalizar as atividades ligadas à estruturação de instituições de documentação, as duas experiências têm históricos político-administrativos diferenciados. Enquanto o SNBP – instituído pelo Decreto nº 520, de 13/5/1992 – visa proporcionar à população bibliotecas públicas racionalmente estruturadas, de modo a favorecer a formação do hábito de leitura, estimulando a comunidade ao acompanhamento do desenvolvimento sociocultural do País, o Sinar – criado em 1978 e revisto, em termos de finalidade e função, a partir da criação do Conarq – tem por finalidade, conforme o Decreto nº 4.073, de 3/1/2002, implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo.

Enquanto o Sinar é articulador, o SNBP é executor. Dada a natureza diferenciada dos acervos-objeto de cada sistema, o primeiro desenvolve ação pautada na implementação de metodologias, já o segundo implanta serviços. Por se tratar de comunicação ligada à área de arquivos no patrimônio documental, não será aprofundada a discussão sobre o SNBP.[1]

1. Sobre os dois sistemas, conferir o trabalho da bibliotecária Maria Ione Caser da Costa. O Sistema Nacional de Arquivos e o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: um estudo comparativo. *Anais da Biblioteca Nacional* vol. 125, 2005, p. 57-106.

Sistema Nacional de Arquivos

A Constituição Federal de 1988 e particularmente a Lei nº 8.159, de 8

de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, delegaram ao Poder Público a gestão documental e a proteção especial aos documentos de arquivo. De acordo com essa lei, as ações com vistas à consolidação da política nacional de arquivos deverão ser emanadas do Conarq, órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional, criado pelo art. 26 da Lei nº 8.159/91 e regulamentado pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

Dentre as competências delegadas ao órgão, destacam-se: subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados; promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas; estimular a implantação de sistemas de arquivos nos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios; definir normas gerais e estabelecer diretrizes para o pleno funcionamento do Sinar, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo.

O Conarq tem sido responsável pela sanção presidencial e aprovação de um *corpus* importante de decretos e resoluções, regulando matérias arquivísticas como microfilmagem, classificação e acesso a documentos sigilosos, seleção, avaliação e eliminação de documentos. Por sua Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003,[2] dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. A declaração de interesse público e social de arquivos privados é precedida de parecer instruído com avaliação técnica realizada por comissão especialmente constituída pelo Conarq, composta por representantes do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Iphan.

Composto predominantemente por peças únicas e originais, o acervo arquivístico é controlado a partir dos conceitos de proveniência e respeito aos fundos, que estabelecem que o documento deve ser descrito a partir de seu contexto de criação, ou seja, um ofício administrativo precisa ser conhecido a partir da compreensão de sua relação com o conjunto de documentos produzidos e acumulados pela instância político-administrativa que o produziu. Dessa forma, é rara a descrição, e o consequente controle, de documentos isolados, mas é comum a descrição e o controle de conjuntos de documentos, constituindo dossiês, séries, seções e fundos,

2. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, n. 144, 29 jul. 2003. Seção 1, p. 1.

numa relação hierárquica que descreve simultaneamente seu conteúdo e contexto de criação.

Se essa metodologia prevê a melhor compreensão, por parte do arquivista e do usuário da informação, do significado do documento, em termos, não só de seu objetivo imediato de geração, mas de sua relação com o conjunto maior produzido por uma entidade – à semelhança do conceito de "entorno" do patrimônio arquitetônico – dificulta o controle peça a peça, que seria a condição ideal para a segurança patrimonial.

Conhecer o acervo sob sua guarda é a melhor arma das instituições de documentação contra as ações criminosas que dilapidam o patrimônio público em prol de interesses comerciais de colecionadores inescrupulosos. Para atingir um nível de conhecimento que garanta a ágil identificação de itens do acervo desaparecidos e localizados nas mãos de comerciantes, é necessária a realização continuada do inventário dos acervos.

Para fortalecer a rede de arquivos que integra o Sinar é fundamental incentivar a difusão e a integração de metodologias de proteção e de tratamento técnico.

O Arquivo Nacional

Criado em 1838, o Arquivo Nacional tem por atribuição regimental receber, organizar, preservar e divulgar o patrimônio documental do País, especialmente os documentos produzidos e acumulados na esfera do Poder Executivo Federal, com a finalidade de apoiar o Governo em suas decisões político-administrativas e o cidadão na defesa de seus direitos, bem como incentivar a pesquisa histórica e implementar a política arquivística do Governo Federal.

Sua missão institucional é contribuir como agente de modernização da máquina administrativa do Estado, com ênfase na organização da documentação governamental, bem como colaborar na socialização da cultura nacional, assegurando o cumprimento dos direitos da cidadania quanto à questão do acesso e democratização da informação.

A realidade arquivística brasileira aponta, cada vez mais, para a necessidade de sistematização dos processos de tratamento, controle, guarda e acesso aos documentos. A despeito das tentativas empreendidas no setor público, em todos os níveis, é fato que as dificuldades para implantação de sistemas de arquivo nos órgãos públicos são inúmeras. O desenvolvimento

de uma política arquivística, em nível nacional, pauta-se, cada vez mais, por uma estratégia que combina a descentralização da guarda de acervos e a centralização e ampla disseminação de informações.

O Arquivo Nacional estrutura suas atividades de acordo com as áreas de atuação que configuram a missão institucional. Com acervo estimado em mais de 70 km lineares, divididos nas unidades do Rio de Janeiro e Brasília, desenvolve atividades de assistência técnica aos órgãos da Administração Pública Federal, de forma a transferir metodologias de gestão de documentos que garantam a racionalização da gestão de arquivos ministeriais, assim como estabeleçam as condições para recolhimentos organizados e planejados da documentação pública.

Para garantir a conservação e a disseminação das informações que custodia, estrutura-se a partir de ações de processamento e preservação do acervo, de acesso e difusão documental, e de gestão de documentos. Na área de processamento e preservação do acervo estruturou modernos laboratórios de conservação e restauração, de análise química e biológica, de reprodução micrográfica e fotográfica. Tem hoje um dos mais modernos centros de digitalização, cuja ação se pauta pela formação de um acervo digital que garanta a preservação dos originais e o acesso à documentação pública, a partir de metodologias internacionais de armazenamento e preservação de objetos digitais.

Toda a documentação incorporada ao acervo passa inicialmente por avaliações de seu estado físico e do seu estágio de organização, prevendo-se ações preventivas e curativas, assim como de organização e disponibilização das informações nela contidas. Toda a movimentação interna do acervo é monitorada por *softwares* de controle, que garantem as condições de temperatura e segurança para o transporte de originais das áreas de armazenamento até o usuário final.

Busca-se, dessa forma, investir na preservação para diminuir a necessidade de restauração, atividade demorada e custosa, não só aos cofres públicos, mas também em relação à documentação, que é submetida a processos que variam de acordo com os avanços tecnológicos e científicos.

Desse modo, o Arquivo Nacional vem envidando esforços para promover a regionalização das atividades de guarda e preservação, bem como para estimular os órgãos públicos a garantirem, sob normas comuns, a manutenção de seus arquivos permanentes. Para tanto, busca atuar de

forma integrada, no sentido de exercer as suas funções técnico-normativas no acompanhamento da política nacional de arquivos públicos e privados.

Uma política nacional de arquivos compreende a definição e a adoção de um conjunto de normas e procedimentos, técnicos e administrativos, para disciplinar as atividades relativas aos arquivos públicos e estimular a organização e a proteção especial aos arquivos privados. As finalidades, em última instância, de uma política nacional de arquivos, consistem em assegurar a preservação do patrimônio documental brasileiro e garantir, no que diz respeito aos arquivos públicos, o direito irrestrito de acesso às informações governamentais, compatibilizando as questões inerentes à segurança de Estado e da Sociedade e à privacidade dos cidadãos – e, no que tange aos arquivos privados, o livre acesso aos documentos classificados como de interesse público e social –, resguardando o preceito inviolável da propriedade privada.

Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas – Memórias Reveladas

O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas tem por objetivo tornar-se um polo difusor de informações, contidas nos registros documentais, sobre as lutas políticas durante o governo militar, ora sob a guarda de um amplo arco de entidades, instituições e pessoas físicas em diversos pontos do país, constituindo um marco no processo de valorização e democratização do patrimônio documental do País.

Foi criado por iniciativa da Casa Civil, que delegou a coordenação do Centro ao Arquivo Nacional, e teve como um de seus pontos de partida a publicação do Decreto nº 5.584, de 18/11/2005, que dispôs sobre o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos dos extintos Conselho de Segurança Nacional – CSN, Comissão Geral de Investigações – CGI e Serviço Nacional de Informações – SNI, que estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência – Abin.

Sua atuação constituirá um elo entre o Arquivo Nacional, os arquivos públicos estaduais e outras entidades públicas e privadas, que oferecerá ao cidadão brasileiro informações sobre o período do regime militar no Brasil, implementando uma parceria de âmbito nacional para a preservação e difusão desses acervos, sob a coordenação do Arquivo Nacional.

Com consulta em rede aos documentos reunidos pelas entidades parceiras, o Centro disponibilizará ao público um portal de informações sobre o acervo, exposições virtuais e consulta aos registros e documentos levantados. O acesso à documentação se dará de forma diferenciada, em concordância com a legislação vigente. Documentos de acesso livre poderão ser consultados via *web* e os de acesso controlado (cujo conteúdo é passível de questionamentos em relação aos direitos individuais) poderão ser consultados no Arquivo Nacional e nos pontos de acesso existentes nos arquivos estaduais que integram a Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas – Memórias Reveladas, mediante identificação e preenchimento de termo de responsabilidade.

Para apoiar atividades de organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de acervos de interesse da temática do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) – Memórias Reveladas, sob a guarda de diversas instituições e entidades brasileiras, públicas e privadas, a Associação Cultural do Arquivo Nacional – Acan propôs projeto de captação, integrado por 14 ações, aprovado pela CNIC – Comissão Nacional de Incentivo à Cultura. Essas ações serão patrocinadas pelo BNDES, Caixa Econômica Federal, Eletrobrás, Petrobras e Banco do Brasil.

Estão previstas, ainda, parcerias com o Ministério da Cultura que, através do Fundo Nacional de Cultura, patrocinará projetos selecionados a partir do lançamento de edital voltado ao tratamento técnico e disponibilização de acervos relativos às atuações de trabalhadores e sindicatos, no período de abrangência da temática do Centro Memórias Reveladas. Serão, também, abertos editais para financiamento de projetos ligados à temática do Centro pelas Fundações de Apoio à Pesquisa do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Além do apoio à organização de acervos, foram lançados em 13 de maio de 2009 portaria interministerial que dispõe sobre a realização da chamada pública para apresentação de documentos ou informações produzidos ou acumulados sobre o regime político que vigorou no período de 1° de abril de 1964 a 15 de março de 1985, e edital de chamamento público para a apresentação de documentos e informações sobre o período de 1° de abril de 1964 a 15 de março de 1985, que estejam sob a posse de pessoas físicas ou jurídicas, servidores públicos e militares.

A documentação recolhida integrará o acervo do Arquivo Nacional e poderá ser acessada no portal institucional, assim como no banco de dados

Memórias Reveladas, disponível no portal do projeto (www.memoriasreveladas.gov.br).

O QUE OBSERVAR?

Se a formação dos acervos, no decorrer do século XIX, levou em conta os avanços técnico-científicos da sociedade e as definições político-administrativas das nações, as instituições de documentação se depararam no século XX com o crescimento desordenado da informação e de seus canais de veiculação, que diversificavam seu suporte físico. No início do século XXI tateamos o caminho de se estabelecer critérios de geração, controle e preservação da informação, seja ela governamental ou cultural.

A recente abertura dos arquivos da ditadura no Brasil, ao transformar o discurso oficial transforma também a memória documental a preservar. E essa memória recente se registra em suportes mais ágeis, mas também mais frágeis, cuja preservação demanda condições de temperatura e umidade controladas, e cuja garantia de acesso precisa lançar mão das modernas tecnologias às quais a população já se acostumou.

O mundo é digital, mas a informação assume variadas formas, que precisam ser reformatadas no acesso. Assim como o papel, discos, fitas áudio magnéticas, filmes, fotografias, tudo cabe no digital. Mas se essa é a forma de acesso ideal, é preciso avaliar qual a melhor forma de preservar os suportes originais, não só para se preservar os testemunhos da evolução tecnológica, mas também para garantir a qualidade e a fidelidade do conteúdo dos arquivos.

Nesse ponto, é preciso fazer uma diferença entre uma política nacional de informação documental e políticas de conservação e preservação de acervos. Uma política nacional será capaz de definir diretrizes de formação de acervos e traçar normas gerais para sua guarda e preservação. Mas não poderá, nem deverá, estabelecer procedimentos específicos para preservação de suportes de informação sem correr o risco de engessar e inviabilizar a atuação das instituições de documentação. Assim, procedimentos para reformatação de arquivos sonoros, por exemplo, podem constituir um conjunto de recomendações técnicas geradas a partir dos estudos desenvolvidos por uma câmara técnica ou comissão especial – para utilizar a estruturação de atividades do Conarq – mas não uma política arquivística.

No caso brasileiro, com as dimensões continentais do território e as

dificuldades épicas enfrentadas pelas unidades da federação, faz-se necessária uma política que leve em conta, basicamente, a integração e a articulação sistêmica dos arquivos estaduais com o Arquivo Nacional, de forma a garantir a máxima unidade possível de procedimentos técnicos e políticos na gestão dos acervos e na metodologia de acesso adotada.

Não há mais a desculpa da desinformação quanto à intencionalidade de uma política de acervos, e precisamos refletir sobre as decisões tomadas para a guarda e a preservação da memória nacional, do ponto de vista de sua construção histórica. Resta-nos, portanto, a tarefa de integrar o discurso à prática, aproveitando os avanços tecnológicos e a evolução do pensamento ligado à utilização responsável de recursos, de forma a desenvolver uma cultura de preservação da memória documental.

Tombar ou não tombar?

No que diz respeito aos acervos documentais, o instituto do tombamento ainda apresenta alguns problemas teóricos e operacionais. Concebido como um instituto jurídico que identifica os bens culturais que serão obrigatoriamente protegidos pelo poder público, o tombamento aparece no direito administrativo como uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada. Por esse aspecto, funciona como uma ação efetiva de proteção e pode ser muito útil ao esforço de deter movimentos de dissolução de conjuntos documentais relevantes para a memória nacional, como, por exemplo, aqueles relativos aos ex-presidentes da República.

Se pensarmos, no entanto, nos acervos documentais mantidos por instituições públicas – principais alvos de incursões criminosas –, as dimensões dos acervos em questão inviabilizam o desenvolvimento de um inventário retrospectivo com a finalidade de inscrever a totalidade dos itens que compõem o patrimônio documental brasileiro no Livro do Tombo a ele destinado. Some-se a isso a metodologia de organização de arquivos, que prevê, em seu processo de trabalho, a avaliação e destinação de acervos com base em tabelas de temporalidade que determinam quais documentos ou conjuntos de documentos deverão ser objeto de guarda permanente e quais os que poderão ser descartados por já haver cumprido seu ciclo de vida útil. Um acervo tombado não pode incluir documentos passíveis de descarte, o que dificultaria o trabalho de racionalização da guarda e manutenção de arquivos públicos.

Além disso, a capacidade das instituições de documentação em realizar inventários periódicos de seu acervo esbarra nas limitações orçamentárias e político-administrativas, na medida em que se constitui um novo programa de trabalho que demanda infraestrutura, não só no que diz respeito a recursos orçamentários, mas também quanto a recursos humanos, já envolvidos no desenvolvimento das demais ações das instituições.

Dessa forma, qualquer iniciativa no sentido do desenvolvimento de uma política de proteção de acervos documentais que tenha por objetivo, por exemplo, o controle e a prevenção do tráfico internacional de bens culturais, tem que ser discutida de maneira integrada por todas as entidades envolvidas.

O Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado – Unidroit, reunido em Roma, em junho de 1995 firmou Convenção sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados. Com o objetivo de estimular a cooperação cultural internacional e registrando a importância de uma política de proteção aos bens culturais que inclua a elaboração e a utilização de registros e a cooperação técnica, esta convenção foi promulgada pelo Governo brasileiro através do Decreto nº 3.166, de 14 de setembro de 1999.

O decreto trazia em seu bojo proposta de criação de um Comitê Nacional de Luta contra o Tráfico de Bens Culturais. A proposta de criação desse comitê – integrado por representantes de instituições federais, como o Iphan, a Polícia Federal, aduanas da Receita Federal, o Ministério das Relações Exteriores, governos estaduais e municipais – não pode ignorar a contribuição e as necessidades institucionais daqueles órgãos que são responsáveis pela guarda do patrimônio documental brasileiro.

Com o apoio de agências de fomento e programas ministeriais, sua criação deve ser acompanhada de uma linha de crédito que garanta ações integradas de inventário de acervos, de forma a tornar mais precisas as informações que basearão a ação de proteção aos acervos alvo do tráfico internacional de bens culturais.

Conclusão

As dificuldades de estruturação das atividades ligadas à proteção do patrimônio documental passam pelas dimensões continentais do país e pelas situações diferenciadas enfrentadas pelos setores encarregados desta

proteção, seja no âmbito das metodologias de controle e acesso, seja nas políticas de proteção contra a ação do tempo e da falta de investimentos ou contra a ação de comerciantes inescrupulosos.

A solução para esse problema precisa ser pactuada por todas as pessoas interessadas e entidades intervenientes, de forma que se possa efetivamente construir uma estrutura político-administrativa capaz de facilitar o fluxo de informações nas direções que se fizerem necessárias à construção de uma rede capaz de promover o maior intercâmbio de informações e a proteção mais eficiente dos direitos e demandas do cidadão.

A cooperação interinstitucional baseada em um arranjo combinado de sistemas e redes tem se mostrado produtiva e proveitosa à área dos arquivos, garantindo ações compartilhadas de proteção ao patrimônio documental e a integração de metodologias de controle e disponibilização da informação arquivística.

Os órgãos e entidades que militam na área da proteção ao patrimônio documental são, sem dúvida, atores de uma estrutura maior que passa pela proteção do patrimônio histórico nacional, assim como por outras esferas de atuação que constituem o quadro das ações de governo.

A interligação entre os sistemas de arquivos e de patrimônio histórico trará, não só mais agilidade na consecução das missões institucionais, como a garantia de que atividades de interesse da preservação do patrimônio estarão sendo desenvolvidas por instituições que já se consolidaram em sua área de atuação.

Gestão da informação institucional

*Márcia Rollemberg**

Resumo

* Diretora do Departamento de Articulação e Fomento do Iphan

O texto fala da missão de estruturar um Departamento de Articulação e Fomento no Iphan com vistas a contribuir para a estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio. Na verdade, o sistema se materializa em grande parte pelo campo da informação, de forma que ela é estratégica para a formação da área pública. Os grandes países têm essa visão de que as áreas de arquivo, as áreas de bibliotecas são unidades importantes, estratégicas para a constituição do Estado. O acesso à informação, portanto, é um componente essencial no processo de trabalho, na verdade, é um objeto de controle social da transparência pública e é um direito do cidadão. Uma gestão se caracteriza como, mais ou menos, democrática a partir da capacidade de organizar e garantir o acesso à informação.

Palavras-chave

Centro de Gestão de Informação, Sistema, Patrimônio informacional.

Quero contribuir para este debate e acredito que vivemos um momento interessante; sou recém-chegada, venho depois de muitos anos de outra área – a de Saúde. Trabalhei durante 16 anos no Ministério, como coordenadora geral de Documentação e Informação e minha formação é Serviço Social e Arquivo. Sou, portanto, uma generalista por natureza e, na verdade, trago alguns elementos para pensar; não trago nenhuma estruturação em termos de sistemas, mas abertura para aprendizagem e, até, para conhecimento das ações desenvolvidas. Tenho a difícil missão de estruturar um Departamento de Articulação e Fomento, no qual devem estar abrangidas as áreas de documentação geral e informação, difusão e fomento que trabalham com toda a parte patrimonial, a parte de eventos e de comunicação; é um setor muito rico, mas pequeno em termos de estrutura.

O Centro de Gestão de Informação do Patrimônio é um projeto que está, também, em atividade e criou essa vinculação a partir de maio de 2009 para novas estruturas. Na verdade, existem marcos legais com essa tentativa de fazer o dever de casa.

Acredito ser muito rica e a participação do Arquivo Nacional, no sentido de apresentar marcos legais e espaços de construção dessa política de informação. Da mesma forma que a criação da Comissão de Informática pelo governo eletrônico, objetiva garantir o acesso às informações.

No meu ponto de vista, com base em minha trajetória, pois fiz especialização na Unicamp na área de Gestão de Sistemas de Saúde, o SUS é experiência rica de referência nesse processo de construção das políticas públicas, porque se a Cultura está na terceira referência, a Saúde está na décima terceira e, nesse contexto, há um sistema já instituído com responsabilidades e financiamentos.

Assim, algumas construções, alguns elementos de consenso que vimos construindo como equipe, desenvolveram um espaço de discussão na área da saúde chamada de Fórum de Informação, no qual integramos não só documentalistas, mas pessoas da área de tecnologia, da área de história, da comunicação, da educação e, dessa forma, vamos construindo uma política de informação. É essa experiência que tenho procurado trazer para o Iphan, para a construção de um Sistema Nacional de Patrimônio, no sentido de pensar esse componente de informação de sistemas. Na verdade, o sistema se materializa em grande parte pelo campo da informação, de forma que ela é estratégica para a formação da área pública, porque na área privada isso já está mais adiantado, mais atuante, uma vez que foi implantada há mais tempo, simplesmente pelo fato de que é um direito do cidadão. Trata-se de um sistema não só para orientar a decisão do gestor, mas para a decisão de todos e, sobretudo, para dos usuários.

Estamos, no caso, criando os conselhos, instâncias responsáveis por abrir um leque de diversidades, o que é importante porque, inclusive, expressa um modelo de gestão democrática do Estado. Costumo dizer que a forma como uma instituição trata o seu arquivo, a sua biblioteca, retrata a forma como trata da saúde. Em geral, os arquivos estão distribuídos num ambiente só, em áreas que têm insalubridade e toda sua problemática, e como fazemos uma analogia com o aspecto físico, em relação à memória ela está no cérebro, está no ponto central. Veja que o Arquivo Nacional, por exemplo, está ligado à Presidência da República.

Os grandes países têm essa visão de que as áreas de arquivo, as áreas de bibliotecas são unidades importantes, estratégicas para a constituição do Estado. Expressa um modelo de gestão, ter acesso ou não ter acesso, como isso se dá. Podemos buscar diversos indicadores no campo da informação que vão definir o modelo de gestão mais ou menos democrático, e isso somente será possível se fizermos esse exercício. É um componente essencial no processo de trabalho, é intrínseco acumular informação, trabalhar sobre ela, desenvolver pesquisa. Tudo isso é determinante para a capacidade de intercâmbio, de resposta institucional, comunicação com o cidadão, comunicação entre os pares, entre os setores, além da capacidade de responder a essa demanda. E existem sistemas que estão se colocando, inclusive, no que diz respeito às ouvidorias, as quais retratam a capacidade que o Estado tem de dar voz às pessoas, além de saber usar a informação que ele apresenta. Saber qual a informação que é mais demandada, aprender a falar da forma que as pessoas querem saber. Será que aquilo que publicamos é o que elas querem ler? Será que o que elas leem tem impacto nas suas ações? Todas essas questões são levantadas para pensarmos nessa política de informação.

A informação, portanto, é um objeto de controle social da transparência pública. É importante também pensarmos que a informação é construída, além de um mecanismo de interlocução com outros espaços que não são os institucionais. Podemos pensar que a construção desse conhecimento institucional acontece em várias etapas, é um processo dinâmico, não um processo linear, e que é intrínseco a todas as áreas. Todas, sem exceção, trabalham com informação, com arquivos, acumulam acervos bibliográficos, e isso é um processo dinâmico que envolve várias questões, como a linguagem. Trata-se de um aspecto importante, realmente, parece que estamos falando sempre com um público, o qual é igual, mas são pessoas diferentes. Por isso é necessário desenvolver a capacidade de ouvir, voltar nesse ciclo. E, assim, trabalhamos com os componentes que constroem esse patrimônio cultural que são o conhecimento e a tecnologia. Fatores fundamentais na atualidade são os campos da informação e da educação, pois criam uma base importante para se avançar, um horizonte a se buscar. É um campo específico da documentação e da difusão cultural no sentido de fazer todos esses processos que estão por se fazer e de uma maneira alinhada.

As instituições devem buscar maneiras de se comunicar, desenvolver vocabulário e metodologias de gestão arquivista, códigos, tabelas. E que isso seja desenvolvido de forma dinâmica, com várias áreas, lideradas pela área de documentação, mas não exclusivos desta. Quanto mais integrados esses

processos, mais efetividade de ação terá a gestão informacional.

E, nesse contexto, aponto alguns desafios:

• Reconhecer a informação como um bem público; a informação não vem das pessoas, vem das instituições públicas. O processo de gestão sistêmico é um processo integrado do conhecimento, e a percepção de que, se atuarmos de maneira mais sinérgica, com certeza, teremos uma capacidade muito maior de ação ou de reflexão. O processo de qualificação dos serviços públicos e a informação com qualidade agregam esse valor; a adoção de metodologias de tecnologias compartilháveis; a velocidade tecnológica; a autenticidade; a segurança, e acredito que vamos viver um momento de *blackout* na área pública. Hoje, temos uma comunicação enorme que é feita em meio digital e que não é regida por nenhuma norma, é feita por e-mail. Como serão lidas as mensagens? Antes, tínhamos as cartas, tínhamos as escrituras, e isso foge, configura-se um grande desafio grande para a área de documentação. O Arquivo Nacional tem um papel importante nesse sentido, de criar os requisitos arquivísticos para os sistemas digitais, de forma que já se começa a sinalizar temas importantes, buscando a preservação, as ligações das mídias, e a autenticidade.

• Outro desafio que no campo da produção editorial é a qualidade da informação publicada, e o acesso a essa informação de maneira presencial e remota. E, aí temos a questão do registro no International Standard Book Number – ISBN e do direito autoral. Podemos tentar falar em nível digital, expressar também no papel, na distribuição, etc. Sem contar o incentivo ao controle bibliográfico e ao Depósito Legal e constituir uma coleção nacional de publicação e informação sobre patrimônio. Quantas publicações foram feitas em 2008? Vamos ter de fazer uma pesquisa para levantar os dados e perceberemos que existem lacunas. Às vezes, um arquivo informacional não é considerado e vai para o "ralo". É importante buscarmos, inclusive, estruturar esses indicadores para podermos conversar e fazer um trabalho de convencimento sobre a importância de perceber que o envio para a biblioteca não se trata apenas de um envio no sentido formal, ele impacta uma série de coisas. E, nesse sentido, a biblioteca tem um trabalho importante no processo de identificação desse intercâmbio externo. Como é, por exemplo, a participação da

produção gerada no âmbito do Iphan ou nas instituições de patrimônio federal ou estadual e municipal com relação às bases especializadas da academia? Como qualificamos essa produção para que ela possa participar e interagir nesse campo?

• Assegurar as informações de interesse no setor; não teremos interesse especificamente no nosso objeto porque, como falamos em transversalidade, haverá interesse na formação da área turística, do meio ambiente, da educação, ou seja, uma busca contínua para assegurar informação, a qual é estratégica na minha ação, no meu dia a dia.

• Estabelecer diálogo e articulação com o Arquivo Nacional, com a Biblioteca Nacional e o Iphan. Quando chegamos e apresentamos o sistema, fica uma dúvida se o patrimônio está no mesmo nível desses sistemas ou se está um degrau antes. Podemos pensar que esses sistemas estão inseridos no Sistema de Patrimônio. São pontos importantes para pensarmos e definirmos. A política de preservação do patrimônio é uma política compartilhada por vários entes e depende também da interdisciplinaridade, da importância de pensarmos nessa transversalidade. É, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade, uma vez que existe a possibilidade dessa capilaridade.

• O acesso às informações arquivistas, sua produção e destinação final. Temos hoje, um fato importante: na ponta, o usuário não quer saber se a informação vem do arquivo ou da biblioteca, ele quer somente a informação. Nesse processo, existe um problema interno, corporativista, que é preciso ser vencido, desenvolvendo a capacidade de trabalhar juntos no sentido de organizar essa informação. Passamos grande parte do nosso tempo buscando informação, se ela estivesse estruturada de maneira mais compartilhada poderíamos eliminar muitas etapas. Isso quer dizer que o acesso à informação corrente, produzida no dia a dia, também é de interesse da transparência pública, e como é que se dá essa seleção, o que eu posso abrir, o que eu não posso? Trata-se de uma situação delicada.

• Garantir a formação de profissionais para área de documentação e informação é outro desafio importante. Atuar com a maior interdisciplinaridade.

• Articulação dos atores em uma rede de serviços. Pensamos na sinergia, de economizar, na construção de espaços de cooperação e de pactos, de uma política de informação, de documentação e pesquisa. Creio que o fórum é um espaço, a Conferência Nacional de Cultura é, igualmente, uma instância importante de articulação para a construção de uma política que não é algo harmônico. Na verdade, é um espaço de construção de diretrizes, de captação. Mas temos tantos interesses e *status* de conflito, que garantir um processo ético e, ao mesmo tempo, regimentar as pessoas que interagem nesse campo, não só os especialistas, é certamente um fator importante. Acredito que teríamos de fazer um exercício. No campo da Saúde, trabalhávamos com os três princípios de "X", a universalidade, a diversidade, a integralidade, e nos perguntávamos como traduzir esses princípios para o universal. O que é uma informação universal, integral? Acredito que temos de começar a fazer esse exercício como uma forma de chegar aos princípios que foram apresentados ao Sistema Nacional de Cultura. Como vamos trabalhar a diversidade, a universalidade no campo do patrimônio?

Sobre as diretrizes construídas coletivamente nas diversas reuniões realizadas nessa área, tenho a pontuar:

• garantir amplos acessos às informações relativas ao patrimônio cultural;

• buscar uma gestão compartilhada;

• desenvolver grupos de estudos;

• fazer a promoção, a sistematização, o intercâmbio e o acesso à informação na área de patrimônio;

• fomentar o intercâmbio nacional e internacional;

• promover a gestão das fontes de documentação arquivística, bibliográfica e museológica, entre outras, necessárias às tomadas de decisão;

• incentivar o aperfeiçoamento de modelos, instrumentos e metodologias nesse processo;

• promover a articulação de redes cooperativas; uma das iniciativas do Iphan nesse sentido é a construção de uma rede de bibliotecas para garantir a circulação de livros e publicações, além do trabalho integrado e a troca de acervos.

E para concluir, creio que seria importante trabalharmos não apenas o componente de informação, mas pensarmos nas interfaces que ele tem com o campo da comunicação e com o campo da educação. Pensar a informação como uma ferramenta, como um bem, um artigo, como um espaço dialógico, no qual se estabelece uma relação horizontalizada. E esse processo tem de, efetivamente, gerir políticas públicas no Estado democrático, esse é o caminho. E a educação é o campo onde estaremos desenhando um projeto de sociedade, através da construção do conhecimento. Isso tudo constitui, na verdade, um grande patrimônio. Digo que o patrimônio informacional é a salvaguarda do conhecimento. O patrimônio informacional é de uma riqueza imensa e, para mim, é uma oportunidade muito grande para ampliar esse leque e enfrentar esse desafio.

Um panorama da experiência do Estado do Rio de Janeiro

*Dina Lerner**

Resumo

O texto traça um paralelo entre o papel do arquiteto e do historiador nos trabalhos de preservação, revelando a importância de uma atuação interdisciplinar, desencadeada a partir desse encontro e questiona a capacidade desses profissionais de fugir de antigos paradigmas para trabalhar com os novos valores e conceitos. O texto revela ainda a relação complexa e dialética entre os trabalhos de campo, a prática e a academia e coloca como desafio a capacidade de vencer um sistema que funciona contra a implantação de uma cultura nova em relação à produção desse conhecimento.

Palavras-chave

Pesquisa histórica, Novos paradigmas, Interdisciplinaridade.

* Coordenadora geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

A história do órgão de patrimônio do Estado do Rio de Janeiro está, umbilicalmente, ligada à própria história do Iphan, que durante muitos anos, teve sua sede no Rio de Janeiro. Vou abordar questões que tiveram um crescimento no órgão estadual como resultado de uma troca de experiências constante que mantenho com Márcia Chuva e com Lia Mota, ambas do Iphan. Temos uma relação intensa de trocas de experiências na busca dessa relação do papel do arquiteto com o papel do historiador.

A pesquisa histórica que sempre buscamos, arcabouço dos trabalhos de preservação, pode ser um ponto diferencial que, inclusive, possibilita o mapeamento e a qualificação do território, e execução de recortes em função dos objetos que queremos estudar. O outro aspecto discutido é a fuga dos antigos paradigmas dos valores intrínsecos. Quando falei a Rafael Winter

que estamos fazendo um trabalho de inventário do patrimônio cultural de São João de Meriti, cidade de sua família, ele torceu o nariz. E isso porque ele é uma pessoa absolutamente bem formada, que está à frente do tempo em relação ao patrimônio. No entanto, por mais que se tente fugir dos valores intrínsecos, da obra de arte no predomínio das qualidades estético-estilísticas, esse paradigma está dentro da gente. Podemos ter uma produção que, como a Constituição, é o ideário de aonde queremos chegar, mas não necessariamente conseguimos. A Constituição Brasileira já tem vinte e um anos, mas os preceitos que, naquela ocasião, foram projetados para o futuro da nação que queríamos construir, ainda continuam a ser perseguidos. Em muitos aspectos, estamos andando para trás.

De um lado estão nossos ideários e de outro, a consolidação da busca daquilo que vamos indicando como correto. De forma que isso é uma constante tentativa de colocar os valores intrínsecos nos seus devidos lugares, principalmente quando falamos de uma instituição de patrimônio onde é predominante a participação dos arquitetos. Vejo que o arquiteto tem um veio de historiador, um veio de geógrafo, e outros mais, uma profissão bastante abrangente, mas que não trás, intrinsecamente, interdisciplinaridade.

Enfim, outro aspecto também para ser enfrentado é a noção de *patrimonialização*, uma prática cultural de atribuição de valor que incluiu a diversidade cultural. Em locais como São João de Meriti lidamos com a construção desse novo conceito de atribuição de valor, mas temos dificuldade para trabalhar com esses conceitos. São João de Meriti é uma cidade da Baixada Fluminense, uma área de baixa renda e com má qualidade de vida. Evidentemente, isso não significa que esses locais não tenham os seus Centros Históricos. E nesse contexto podemos indagar: Será que essas novas teses são daquilo que buscamos? E elas estão sendo incorporadas à prática da preservação? Será que esses novos valores e novas práticas também possibilitam o surgimento de novos problemas?

Na verdade, produzimos conhecimento, mas esse conhecimento ainda está desestruturado e frágil diante de uma perspectiva de continuidade na maneira de enxergar o mundo, de patrimônios diferentes e isto nos leva a um questionamento. De que maneira a proposta do sistema pode contribuir para consolidar essa nova postura, esse novo lugar de interdisciplinaridade?

Quando fazemos um trabalho de inventariação, temos vários objetivos, além da produção de conhecimento. Um deles é determinar aquilo que o poder público vai considerar necessário ser preservado e terá a obrigação de

fazê-lo. Mas o que se percebe é que todos os estudos ficam guardados e eles não se comunicam. Muitas vezes, não conseguimos sequer que eles se comuniquem no próprio processo de produção desse conhecimento.

O outro aspecto é a relação complexa e dialética que existe entre os trabalhos de campo, a prática e a academia. O que percebemos quando se fala em pesquisa histórica, a qual requer tempo, é que os fomentos, os investimentos e as viabilidades não dispõem do tempo exigido para uma pesquisa. Então, como é que vamos lidar com a necessidade de implantar uma postura cultural de patrimônio em que a pesquisa não fique restrita a casuísmos do tipo: "Surgiu a possibilidade de fazer um projeto; vamos formar uma equipe de historiadores para resolver o problema". E quando eu falo pesquisa histórica não estou me referindo, simplesmente, a historiadores porque a pesquisa histórica também requer uma interdisciplinaridade de profissionais na busca da informação. O que fazer para que a prática da produção de conhecimento não fique refém da urgência e das limitações de determinados programas incentivados que impossibilitam o desenvolvimento dos trabalhos? Trata-se de um sistema que funciona contra a implantação de uma cultura nova em relação à produção desse conhecimento.

A ideia, portanto, é que esse sistema e os exercícios propostos aqui possam funcionar. Primeiro, que o sistema funcione como depositário para criar uma forma, uma metodologia. O ideal é que exista uma metodologia, que leve em conta o intercâmbio, e que seja acessível. Que possamos ter uma metodologia prévia, com todos os conceitos estabelecidos, para que essa informação produzida, mesmo que fragmentada, seja utilizada. Estamos subordinados a projetos e patrocínios, então temos de trabalhar para que o sistema possa ser um receptor, um depositário dessas informações. Que essas informações sejam repassadas, disponibilizadas. E, se, eventualmente, for um órgão de patrimônio com uma rotina capaz de dar continuidade a certos projetos, que possamos depositar essas informações nesse sistema. E que saibamos que outras pessoas vão poder levar adiante certos aspectos daquilo que desenvolvemos e que não haverá a possibilidade de retornar.

Esse trabalho, basicamente, é valorizar e atualizar o conhecimento do território, da história e etc. É o primeiro passo para o armazenamento de uma memória coletiva que é forjada a partir da decisão de identificar e preservar, seletivamente, esforços materiais e imateriais, sobrevier às mudanças. Então, essa é a matéria-prima...

Os sentidos da historiografia e as práticas da preservação

*Luciano dos Santos Teixeira**

Resumo

O texto aborda o papel da reflexão histórica e historiográfica na análise das práticas e políticas de preservação do patrimônio cultural, enfocando alguns conceitos e noções que podem subsidiar novas ações institucionais, mediante a revisão das concepções que têm embasado essas ações desde sua institucionalização, a partir de 1937. A ênfase é na aproximação entre teoria e prática, entre a produção de um conhecimento especializado e os valores e ideais que historicamente informaram a trajetória preservacionista no Brasil, destacando-se os modelos que se cristalizaram em uma tradição político-institucional, parcialmente ainda vigente.

Palavras-chave

Historiografia,[1] Preservação, Patrimônio.

* Professor de história da rede pública de ensino e técnico do quadro permanente do Iphan

1. A historiografia é um termo reconhecidamente polissêmico, podendo significar, entre outros sentidos, os relatos históricos em si mesmos; o estudo desses relatos, suas práticas e métodos; o conjunto de escritos sobre história (historiografia brasileira, historiografia alemã, etc.), bem como as diversas correntes a que se filiam os historiadores (historiografia dos Annales, historiografia marxista, etc.). A opção que fizemos nesse estudo não significa o abandono das demais possibilidades. A riqueza semântica do termo é um ingrediente indispensável para se (re)pensar as práticas de preservação do patrimônio cultural, tal como nos propomos realizar aqui.

Atendendo ao convite da Copedoc para esta comunicação, vi-me diante de um grande desafio: abordar os sentidos da historiografia em sua relação com as práticas de preservação, o que, na verdade, pressupõe oferecer resposta a uma questão anterior e ainda mais séria: qual, de fato, é o lugar da história no campo da preservação? E não me refiro aqui à questão corporativa do *lugar do historiador*, mas do *lugar da história* no âmbito das disputas intelectuais que ocorrem na definição das políticas do patrimônio. Uma questão, como se vê, muito séria e muito além da minha capacidade de sequer esboçar uma resposta. Mas, por outro lado, a oportunidade desta fala oferece uma brecha, um caminho que pode ser fecundo para se pensar essas questões. Comecemos, então, esclarecendo os termos que utilizaremos.

O termo *sentido*, em sua acepção mais óbvia, remete-nos à ideia de *significado* assumido por algo. Os sentidos são, portanto, significados

atribuídos àquilo que analisamos, no caso, a historiografia. Entretanto, remete-nos também a outra dimensão igualmente importante na reflexão sobre a preservação do patrimônio cultural: os sentidos como canais de percepção – os chamados "cinco sentidos" –, que traduzem a ideia de *materialidade*. Trazendo para a questão do patrimônio cultural, são os sentidos que possibilitam nossa relação com os objetos que compõem o patrimônio – que Kristoff Pomian chamou de *semióforos* (objetos visíveis investidos de significação). Portanto, ao analisar apenas o termo *sentido*, notamos uma dualidade de significados – de sentidos – que nos faz recordar a relação indissociável entre a reflexão teórica e as práticas efetivas adotadas pelos atores sociais envolvidos nos processos de patrimonialização. Em outras palavras, o patrimônio é tangível e intangível, ao mesmo tempo. Porém, uma terceira acepção ainda é possível, a que diz respeito ao sentido como *orientação* – espacial ou temporal. Quando dizemos "orientação", imediatamente pensamos em valores, pois são eles que subsidiam as orientações. Por exemplo, quando nos perguntamos qual o sentido de determinadas ações de um administrador: para que direção elas apontam? Elas representam um avanço ou um retrocesso?

Retomando as três acepções utilizadas, temos: o sentido como significado, o sentido como percepção sensorial e o sentido como orientação. Abarcamos e articulamos, assim, mediante a utilização de um único termo, a reflexividade do objeto (no caso em questão, a historiografia), sua dimensão material, visível e tangível (as práticas de preservação) e os valores que orientam e articulam a ambas.

Fiz esse longo preâmbulo, tão somente, para ressaltar que o propósito desta comunicação é propor uma agenda de projetos de pesquisa que abarque valores, ações e concepções teóricas, na constituição da teia de relações que formam o campo da preservação no Brasil. A historiografia, no tema aqui proposto, representa o estudo das formas diversas pelas quais o conhecimento histórico tem informado as práticas de preservação do patrimônio, tanto quanto tem sido por elas informado. O que implica, também, dizer que as instituições de preservação – e, no Brasil, a referência principal ainda é o Iphan – são carregadas de historicidade, não no sentido mais óbvio (e enganoso) de que possuiriam grande importância histórica – como se a importância de qualquer objeto histórico não fosse ela própria resultado de alguma forma de valoração –, pela quantidade de investigações históricas que elas inspiram, mas sim porque toda prática social é dotada de

múltiplas dimensões temporais, sobrepostas em camadas, cuja profundidade mal podemos vislumbrar, e que lhes conferem infinitos significados de acordo com a forma pela qual interagem entre si.

Ou seja, estamos, nesse instante, escrevendo um pedaço dessa história repleta de noções e valores culturais, decisões políticas e implicações sociais, cujos *sentidos* só adquirem visibilidade quando observados historicamente. O processo de renovação das instituições de preservação, atualmente em curso, passa necessariamente pela problematização desse percurso, pelo entendimento aprofundado de seus mecanismos internos de funcionamento e das relações complexas com a sociedade que as produziu *ao longo do tempo*.

Portanto, estamos convidando todos a (se) pensarem historicamente, no esforço de encararem suas práticas profissionais, sociais e culturais, como momentos de um processo histórico amplo, não linear, denso, contraditório, rico de conflitos e possibilidades. Esse *pensar histórico* não se limita aos procedimentos específicos de uma disciplina, porém se vincula a uma dimensão mais abrangente de *crítica da memória*. Dessa forma, torna-se um programa que assume caráter de urgência, em virtude da proliferação dos usos e abusos de termos originalmente densos, porém cada vez mais diluídos em jargões da área de comunicação e *marketing*. Basta que pensemos na discussão que envolve o impacto do "turismo cultural" nas áreas tombadas: ao mesmo tempo, um reconhecimento da impossibilidade de se abster do aporte econômico trazido por esse novo valor associado ao patrimônio cultural; por outro lado, a degradação cada vez mais incontrolável promovida pelas obras que alegam incentivar o "potencial turístico" dos sítios urbanos preservados. Produz-se uma dialética de destruição/promoção em que o próprio sentido do termo *preservação* se mostra bastante problemático. Afinal, qual o objetivo de se investir na valorização de uma atividade que, a longo prazo (ou não tão longo assim), cria as condições da própria degradação do objeto que se propõe *valorizar*? E qual o sentido que podemos atribuir a esse *valor turístico*, na perspectiva do patrimônio cultural?

No programa crítico que propugnamos, é fundamental a contribuição das várias áreas de conhecimento e, principalmente, um esforço de integração de saberes em função de um maior rigor conceitual. Desvestir termos já consagrados, como memória, cultura e identidade nacional de seus sentidos mais comuns e instrumentais, livrando-os da carga de mero legitimadores de ações políticas preestabelecidas, retomando-lhes a

densidade teórica e crítica, é tarefa essencial para a construção de um saber reflexivo sobre a história da preservação do patrimônio cultural.

Na execução dessa tarefa, começaremos lançando mão de uma categoria que pode ser muito útil para a articulação entre história, memória e preservação: a *narrativa*. Tomaremos esse termo na acepção dada por Luiz Costa Lima:

> [...] sumariamente, por narrativa estaremos entendendo o estabelecimento de uma organização temporal, através de que o diverso, irregular e acidental entram em uma nova ordem; ordem que não é anterior ao ato da escrita, mas coincidente com ela; que é pois constitutiva de seu objeto (COSTA LIMA, 1989, p. 17).

A narrativa, no sentido acima descrito, tem uma função ordenadora do real, que constitui seu objeto no ato mesmo de descrevê-lo. Em relação ao patrimônio, as narrativas da história da preservação no Brasil têm a função de organizar temporalmente a concepção de patrimônio cultural hegemônica no país, dando-lhes um sentido. Em outras palavras, os relatos a respeito da história da preservação não apenas expressam determinados pontos de vista, prevalecentes no instante de suas escritas, mas ajudam a construir as próprias práticas que são descritas. Dessa forma, somos herdeiros de técnicas, métodos e procedimentos de rotina das instituições às quais pertencemos, porque foram produzidas narrativas históricas que perpetuaram certa memória.

A historiografia da preservação implica, necessariamente, a compreensão das diversas narrativas que compuseram a história da preservação no país, no esforço de se empreender aquela crítica da memória a que nos referimos anteriormente. Não se trata apenas de uma história da história da preservação, mas de um estudo aprofundado dos modelos pelos quais se construíram e ainda se constroem as práticas de preservação.

De maneira a melhor situar essas observações e na impossibilidade de desenvolvermos uma análise mais ampla da trajetória preservacionista no país, pontuaremos com dois exemplos que podem nos servir de referência para uma compreensão mais concreta do que estamos apresentando aqui. Pensemos, inicialmente, em um momento bastante conhecido: a fundação do Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, mais tarde regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25. Momento de intensas disputas políticas, de transição

de um regime constitucional, pós-1934, para outro, o Estado Novo, instalado em 1937, de caráter autoritário, marcado pelas reformas do Estado, encampando a cultura e a educação como objetos de políticas públicas, tornando o nacionalismo, por assim dizer, uma política de Estado. Momento também de efervescência intelectual, de criação da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e da Universidade de São Paulo, da publicação de grandes sínteses explicativas, que paulatinamente ruíam as bases de uma visão do Brasil como país degradado, de degenerescência racial. Momento de *Casa-grande e senzala*, *Raízes do Brasil*, *Formação do Brasil contemporâneo*, entre outras obras menos conhecidas. Momento, ainda, de lançamento das bases de uma economia industrial moderna, assentada sobre uma base social cada vez mais urbana. Por fim, momento de cooptação dos intelectuais – ex-tenentes e "velhos" modernistas – pelo Estado brasileiro.

Para além desse contexto geral, traçado de forma muito vaga, o estabelecimento de um novo campo de atuação – a preservação do patrimônio cultural –, o qual exigia mais do que um simples projeto de proteção dos monumentos históricos, exigia, também, novos conhecimentos específicos, advindos da história da arte, da arquitetura, da arqueologia, da antropologia, etc., além de um conjunto de procedimentos técnicos para os quais não havia qualquer tipo de formação profissional no Brasil. A confluência desses saberes, além das disputas ideológicas e corporativas intestinas, contribuiu decisivamente para se definir a configuração inicial do campo da preservação no País. Porém, são ainda pouco estudadas as reações e tensões vividas entre o Sphan e os diversos atores sociais envolvidos nas políticas de preservação. Nos estudos já divulgados, a sociedade aparece, quase sempre, como personagem coadjuvante de uma história escrita a partir do estado brasileiro. Somente uma abordagem historiográfica séria e profunda poderá destrinchar os meandros e vieses que permeiam e ultrapassam a memória institucional, revirando-a por dentro. Da mesma maneira, a rica e sutil tessitura da malha de interpretações e concepções que levou à criação de uma legislação preservacionista no Brasil – tendo como figura-chave o termo *tombamento* –, ainda carece de investigações sistemáticas, que incorporem, inclusive, as discussões internacionais que moldaram o processo de implantação das primeiras práticas de preservação no país.

Contudo, o tema do patrimônio não é apenas o objeto dos questionamentos da historiografia, mas é, também, o sujeito de transformações

profundas ocorridas nas representações do tempo fixadas pelos historiadores. O barroco colonial, por exemplo, após as ações de preservação realizadas pelo Sphan, não apenas se tornou um capítulo consagrado de nossa história artística, tornou-se, também, a materialização de nossas origens nacionais, moldando, dessa forma, todas as obras históricas produzidas dali por diante. E não me refiro somente às obras acadêmicas, mas, principalmente, a essas outras formas de escrita da história muito mais influentes na disseminação das visões de mundo: os livros de divulgação, os livros didáticos, os catálogos de turismo, as coleções dos museus, etc. Em suma, toda a vasta produção escrita onde se pretendia abordar nosso passado colonial, tornando-o instrumento pedagógico de uma visão do Brasil, passava, agora, a ser balizada por essas referências visíveis e tangíveis que são os monumentos históricos, independentemente das atitudes perante esse passado, fossem elas nostálgicas ou contestadoras, da chamada herança colonial. Colando-se ao tecido da história *pátria*, a temática do patrimônio cultural se objetivava, alçando uma nova dimensão à própria compreensão dessa história e, simultaneamente, materializando projetos, valores e tradições culturais retrabalhadas e midiatizadas pela ação do Estado brasileiro.

Permitamo-nos um salto adiante no tempo e olhemos o agora, o mundo contemporâneo. Quais os sentidos das práticas de preservação hoje? Que concepções, valores e mesmo projetos informam essas práticas, nossas práticas? Antes de nos atrevermos a lançar hipóteses sobre esse presente, recorramos a dois importantes pensadores da história, cujas reflexões podem lançar alguma luz nesse cipoal: François Hartog e Hans-Ulrich Gumbrecht. O primeiro criou a categoria de *regime de historicidade* para explicar as mutações não apenas dos discursos históricos, mas das próprias concepções de tempo que cada época experiencia.

Viveríamos, hoje, de acordo com Hartog, um regime *presentista*, de extrema valorização do presente, a partir da falência dos grandes projetos de mudança social que marcaram os séculos XIX e XX. Com as tradições do passado cada vez mais distantes e um futuro cada vez mais repleto de incertezas, o presente se torna o valor predominante, por nos ser a única experiência possível.

Gumbrecht, por sua vez, lança mão de outra categoria, o *cronótopo*, para tentar explicar as mesmas mudanças observadas em nossa relação com o

tempo e a história. O *cronótopo* seria um tipo de paradigma dominante em cada época, que estabeleceria uma relação com o tempo. Haveria três grandes *cronótopos* em nossa história ocidental: o antigo, o moderno e aquele no qual estamos vivendo. No primeiro, a relação com a história seria marcada pela exemplaridade: a história forneceria os modelos para o nosso viver, as chamadas "lições da história". No segundo *cronótopo*, teríamos o predomínio do futuro, no qual o sentido do presente seria dado em função desse futuro. Seria o momento das *grandes narrativas*, das grandes explicações do mundo. Atualmente, com o esgotamento desse *cronótopo* moderno, estaríamos entrando em nova fase, quando a materialidade do presente e a aceleração do tempo histórico assumiriam a prevalência. Resumindo de maneira muito esquemática, poderíamos associar, portanto, cada um desses *cronótopos* a um tipo diferente de ênfase: no passado (cronótopo antigo), no futuro (*cronótopo* moderno) e, finalmente, no presente (na falta de um termo específico, *cronótopo* atual).

Note-se que, de formas distintas, ambos os autores realizam diagnósticos semelhantes a propósito da contemporaneidade. Neles, uma espécie de *espessamento (ou alargamento) do presente* é considerada característica fundamental de nossa época. Observemos, ainda, que esse espessamento do presente não implica o abandono dos sentidos do passado e do futuro, o presente se torna a referência para o passado e o futuro e não mais o contrário. Com isso, ocorre uma ampliação de possibilidades atuais pelo acúmulo de resíduos de memória – pois, como afirma Pierre Nora, "existem lugares de memória porque não existe mais memória" – que convergem e convivem no presente. Em outras palavras, o presente estaria saturado de outras temporalidades concomitantes, por vezes sobrepostas, por vezes conflitantes.

Onde isso tudo converge com as preocupações que esboçamos anteriormente? Em primeiro lugar, por nos fornecerem um novo lugar de inteligibilidade que nos possibilita olharmos as questões de preservação para além das mudanças superficiais dos tipos de objetos e das preocupações mais imediatistas, contribuindo para a compreensão, por exemplo, das motivações por trás do incremento da demanda social pela valorização de lugares, manifestações culturais e processos históricos, até muito recentemente negligenciados não apenas pelo estado brasileiro, mas, igualmente, pelos próprios grupos sociais.

Em segundo, por nos colocarem desafios e indagações cujas respostas podem significar mudanças estruturais na maneira de pensarmos as ações de preservação. E recorro, a título de exemplo, a um questionamento oferecido pelo próprio Gumbrecht, em recente seminário realizado em Mariana (MG): por que nos preocupamos tanto em registrar fenômenos que mal vivenciamos, tais como os anais de congressos e seminários, cujos resumos e demais materiais nos são disponibilizados antes mesmo de acontecerem? Por que tanta produção de vestígios materiais daquilo que ainda está vivo e presente? Trata-se de um procedimento que se tornou tão habitual para nós que nem sequer paramos para indagar a respeito de seu real significado. Colocando em perspectiva histórica, percebemos uma mudança na *ordem do tempo*, cujos efeitos nos atingem diretamente e da qual raramente temos consciência. Como diz Hartog, o presente se tornou a referência de si próprio – e, mais do que isso, sua única referência. Por esse ponto de vista, como podemos associar a ideia de proteção dos vestígios do passado a esse absolutismo do presente? E o que isso muda na maneira pela qual lidamos com aquilo que pretendemos preservar?

Todas essas questões remetem justamente ao programa de pesquisas e estudos que propomos acima. Evidentemente, não se trata de imaginar que estamos inventando algo novo que abrirá portas ainda desconhecidas ao conhecimento. Na verdade, o labor crítico que defendemos tem sido tarefa de décadas de estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento. Nosso convite é para algo mais modesto, embora de execução igualmente difícil: concentrar esforços, coordenar linhas de pesquisa, articular pesquisas em andamento ou ainda por se fazer, dentro de objetivos afins na área dos estudos da preservação. Nesse particular, tentamos simplesmente sugerir algumas maneiras pelas quais a disciplina história pode contribuir de um modo mais eficaz para a elaboração desse programa, salientando alguns aspectos que consideramos ainda negligenciados ou mal desenvolvidos por parte dos analistas do campo de conhecimento do patrimônio cultural e dos próprios historiadores, que apenas muito timidamente têm enfrentado o tema.

Em resumo, depois de tudo o que apresentamos anteriormente, podemos afirmar que a compreensão dos modos historicamente condicionados pelos quais se tem interpretado a preservação do patrimônio, em diferentes momentos da história do país, os tais *sentidos da historiografia*,

não tem a função de nos oferecer modelos prontos para enfrentarmos os desafios do presente – afinal, isso por si só seria nos prender a um regime de historicidade (ou *cronótopo*) já há muito superado – mas, por outro lado, fornecem-nos um repertório crítico de possibilidades de ação, devidamente contextualizadas, ajudando-nos a pensar, além disso, os limites, a orientação e o alcance das estratégias que adotamos em nossas práticas diárias.

Referências

ARAÚJO, Valdei Lopes. Para além da autoconsciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. *Varia Historia*, 22(36):314-328, Belo Horizonte, jul/dez 2006.

CHUVA. Márcia. *Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GUMBRECHT, Hans-Ulrich. *Production of presence. What meaning cannot convey*, Stanford University Press, 2004.

_____. Conferência realizada na UFOP, na cidade de Mariana, em Minas Gerais, agosto de 2009.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Presentisme et experiences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

Pesquisa, Documentação e Informação

Coordenadora: **Claudia Feierabend Baeta Leal** (Iphan)

Relatora: **Aline Bezerra de Menezes** (Arquivo do Mosteiro de São Bento/RJ)

Comunicações

Interdisciplinaridade e a valorização do patrimônio cultural, **Márcia Chuva** (Unirio)

Memória e documentação, **Analúcia Thompson** (Iphan)

Redes Nacionais de Informação e patrimônio cultural, **Carmem Moreno** (Arquivo Nacional)

Gestão da informação institucional, **Márcia Rollemberg** (Iphan)

Um panorama da experiência do Estado do Rio de Janeiro, **Dina Lerner** (Inepac/RJ)

Fontes documentais e o patrimônio jesuítico, **Ítala Byanca Silva** (Iphan) *

Os sentidos da historiografia nas práticas de preservação, **Luciano dos Santos Teixeira** (Iphan)

* Devido a problemas de transcrição da gravação esta palestra não pôde ser publicada.

Relato

Desafios para a formulação da Política Nacional

- Reforçar o papel estratégico da pesquisa, da documentação e da informação na preservação e gestão do patrimônio cultural com vistas ao desenvolvimento social, econômico e cultural;

- Assegurar a articulação entre a sociedade civil, pesquisadores e gestores do patrimônio por meio da circulação de informações qualificadas sobre os valores, significados e responsabilidades referentes à identificação, proteção e gestão do patrimônio cultural;

• Estimular o reconhecimento da informação como um bem público;

• Afirmar o que dispõe a Constituição Federal de 1988 no que diz respeito à diversidade cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira;

• Reforçar pesquisa, documentação e informação como atividades-fim das práticas e das políticas de preservação, entendendo que patrimonializar é por si só uma prática cultural que se caracteriza pela atribuição de valor a bens e práticas culturais;

• Estabelecer diretrizes e procedimentos a fim de que os cuidados e atenções para a circulação das informações estejam presentes desde a produção da documentação gerada pelos projetos de preservação do patrimônio cultural até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente).

Desafios para a estruturação do SNPC

• Estruturar uma rede de pesquisadores e gestores do campo do patrimônio cultural e integrá-la ao SNPC;

• Estruturar uma rede de bibliotecas e arquivos no âmbito do Sistema Nacional de Patrimônio;

• Assegurar acesso de qualidade, tanto presencial quanto remoto, às fontes de informação do campo do patrimônio cultural, com destaque para as fontes arquivísticas e bibliográficas;

• Garantir atualização tecnológica, com autenticidade e segurança na geração e acesso às informações;

• Assegurar a integração entre licenciamentos ambientais e ações de preservação do patrimônio cultural, por meio do registro e garantia de guarda da documentação gerada e do conhecimento produzido sobre as expressões culturais ameaçadas;

• Buscar sintonia e adoção dos princípios do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural na gestão da pesquisa, documentação e informação;

• Compreender as dinâmicas de produção, uso e circulação das informações originadas no âmbito de cada ente do Sistema e organizar uma terminologia, visando ao efetivo compartilhamento das informações.

Potencialidades para a formulação da Política Nacional

• A produção de conhecimento, a difusão da informação e o acesso à documentação qualificam as políticas e serviços públicos;

• A valorização das informações e documentação por meio de seu uso, seja com fins acadêmicos, administrativos, probatórios ou jurídicos;

• A pesquisa e a produção de conhecimento como atividades que qualificam a documentação e a informação;

• Qualificação da interlocução entre os diferentes atores da sociedade por meio do compartilhamento do conhecimento especializado e do acesso à documentação guardada e produzida pelas instituições de pesquisa e preservação do patrimônio cultural;

• Articulação entre as perspectivas locais e nacionais de preservação e valorização do patrimônio cultural por meio da pesquisa, da documentação e da difusão de informações.

Potencialidades para a estruturação do SNPC

• A transversalidade inerente às ações de pesquisa, de produção documental e de difusão do conhecimento como possibilidade de um tratamento integral do patrimônio cultural e da qualificação dos profissionais – pesquisadores e gestores – do patrimônio;

• A multidisciplinaridade do campo da pesquisa e gestão do patrimônio cultural como marca da articulação cotidiana e sistemática entre profissionais, estimulando a integração e compartilhamento dos diversos procedimentos, metodologias e abordagens das várias disciplinas que formam o campo do patrimônio;

• A gestão integrada e articulada da informação com vistas à sua ampla difusão como subsídio fundamental para a tomada de decisões institucionais;

• Ampliação da participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural;

• Visibilidade e transparência dos serviços públicos por meio do amplo acesso às informações.

Parcerias estratégicas para a formulação da Política Nacional e para a estruturação do SNPC

- Articulação com o Arquivo Nacional para:

  identificação, tratamento e proteção de acervos arquivísticos públicos e privados

  discussão sobre diferentes mecanismos e instrumentos adequados à proteção e salvaguarda dos acervos documentais

- Articulação com a Biblioteca Nacional para:

  identificação, tratamento e proteção de acervos bibliográficos públicos e privados

  discussão sobre diferentes mecanismos e instrumentos adequados à proteção e salvaguarda dos acervos bibliográficos

  identificação, promoção e divulgação das obras sobre o patrimônio cultural depositadas nessa instituição

- Articulação com bibliotecas e arquivos nos níveis estaduais e municipais;

- Articulação com o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram);

- Articulação com instituições de preservação do patrimônio cultural em suas diversas instâncias (federal, regional, estadual, municipal, internacional – públicas ou privadas);

- Articulação com instituições de preservação do meio ambiente (Ibama, Instituto Chico Mendes);

- Articulação com instituições de ensino e pesquisa nacionais e internacionais;

- Articulação com instituições de fomento e financiamento nacionais e internacionais;

- Criação de fóruns setoriais periódicos com os diversos parceiros.

Objetivos para os próximos dois anos (2010–2011)

- Promover o compartilhamento de experiências de pesquisa, documentação e informação relacionadas à produção de conhecimento qualificado sobre o patrimônio cultural das diversas instituições de pesquisa e preservação;

• Promover a sistematização do conhecimento técnico especializado no campo da preservação do patrimônio cultural;

• Promover a difusão e debate do conhecimento técnico;

• Organizar a gestão da produção editorial do campo do patrimônio cultural;

• Fomentar a gestão integrada, sistêmica e articulada da informação referente ao campo do patrimônio cultural;

• Promover a valorização dos arquivos das instituições de preservação e pesquisa do patrimônio cultural, como espaço de guarda, divulgação, acesso e fortalecimento das práticas de preservação.

Ações estratégicas que devem ser implementadas nos próximos cinco anos (2010–2014)

• Organização de fóruns técnicos temáticos com gestores e pesquisadores do patrimônio, com vistas à difusão desse conhecimento e à formação profissional;

• Organização de fóruns, seminários e oficinas periódicos com metas de longo prazo com vistas ao compartilhamento de experiências de pesquisa, documentação e informação;

• Promoção de oficinas com a participação de estudantes e professores dos ensinos fundamental, médio e superior, além dos atores que mais usualmente têm buscado ingerência nas políticas públicas de preservação como gestores e pesquisadores, pós-graduandos e professores;

• Elaboração e lançamento de editais para fomento de pesquisas na área do patrimônio cultural, organização de acervos arquivísticos e bibliográficos e desenvolvimento de sistemas de informação;

• Publicação de livros, cadernos e obras de referência do campo do patrimônio cultural.

Ações estratégicas que devem ser implementadas em 2010

• Organização de terminologia específica do campo do patrimônio cultural, visando ao efetivo compartilhamento das informações;

• Estabelecimento de diretrizes e procedimentos para a circulação das informações referentes ao patrimônio cultural desde sua produção até sua destinação final (eliminação ou guarda permanente);

• Sistematização dos registros ISBN e ISSN, com vistas ao respeito aos direitos autorais, controle bibliográfico e depósito legal junto à Biblioteca Nacional;

• Mapeamento das instituições de preservação do patrimônio cultural em suas diversas instâncias (federal, regional, estadual, municipal, internacional – públicas ou privadas);

• Estruturação de uma rede de bibliotecas e arquivos especializados na área do patrimônio cultural.









A gestão da preservação de sítios históricos como um problema de visão conceitual

*Flávio de Lemos Carsalade**

Resumo

O presente artigo visa documentar palestra proferida na Oficina Regional Sudeste no evento Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, promovido pelo Iphan em 17 de dezembro de 2008. Na ocasião, considerando o perfil dos demais palestrantes, a maioria vinculada à prática cotidiana da lida com a preservação, procurei levar à pauta das discussões uma visão mais especulativa, misto da minha experiência em órgãos de patrimônio e no mundo acadêmico, de onde principalmente desejava falar, com a liberdade de pensamento que este posto propicia. Tendo nos sido proposto o tema de Sítios Urbanos Históricos, problema tão comum nas Minas Gerais, como de resto em todo o Brasil, procuramos abordá-lo investigando a questão de que os métodos e princípios que adotamos na nossa prática conservacionista partem de uma visão conceitual que condiciona e determina tais procedimentos.

A tentativa de explicitação desses fundamentos pode ajudar na reproposição de caminhos e ajustes necessários ao avanço do conhecimento, das transformações sociais e também às novas demandas que a contemporaneidade nos apresenta. Para realizar essa investigação, partimos do exame de três pontos-chave relacionados com o tema: a visão de mundo que informa os princípios correntes de preservação e seus reflexos na legislação urbanística e na gestão de sítios históricos.

Palavras-chave

Preservação, Legislação urbanística, Gestão de sítios históricos.

* Arquiteto urbanista, diretor da Escola de Arquitetura da UFMG e ex-presidente do Iepha/MG

Visão de mundo: princípios correntes de preservação

Ao analisarmos a história do restauro, ou seja, da intervenção consciente em contextos materiais históricos reconhecidos como documentos importantes para a humanidade, temos que seus primórdios como ciência remontam ao século XIX, período marcado pela maioria dos historiadores como fundante, a partir das diferenças de pensamento entre Viollet le-Duc e Ruskin. Sua consolidação como campo de conhecimento se deu ao longo do século XX, através de sucessivas contribuições de teóricos e das "cartas internacionais", as quais funcionaram como pactos procedimentais, mas são também, e talvez principalmente, recomendações técnicas.

É claro que o período de desenvolvimento das teorias da restauração é profundamente marcado pelas correntes filosóficas e diferentes visões de mundo que marcaram esse período, especialmente o positivismo do século XIX e o paradigma da infalibilidade da ciência, que dominou o século XX. Ao longo da história do restauro, conviveram, também, outras correntes filosóficas idealistas ou materialistas, mas, sem aprofundar muito na história da filosofia – o que seria conveniente, mas extenso demais para os limites deste artigo ou do próprio seminário –, parece-nos que duas direções de visão têm tido influência decisiva na história do restauro. A primeira direção aponta para três paradigmas, quais sejam o *objetivismo histórico*, a *imanência da imagem* e a *estabilidade da cultura*. Quanto à segunda direção de visão, esta aponta para certa confusão do que seja a *natureza da arquitetura*. Arquitetura, aqui, entendida de forma ampla, como todo e qualquer agenciamento espacial feito pelo homem, englobando, portanto, a paisagem, a cidade e o edifício, se é que é possível separá-los assim. Passemos a examinar essas direções de visão.

O *objetivismo histórico* pode ser abordado sob dois ângulos. O primeiro diz respeito à epistemologia da própria disciplina da história, e o segundo é relativo ao par autenticidade/verdade, o qual documentaria inequivocamente a historiografia.

Quanto às questões epistemológicas, embora a história contemporânea questione a ideia "objetiva" de verdade histórica, ela está tão arraigada no senso comum e na patrimonialidade "agregada" aos objetos, que elas se confundem com a impossível busca de recuperar os fatos passados como eles realmente aconteceram, contrariando a constatação de que o discurso

histórico é essencialmente dedutivo e as suas explicações são antes "avaliações" que "demonstrações". Por um lado, é impossível uma reconstrução integral dos fatos *exatamente* como ocorreram, pois, na realidade, a história agrupa fatos em função do método e do historiador, sendo, portanto, bastante influenciada pelo momento em que é escrita e, por outro, as fontes que supostamente "documentariam" de forma objetiva os fatos podem ter sido manipuladas pelo poder (documentos "oficiais"), pela opinião (fontes jornalísticas) ou pelo filtro do narrador (indeterminação da memória).

Quanto às questões relacionadas ao par autenticidade/verdade – temas que por si só já ensejaram congressos e cartas internacionais – podemos rapidamente dizer que, muitas vezes, esses conceitos também partem de uma ilusão sobre um suposto "documento histórico", objetivo, palpável, como se ele também não fosse sujeito a manipulações e desvios e sobre os quais só temos acesso a certas partes de sua história. Assim, temos que a prática, muitas vezes, tem colocado a sua atenção mais no *objeto* de estudo e esquecido do *sujeito* que o estuda, como se a "verdade" ou "autenticidade" de um documento ou de um patrimônio não dependesse fundamentalmente da interação entre o que é observado e quem o observa.

Qualquer que seja a sua forma, no entanto, o documento antigo constitui um acervo patrimonial, posto que é uma herança que vem do passado e, por isso, tem sua origem em um tempo que não volta mais. Independentemente de seu valor de "verdade", ele é um objeto do passado, com potencial de expressão próprio. Isso não quer dizer, no entanto, que ele é, com certeza, o documento comprobatório da história e nem que ele é original de um determinado fato histórico ou de um único momento específico de criação: ele deve ser absolutamente relativizado como sobrevivente do passado, mas sem a aura de um inconteste documento de uma história "real".

O ponto de vista da *imanência artística* entende a obra de arte como provida de uma "aura" ou de uma expressão metafísica que automaticamente se revelaria à humanidade com toda a expressividade nela contida, como uma "epifania", segundo os dizeres de Cesare Brandi. Sem querer desmerecer a clara expressividade da obra de arte e a sua consistência própria, a sua coerência de totalidade, devemos nos lembrar, no entanto, que as questões de restauração se aplicam *sobre a recuperação* da obra de arte e aí entram vários outros fatores "externos" à obra, tais como seu grau de

deterioração, a importância desta para a cultura dos diferentes grupos sociais em tempos diversos (aliás, como já dizia Riegl em 1902), a legibilidade da obra em função do deterioro e das diferenças culturais e de formas de legibilidade desejáveis, diferentes formas de tratamento de lacunas, isso tudo sem falar das vertentes arquiteturais, em que esses problemas se mostram ainda mais complexos, conforme veremos adiante.

O ponto de vista da *estabilidade da cultura* trata a cultura como se ela, responsável pela identidade dos povos, fosse imutável e cuja perda levaria ao deterioro de uma determinada civilização. Também aqui se confundem conceitos. Se, por um lado, é clara a função identitária da cultura e a importância da preservação de seus valores para a coesão dos povos, por outro, isso não significa que a cultura seja imutável e que a identidade seja fixa. Estamos submetidos a processos de transformação de crença e valores, tanto como indivíduos, quanto como grupos, e uma análise, ainda que breve, sobre as transformações culturais mostraria como um mesmo povo, em diferentes épocas, valoriza ou vê de forma diferente o mesmo bem cultural. A situação se mostra ainda mais forte se estendermos a nossa observação a um período histórico mais largo, quando podemos observar que as intervenções na preexistência só muito recentemente valorizam sua bagagem histórica e documental.

O estudo dos paradoxos que a problemática do restauro traz consigo e do seu desenvolvimento histórico, bem como a observação ao longo do tempo do que seja "patrimônio, histórico, cultural e artístico" – em que a própria mistura de três vertentes tão diferentes já se apresente muito complicada – nos mostram que "patrimônio" é um conceito difuso, relativo e circunstancial e que a "patrimonialidade" não está apenas na matéria, mas também depende de quem a define e nos valores em que acredita, sua visão de mundo, portanto.

Quando se discute a *natureza da arquitetura* sob esse arcabouço paradigmático, os problemas se tornam ainda mais complexos. Profundamente influenciadas pela noção de restauro da obra de arte, as questões de restauro arquitetônico foram trabalhadas como se a arquitetura fosse uma arte visual e de um ponto de vista relativo a um conceito de integridade visual, em que a obra seria um todo fechado do qual nada se poderia retirar ou acrescentar, o que, para a sobrevivência dos artefatos arquitetônicos, seria uma tarefa impossível. A aplicação dos métodos de restauro da obra de arte na arquitetura tem levado a distorções, à criação de

híbridos descaracterizados e até mesmo a ações de restauro tipológico, estes falsos, tanto quanto à história, como à arte. Há que se reconhecer, portanto, que os princípios adequados às intervenções arquiteturais não podem se confundir com os preceitos adotados para as artes visuais e, embora se possa compartilhar alguns deles, a arquitetura deve desenvolver seus princípios de restauro em função de sua natureza peculiar.

Para ilustrar essa diferença relativa a outras artes visuais: a arquitetura é uma arte que se faz em função do uso, é feita para servir e materializar as sociedades e, portanto, sua sobrevivência no tempo depende da sua capacidade de manter essa propriedade. Tanto o edifício quanto a cidade e a paisagem estão em constante transformação, diferentemente de um quadro ou de uma escultura.

Crítica aos princípios de restauro

Alguns pontos críticos dessa visão de mundo aplicada à intervenção/restauro da arquitetura são claramente evidentes:

- O fenômeno artístico é um "acontecimento" que envolve tanto o objeto artístico como seu fruidor e tanto um como o outro são sempre outros: o primeiro pela ação do tempo e das intervenções sobre eles realizadas, os últimos pelas diferenças de maturidade e bagagem pessoal ou pelas transformações sociais e culturais;

- A história "pura" é uma concepção ilusória de que as coisas podem permanecer inalteradas. Isso se revela com muita clareza no paradoxo da Nau de Teseu, eternamente ancorada no porto, mas tendo sempre suas peças deterioradas substituídas, o que, no limite, levaria a uma mudança total da matéria e ao questionamento da "autenticidade" do monumento;

- O patrimônio, como sendo eternamente ameaçado (conforme já nos mostrou José Reginaldo Gonçalves) e, com ele, ameaçadas a nossa identidade, a autenticidade do bem e a conspurcação do documento;

- A impossibilidade da conservação da imagem e da história, como se as coisas pudessem ser conservadas imutáveis, o que remete ao paradoxo da redoma, exemplificado pela conservação dos documentos em papel, onde o máximo de preservação ocorreria na completa reclusão do documento à luz, o que, é claro, lhe retiraria toda a sua função social e cultural.

A nossa crítica brasileira tem estado atenta a essas questões, e o conceito de "cidade-monumento" vem sendo substituído pelo de "cidade-documento", o que aponta, sem dúvida, para a substituição de uma visão imobilista por uma visão mais aberta, mas há, a nosso ver, ainda muito a caminhar e muito a se buscar. Podemos apontar algumas direções como propostas de abertura de caminhos para reflexão.

Em primeiro lugar, podemos trazer à tona a crítica da dimensão material desapegada da sua dimensão imaterial, baseada na constatação que fizemos anteriormente da indissociabilidade entre matéria e sujeito. Parece-nos que não há como atuar no material sem atuar no imaterial e que as transformações do bem necessariamente não concorrem para a perda de seu significado, mas, muitas vezes, o reforçam. A comprovação dessa assertiva pode ser encontrada na igreja de Nosso Senhor do Bonfim em Salvador, a qual nos mostra que as suas sucessivas transformações históricas só fizeram o templo se mostrar mais presente e adequado às transformações históricas da sociedade.

Em segundo lugar, mas não menos importante, é essencial reforçarmos a crítica da cidade como obra de arte, um pouco como fez Aldo Rossi, que a entendia como artefato cultural sempre em transformação. Para ele, a cidade pode ser uma obra de arte, pois confere sentido e condensa significados, mas sua natureza seria diferente das outras obras de arte, pois é calcada em um processo de transformação contínuo. Assim, para nós, a transformação da cidade se relaciona com certos parâmetros de estabilidade em seu território que, por um lado, estimulam certos fatos urbanos a partir de sua presença referencial e, por outro, ensejam esforços de preservação desses mesmos elementos referenciais. A cidade seria, então, *função do espaço e do tempo*, o resultado da dialética entre permanência e história.

A terceira crítica importante seria aquela da recomposição da integridade da obra de arte, o que tantas vezes tem levado a uma conservação estilística ou mesmo a uma inadequação à vida moderna, cujo custo é, muitas vezes, a própria sobrevivência do bem ou sua própria deterioração, por inservível ou pela deterioração de seu significado. Henri Pierre Jeudy tem nos alertado que nossas práticas, quanto à gestão patrimonial, têm nos levado a uma uniformização dos bens, resultando em uma museificação (no sentido de perda de presença atual e isolamento) e uma consequente redução de seu potencial simbólico. Por outro lado, há uma tendência de "magnificação" e supervalorização de tudo que é considerado patrimônio, levando a distorções de significado e de tratamento físico dos bens, muitas vezes o dotando de atributos e presença que não são condizentes com sua forma ou

história. Tudo isso, ainda segundo Jeudy, levaria a um "totalitarismo patrimonial" baseado na aniquilação da alteridade ao tentar assimilá-la e reinseri-la "tratada", na vida social.

Na cena brasileira, temos a contraposição dos modelos de intervenção no Corredor Cultural do Rio de Janeiro e o do Pelourinho, em Salvador. O primeiro flexível, negociado com a comunidade, realizado em um período largo de tempo, ao contrário do segundo, rápido, preocupado com uma composição de cenário e causador de uma desnecessária gentrificação.

Investigação de saídas

A saída para uma gestão contemporânea de sítios históricos passa, a nosso ver, por uma profunda e franca análise dos métodos e princípios empregados, bem como por uma capacidade de despojamento quanto a práticas bastante sedimentadas e bastante arraigadas. Se não está consolidado, até o momento, um modelo alternativo que possa substituir as práticas vigentes, pelo menos é possível fazer a sua crítica e estabelecer possíveis direções a investigar.

Uma dessas direções é o exame atento do conceito de "paisagem cultural", que se apresenta bem mais genérico relativamente ao de "paisagem urbana", este mais apontado para atitudes imobilistas e conservadoras. Na "paisagem cultural" são valorizadas todas as inter-relações que aí coexistem entre natureza, sítio e sociedade. Conjuntamente com essa chave conceitual, há que se desenvolver a compreensão de que a arquitetura não é uma arte visual, mas tem um estatuto próprio a ser considerado, o qual influencia as práticas de intervenção e, como a paisagem, é profundamente relacionado às práticas sociais.

Outra direção é o aporte, para a área de patrimônio, dos instrumentos e práticas ligados às questões de sustentabilidade que, com seu desenvolvimento recente, aponta para a solução de problemas típicos não só da área ambiental, mas também, com muita pertinência, da área cultural. Faz parte de seus preceitos o respeito à preexistência, o encontro das agendas social, patrimonial, econômica e ambiental, o reconhecimento de que não se busca um estado idealizado e imutável, mas um processo, a manutenção do caráter e da personalidade locais, bem como entende a importância da legitimação social dos atos de conservação.

As duas direções apontam para uma nova compreensão dos mecanismos de controle e desenvolvimento que temos hoje à nossa disposição, quais

sejam aqueles ligados à legislação urbanística e à gestão das cidades. Quanto à legislação urbanística, é necessário o entendimento claro da função social das cidades, a necessidade de sua gestão democrática, alternando práticas de planejamento com monitoramento constante, além da compreensão de que, no planejamento, não há como se "desenhar" uma cidade idealizada e esperar que toda a sociedade se comporte em direção a ela. Quanto aos princípios de gestão, é necessário fazer circular as informações e formar uma sociedade consciente, o que pressupõe um entendimento amplo da realidade e o compartilhamento de decisões, entendendo que a patrimonialidade não está apenas no objeto, mas é também um ato social, o que aponta para uma ética de intervenções baseada na negociação, no equilíbrio, na discussão, no diálogo e nos consensos.

Quanto mais a preservação se mantiver no *continuum da vida*, respeitando a preexistência, mas sem magnificações artificiais, reconhecendo valores urbanos e sociais do espaço e suas alterações sustentáveis, tanto da matéria quanto dos significados, tanto mais estaremos preservando nossos sítios urbanos naquilo que eles têm de peculiar, mas também na sua conexão com seus cidadãos e com a personalidade própria de cada lugar.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. S/L: Publ. Europa-Américka, 1974.

BRANDI, Cesare. *Teoría de la restauración*. Madri: Alianza Forma, 1988. 150 p.

CARSALADE, Flávio de Lemos. *Desenho contextual: uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem*. Tese de doutorado em arquitetura e urbanismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. Rio de Janeiro: UFRJ- Iphan, 1996.

JEUDY, Henri Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 157 p.

JOKILEHTO, Jukka. Considerations on authencity and integrity in world heritage context. City & Time 2(1). < Disponível em URL: http://www.ct.ceci-br.org>

_____. Management of Sustainable Change in Historic Urban Areas. In: ZANCHETI, Silvio Mendes (org.). *Conservation and Urban Sustainable Development: a Theoretical Framework*. Recife: UFPE, 1999, p. 61-68.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1994.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. O lugar da diferença. *Rua – Revista de Urbanismo e Arquitetura*, 1(8):64-73, Salvador, jul-dez. 2003.

RIEGL, Alois. *El culto moderno a los monumentos*. Madri: Visor, 1987. 99 p.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 309 p.

SANTANA, Mariely. *Bonfim: alma e festa de uma cidade*. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003.

SOLÁ-MORALES, Ignasi de. *Intervenciones*. Barcelona: Gustavo Gili, 2006. 155 p.

VIÑAS, Salvador Muñoz. *Teoria contemporânea de la restauración*. Madri: Sintesis, 2003. 205 p.

Preservação de sítios e gestão urbana

*Yole Milani Medeiros**

Resumo

Trata-se da apresentação de uma discussão em torno da preservação e gestão dos sítios urbanos. Para isso, foram utilizadas algumas experiências no setor, capazes de ajudar na reflexão sobre o maior desafio na preservação de cidades e de gestão urbana, que é entender o compartilhamento de papéis na preservação de patrimônio cultural e no desenvolvimento urbano de forma global.

Palavras-chave

Preservação de sítios, Gestão urbana, Compartilhamento de papéis.

* Coordenadora geral de Cidades Históricas do Depam/Iphan

Gostaria apenas de fazer uma espécie de síntese da expectativa dessa discussão, cujo tema trata de sítios urbanos, preservação e gestão urbana. Precisamos refletir sobre os desafios, as potencialidades e as parcerias necessárias para a formulação e estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, seus objetivos para os próximos dois anos, as ações estratégicas para 2010 e para os próximos cinco anos.

Pensando no tema da preservação de sítio e gestão urbana, faremos uma reflexão a partir da análise das experiências de Havana Velha, experiência que, embora em condições diferentes da brasileira, foi capaz de reintegrar a recuperação da cidade histórica e outras ações voltadas ao desenvolvimento urbano e social. Foi capaz ainda de desenhar a gestão compartilhada entre o governo e a sociedade, muito embora sua apresentadora, Ayleen Robainas Barcia, tenha afirmado existir, igualmente, muitas vitórias em nossa experiência brasileira.

A segunda apresentação tratará de normas voltadas à preservação de cidades históricas, visando refletir sobre o compartilhamento de papéis na

gestão urbana, tendo em vista a atribuição constitucional por um lado do município na gestão de seu território, e por outro nos três entes federativos na preservação do patrimônio cultural.

A terceira tratará da experiência da implantação do *campus* na cidade de Cachoeira, da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, e sua importância para a preservação do sítio histórico, demonstrando, ainda, a importância do estabelecimento de parcerias sólidas, duradouras, na estruturação do sistema proposto para o patrimônio cultural.

As três experiências, portanto, permitem refletir sobre, pelo menos, três dos grandes eixos deste fórum: a cooperação, compartilhamento e definições de papéis; a regulação e os marcos legais e a estrutura em forma de funcionamento do sistema. Todos tratados especialmente nesta discussão, em uma das frentes para preservação do patrimônio cultural que é a gestão das cidades históricas.

Gostaria de pedir para que as discussões girassem em torno da análise do que vemos como principal desafio na preservação de sítios históricos e na gestão urbana, e para entender o compartilhamento de papéis na preservação de patrimônio cultural e no desenvolvimento urbano de forma global. E de que forma isso reflete em parcerias necessárias na formulação e na estruturação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. Por sua vez, em se tratando de gestão urbana, vejo instrumentos potenciais, os quais são, seguramente, os marcos na legislação brasileira e em especial o Plano Diretor, como nosso principal instrumento de política urbana, além da própria Lei Federal nº 10.257 e, finalmente, o Estatuto da Cidade. O que também nos leva a pensar na indispensável parceria com os municípios, até mesmo como uma estratégia de preservação dos sítios urbanos. Como ação imediata, entendo ser importante estabelecer uma ação conjunta de regulação dessas áreas a serem preservadas, uma vez que o município já tem ferramentas para melhorar, enfim, a preservação desse sítio, das cidades em si, pactuando o papel de responsáveis pela gestão do patrimônio cultural existente sobre o território.

E por fim, mais do que uma ação estratégica especificamente, entendo que devemos ter uma atuação estratégica através do olhar sobre o território, tornando possíveis a integração de políticas públicas e, efetivamente, a promoção de melhoria da qualidade do espaço urbano de forma pactuada entre gestores a sociedade civil.

La rehabilitación integral del centro histórico de La Habana Vieja

*Ayleen Robainas Barcia**

Resumen

Este artículo presenta el proyecto que desarrolla la Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana como una de las experiencias más exitosas en Cuba de manejo y generación de recursos para el propio desarrollo a nivel local. Después de una década de ardua labor, esta zona de la ciudad ha logrado importantes resultados en la rehabilitación del patrimonio edificado así como en la mejoría de la calidad de vida de los habitantes. Sin embargo, persisten muchos conflictos de intereses entre los actores que participan en el proceso de gestión que revelan la complejidad de la situación del territorio y del proyecto en sí mismo.

* Arquitecta, directora del Taller Habana Colonial en la Dirección General de Proyectos de Arquitectura y Urbanismo de la Oficina del Historiador

La situación crítica en que se encuentra el patrimonio construido requiere de atención especial, es evidente que esta recuperación a gran escala no se logra solo con los mecanismos centralizados de subsidio gubernamental sino que requiere de la promoción e implementación de otras alternativas económicas como la pequeña empresa y las cooperativas, como dos ejemplos que podrían mejorar considerablemente la economía de los vecinos lo cual se revertiría en parte en el rescate de sus viviendas.

El Plan de Desarrollo Integral del Centro Histórico incluye una serie de estrategias para el desarrollo del turismo, la vivienda, la economía local, el desarrollo social, la participación ciudadana y la infraestructura urbana. La naturaleza de los proyectos que se implementan va desde lo social y lo cultural hasta la recuperación de espacios públicos, redes urbanas, áreas comerciales, el desarrollo del turismo cultural y las acciones de emergencia ante desastres.

Muchos aspectos necesitan ser mejorados en el proceso, por ejemplo, la descentralización municipal y la participación ciudadana, que deben ser el primer paso para lograr un desarrollo económico y humano más efectivo.

El sector privado podría jugar un papel muy activo en la revitalización de La Habana Vieja brindando oportunidades para los extranjeros y además para los propios cubanos. La vivienda debe convertirse en la prioridad principal de la Municipalidad promoviendo la participación de los habitantes en el planeamiento, toma de decisiones y en el proceso de implementación de los proyectos. La educación y la creación de capacidades ha sido vital en el proceso de rehabilitación social y cultural, en la generación de empleos diversos y en el progreso económico.

Palabras claves

Centro histórico de La Habana Vieja, Rehabilitación del patrimonio edificado, Gestión.

Para abordar la labor de la Oficina del Historiador de la Ciudad de La Habana en la última década, es indispensable conocer que se trata de una institución fundada en 1938, como parte de los esfuerzos por rescatar el patrimonio que partieron de la vanguardia intelectual de los años 20 y 30, encabezada por el entonces historiador de la ciudad, Emilio Roig de Leuchsenring. Se trataba de afrontar las transformaciones edilicias que el desarrollo inmobiliario preveía para la ciudad antigua y también de frenar el deterioro y abandono en que se encontraban los monumentos. Para ello se crearon instituciones como la Junta Nacional de Arqueología y Etnología, la propia Oficina del Historiador y el Departamento de Arquitectura y Urbanismo del Municipio de La Habana, que lograron el apoyo gubernamental para las primeras declaratorias de Monumento Nacional y que se dictaran las pautas para su salvaguarda.

No es hasta los años 60 que se le da indudable coherencia a las labores de restauración gracias a la iniciativa del gobierno revolucionario y se le da continuidad a los trabajos, ya conocidos, de rescate arqueológico y arquitectónico encabezados por la Oficina del Historiador a los que se suman nuevos organismos del Consejo Nacional de Cultura.[1]

1. CARPENTIER, Alejo. *La cultura en Cuba y en el mundo.* Havana: Letras cubanas. 2003.

En 1967 Eusebio Leal pasó a dirigir el Museo de la Ciudad, sede de la Oficina del Historiador, y comenzó, con recursos muy limitados, a gestar lo que es hoy en día una institución que se desenvuelve sobre la base de sólidos conceptos profesionales, técnicos y económicos. Se comenzaron entonces las primeras pesquisas arqueológicas en el entorno de la Plaza de Armas y el rescate de los frescos de la casa de Tacón 4. En 1969 el Museo de la Ciudad, que había sido fundado en 1941 por el primer historiador, Emilio Roig de Leushenring, abrió de nuevo sus puertas al público con nuevas salas, archivo y biblioteca.

La década de los 80 fue sin crucial para la Oficina, en 1981 se aprobó el primer plan de obras de restauración con el apoyo financiero del gobierno de la Ciudad y en 1982 se le otorgó a la parte antigua de la Ciudad de La Habana la categoría de Patrimonio Cultural de la Humanidad. El proceso de rehabilitación comenzó por los edificios más valiosos y antiguos que se dedicaron fundamentalmente al uso museístico. En 1886 se comenzaron los trabajos de restauración en la fortaleza de La Cabaña, estos se prolongaron durante seis años que constituyeron una escuela para los jóvenes profesionales que allí trabajaron.

Durante toda esa década los trabajos se concentraron en el rescate de algunos de los edificios de mayor valor patrimonial mientras que se fueron perfilando las estrategias y objetivos que hoy guían la labor de la Oficina. A partir de 1989 comenzaron a faltar los recursos financieros para dar continuidad a los trabajos de restauración, por esta razón se concentraron los esfuerzos en continuar los trabajos arqueológicos, las investigaciones históricas en archivos y registros, y la formación y capacitación de los profesionales y técnicos necesarios para estas labores. Se fundó la Escuela Taller de La Habana y se concentraron los esfuerzos en la restauración del Convento de San Francisco de Asís, ambos proyectos con financiamiento de la AECI.

En septiembre de 1990 se desató la crisis económica conocida como *período especial* producida, entre otros aspectos, por la caída del campo socialista, la cual afectó todas las esferas de la economía y la sociedad cubanas. El recinto histórico recibió particularmente los embates de esta crisis pues las viejas estructuras, ya carentes de mantenimiento, se deterioraron aceleradamente y los habitantes vieron empeorar su situación económica lo que se sumó a las ya pésimas condiciones de sus viviendas.

Se amplían los poderes y se adaptan las estructuras

> ¿Cómo acometer la restauración del Centro Histórico para que de él surja una experiencia útil, socialmente válida, económicamente viable, que sea a la vez generadora de nuevos puestos de trabajo, que fortalezca el papel de la comunidad, que sea capaz de imprimir a nuestra aventura, por sí misma salvadora, un sentido de regeneración espiritual, promesa y esperanza? (Eusebio Leal)

En octubre de 1993 el Consejo de Estado aprobó el Decreto Ley 143 que *otorgó nuevas facultades a la Oficina del Historiador y rediseñó su estructura para ponerla resueltamente de cara al futuro inmediato.* Este Decreto autorizó la creación de la compañía turística Habaguanex S.A. y de una empresa inmobiliaria para la *reconversión y rehabilitación de edificios públicos para nuevas funciones comerciales y administrativas*. A partir de este momento la Oficina tuvo amplias facultades para la captación de divisas que luego serían reinvertidas en el propio desarrollo del Centro Histórico.

Estas nuevas facultades hacen que al proyecto original, de corte histórico, social y cultural, se sume el potencial generador de desarrollo económico. Esta nueva condición hizo que las relaciones de poder en la Oficina se tornaran más complejas produciéndose diversos conflictos teóricos, metodológicos, técnicos, sociales y económicos. Es por ello que se hizo evidente la necesidad de llevar a cabo ajustes estructurales y funcionales que respondieran a las nuevas exigencias, a la demanda de proyectos por una parte y a la promoción y control de nuevas inversiones ubicadas en el territorio por otra.

Como instrumento vital para lograr los nuevos objetivos se crea, en Diciembre de 1994, el Plan Maestro para la Revitalización del Centro Histórico. Este grupo técnico, que promueve la integración de arquitectos, urbanistas, sociólogos, geógrafos, economistas y abogados, se encarga de acoger los diversos intereses y los múltiples conflictos de los actores que confluyen en el territorio y de delinear las estrategias y los objetivos que deben guiar el desarrollo del proyecto de rehabilitación.

Posteriormente se debieron ampliar y crear otras dependencias, algunas ya existentes desde los años 80, como el Gabinete de Arqueología y las Direcciones de Arquitectura y de Patrimonio Cultural, y otras nuevas como la Dirección de Inversiones y la de Asuntos Humanitarios.

Finalmente se obtuvo una estructura institucional en la cual de un lado se encuentran las Direcciones Técnicas encargadas de elaborar y aprobar las líneas de desarrollo y los proyectos para el Centro Histórico en los campos de Patrimonio Cultural, Arquitectura y Urbanismo, Conservación y Restauración, Vivienda y Organización Económica y del otro existe un grupo de empresas y compañías encaminadas a recaudar la mayor parte de los fondos en moneda dura de los que dispone la Oficina para llevar a cabo la ejecución de sus planes. Estos fondos se nutren también de fuentes fiscales y de la cooperación internacional y se utilizan, además de para los objetivos de la rehabilitación patrimonial, para el mejoramiento de la vivienda y para realizar acciones emergentes en otros puntos de la ciudad y el país.

El proyecto actual, luego de 20 años de labor incansable, va más allá del rescate del patrimonio cultural y aunque este objetivo sigue siendo la esencia del mismo, abarca ahora los aspectos sociales, ambientales y el desarrollo económico. Se trata de lograr un desarrollo sostenible, preservar el medio ambiente, no derrochar recursos, aprovechar lo existente y realzar sus valores antes de construir nuevo, mejorar las infraestructuras y los servicios comunitarios y realizar una promoción educativa que incluya la participación de los habitantes que en definitiva deben ser los principales beneficiarios de las mejoras en el Centro Histórico.

El Plan de desarrollo Integral para el Centro Histórico, que se renueva y amplía a medida que avanza el proceso de gestión, paulatinamente se enriquece con nuevas zonas que merecen ser conservadas. La información sobre el territorio, se conserva, detallada y actualizada, en soporte digital lo cual facilita el diseño de las estrategias a seguir, que persiguen conciliar el rescate patrimonial de espacios y edificios, con las dimensiones económica y social, conformando una tríada que constituye una de las fortalezas del proyecto de rehabilitación.

Entre las distintas entidades que integran la oficina se intercambian raciocinios, ritmos y dimensiones de trabajo diferentes que complejizan el proceso y que es preciso armonizar. Existe una lógica de proyecto, que se inicia con una fase de estudios e investigaciones en la que participan muchos especialistas de diversas disciplinas; y paralelamente existe una lógica de gestión, que engloba a la de proyecto pero que va más allá, acompañando todo el proceso de ejecución y puesta en marcha de los proyectos. Las diferencias entre las prioridades e intereses de estas dinámicas y ritmos de trabajo producen conflictos que perduran a lo largo de todo el proceso de

concepción y ejecución de los proyectos pero al final, estas tramas y contradicciones, por muy disímiles y complejas que puedan parecer, tienen un denominador común, al estar integradas por el objetivo esencial de salvaguardar los valores sociales, culturales y consecuentemente humanos.

El trabajo realizado por la Oficina, y también por otras entidades, ha sido divulgado ampliamente en eventos y en publicaciones de diverso corte y en disímiles formatos; también a través de los programas de su emisora Habana Radio, muy escuchada por los habitantes de la isla.

A lo largo de cinco décadas, la estabilidad política del país ha facilitado la continuidad de la labor del historiador de la ciudad. Es preciso destacar que esta duración ininterrumpida ha sido favorecida por la capacidad de aprendizaje y adaptación de la Institución ante las diferentes circunstancias y avatares. Su autoridad y autonomía fue reforzada a partir de 1993 con la promulgación de un decreto especial para su gestión económica. Estas circunstancias han dotado al Proyecto de La Habana Vieja de un carácter excepcional, tanto en el ámbito nacional como en el internacional.

A pesar de lo logrado, muy cerca en el Centro Histórico, está la frontera que marca de manera evidente todo lo que queda por hacer. En aquellos lugares a los cuales no llegan los recorridos turísticos, comienza la otra Habana, aquella en que el deterioro y la decadencia entristecen la mirada y el corazón, con edificios en ruinas, consumidos por el tiempo y la desidia, donde la gente transita y vive tratando de mantener ese buen carácter que caracteriza al cubano.

En estos barrios, cuyos nombres antiguos se mantienen: Jesús María, Belén, San Isidro, El Ángel, la vida tiene un sabor y un matiz diferente, se vive peor en los espacios domésticos y para compensarlo sus gentes se vuelcan a la calle, que deviene en un espacio para las iniciativas informales e ilegales, y en el cual se violan reglas establecidas y normas ciudadanas, sin que apenas nadie se inmute.

Entre los habitantes imperan redes de solidaridad grupal y mecanismos y conductas para la subsistencia desconocidas por personas ajenas al "ambiente" y aunque evidentemente ansían el momento en que el proceso de rehabilitación toque a sus puertas para mejorar sus condiciones de vida, son esos espacios los que conservan una autenticidad que ha preservado las leyendas, las tradiciones populares, las fiestas del barrio y las creencias religiosas como si el tiempo no hubiese transcurrido. Esta Habana real va mucho más allá de los límites del Centro Histórico llevando consigo una

magia que atrae a cineastas, artistas y escritores que la reproducen y reflejan en novelas, cuentos, canciones o imágenes.

A esos sitios y sectores populares se encamina la rehabilitación actual, con acciones que se van sembrando y germinan, como semillas lanzadas sobre terreno fértil, en proyectos vinculados al rescate de los espacios públicos y privados destinados a mejorar la vida y a cultivar las esperanzas de las mujeres y hombres, ancianas y ancianos, niñas y niños que habitan la ciudad.

Es así que las antiguas mansiones, devenidas ciudadelas o solares, cuyas paupérrimas habitaciones se confunden con el enjambre de tuberías, alambres y telarañas que las aprisionan, se renuevan para acoger viviendas dotadas de los espacios y servicios requeridos por cada familia. Sobre las ruinas insalvables se proyectan edificios contemporáneos llamados a coexistir, en armonía o contraste, con la arquitectura preexistente. En el antiguo Convento de Belén, por señalar un ejemplo, se desarrolla un proyecto social y humanitario que ayuda e involucra a la comunidad circundante en la búsqueda de soluciones para sus problemas y necesidades.

Los barrios ubicados más al sur, se vincularon históricamente al puerto. En esa zona terminaba la Muralla, de la cual se conserva un tramo, allí estuvieron emplazados el Astillero y el Arsenal. Hoy, a tono con las operaciones urbanísticas realizadas en otras ciudades, se redescubre el formidable potencial de renovación de este borde marítimo que tiene valores patrimoniales, paisajísticos y una escala arquitectónica diferente a la del casco antiguo: la Terminal de trenes, los obsoletos edificios industriales, los antiguos almacenes y las fábricas desarticuladas, el vetusto castillo de Atarés rodeado de vegetación, los elevados ferroviarios y las vistas al interior de la Bahía, son una muestra de esto.

Como parte de los planes futuros se impondrá el rescate de esa arquitectura industrial y de el recorrido perimetral que va formando un anillo que se enlaza, hacia norte con el primer ensanche de la ciudad, que se produjo en el siglo XIX tras el derribo las murallas, y que constituye una zona de esplendor arquitectónico y urbanístico hacia la que también avanzan los planes restauradores. De esta manera la antigua zona intramural se conectará con el desarrollo extramural, acercando La Habana Vieja a las municipalidades colindantes de Centro Habana y de El Cerro, las cuales merecen ser rescatadas por sus amplios valores culturales y, particularmente, arquitectónicos.

En muchos espacios de actualidad se debate sobre cuánto hay de utopía en el empeño de la Oficina del Historiador, sitio de oportunidades para el aprendizaje y la innovación. La probada sostenibilidad del proyecto seguirá dependiendo de la fortaleza del sistema institucional que gesta el proceso y de la presencia carismática de Eusebio Leal Spengler. Si se logra la conjunción feliz del tiempo, los recursos y la buena voluntad en una proyección de futuro, y si un inesperado huracán no precipita los derrumbes de sus edificios, se podrá continuar avanzando en la rehabilitación de la parte más antigua de la ciudad. Sería necesario, no obstante, continuar ampliando y diversificando la participación de los ciudadanos, tanto en acciones sociales como económicas, para involucrarlos, individual y colectivamente, en la transformación y rehabilitación de sus comunidades, solo así se podrá dinamizar y mantener un proceso de rescate en el que cada ciudadano se sienta partícipe con obligaciones, deberes y también beneficios.

Normas urbanas

*George Alex da Guia**

* Coordenador de Conhecimento e Inventário da Coordenação geral de Cidades Depam/Iphan

Resumo

O texto revela um olhar diferenciado sobre a preservação e sobre a gestão urbana, propondo a ideia de preservação associada ao desenvolvimento social e à qualidade de vida. Propõe uma reflexão sobre a cidade que se deseja preservar, num momento em que o Iphan se faz um órgão mais propositivo, abandonando o mero papel de fiscalizar e embargar obras para assumir a proposta de construir um conceito de cidade, juntamente com o governo local e com a sociedade civil. O maior desafio que se coloca diante dessa proposta de ação é superar problemas contemporâneos como o crescimento urbano desordenado, infraestrutura precária, subutilização e riscos de desmoronamentos, subaproveitamento econômico e simbólico, e o esvaziamento de cultura e população.

Palavras-chave

Gestão urbana, Conceito de cidade, Progresso social.

É um desafio pensar as cidades. Vimos, por exemplo, a experiência, recém-apresentada de Havana, onde existe uma realidade territorial distinta, mas com problemas muito próximos ao que observamos no Brasil. Uma vantagem é a propriedade estatal do solo que permite, de fato, fazer inversões financeiras de porte e, com isso, ter a garantia de que essas inversões podem dar frutos e ter um uso social. No Brasil, nós vivemos uma realidade de urbanização recente, que está em processo de consolidação e que apresenta também uma ideia de progresso muito dissociada do que estamos tratando neste fórum, que é o progresso social. É o que há de mais moderno no mundo, em termos de qualidade de vida, em termos de conceitos, mas também preservar a memória e as identidades.

O Iphan, ao longo desses 72 anos de atuação, tem como uma das suas primeiras ações a cidade. Em 1933, mesmo antes da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ouro Preto foi declarado

monumento nacional; em 1937 foi tombado; em 1986, houve o processo de desenho da poligonal que diz que se tomba até onde a vista alcança. Em 1933, Ouro Preto tinha 1.500 imóveis, dado que o inventário de 1949 comprovou. Hoje, a cidade apresenta uma área de 11 mil domicílios, com 40 mil habitantes.

Essa é uma pequena síntese da realidade que enfrentamos hoje no Brasil. E quando digo nós, refiro-me ao Iphan, ao Governo Federal, governos estaduais e municipais, que são os gestores do território e que têm, de fato, um compromisso muito grande em relação a essa realidade. Pela escala territorial que o Brasil tem e pela diversidade, em termos escalares mesmo, é muito difícil, por exemplo, existir uma ação consistente na preservação da memória do patrimônio, sem um pacto federativo, de fato, colocado em prática.

Uma das coisas que estamos colocando em debate é que patrimônio é esse, que memória é essa que devem ser preservados e defendidos. As cidades que, até então, são objeto de tombamento do Iphan e outras que têm a regulamentação pelo Estado, pelos municípios, têm valores muito próprios que as destacam das demais cidades. São valores e qualidades; ambiências, paisagens, modos e lugares que fazem desse espaço um elemento de referência na região. É esse o valor e é essa a referência que nós queremos preservar. O patrimônio material sustenta, é suporte para essas atividades e para essas realidades.

Em linhas gerais, temos apresentado alguns problemas, como o crescimento urbano desordenado, infraestrutura precária, subutilização e riscos de desmoronamentos, subaproveitamento econômico e simbólico, esvaziamento de cultura e população. É mais ou menos um corolário das situações que temos, hoje, e dos principais desafios a serem enfrentados.

Como afirmou Ayleen Robainas Barcia, em Havana, existem problemas gravíssimos como não poder adensar, nem ampliar a capacidade de moradia da região porque não têm carga, em termos de infraestrutura básica para isso. No Brasil, em diversas cidades, tem-se trabalhado condicionantes e elementos que, em termos de infraestruturas, são determinantes para pensar a cidade. Mas não questionamos só a infraestrutura, que é a base para uma gestão urbana; existem problemas também relativos à mobilidade. Atualmente, comprar um carro é muito barato de forma que existe um assoberbamento das soluções individuais para um problema que é coletivo. É o que alguns economistas chamam de "tragédia dos comuns". Existem, ainda, aspectos relativos aos traçados das cidades, algumas com arquiteturas

e tipologias arquitetônicas do século XXI e uma demanda por um *modus vivendi* dos dias atuais onde se requer espaços para TV, para guardar o carro, para antena parabólica, para o teto solar, para uma série de necessidades que perpassa e globaliza o viver nas cidades e, até, em algumas áreas rurais.

Apresento aqui alguns dos desafios que se apresentam quando se pensa a normatização da gestão urbana. Partimos do pressuposto que normas por si só não dão conta da realidade, da complexidade, da diversidade que é fazer a gestão de uma cidade. Não é somente o Plano Diretor, não é somente uma norma de preservação do Iphan ou do município ou do Estado que vai fazer a diferença. O que vai fazer a diferença é uma articulação, uma ação integrada que pense, de uma maneira ampla e geral, sobre que é essa cidade que se quer.

No Brasil, desde a década de 1920, debate-se sobre a expansão ou o controle de ocupação da cidade. E cada tomada de decisão pressupõe instrumentos e formas de ação sobre essas cidades diferenciadas. Só que existe outra variável que, no planejamento urbano tradicional, não é considerada que é o núcleo histórico, de um tecido que historicamente é colocado pelas administrações municipais como uma zona de exceção. "Ah! Não, essa área é protegida pelo Iphan, eu não mexo". "Essa área aí deixa que o Iphan cuida..." E, mais uma vez, nas diversas cidades que conhecemos, temos um núcleo histórico ou deteriorado, ou em processo de deterioração e uma cidade que é indiferente a essa realidade, que é indiferente a essa história e que, por vezes, nem se integra de forma harmoniosa a esse núcleo *mater,* que deu origem àquela ocupação humana.

E o desafio hoje é o de pensar esse pacto federativo, ou seja, qual é o lugar do município, qual é o lugar do Iphan, qual é o lugar da Secretaria de Patrimônio, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, qual é o lugar das Secretarias de Estado e qual é o lugar, também, da sociedade na apropriação e em uma atuação estratégica. E não estamos aqui falando, única e exclusivamente, da preservação do patrimônio material e imaterial ali existente. Estamos falando de preservar qualidades e valores. Esse é um desafio que, por exemplo, nós do Iphan estamos tentando enfrentar.

Salvador, na Bahia, é um exemplo desses aspectos já apresentados. Existe a Cidade Alta, tombada pelo Iphan, onde temos a Salvador cartão-postal e a Salvador cidade real. É com essas cidades que a sociedade convive diariamente e é com essas cidades que os turistas e as pessoas que por ali transitam convivem.

Muitas vezes as soluções encontradas para solucionar um problema são desastrosas. Há municípios, por exemplo, em que a solução foi construir

uma mega ponte para ocupar o outro lado da cidade, além de fazer uma conexão regional. E de que cidade, estamos falando? É de Ouro Preto, cidade elevada a Patrimônio Nacional em 1933 e reconhecida pela Unesco como Patrimônio Mundial, em 1980. Quando do tombamento pelo Iphan como Patrimônio Nacional, em 1986, essa ocupação não tinha sido pensada, nem proposta. A cidade cresceu e está inserida em uma microrregião de elevada intensidade econômica, tem uma proximidade com o grande centro de Belo Horizonte e um enorme potencial ferrífero e de exploração mineral, o que a leva, de fato, a ser uma exceção entre as cidades tombadas pelo Iphan.

Em sua maioria, com algumas ações do atual Plano de Aceleração do Crescimento, algumas dessas cidades têm sua realidade transformada. Algumas delas conviveram por décadas com o processo de esvaziamento demográfico, de declínio do seu potencial econômico e, por vezes, figurou na memória das pessoas essa relação direta entre patrimônio preservado e estagnação econômica e social. Hoje, vivemos outra realidade, um país que saiu de um cenário inflacionário vive um processo de crescimento e tem recursos. Mas o desafio que se apresenta diante de nós é a missão de aproveitar esse bonde da história, esse processo de transição demográfica, para, também, nos perguntarmos: Que cidades queremos, que memórias queremos preservar e para quem queremos preservar? Porque o patrimônio está, ainda, muito vinculado ao direito difuso. E se tomarmos, por exemplo, os postulados e os valores que, historicamente, a maioria das cidades tombadas pelo Iphan tem, vemos que a paisagem está sempre associada a uma relação entre cheio e vazio; entre o construído e o não construído pelo homem. Tônica de movimentos ambientalistas e dos movimentos que pensam e repensam, atualmente, o que seria essa cidade.

O Instituto vem, ao longo do tempo, trabalhando esses conceitos como uma medida de proteção, de forma que podemos falar que somos vanguarda no que se refere à proteção ambiental no meio ambiente urbano. Em Ouro Preto, desde o processo de 1933, passando por 1986, a tônica das áreas verdes, da preservação dos cursos d'água e dessa relação dos cursos d'água com a cidade, sempre foi apresentada. Mais uma vez, um desafio se coloca. Não permanece mais o desenho de uma cidade colonial como foram as aldeias portuguesas de origem românica, onde existe um núcleo adensado e uma grande área verde marcada, estruturada para atender o modo de produção. A realidade atual é outra e é sobre essa realidade que estamos nos debruçando. É a partir dela que apresentamos esse desafio para todos os

parceiros desse sistema nacional e dessa rede de proteção do patrimônio. Apenas lembrando, neste momento, que a cidade é constituída, basicamente, de espaços públicos, privados e semiprivados, onde acontecem manifestações, em que acontece a existência das pessoas.

Iguape é uma cidade recém-tombada que conseguiu manter seus traçados viários, suas características arquitetônicas. Mais do que isso, conseguiu também manter a ambiência e a qualidade do ar, ou seja, conseguiu manter uma série de critérios que são considerados pelas Nações Unidas hoje, como as condições para cidades saudáveis. E, nesse contexto, existe um grande desafio, pois estamos falando de cidades pequenas de até 20, 30 mil habitantes, passando para cidades médias de até de 100, 150 mil habitantes e cidades grandes. E são realidades distintas, que têm de ser tratadas no que se refere à sua gestão e à sua normatização de formas distintas. E isso representa, basicamente, o quê?

Proteger as marcas que identificam a cidade e sua gente e também garantir os acessos à atualidade globalizada. Na solenidade de abertura do fórum foi abordada a semelhança das cidades. Por exemplo, qual é a diferença de uma periferia do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Belo Horizonte? Salvo por alguns aspectos geográficos, a maioria delas tem padrão construtivo e o valor estético numa forma de autoconstrução que não as torna distintas. Isso não vale somente para a população de baixa renda, digo periferia também dos condomínios e coisas do tipo.

Nesse tema vem o questionamento em torno do papel da normatização. Qual é o papel da normatização à luz de uma prática de desenvolvimento urbano? E, inclusive, de uma reestruturação e de uma retomada desse pacto federativo? Pergunto, então, qual é o papel da normatização e da gestão de sítios protegidos nas cidades e com os municípios? Identificamos alguns marcos que, para nós, são muito importantes que é preservar marcas, paisagens; promover políticas de preservação vinculadas a normas e leis urbanísticas; articular ações que façam com que a nossa República e o dito pacto federativo, de fato, aconteçam; fazer com que o município exerça competência como gestão do território, mas também a competência de preservação do patrimônio cultural.

E como articular o desenvolvimento com a preservação? Entendemos que temos de passar, efetivamente, por um processo de revisão de procedimentos e atualização de conceitos. O Departamento de Patrimônio Material do Iphan está fazendo isso; está repensando a forma de agir sobre

as cidades, quais são os desafios para essas cidades, pensando em gestão compartilhada, pensando em uma revisão das estatísticas e índices urbanísticos. Porque uma coisa é pensar em taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento numa cidade cuja estrutura fundiária e estrutura de lotes são muito mais fáceis de se perceber. Outra coisa é uma cidade cuja realidade fundiária é confusa, em que esses índices não garantem a paisagem que se quer manter. Será que contar com índices urbanísticos como coeficiente de aproveitamento e taxa de ocupação vai nos garantir qualidade de espaço em uma cidade que tem um lote estreito e profundo, sendo que, a partir desses índices, se pode construir um fundo e, consequentemente, começar a romper com a relação de cheios de construídos e não construídos?

É uma pergunta que estamos nos fazendo. Fizemos uma pesquisa em algumas legislações municipais para saber como elas tratam essas áreas urbanas. A maioria delas usa o parâmetro clássico de coeficiente de aproveitamento e taxa de ocupação, um ou outro índice, portanto, que dê certa precisão, mas não garante uma paisagem, uma imagem, uma qualidade que queremos manter. Legalmente, a pessoa pode construir sua taxa de ocupação no seu lote, no fundo, desde que no somatório dê aquela taxa X e, às vezes, você acaba perdendo qualidades no espaço. Também queremos ter uma cidade espraiada, compacta ou inclusiva.

Além do meio ambiente urbano que apresentei aqui anteriormente de forma breve, há que se destacar a cidade que se quer. Como é possível controlar a expansão? Considero o pacto federativo como uma das tônicas deste Fórum. É importante pensar o município em uma dupla competência: gestão do território e preservação do patrimônio. Creio que o Iphan tem a competência e a atribuição de fazer a gestão desse patrimônio, de outorgar, de afetar áreas. O município e o Estado podem fazer a diferença na construção da rede de proteção do patrimônio, também, como agentes mais próximos.

No Depam, estamos pensando na questão do tempo, escala, qualidade e percepção a partir da experiência, do legado que o Instituto construiu ao longo desses anos. Nós ainda não temos uma solução 100% fechada, estamos em debate, até porque o Instituto é humilde o suficiente para admitir que é preciso mudar. E a mudança está acontecendo. Começamos a trabalhar com alguns elementos que permitem, a partir das experiências desenvolvidas nos últimos 15 meses, entender como estamos atuando na elaboração de normas de preservação.

É importante fazer a leitura do espaço a partir de unidades da paisagem, compreender as escalas que fazem e configuram a paisagem urbana. A partir disso, começar a entrar nesse espaço e pensar unidades de planejamento, ou seja, qual é a unidade morfológica que ajuda a entender o seu tecido urbano, a sua estrutura espacial e social. Identificar ainda, a partir de interfaces com o governo local, com tomadores de decisão, quais são as potencialidades e deficiências que do espaço. E por que isso? A ideia do Iphan é que a partir dessa retomada, ele possa assumir o protagonismo técnico. O Iphan tem um aspecto propositivo e deixa de ser, exclusivamente, aquele órgão que fiscaliza e embarga. Começa também a pensar a cidade, tem uma proposta e quer construir um conceito de cidade juntamente com o governo local e com a sociedade civil. Mas para isso, é necessário que se tenha uma proposta, um processo de reflexão, sobre qual é essa cidade desejada. A articulação institucional e a leitura do território, da paisagem, das áreas verdes devem ser compreendidas a partir de uma pesquisa histórica, do que foi, do que é e o que formou esses espaços, quais são as suas tendências, pensar em projetos urbanos de melhoria e de qualificação.

Nesse contexto, estão alguns projetos que são setoriais com os quais estamos trabalhando no Depam, como por exemplo, a mobilidade e acessibilidade urbana. Fizemos uma breve estatística, cerca de 60% das cidades tombadas pelo Iphan têm taxas de motorização equivalentes às cidades sedes de regiões metropolitanas, como é o caso de São Paulo e Belo Horizonte. Em realidades como a de São Paulo e Belo Horizonte, há a possibilidade de alargamento de 90% de suas vias deixando uma como coletora; pode, inclusive, a partir de uma reserva técnica de área, alargar vias e fazer uma via secundária ou estrutural. No caso de cidades históricas o desafio é outro. É preciso proporcionar qualidade de vida e ao mesmo tempo minimizar o impacto desse modo de vida contemporâneo, em um tecido urbano, com uma arquitetura de tempos anteriores.

Fora isso, nós também temos alguns estudos relativos à requalificação de áreas urbanas centrais, através dos quais estamos realizando, para cinco grandes cidades, um levantamento cadastral e volumétrico que vai nos permitir ter índices indicadores. Estamos, portanto, identificando a vacância por edifício e também por andar. Em muitas cidades não se enfatiza a vacância por andar e o resultado é que o térreo é utilizado e os demais andares são subutilizados ou desocupados; além de propriedades e outras variáveis que permitem e dão instrumentos para que o Iphan possa, junto

com o governo local, pensar o que fazer e como fazer essa gestão e essa normatização da cidade.

Citarei de forma breve alguns exemplos, como um processo muito interessante que aconteceu no tombamento da Cidade Baixa de Salvador. O projeto aliou o protagonismo técnico, com uma sensibilidade na percepção do espaço; aliou ainda a metodologia de ter uma unidade de paisagem e pontos visuais notáveis da cidade. E fez isso a partir de uma grande pesquisa histórica para reconhecer um legado arquitetônico, urbanístico e paisagístico também para o Brasil que, ao longo do tempo, por diversos motivos, não foi reconhecido como patrimônio nacional.

Em um primeiro momento, o projeto pode apresentar-se como um processo de tombamento padrão, não fosse pelo seu tempo de execução, de três ou quatro meses. Outro dado importante, para além do tombamento, é uma proposta, um pensar para essa área da cidade. Refletir sobre a situação em que se encontra, ainda hoje, a Cidade Baixa, encarando o problema não como um pesar, mas como um potencial. Acredito que foi um dos grandes desafios colocados. À luz desse conhecimento, também se desenharam algumas diretrizes gerais para a normatização dessa região da cidade de Salvador. Estão sendo traçadas diretrizes gerais tanto para a normatização, quanto para gestão, passando por questões de mobilidade, por questões relativas à identificação de edificações de interesse, com um setor muito interessante que é uma área de transição, de uma predominância, de uma mancha de arquitetura eclética, e outra área onde está o bairro do comércio, um processo de verticalização de arquitetura contemporânea. Tem ainda um setor, predominantemente eclético, com uma área de grande potencial, onde existem alguns edifícios que podem ser objeto de requalificação, até para apropriação de moradia popular.

Para finalizar, vou falar na proposta de normatização que também está sendo desenvolvida pelo Iphan para uma cidade de pequeno porte que é Areia, na Paraíba. A partir da leitura de unidades da paisagem e de unidades de planejamento, foi feito o processo de setorização, e uma série de propostas começou a se desencadear. Hoje, uma das ações decorrentes desse protagonismo técnico foi a indicação da necessidade de se criar um parque municipal em uma determinada área. Salvo engano, a minuta da portaria de criação do parque municipal já está elaborada. Então, isso faz a diferença, ou seja, qual é o tempo da gestão e qual é o tempo da normatização? Elas acontecem quando se dá o contato com a realidade e quando se passa a pensar essa realidade.

A importância do campus Universidade Federal do Recôncavo da Bahia em Cachoeira para a preservação do sítio histórico

Paulo Gabriel Soledade Nacif *

* Reitor da Universidade Federal do Recôncavo Baiano

Resumo

O texto conta o processo de criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A UFRB foi implantada na cidade de Cachoeira, localizada a 110 km de Salvador e que foi declarada monumento nacional no ano de 1971. Uma parceria firmada com o Iphan colocou o seguinte desafio à universidade: implantar um *campus* da UFRB e contribuir para a preservação do sítio histórico de Cachoeira. O pacto mudou, de forma radical, o projeto da Universidade Federal no Recôncavo que se colocava como uma universidade rural ou uma universidade tecnológica, com ênfase na área de agrárias, engenharia e saúde. Se antes a UFRB era um elemento importante para a preservação de Cachoeira, hoje, é a política de preservação que se revelou de fundamental importância para a UFRB que abriu novas áreas de conhecimento, com cursos voltados para o desenvolvimento da cultura humanística.

Palavras-chave

Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Sítio histórico de Cachoeira, Ação transversal do patrimônio cultural.

É uma honra muito grande estar no I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, sou agrônomo com mestrado e doutorado em solos e tenho

aprendido muito com o Iphan, desde que começamos a negociar esse projeto do *campus* de Cachoeira. Na verdade, o convite foi para falar sobre a importância do *campus* da UFRB para a preservação do sítio histórico de Cachoeira. Eu me atreveria a falar sobre importância da preservação do sítio histórico de Cachoeira, para o *campus* da Universidade, pois não tenho dúvida que a situação pode ser invertida.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi criada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 25 de Julho de 2005. O Recôncavo é a área em torno da Baía de Todos os Santos, normalmente, seria um acidente geográfico, mas no Brasil virou uma região cultural importantíssima, praticamente, considera-se que foi a primeira zona a ter uma matriz urbana sólida no novo mundo. A UFRB tem uma história interessante porque ela nasce do desmembramento da Escola de Agronomia que, por sua vez, tem origem no Instituto Imperial Agrícola da Bahia, criado por Dom Pedro II, em São Francisco do Conde, e suas ruínas ainda estão lá a gritar por socorro.

Em 2010, nos quatro *campi*, de Amargosa, Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas, a UFRB oferecerá 31 cursos de graduação, e já temos cinco mestrados e um doutorado. Contratamos, nesse período, 620 docentes, 400 servidores técnicos administrativos e chegaremos, no ano que vem, a cerca de 7.000 estudantes. A ideia é que a UFRB atinja, por volta de 2013-2014, algo em torno de 13.000 estudantes, com esse número de docentes, talvez aumentando um pouco mais.

Em Cachoeira, a UFRB oferecerá, em 2010, os cursos de arquitetura, artes visuais, ciências sociais, cinema, comunicação, gestão pública, história, museologia e serviço social. Com o mestrado Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento (em Ciências Sociais), já aprovado pela Capes, teremos 120 docentes, e esperamos que o Iphan continue a pressionar para que o MEC crie vagas para cerca de 40 servidores técnicos administrativos e também para mais 1.200 alunos. Uma projeção importante é que em 2013, teremos em torno de 2.300 alunos em Cachoeira, o impacto será, efetivamente, marcante.

Apesar dos excelentes cursos oferecidos, a comunidade de Cachoeira, como toda a comunidade brasileira, não gosta muito deles. Darci Ribeiro dizia que o brasileiro só gosta de cursos de Medicina, Engenharia e Direito. Medicina para resolver as sequelas, Direito para resolver as querelas e Engenharia para construir as aquarelas. Ouvi, efetivamente, isso na

construção da UFRB, não me venham com esses cursos, nós queremos Medicina, Engenharia e Direito, então, Darci Ribeiro não tirou essa frase de qualquer lugar.

A cidade de Cachoeira está situada a 110 km de Salvador e é separada fisicamente de São Felix – o que até entendo, mas acho um absurdo duas cidades contíguas –, Cachoeira com 32 mil habitantes, e vejam que a comunidade acadêmica da UFRB deve atingir quase 3.000 pessoas, ou seja, quase 10% do que tem Cachoeira até 2015, no máximo. Cachoeira tem arquitetura colonial dos séculos XVII, XVIII e XIX além de inúmeros exemplares arquitetônicos, notadamente nos estilos barroco, rococó e neoclássicos, tem uma rica diversidade cultural, por herança africana, e europeia, e a cidade tem *status* de cidade monumento nacional desde 1971. Tudo isso tenho aprendido com o pessoal do Iphan e nossos arquitetos.

O Recôncavo, essa área em torno da Baía de Todos os Santos, é seguramente uma das mais ricas experiências civilizatórias do novo mundo e síntese da convivência de grandes diversidades de povos, com trajetórias históricas culturais e projetos distintos. Quem leu, por exemplo, *Viva o povo brasileiro*, sabe bem o que estou falando, e Cachoeira aparece de forma muito marcante no livro e toda essa diversidade, construção histórica bastante importante.

Possui uma sociedade multirracial, pluricultural e rica também na diversidade de recursos naturais. Cachoeira teve seu apogeu nos séculos XVII e XIX e primeira metade do século XX, era um porto importantíssimo para o escoamento da produção do Recôncavo, principalmente açúcar e fumo. O norte do Recôncavo produzia o açúcar nos solos de Massapé, o sul do Recôncavo produzia o fumo que era levado para troca dos escravos que vinham produzir o açúcar. Foi importante entroncamento ferroviário, mas com a mudança da matriz de transporte, e diminuição da produção agrícola regional a economia entrou em forte declínio.

A cidade é muitíssimo importante e bela, o rio Paraguaçu a delineia de forma marcante. Cachoeira é também, a segunda capital do Estado. De acordo como a Lei Estadual nº 10.695/07, todos os anos, no dia 25 de junho, o governo estadual é transferido para lá, num reconhecimento histórico pelos feitos da cidade em prol do país. Nesse dia, no ano de 1922, Cachoeira e alguns municípios vizinhos iniciaram a luta pela indepedência da Bahia.

Entre os diversos bens culturais de Cachoeira, havia a fábrica de charutos Leite Alves, fundada em 1856 e foi importante para dar sustentabilidade ao desenvolvimento econômico social de Cachoeira. Ao fechar a fábrica de charutos o prédio se deteriorou até virar ruínas.

O desafio posto pelo Iphan foi implantar um *campus* da UFRB e contribuir para a preservação do sítio histórico de Cachoeira. É importante registrar que isso muda, de forma radical, o projeto da Universidade Federal no Recôncavo que se colocava como uma universidade rural ou uma universidade tecnológica, com ênfase na área de agrárias, engenharia e saúde. Eu diria que se a gente pega o conceito de universidade, esse conceito materializado na UFRB pelo Iphan e pelo *campus* de Cachoeira, realmente muda o projeto inicial.

Há quem diga que precisamos tomar cuidado porque as nossas universidades estão formando bárbaros altamente qualificados, sem a força e a presença da cultura humanística, então, Cachoeira e o *campus* de Cachoeira têm esse papel que eu considero fundamental. Eu diria que o Iphan salvou o conceito de universidade no caso da UFRB e esperamos que isso sirva de exemplo para as outras que caminham nessa direção.

O terreno tem em torno de quatro mil metros quadrados, área construída em torno de sete mil e o valor investido em torno de oito milhões de reais. A UFRB deve estar chegando, hoje, em termos de investimento, a 100 milhões de reais, construções e equipamentos. Já conseguimos construir cerca de 55 mil metros quadrados nesses três anos, o que não é fácil construir tudo isso em quatro *campi* e analisar e buscar respeitar as especificidades de todos os *campi*. Não obstante, essa marca cultural do Recôncavo é fundamental e temos conseguido colocar isso como uma política de transversalidade na identidade da universidade. O quarteirão Leite Alves, já em processo de construção, é um exemplo, ganhou um auditório com 250 lugares, tem mais de 30 salas e um ambiente interno maravilhoso.

Algumas questões referentes ao impacto da UFRB na preservação do patrimônio histórico. Seguramente, houve uma melhoria imediata da autoestima da população. Esse conceito de universidade federal é, felizmente, algo muito respeitado no nosso país e, notadamente, no caso de uma universidade federal, isso levantou a autoestima de forma marcante. Há de se perceber que a população de Cachoeira, de certo modo,

culpava o tombamento pelo seu não crescimento, e a conquista de um *campus* de uma universidade federal, no caso da Bahia onde existem poucos, era algo que se buscava, aliás, que todos os municípios da Bahia buscavam. Quando Cachoeira conquistou um *campus*, a população identificou, de imediato, aquele patrimônio com a conquista desse *campus*. O que, infelizmente, alguns ainda veem como um impacto econômico, mas que já começa a mudar.

Há uma ação estruturante do Iphan; na verdade, o prédio maior, de 7.000 metros quadrados, é só uma parte do projeto. Já, em janeiro de 2010, daremos início à recuperação do cinema e outros prédios que estão sendo desapropriados ou comprados para a construção de residências.

Depois da instalação do *campus* da UFRB em Cachoeira, sua população aumentou em quase 10%. Esta porcentagem é formada por pessoas com uma cultura diferenciada. Nós temos aí um "encontro cultural"; não usei o termo choque cultural, não sei se isso se aplica, ainda assim, vou chamar de encontro cultural. Existem alguns problemas na forma que esses estudantes veem o mundo em relação a uma comunidade extremamente conservadora. Nós já temos 800 estudantes que chegam e representam uma invasão de bárbaros, na visão da população. Mas temos buscado desenvolver atividades no sentido de dar uma sensação de pertencimento à comunidade e de integração dos estudantes com essa comunidade. O impacto de vizinhança é algo que ainda estamos avaliando.

Retornando ao prédio a que me referi anteriormente, no quarteirão Leite Alves, citarei algumas questões sobre ele. Esse prédio fica na zona central da cidade e em torno dele estão, praticamente, todas as vias que determinam a saída e a chegada, sem contar que o caminho para os diversos bairros da cidade está em torno dele. É um quarteirão e é impossível, em princípio, fazer grandes intervenções ali sem mudar a vida completamente. E não tivemos tempo, ainda, de fazer um estudo, com a profundidade que a questão merece, sobre esse impacto de vizinhança. Existe um problema de poluição sonora extremamente grave. Cachoeira é um dos locais em que o samba de roda nasceu. São sérios os problemas de som, carro de som, anúncio fúnebre, tudo isso nesse em torno. Temos uma comissão trabalhando nisso e levanta alguns aspectos que não previámos sobre, inclusive, o desafio da existência do sítio histórico porque, dada toda essa dinâmica, uma parte da comunidade começou a dizer que era melhor construirmos o *campus* fora do sítio histórico.

Esse é um embate que temos enfrentado. Não haveria nenhum sentido ter construído o *campus* em Cachoeira se ele não tivesse esse papel, não tivesse sido construído onde foi, então, nós vamos ter de tentar resolver esses problemas. Não tínhamos alternativas; ouço falar de universidades, por exemplo, no Canadá, onde o governo decide criar, libera o dinheiro, contrata os professores e, três anos depois, a instituição começa. Conosco não é assim, você começa a construir o prédio, contrata 600 professores, os estudantes entram e você tem de começar e tem de andar, senão, perde a janela de oportunidades.

Esses cursos implantados têm papel relevante. Eu sou apaixonado pelos cursos de cinema, museologia e ciências sociais. A chegada do curso de arquitetura é uma ação concreta em programas de extensão e me parece que veremos as consequências rapidamente. É preciso pensar nos critérios para a edificação, pois é muito mais rápido construir em São Félix, Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas do que em Cachoeira. Então, educar a comunidade para explicar, para que ela entenda a importância de estarmos ali, tem sido um desafio e tanto.

A influência na economia é enorme, imagina uma cidade de quase 35 mil habitantes, onde o aluguel dobrou de valor; uma inflação completamente diferente do que acontece ao redor. Mas, acima de tudo, isso obrigou a UFRB a responder de forma imediata sobre o seu projeto civilizatório. É evidente que toda universidade tem por obrigação ter esse projeto, não obstante a gente perceba que essa preocupação não esteja tão marcante no dia a dia das instituições que começam a dizer: "não estamos fazendo ensino, pesquisa, extensão?" - e basta. Claro que não basta, no momento em que instituímos um Centro de Humanidades em uma cidade como Cachoeira, isso muda o rumo da UFRB. Ganhamos o título de universidade por uma lei, agora precisamos nos constituir como universidade de fato. E diria que não valeria a pena ser uma universidade tecnológica rural porque eu não acredito em universidade com temática, para mim, universidade tem de ser universidade e, para isso, tem de ter todas as áreas de conhecimento. De forma que, seguramente, essa ação em Cachoeira nos colocou esse desafio e temos buscado discutir isso, notadamente, na nossa estatuinte que começa a ser elaborada esta semana. Foi dado o pontapé inicial do processo de estatuinte e esse é um tema que está em foco.

Eu não tenho dúvidas de que a presença do Iphan estimulando a implantação da UFRB em Cachoeira talvez seja um dos mais impressionantes, belos, concretos, desculpem a quantidade de adjetivos, consequentes e radicais exemplos de ação transversal da política do patrimônio cultural do povo brasileiro. Percebemos no dia a dia essa mudança, volto a frisar, não existe uma relação em uma única direção; na verdade, tudo isso tem influenciado muito a universidade. Esse tem sido o ambiente; por exemplo, o Primeiro Encontro das Águas para discutir Meio Ambiente, Cultura e Religiosidade aconteceu no mês de agosto, no qual diversas religiões de matrizes africanas estiveram presentes, juntamente com o pessoal que trabalha com meio ambiente - uma atividade maravilhosa. Tudo isso tem educado a nossa comunidade; assim, eu diria que se tratou de um trabalho marcante. Até hoje acredito que esse deveria ter sido um modelo usado na implantação dos diversos *campi* que foram criados neste governo.

Foram 45 *campi* criados no Brasil, 12 universidades; vamos chegar ao final do governo Luiz Inácio Lula da Silva com 15 universidades. Acredito que alguns *campi* como os da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e vários outros, distribuídos entre os Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, tiveram um caráter parecido com o *campus* de Cachoeira. Mas acredito que isso deveria ter sido uma política mais radical de vinculação de educação e cultura.

A contribuição do turismo para a proposta de preservação de sítios urbanos em rede

*Fabiana de Melo Oliveira**

Resumo

O texto trata da contribuição do turismo para a preservação dos sítios históricos em rede, focando toda a política nacional e das ações do Ministério do Turismo que, primeiramente, tentou definir o turismo cultural. Os atrativos turísticos desse segmento são os sítios históricos, as edificações, as festas, a gastronomia, o artesanato, os saberes e os fazeres, ou seja, tanto o patrimônio material quanto imaterial. A partir dessa perspectiva, o ministério delineou uma série de ações e programas voltados para o setor.

* Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo – MTur

Palavras-chave

Turismo cultural, Ministério do Turismo, Política de turismo.

Represento neste fórum Ricardo Moesch, o diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, área do Ministério do Turismo que trata diretamente do turismo cultural. Falarei sobre a contribuição do turismo para a preservação dos sítios históricos em rede, com foco na política nacional. Também temos o Programa de Regionalização do Turismo, que é o *norte* em termos de política nacional do turismo.

Desde a sua criação, o Ministério do turismo procurou definir conceitualmente o que seria turismo cultural, para, a partir daí, formular as diretrizes de desenvolvimento para o segmento. E essa conceituação foi dada

consensualmente por grupos técnicos no âmbito do Governo Federal formados por instituições como o Iphan, o Ministério da Cultura, e entidades representativas de outros segmentos que contribuíram para a formulação desse conceito, que seria vivenciar atividades do patrimônio cultural, eventos culturais, conhecer os estilos de vida de uma localidade e interagir com essa comunidade.

Os atrativos turísticos desse segmento são os sítios históricos, as edificações, as festas, a gastronomia, o artesanato, os saberes e os fazeres. Então, tudo isso, tanto do patrimônio material quanto imaterial é o que priorizamos em nossas políticas, no âmbito do turismo cultural.

Para dar uma visão geral, elaboramos uma pesquisa, lançada em 2009, sobre os hábitos de consumo do turista brasileiro. Cerca de 20% deles escolheram como roteiros preferidos as cidades históricas. Ou seja, vemos uma expansão do turismo para essas localidades, e nesse ponto começa a interface do turismo com a cultura, notadamente com o patrimônio cultural.

Falarei um pouco sobre a política de turismo no plano nacional, onde estamos inseridos, e como estamos contribuindo para a preservação do patrimônio.

Temos, basicamente, o macroprograma norteador do Ministério do Turismo, que é o Programa de Regionalização do Turismo, o qual se dá a partir da noção de território e da regionalização. Esse programa busca uma forma de desenvolvimento para as comunidades que tenham potencial turístico, através de geração de renda e de emprego; é uma forma de inclusão social das camadas que não estariam inseridas nas atividades econômicas naturais da cidade. Então, ao se "regionalizar" o turismo, busca-se formas de dispersão da atividade econômica de determinada região.

Temos uma metodologia básica para implementar o Programa de Regionalização do Turismo. Uma das premissas é a gestão descentralizada, e para isso o ministério conta com os órgãos estaduais e municipais de turismo para implantar efetivamente o programa.

O primeiro passo seria a organização das regiões turísticas, delimitando quais territórios poderíamos desenvolver o planejamento da atividade do turismo. Então, a metodologia teria, num primeiro momento, o planejamento, a estruturação e a qualificação da oferta. A promoção e a comercialização estariam em um segundo momento, quando a região já se encontrar estruturada para a comercialização, estimulando tanto o mercado nacional, o mercado interno, quanto o mercado internacional. E

paralelamente a isso incentivar a sensibilização e a mobilização da população local para que ela possa se apropriar desse processo.

No programa de regionalização do turismo priorizamos alguns territórios, por questões orçamentárias, já que o Brasil tem mais de cinco mil municípios, sendo este um número considerável. Então, fizemos essa priorização para que pudéssemos focar realmente os resultados desse trabalho.

Em 2009 tivemos 276 regiões turísticas englobando mais de três mil e seiscentos municípios, e desses, priorizamos oitenta e um roteiros turísticos.

A partir desses 81 roteiros vamos fechando para trabalhar com territórios mais específicos, e é aí que surge a política principal do ministério que é o Programa dos Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. São 65 destinos indutores, aqui em Minas Gerais temos quatro: Belo Horizonte, Diamantina, Ouro Preto e Tiradentes. Essas escolhas foram feitas através de um estudo em que vários critérios foram utilizados para que pudéssemos atingir a competitividade desses destinos no mercado internacional, ou seja, trabalhamos esses destinos para que eles possam ter infraestrutura, qualidade mínima de serviços, para que um turista possa vir e falar "A minha experiência foi fantástica, eu voltarei". Enfim, gerar todo esse fluxo que o turismo pode oferecer. No tema da competitividade foi dado enfoque no, que seria a capacidade de gerar negócios com atividades relacionadas ao turismo, de forma sustentável, apresentado essa experiência positiva para o turista.

Nesse momento, a cultura se mostra como um elemento de extrema relevância para o turismo, porque o destino se torna mais competitivo quando o patrimônio cultural é "oferecido" ao turista. Ou seja, independentemente do território e do segmento, a cultura é um fator preponderante para que o turismo seja competitivo. Não temos dados, hoje, no turismo que possam embasar tecnicamente as ações de planejamento e gestão do Ministério do Turismo. Em relação aos destinos indutores, o ministério, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, começou a construir uma metodologia de pesquisa que pudesse medir o nível de competitividade desses destinos turísticos. Dessa forma, surgiu o estudo de competitividade dos 65 destinos indutores.

Fizemos agora o lançamento do segundo relatório; quem se interessar pode conhecê-lo no site do ministério (www.turismo.gov.br), onde esse estudo está disponível.

Vimos criando uma série histórica para medir a competitividade. E a cultura se mostra como um aspecto essencial desse estudo. Também na questão da sustentabilidade temos os aspectos culturais sendo avaliados.

E nessa dimensão dos aspectos culturais levamos em consideração tanto os equipamentos culturais dos destinos turísticos quanto os atrativos culturais que seriam a produção cultural associada ao turismo.

Outro aspecto cultural a ser ressaltado nesse estudo disponibilizado recentemente é que os equipamentos culturais dos atrativos turísticos do Sudeste obtiveram os melhores indicadores de competitividade turística. Ou seja, vemos que, apesar de algumas deficiências, a região ainda está em melhor situação que o restante do País. Isso também deve ser avaliado em todos os aspectos de planejamento futuro.

Prioritariamente o que influenciou esse resultado? A existência de políticas municipais de cultura nesses destinos turísticos do Sudeste. Importante ressaltar que trabalhamos no escopo desses 65 destinos; não avaliamos outros destinos turísticos com potencial.

Existem as dimensões avaliadas nos 65 destinos e os resultados consolidados dos aspectos culturais. Depois, teríamos de fazer um estudo sobre esses dados e para isso, creio, não teríamos tempo para desenvolver. Os resultados por região mostram que o Sudeste está no quarto nível, o que significa dizer, nesse estudo, que o destino, a região, tem condições adequadas para atividade turística, mas ainda não atingiu o nível máximo de qualificação do serviço.

E o que queremos dizer com tudo isso? Qual a importância desses aspectos culturais na atividade turística e a importância do turismo para a preservação?

Percebemos no dado que diz que 20% das pessoas preferem as cidades históricas como roteiro, que há uma necessidade constante de que essas cidades tenham políticas de preservação do patrimônio, porque o turista não vai para a cidade se aquele patrimônio estiver deteriorado. Ele escolherá um destino em que veja fotos bonitas, que tenha tudo "bonitinho", que haja uma preservação do patrimônio.

E isso incentiva tanto os destinos, quanto a comunidade e gera uma cadeia, porque a partir do momento que o turista só estiver presente nos destinos preservados, tanto a comunidade quanto os gestores terão um comprometimento maior com a realização de ações desse porte.

Ao me deparar com o "livrinho", o manual do participante distribuído aqui, fiquei feliz em ver três ações que apoiamos, como exemplos de gestão pública de preservação do patrimônio, que é o trabalho realizado pela Associação das Cidades Históricas que construiu o *Cardápio dos produtos turísticos* de 23 cidades históricas. E vemos que a importância desse tipo de ação para a preservação é, principalmente, resgatar coisas que, às vezes, as pessoas deixavam de lado. Por isto é tão importante o envolvimento da comunidade na realização desse levantamento e na produção desse "cardápio". Nesse momento é que entra também o nosso trabalho, apresentando ao mercado esse atrativo, para que possamos realmente ter esses roteiros, esses produtos, disponíveis para o cliente que está querendo fazer uma viagem.

Outra ação de cultura foi realizada pelo grupo gestor em Paraty e vemos a importância da articulação para que todo esse processo de valorização cultural de preservação e atividade turística realmente funcione.

Agora, vou falar de duas ações específicas do Programa de Estruturação de Segmentos Turísticos, que é onde trabalhamos o desenvolvimento do turismo cultural e temos como parceiros do Ministério da Cultura, o Iphan e vários outros órgãos. São trabalhos que surtiram efeito, inclusive, na preservação do patrimônio, em detrimento da atividade turística.

A importância da formação das redes de cooperação

O propósito do Programa de Regionalização do Turismo é unir destinos que às vezes, estão separados, mas que apresentam características semelhantes e seriam temas centrais da rede de cooperação.

Lembro que a regionalização é importante para a preservação em rede, porque ao lado de Ouro Preto pode existir uma cidade que não é considerada patrimônio histórico, mas que pode fazer parte de um roteiro turístico. Então uma cidade vai incentivando outras a buscarem os mesmos caminhos através da cooperação regional.

É um trabalho árduo, mobilizar e sensibilizar as pessoas, às vezes é complicado. Mas é um trabalho que precisamos fazer, como articuladores de uma política nacional. É gratificante ver os resultados, como, por exemplo, com a experiência de redes de cooperação, que é uma metodologia que o ministério desenvolveu em parceria com o Sebrae para a construção

de um produto turístico regional; e tivemos como um dos resultados o Roteiro Civilização do Açúcar.

O Iphan procura fazer a leitura das histórias e dos lugares por meio dos inventários com o objetivo de resgatar a história. Mas essa "leitura" só terá sentido a partir do instante em que for valorizada. É a mesma coisa de quando você compra uma roupa nova e bonita. Você não compra apenas para si mesmo; compra para poder mostrar aos outros, para ficar bonito e bem para as outras pessoas.

A atividade turística é também uma forma de promover a continuidade do resgate dessa história. Com o Roteiro Civilização do Açúcar trabalhamos uma área que abrangia os Estados de Pernambuco e da Paraíba, uma região em que a praia é o principal atrativo turístico. Com este novo enfoque é possível oferecer um "produto" diversificado com base nas características regionais, valorizando a cultura local.

Nessa proposta quero apresentar mais um exemplo. Desenvolvemos um projeto em Paraty chamado Destinos Referências em Segmentos Turísticos. A cidade foi escolhida para se gerar uma metodologia piloto de estruturação do destino para o turismo cultural. A metodologia consistia em formar um grupo de trabalho que respondesse às demandas do destino para as diversas instâncias, para que, através da cooperação, se estruturasse um determinado segmento.

Esse projeto foi importante porque o Iphan, a Secretaria de Planejamento e várias outras instituições que não se falavam puderam se reunir para buscar um ponto em comum que era apresentar às pessoas uma Paraty para visitar e vivenciar a cultura local.

Os resultados foram basicamente esses, o plano maior de cultura elaborado por um grupo gestor que até hoje, mesmo na fase final do projeto, continua a se reunir.

Fiz um breve histórico, pois o tema é muito amplo e se fôssemos entrar nas nuances demandaríamos muito tempo. Basicamente, no âmbito do Governo Federal o que o Ministério do Turismo vem fazendo em prol da preservação cultural é incentivar a regionalização e a formação de redes de cooperação, para que, dessa forma, o território seja valorizado, e os destinos e os turistas possam ter uma experiência positiva, trazendo impactos econômicos e sociais positivos para as regiões.

Redes de proteção ao patrimônio

*Anna Eliza Finger**

Resumo

Este artigo apresenta a proposta de criação de "redes de patrimônio", em que o patrimônio é identificado a partir de recortes temáticos ou territoriais, e abordado de forma associada ao território no qual estão inseridos. Esses inventários mais amplos permitem a identificação de bens de diversas categorias e a seleção dos instrumentos de proteção mais adequados para cada caso. E a partir da identificação sistêmica, através de medidas para sua proteção e valorização estabelecidas de maneira integrada com os órgãos locais de patrimônio, propõe trabalhar esse patrimônio como potencial de desenvolvimento socioeconômico e cultural, gerando emprego e renda e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das populações detentoras desses bens.

Palavras-chave

Patrimônio cultural, Inventário, Preservação.

* Coordenadora de Gestão, Normas e Fiscalização, Coordenação geral de Cidades Históricas do Depam/Iphan

Até há pouco tempo, o Iphan, assim como os demais órgãos de preservação ligados aos governos estaduais e municipais, restringia sua atuação a uma abordagem pontual dos bens culturais. Um edifício, uma cidade, uma manifestação cultural ou um sítio arqueológico era identificado individualmente, e as ações de proteção, conservação e socialização se restringiam ao próprio bem, sem relacionar outros que o complementassem ou que auxiliassem em sua compreensão.

Mas, uma vez que os bens com os quais o Iphan trabalha em cada região (sejam eles da área de arqueologia, material ou imaterial) foram constituídos ao longo do tempo, decorrente dos diversos processos naturais e sociais que se sucederam em um dado espaço geográfico ao longo do tempo, parece natural considerar que a compreensão do contexto, aos quais esses bens se

relacionam, torna sua abordagem muito mais abrangente. Se somada ao ambiente natural (acidentes geográficos, geológicos e paleontológicos), essa cadeia de bens constitui uma *rede* interconectada de elementos culturais e de conhecimento potencialmente apropriado. Essa abordagem aumenta, em muito, a significância e a coesão do patrimônio cultural, e facilita extraordinariamente a sua efetiva apropriação social. Qual o significado, por exemplo, de uma estação ferroviária no interior do País, se não for compreendida no contexto que motivou a construção daquela linha e a importância que as ferrovias tiveram de conectar regiões, antes de difícil acesso, aos maiores centros, levando toda a "modernidade" para o interior do território? E como compreender os bens remanescentes de determinado processo econômico, se não estiverem relacionados aos meios de produção, transporte, formas de trabalho, mercados consumidores (em todo o mundo), porto de exportação, entre outros?

Como exemplo, podemos tomar as cidades de Paranaguá, no Paraná, e Iguape, em São Paulo, ambas recentemente tombadas pelo Iphan. Quem visita essas cidades consegue compreender sua origem comum a partir de um mesmo sistema urbano,[1] e que foram fundadas em decorrência das primeiras descobertas de ouro no país, ainda antes das Minas Gerais? Essas cidades, juntamente com diversas outras da mesma região, compartilham de uma similaridade cultural, formada a partir da cultura caiçara, indígena, da relação com o território, das formas de produção e comércio, etc.

E o patrimônio amazônico, consolidado na importância adquirida pela província do Grão-Pará nos séculos XVIII e XIX, em especial no período áureo da exploração da borracha, que se estendeu até episódios mais recentes de Fordlandia, Belterra e Serra do Navio? É possível perceber que cidades como Manaus, Belém, Porto Velho, entre tantas outras, foram construídas em meio à floresta amazônica no período áureo da exploração da borracha, e que por se ligarem diretamente à Europa têm muito em comum, como edifícios europeus em ferro pré-fabricados, graças à tecnologia pós-Revolução Industrial? E o patrimônio indígena, suas tradições culturais, seus saberes sobre as ervas amazônicas, suas técnicas construtivas, seu conhecimento do território, entre outros aspectos ainda tão pouco valorizados? Além disso, a cultura amazônica se relaciona diretamente com a cultura dos outros países da Região Amazônica, como a Bolívia e a Venezuela, constituindo uma oportunidade de diálogo com nossos vizinhos latino-americanos.

1. As vilas e cidades fundadas no sul do Brasil formaram o primeiro "sistema urbano" propriamente dito do país, pois ao contrário do Nordeste, funcionavam de forma interligada, conectadas umas às outras por uma série de caminhos terrestres, marítimos e fluviais, e tinham um sistema comercial estabelecido, mesmo que precário. Nessa mesma época as cidades do Nordeste brasileiro funcionavam de maneira individual, sobretudo como polos concentradores da produção açucareira em torno do porto de exportação, e muitas vezes não se conectavam entre si, se ligando mais facilmente à Europa do que ao restante do território brasileiro.

E além dos contextos que motivaram a criação desses bens, ao longo do tempo, a cultura local modificou suas relações e lhes conferiu novos significados. Qual a importância referencial de determinado bem para a população que convive com ele diariamente?

Consideramos, portanto, que o patrimônio cultural brasileiro deve ser considerado de maneira mais ampla e não pontual, a partir de uma abordagem sistêmica e relacionada com o território e a dinâmica sociocultural local, tanto em relação à sua proteção e gestão, quanto à promoção e divulgação.

Assim, desde 2006 tem-se buscado, no Iphan, mudar a forma de tratamento dada a esses bens para, a partir de uma abordagem territorial, compreendê-los de forma relacionada com o espaço onde estão inseridos e com outros bens que complementem seu significado e ampliem seu valor. Partindo dessa ideia, foi desenvolvido o conceito do que chamamos "redes de patrimônio".

Em diversos Estados começaram a ser desenvolvidos estudos amplos, com enfoques territoriais ou temáticos, baseados na compreensão de processos históricos, regiões geográficas ou universos culturais, abordando assuntos tão diferentes quanto migrações, conflitos diversos, processos econômicos, entre outros, que tenham influenciado significativamente determinada região.

Exemplos desse tipo de trabalho são os inventários da ocupação do Vale do Ribeira e do Paraíba (ambos em São Paulo), do rio São Francisco (entre Minas Gerais, Bahia e Sergipe); as expedições de Rondon e a Coluna Prestes; os processos econômicos ligados à cana-de-açúcar, ao café, à erva-mate, ao gado, à borracha; as ocupações estrangeiras; a presença das ordens religiosas como jesuítas, franciscanos e beneditinos; o estudo da ocupação pré e pós-colonização através de caminhos históricos e de como se estruturou a atual rede urbana nas diferentes regiões; entre tantos outros temas que envolvem diferentes Estados e articulam ações de preservação em um patamar de significância diferenciado, diretamente ligado aos pressupostos de compreensão do contexto de formação nacional. Consideramos que é a partir de estudos dessa natureza que se fará um mapeamento cultural efetivo, preferencialmente não descolado do patrimônio natural, e com vistas a pactuar uma proteção sistêmica, envolvendo as diferentes instâncias nacionais, estaduais e municipais.

Esses mapeamentos têm o objetivo não apenas de gerar conhecimento sobre os processos históricos e ressaltar as marcas deixadas por eles no território brasileiro, mas também de corrigir distorções em níveis regionais, valorizando lugares ainda pouco conhecidos, mas não menos importantes para a compreensão da cultura e da formação do povo brasileiro, considerando que existem desequilíbrios territoriais e temáticos na identificação, proteção e valorização do patrimônio no Brasil.

Em relação ao Estado do Piauí, por exemplo, verifica-se que os bens ali protegidos até o ano de 2006, além de não retratarem a rica diversidade cultural no Estado (são em sua maioria igrejas e monumentos do período colonial), foram quase todos tombados nos primórdios da atuação do Iphan.[2] Após esse primeiro momento, parte da história de pioneirismo do Iphan, o único bem tombado foi o Parque Nacional da Serra da Capivara (inscrito em 1993 no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em decorrência da sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, em 1991), fato que direcionou a atuação do Iphan na região, principalmente para o campo da arqueologia.

E assim como no Piauí, verifica-se em todo o território brasileiro uma grande defasagem no que diz respeito ao reconhecimento atualizado das noções de patrimônio e das decorrentes ações de preservação. Será que esses Estados, cidades e regiões não fazem parte da história do Brasil, ou sua importância pode ser considerada secundária pelo fato de serem pouco conhecidas, e que, portanto, sua herança não merece ser reconhecida como parte do patrimônio cultural brasileiro? Certamente que não. E partindo do pressuposto de que o patrimônio cultural é um importante elemento de educação, sua identificação, proteção e promoção, em cada Estado, tem como proposta, justamente, materializar e permitir a apropriação social dessa história.

Mas, mesmo nos Estados onde a atuação do Iphan tem sido constante desde sua criação, o conjunto de bens e cidades já protegidos está longe de qualquer tipo de coerência, e este pode ser um dos fatores responsáveis pela pouca apropriação do patrimônio urbano, por exemplo, pela educação.

O mais evidente desses momentos poderia ser o patrimônio remanescente da exploração do ouro em Minas Gerais, onde, a partir de 1938, foram tombados diversos bens. Mas essa estratégia não foi mantida nas décadas seguintes, de modo que se perdeu a oportunidade de

2. O Cemitério do Batalhão, em Campo Maior (inscrito em 1938 nos Livros do Tombo Histórico e de Belas-Artes), a igreja de São Benedito, em Teresina (inscrita também em 1938 nos Livros do Tombo Histórico e de Belas-Artes, mas cuja proteção inicialmente incluía apenas as portas, tendo sido somente em 1985 estendida a todo seu acervo), a Ponte Grande e o Sobrado Nepomuceno, em Oeiras (ambos inscritos em 1939 nos Livros do Tombo Histórico e de Belas-Artes), a igreja matriz de Nossa Senhora das Vitórias, também em Oeiras (inscrita em 1940 nos Livros do Tombo Histórico e de Belas-Artes) e a igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo, em Piracuruca (inscrita em 1940 nos Livros do Tombo Histórico e de Belas-Artes). Fonte: http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm. Acesso em 29 de agosto de 2008.

compreender, por exemplo, os limites do processo de exploração do ouro em Goiás, Mato Grosso (onde Cuiabá, só muito mais tarde, foi protegida) e Tocantins. E mesmo em Minas Gerais, locais como Paracatu, São Gonçalo, Milho Verde e Couto Magalhães, entre diversas outras localidades, nunca foram valorizados. Isso sem mencionar o primeiro ciclo de exploração do ouro no sul do Brasil, entre Santa Catarina e São Paulo, até hoje pouco conhecido e compreendido.

Voltando ao caso do patrimônio amazônico, este poderia ter sido constituído em grande parte, tanto a partir da dimensão arqueológica/indígena, quanto dos testemunhos do esforço incomensurável de ocupação histórica do mundo amazônico, com a profusa criação de fortalezas e cidades na beira dos rios e igarapés, distantes entre si centenas de quilômetros e articuladas pela navegação fluvial, diretamente ligada às tradições indígenas. Entretanto, cidades únicas como Belém, Manaus, Rio Branco, Porto Velho, Óbidos, Santarém, Bragança, Vigia, Parintins, Humaitá, entre tantas outras, ficaram entregues à própria sorte e tiveram suas especificidades tragadas pela banalização dos recentes processos de urbanização desenfreada. E apesar de o reconhecimento de algumas dessas cidades estarem sendo concluídos, mesmo que tardiamente, outras tantas ainda precisariam ser mais bem apropriadas, ressaltando suas especificidades e a significância dos eventos humanos ocorridos nas singularidades da grandeza Amazônica.

Também o conjunto do patrimônio ligado à cana-de-açúcar no Nordeste, apesar de ter inúmeros bens protegidos individualmente, carece de coerência. Das estruturas dos antigos engenhos, em sua grande maioria, foram preservadas apenas as casas-grandes e suas capelas. Foram protegidas cidades como Cachoeira, na Bahia, enquanto outras, como São Félix, cidade-irmã de Cachoeira situada na margem oposta do último trecho navegável do rio Paraguaçu, tiveram seus processos de tombamento concluídos apenas recentemente. E faltam, ainda, cidades como Santo Amaro, na Bahia; Goiana, em Pernambuco; e Estância, em Sergipe, sem contar a região Sudeste, onde antes do café, a cana-de-açúcar era o principal elemento econômico e estruturou grande parte da ocupação do litoral dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Faltam, também, os engenhos do interior, muitos especializados em rapaduras e aguardentes, e que configuraram os primeiros empreendimentos industriais brasileiros (pois a cana deveria ser necessariamente processada

antes de ser exportada, tinha pouca durabilidade para ser transportada até indústrias em outros países). Praticamente nada de seus remanescentes foram protegidos e, em sua maior parte, já foram irremediavelmente perdidos. E outros importantes processos complementares desse período, como o grande ciclo mato-grossense dos séculos XIX/XX e os currais do gado, como os remanescentes do Seridó paraibano e potiguar, bens essenciais para a compreensão dos processos de abastecimento dos engenhos e que permitiram a manutenção desse sistema durante quase três séculos como as maiores lavouras extensivas do planeta, foram ignorados.

Assim, a partir da percepção da ausência de conexão entre os bens protegidos, e mesmo de uma estratégia de identificação e valorização do patrimônio cultural brasileiro, é que o Iphan tem focado esforços no desenvolvimento de "inventários de conhecimento" a partir de enfoques temáticos e/ou territoriais. É a partir desses estudos que deverá decorrer a seleção do rol de bens a serem protegidos para que se constituam em fatores de compreensão e representantes simbólicos dos inúmeros momentos históricos, das realizações humanas e da interação entre o homem e a natureza. Esses bens formarão, então, a base para as "redes de patrimônio" desses locais e, a partir desse conjunto, selecionado de forma ampla, mas consciente, deverão ser delineadas as ações de promoção e socialização, pautadas pelos valores atribuídos e que justificaram sua proteção, ressaltando sempre a relação que cada um mantém com os demais.

Exemplos de inventários desse tipo são os recentemente realizados sobre os remanescentes da Coluna Prestes e das expedições do Marechal Rondon, que identificaram bens e lugares de extrema importância para a compreensão desses episódios situados em locais até hoje deixados à margem das políticas de valorização do patrimônio cultural.

Também inventários territoriais, como o desenvolvido ao longo da calha do Rio São Francisco, revelaram grandes lacunas para a compreensão da história da ocupação do interior do Brasil. Considerado um dos principais rios de penetração, o São Francisco revelou, ao longo de seu leito, um riquíssimo patrimônio natural que conforma paisagens distintas e particulares, onde vive uma população que conserva tradições culturais diretamente ligadas às características desse território. Esse inventário foi dividido, inicialmente, em cinco partes (Cidades mineiras, Cidades baianas, Divisa Bahia/Pernambuco, Região dos Cânions e Região da Foz) e procurou identificar aspectos como o patrimônio paisagístico (sítio

natural e formações geológicas), a arquitetura, o urbanismo, as estruturas produtivas (fazendas, indústrias tradicionais), o patrimônio arqueológico, o patrimônio naval (embarcações tradicionais) e o patrimônio imaterial (tradições culturais, produtos artesanais, culinária). Em decorrência desse trabalho, estão sendo firmados acordos com prefeituras e governos estaduais para a continuação e o aprofundamento das pesquisas e o estabelecimento de diretrizes para a preservação desse patrimônio cultural, compatibilizadas com as ações de desenvolvimento socioeconômico já em desenvolvimento pelo Governo Federal, como a transposição do rio São Francisco, cujos efeitos e impactos na cultura local ainda não chegaram a ser dimensionados.

Mas, mais do que reconhecer, e mesmo que proteger, é indispensável transformar essas áreas em bens referenciais para a cultura brasileira, tornando-as apropriáveis e promovendo medidas de valorização que permitam à população compreender, efetivamente, o sentido de sua existência e os valores que levaram à sua preservação. E isso se faz prioritariamente a partir da educação, incluindo ações de conhecimento e vivência do patrimônio cultural nos currículos escolares, assim como em todos os projetos executados pelo Iphan.

Ao conceber essa estratégia de abordagem do patrimônio cultural na forma de "redes", é indispensável destacar que não apenas o Iphan, mas também Estados e municípios devem planejar suas ações de forma estratégica e complementar, pois só assim esses bens poderão verdadeiramente se constituir em elementos culturais potencializados de seus deveres e funções sociais, geradores de renda e desenvolvimento socioeconômico.

No Estado do Piauí, por exemplo, durante a reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, ocorrida em 2008, que analisou o tombamento de três importantes bens do Estado, foi oficializada a criação da primeira Rede de Patrimônio do país, e firmado um compromisso com o governo estadual para sua proteção e valorização. Essa ação foi fruto de um trabalho desenvolvido a partir de 2006, que partiu do conhecimento do território e da paisagem onde o Estado está inserido, numa região situada entre os Lençóis Maranhenses e Jericoacoara, onde o Rio Parnaíba deságua formando o único delta em mar aberto das Américas, e formações geológicas do interior, em lugares como o Parque Nacional de Sete Cidades e a Serra da Capivara.

A partir dessa base, a arqueologia compreende e estuda os primórdios da ocupação de seu território,[3] enquanto outros inventários e pesquisas buscam reconhecer os traços e a influência da cultura dos povos indígenas[4] que dominavam o local antes da chegada dos colonizadores, assim como da cultura africana presente desde os primórdios da colonização. Já a vertente histórica e a trajetória desse território até os dias atuais estão sendo reconhecidas a partir do estudo das primeiras vilas e cidades, dos processos econômicos, etc.,[5] cujo patrimônio tem sido acautelado e valorizado, e propostas medidas de qualificação destes espaços, juntamente com ações de educação que transmitam à população os valores atribuídos a esses bens e que motivaram sua proteção nacional.

A partir dessa compreensão, é possível também planejar as ações futuras de novos estudos, visando suprir lacunas e ampliar essa rede, de forma a agregar novos elementos e novos valores a esse patrimônio. Além disso, é possível escolher as formas mais adequadas de preservação desse patrimônio, seja através do tombamento (como o proposto para os centros históricos de Oeiras, Parnaíba, Piracuruca, Campo Maior, Amarante, Pedro II, Teresina, assim como para diversos outros bens individuais), do registro do patrimônio imaterial (como da cajuína e da arte santeira), da socialização dos sítios arqueológicos (como os da Serra da Capivara) ou da chancela de sua paisagem cultural e dos sítios naturais.

E buscando seguir a sequência conhecer/proteger/valorizar, é indispensável que esse patrimônio, identificado como referencial para a compreensão da formação dos diferentes Estados e regiões do Brasil, se convertam, também, em exemplos de qualidade ambiental, diretamente refletida em desenvolvimento social e econômico, na ampliação dos parâmetros culturais e educacionais e nas condições de vida das populações residentes. Ou seja, as ações ligadas ao patrimônio não devem ser pensadas de modo estanque, pois é sabido que a proteção isolada não preserva. Assim, ainda no Piauí, cidades como Paranaíba, Pedro II, Oeiras e Piracauruca, qualificadas, hão de se tornar cidades referenciais, sendo possível que, primeiro a vizinhança e logo depois as diversas regiões, assimilem o que o urbanismo mundial já aprendeu, que a contemporaneidade das cidades, independentemente de seu porte, passa pela preservação e reapropriação de suas áreas identitárias, que são os espaços geográficos de suporte do seu patrimônio natural e os centros históricos, base de seus processos socioculturais.

3. Há um trabalho já consistente relacionado a sítios como a Serra da Capivara, Pedro II e Pedra de Castelo, onde as pesquisas realizadas são reconhecidas em âmbito internacional e propõe a mudança das teorias sobre a permanência do homem nas Américas.

4. Relacionada às formas de construir que deixaram marcas na arquitetura piauiense, e também aos hábitos alimentares, hoje reconhecidos através da identificação dos sistemas alimentares ligados ao caju, iniciado pela cajuína.

5. No Piauí a ocupação portuguesa foi intensificada a partir do século XVIII com a expansão do gado do litoral para o interior, e que se identificou como sendo o principal responsável pela formação dos primeiros povoados do atual Estado do Piauí. Posteriormente foi estabelecida uma política oficial de colonização por parte da Coroa portuguesa, cujo objetivo era garantir a posse do território, estratégico para a articulação entre suas duas colônias na América: a do Brasil e a do Maranhão e Grão-Pará. Também foram destacados os processos econômicos e políticos mais recentes, como o comércio da carnaúba, a transferência da capital, entre outros fatores.

Também o reconhecimento das tradições culturais, como a cajuína, é importante para fomentar as atividades produtivas tradicionais e gerar emprego e renda, pois com uma maior promoção do produto, aumenta a demanda desde o cultivo do caju até sua industrialização e comercialização. Isso traz benefícios para qualidade de vida das populações locais que vivem desses produtos artesanais, sem fazer com que eles percam o seu sentido.

E ações objetivas e coerentes de proteção, preservação e estímulo ao incremento de parcerias serão algumas das consequências imediatas esperadas da criação dessas redes de patrimônio, onde os diferentes atores envolvidos (governos federal, estadual e municipal, sociedade civil e empreendedores) poderão atuar de forma conjunta e articulada, desde que compreendam que a preservação do patrimônio cultural só trará benefícios a todos, e que desenvolvimento não está, de forma alguma, desvinculado de qualidade de vida e direito à cultura.

Como conclusão, a proposta é a de que as "redes de patrimônio", além de uma estratégia para a identificação e proteção do patrimônio cultural, contribuam para ampliar seu significado, na medida em que o conecta a outros bens e a outras regiões do país. Dessa forma, pequenas cidades têm sua importância e visibilidade nacionalmente ressaltadas, o que contribui para ampliar, também, o potencial de geração de emprego e renda, ligados à produção tradicional (comercialização, divulgação, turismo), e o acesso a investimentos financeiros governamentais, a partir da divulgação da importância desse patrimônio.

Acreditamos ser esse o caminho para o estabelecimento de um ideal de qualidade de vida e de desenvolvimento, que leve em consideração não apenas o padrão de renda da população, mas que respeite a rica diversidade cultural existente no Brasil e se estabeleça de forma harmônica com o território, contribuindo também para o equilíbrio ambiental do país.

Planos de desenvolvimento regionais

*Ricardo Dias Ramagem**

* Coordenador geral de Planos e Ações Regionais da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional

Apresentarei aqui um retrato da construção da política nacional de desenvolvimento regional, através de um documento no qual o Ministério da Integração Nacional tem trabalhado desde 2003, e nós estamos agora numa segunda fase de renovação desse documento, trabalhando-o para que se transforme em projeto de lei e vire política de estado, deixando de ser política de governo. Hoje ele está estruturado no Decreto nº 6.047 assinado pelo Presidente Lula em 2007.

Começo minha apresentação com um retrato da retomada do planejamento governamental. Nas décadas de 1950 e 1960 – governo Getúlio Vargas, governo Juscelino – houve a ação do Estado num planejamento governamental bem expressivo. A década de 1960 com enfoque em infraestrutura. A década de 1980 foi a década perdida no País, não houve essa possibilidade de planejamento, essa preocupação, houve, sim, a desqualificação da presença do Estado, o neoliberalismo aparecendo com muita força e sendo muito questionado, a moda era o estado mínimo e isso gerou prejuízo para nosso país. O que persistiu até a década de 1990, época que ocorria um planejamento sobre a forma do PPA, os planos plurianuais, o estudo dos eixos.

Mas, no atual governo, houve uma retomada mais expressiva disso, e quando eu falo planejamento regional não é só, evidentemente, tarefa do Ministério da Integração Nacional. O Ministério da Integração Nacional tem um papel importante, mas existem outros ministérios que têm, também, uma ação relevante no governo, são eles: o próprio Ministério do Planejamento, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, os ministérios setoriais que trabalham setores produtivos, outros que causam impacto relevante na questão social, como, por exemplo, o programa Bolsa Família, um dos programas que provocam grande impacto na diminuição na desigualdade regional, hoje, no país.

Portanto, o conjunto dessas ações reflete a preocupação no momento político de hoje, de planejamento regional, de planejamento estratégico regional. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na década de 1950, foi um símbolo do planejamento regional, Celso Furtado foi uma figura emblemática nesse processo.

Ainda nessa retomada, atualmente, o padrão de preocupação para planejamento regional mudou o foco em relação ao que eu mencionei anteriormente. Agora o que existe é uma preocupação em valorização da base social, quer dizer, sem o contato com as comunidades locais e sem o controle social dos projetos, por exemplo, não podemos dizer que haja um planejamento regional efetivo.

A política regional não pode deixar de dialogar com a política social. Ou seja, desenvolvimento regional não é atribuição exclusiva de um ministério, o Ministério da Integração Nacional, por exemplo, tem como missão fundamental contribuir pra redução das desigualdades regionais. Por isso, ele tem uma ação muito concentrada no Norte/Nordeste, daí a recriação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Sudene, e agora da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). Já a região Centro-Oeste apresenta uma situação diferente de Norte/Nordeste, ela tem um dinamismo econômico diferente dessas outras duas, mas também foi foco de recriação da superintendência.

Agora, quando eu falo que o ministério tem preocupação com essas regiões, não significa que as outras não sejam objetos de atuação, porque existem desigualdades intrarregionais. Vejam, por exemplo, o caso de Minas Gerais, que é um pouco o retrato do Brasil – tem a área de Belo Horizonte, tem o Triângulo Mineiro, tem o Sul de Minas, que tem competitividade, tem dinamismo econômico, mas tem o Vale do Jequitinhonha, tem o Norte de Minas, tem regiões pobres também.

Então, o foco do ministério está em todo o país e atua em sub-regiões selecionadas, conforme falarei mais adiante.

O Ministério da Integração Nacional trabalha em três grandes vertentes: desenvolvimento regional, infraestrutura hídrica, herdada ainda do antigo Ministério do Interior e da Defesa Civil (que também está dentro do Ministério de Integração Nacional) e organização social. O principal instrumento nosso é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR está institucionalizada por meio do Decreto Presidencial nº 6.047 de fevereiro de 2007, e tem como estratégias apoiar as oportunidades de desenvolvimento regional e articular ações de distribuição da ação pública nas regiões.

É fundamental esclarecer que o objeto da política nacional de desenvolvimento regional trabalha superação, desigualdade regional e estagnação econômica, e tem que articular o combate não só do problema da pobreza, por meio da articulação com as políticas sociais, mas também em relação à competitividade. E o foco do ministério não é trabalhar em regiões onde há concentrações de pobreza, mas sim trabalhar a desigualdade entre regiões.

Então, podemos verificar, em alguns dados estatísticos, que, muitas vezes, a concentração da pobreza está na periferia das regiões metropolitanas. Mas, se você comparar a pobreza relativa, ela continua no interior do Brasil, no semiárido, nas regiões de fronteira. Então, o foco do ministério não é trabalhar o combate à pobreza, mas sim a desigualdade regional. O combate à pobreza tem outros ministérios com essa missão, como o Ministério do Desenvolvimento Social, que tem uma ação forte nesse sentido, e conseguiu articular várias ações que estavam desarticuladas. Uma grande ação desse ministério se deu com o Programa Bolsa Família, o qual tem seus problemas, como todo programa de grande monta que envolva onze milhões de famílias, mas ele causou impactos expressivos. Existem estudos da Fundação Getúlio Vargas, que dizem que a desigualdade de renda diminuiu nos últimos anos, muito em função de várias fontes de transferência de renda além do Bolsa Família.

A Política de Desenvolvimento Regional tem de articular a questão da competitividade também. Existe a Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior; a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI tem capitaneado uma articulação para essa política que começou exatamente em 2007/2008, quando teve a crise econômica e consequentemente houve uma queda, mas, claro, há um esforço de retomada de articulações para o desenvolvimento produtivo. E tem de haver uma articulação com a política de agropecuária também.

Quanto ao potencial de lidar positivamente com a diversidade regional, a cultura ganha uma dimensão fundamental. A política de desenvolvimento regional procura articular esse aspecto, mas, antes, precisa aperfeiçoar esse

mecanismo, e por isto a parceria com o Ministério da Cultura e com o Iphan, no intuito de valorizar a diversidade regional. Essa é uma das premissas que estamos reforçando no documento da PNDR, a de valorizar a diferença que existe entre os vários "Brasis", da magnífica oportunidade de geração de renda a partir de associação dos produtos culturais com o turismo, por exemplo. Então, quando se falar em diversidade regional, acredito que o fator cultural é que determina essa diversidade regional.

Existem várias regiões menos dinâmicas dentro das macrorregiões. Podemos pensar uma política, uma estratégia em nível macrorregional, mas a atuação tem de ser em regiões menores. Por exemplo, no Nordeste existem vários nordestes, então você tem de trabalhar o planejamento e a ação sub-regional.

Por exemplo: na bacia do rio São Francisco, mesmo dentro de São Francisco, tem o Alto São Francisco, o Médio, o Submédio e o Baixo São Francisco. Cada área deve ser tratada com a sua especificidade. A diversidade cultural nas redes de patrimônio merece destaque. Elas são fundamentais pela valorização da identidade cultural da população. E pode ser usado como vetor de desenvolvimento.

O semiárido é um foco intenso, uma preocupação muito grande do Ministério de Integração Nacional, além da Amazônia e da faixa de fronteira. Essas são as regiões que temos trabalhado: na área da faixa de fronteira e com algumas sub-regiões, como é o caso do Alto Solimões. No semiárido também há sub-regiões selecionadas e em Minas, São Paulo, Paraná e no próprio Sul, com a articulação da grande fronteira Mercosul, essas são regiões que são discutidas e trabalhadas há alguns anos.

Por exemplo, a grande fronteira Mercosul surgiu no Ministério do Meio Ambiente com uma discussão sobre a bacia do rio Uruguai por causa da poluição dos grandes frigoríficos. Algumas associações municipais levaram essa demanda para o governo federal. Então, como se vê, cada região dessas tem um histórico diferente.

Por exemplo, a região do Nordeste, na qual encontramos Araripe e Nova Olinda há o projeto da Fundação Casa Grande, além de outros grandes projetos de valorização cultural, como o das romarias do Padre Cícero. É uma região pobre, mas que tem um valor cultural impressionante, ela pode ser a região síntese da cultura do sertão nordestino. Aquela é a região do Luiz Gonzaga, de Exu (PE); também Patativa de Assaré, grande poeta

popular, é do município de Assaré (CE). Então, essa região tem uma riqueza cultural que é pouco aproveitada.

Eu trabalhei nessa região durante um tempo, no Piauí, e um dia, passando por Assaré, quis saber se, na cidade, havia algum museu do poeta Patativa. Encontrei uma casa modesta, havia um esforço grande para preservar e mantê-la, mas era ainda muito modesta diante da importância do poeta. E, infelizmente, isso se repete em vários locais no Brasil.

Nos trabalhos que fazemos nas regiões do Brasil, procuramos desenvolver duas vertentes. Uma é a de dinamização econômica, que consiste em apoiar financeiramente e articular o que eu chamaria de "aglomerados produtivos locais" mais propriamente do que Arranjos Produtivos Locais – APL. Pois, na verdade, o típico APL, conforme estudos da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais – Redesist, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais – Cedeplar/UFMG, ocorre com mais frequência no Sudeste e no Sul do país. O que importa, neste caso, é a metodologia de articulação e de construção de parcerias do trabalho dentro dos APLs, na verdade, eles são aglomerados produtivos com capacidade de se transformar em arranjos produtivos locais.

Alguns deles são associados à cultura, por isto, procuramos atrelar cultura e turismo, pensando na renda da cultura.

No caso da região no sul do Ceará que faz parte da mesorregião da Chapada do Araripe, estamos apoiando centros de artesanato e, inclusive, a construção, em Juazeiro do Norte, do centro de capacitação para o artesanato, envolvendo o artesanato de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, que é forte e representativo. O artesanato em madeira, do Ceará, vem de Cariri, da parte sul. No litoral, em geral, é encontrada renda, os tecidos.

E na parte de organização social, apoiamos a construção de instâncias de articulação e governança.

Para definir quais áreas são de alta renda, estagnada, de baixa renda ou dinâmica, nós procuramos duas variáveis: rendimento domiciliar médio por habitante e variação média anual do PIB por habitante.

Construir indicador e montar mapa não é tarefa simples, porque sempre vão aparecer regiões em que alguém vai mencionar: "Mas essa região não é estagnada, eu já estive lá, morei lá, sou de lá e sei que ela é pobre".

Agregar dados por microrregiões não é simples. Estamos num diálogo importante com a Direção Geral da Política Regional – DG REGIO da União Europeia. Lá, eles construíram mapas mais simples para determinar onde deveria ser alocado investimento mais importante, prioritário, e investimentos de segunda ordem, vamos chamar assim.

Nós também construímos um mapa que está sendo adaptado. Nele delimitamos as áreas de alta renda, que, em tese, não seria um foco do Ministério de Integração Nacional, áreas dinâmicas e as áreas estagnadas ou de baixa renda, e isso tudo em relação ao PIB, ao crescimento nacional. Mas esse mapa ainda precisa ser atualizado, pois houve uma mudança significativa na economia do país desde sua criação, em 2005.

Tramita no Congresso Nacional a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional – FNDR, no qual a União repassaria recursos para os Estados, mas exigiria contrapartida conforme prioridades da PNDR.

Minas Gerais, por exemplo, pode optar por solicitar recursos para a região metropolitana de Belo Horizonte que está disposta no mapa como sendo de alta renda, assim como o Triângulo Mineiro. Mas, neste caso, a contrapartida do Estado tem de ser maior também, porque não seria uma região prioritária de acordo com a PNDR. Já ao vale do Jequitinhonha e ao norte de Minas, a União passaria um recurso maior e a contrapartida do Estado seria menor.

Há outro mapa com os níveis de centralidade, construído pelo IBGE, que apresenta as redes de cidades, que é interessante no processo de planejamento regional. Nele, podemos observar os outros polos regionais que poderiam desconcentrar serviços das metrópoles, como os serviços culturais e os serviços educacionais. Entendemos como parceiro importante no caso dos polos, além das redes dos patrimônios culturais, as redes dos centros federais de ensino tecnológico.

Aqui apresento o organograma da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, que é dividida em área de Planejamento Regional e área de orientação de gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO).

Quanto às principais atividades da área de Planejamento Regional, eu gostaria de destacar três pontos: a) revisão da PNDR, b) Planejamento Territorial Regional e c) Capacitação.

a) A PNDR, fase II – 2010/2015: estamos na etapa de elaboração de um documento que devemos apresentar para consulta pública, não só em nível de governo, mas para a sociedade também, e neste ponto a contribuição dos colegas do turismo e dos colegas da cultura vai ser fundamental. Por exemplo, a cultura precisa ser mais valorizada na PNDR e, para isso, precisamos da contribuição. Vale destacar, também, as atividades de divulgação e aperfeiçoamento da PNDR, sobretudo o lançamento do Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional, homenagem a Celso Furtado e a implantação do Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional.

b) Planejamento territorial: estamos com uma atividade importante na bacia do rio São Francisco, tanto na área da revitalização, quanto na área do Projeto de Integração com os rios do Nordeste setentrional. E temos, aqui, também uma atividade de planejamento sub-regional com Consórcio dos Municípios do Alto Paraopeba, em Minas Gerais, o Codap, que envolve cidades como Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco e outras, como patrimônio cultural.

Por que esse plano sub-regional? O próprio governo de Minas Gerais convidou o Ministério da Integração Nacional para participar de um esforço junto com o Codap e o Cedeplar/UFMG, para elaborar um plano para mitigar os impactos negativos que esses municípios terão com investimentos que receberão nos próximos cinco anos, de bilhões de reais, de mineradoras como a Gerdau, a Vale, empresas do Japão e da França, dentre as maiores do setor de mineração, pois existe uma preocupação muito grande a esse respeito.

Desta forma, a ideia é o Poder Público se antecipar e não só estimular o setor privado a investir, mas também organizar a parte de ordenamento territorial em parceria com o Ministério das Cidades, assim como outros temas relevantes, como a preservação cultural e, creio, o Ministério da Cultura tem um papel importante, principalmente em relação a Congonhas.

Temos, ainda, um mapa de um documento que fizemos, junto com a Presidência da República, do São Francisco, que envolve a área da revitalização do São Francisco e a área do Projeto de Integração de Bacias, no Nordeste setentrional; são rios que irão receber as águas do

São Francisco. Os canais são grandes obras de infraestrutura que ocorrerão nessa região. São obras que estão avançando e é fundamental termos a dimensão dos impactos positivos e a mitigação de eventuais problemas gerados pela migração que ocorrerá nessas regiões.

Outro exemplo, diz respeito à ferrovia Transnordestina que passará pela cidade de Salgueiro (PE). Trata-se da maior obra de ferrovia no Nordeste que será cortada pelo Projeto de Integração de Bacias, sendo considerada uma área fundamental. Assim, será preciso implementar serviços culturais, pois aumentará a migração, que provocará o crescimento da insegurança.

Além disso, existem sítios arqueológicos na região. Mais um importante motivo para trabalharmos juntos.

c) Capacitação: destaco a parceria que temos com o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social (Ilpes), órgão vinculado à Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), para a realização de cursos voltados para a capacitação em desenvolvimento regional.

Os cursos têm por objetivo capacitar agentes públicos para a elaboração e gestão de planos estratégicos de desenvolvimento local e regional abrangem aspectos econômicos, sociais e políticos, transmitindo técnicas e métodos concretos de gestão, sem perder de vista o contexto da globalidade do processo de desenvolvimento nacional. A metodologia dos cursos prevê um exercício prático de elaboração de planejamento estratégico aplicado a um território, onde são empregados os conceitos ministrados durante o curso. Tal exercício tem sido realizado em algumas dessas regiões conforme sua especificidade.

Realizamos, por exemplo, um curso na cidade de Cachoeira na Bahia, no Recôncavo Baiano, sobre planejamento regional no qual o foco foi a cultura. Neste caso, a Universidade do Recôncavo e o fator cultural são fatores fundamentais para o desenvolvimento. Foi uma parceria interessante na linda cidade de Cachoeira e gostaríamos de repetir em outros locais, tendo a cultura como vetor de desenvolvimento.

Quanto ao financiamento da política, eu acho que o fundamental é essa construção do FNDR que está em tramitação dentro da PEC da reforma tributária. O Fundo é importante para que a União dialogue com os

Estados, e estabeleça as prioridades de apoio ao desenvolvimento regional para os estados menos desenvolvidos, porque senão existe o risco desse recurso virar um fundo de participação dos estados. Já existe um fundo de participação dos Estados, que é importante, mas a União precisa ter um recurso destinado para aquelas regiões que precisam, senão os Estados ricos tendem a puxar mais recursos do que aqueles mais necessitados. É necessário o equilíbrio e a União tem de arbitrar um pouco sobre isto, junto com os Estados, evidentemente.

E por que é importante? Se olharmos alguns documentos da União Europeia, perceberemos a mudança que houve nos últimos trinta anos, na Espanha, em Portugal e na Irlanda. Ela não ocorreu por acaso, mas porque foi estabelecido como prioridade o resgate desses países. Para isso, o principal instrumento foi a criação dos fundos europeus de desenvolvimento regional.

Por que a União Europeia faz isso? Para diminuir as possibilidades de conflitos e fortalecer a região economicamente, diante da concorrência de outros mercados internacionais. Vale lembrar que a Europa foi palco de grandes conflitos e que somente depois da Segunda Guerra Mundial é que surgiram políticas de distribuição de recursos entre países. Como se fossem vários Planos Marshall, de resgate desses países, mas dessa vez administrados pela própria Europa. A Guerra dos Bálcãs provavelmente não teria ocorrido se há quarenta anos tivesse injeção de recursos. A Europa, portanto, tem motivos para fazer isso, assim como nós temos a necessidade de diminuir o desequilíbrio entre nossos Estados, tanto para resgate da dívida social, quanto para tornar o País mais competitivo. Para tanto, é necessário a priorização na distribuição de recursos. Os europeus têm conseguido avançar nessa questão ao priorizar o apoio financeiro, nos últimos 25 anos, para países como Espanha, Portugal e Irlanda. Dessa forma, a experiência desenvolvida na União Europeia nos incentivou a estreitar o intercâmbio com o Brasil.

Sítios Urbanos

Subtemas

Preservação de sítios e gestão urbana

Redes de preservação e políticas regionais de desenvolvimento

Coordenadora: **Yole Milani Medeiros** (Iphan)

Relator: **Flávio de Lemos Carsalade** (EA/UFMG)

Comunicações

A gestão da preservação de sítios históricos como um problema de visão conceitual, **Flávio de Lemos Carsalade** (EA/UFMG)

Preservação de sítios e gestão urbana, **Yole Milani Medeiros** (Iphan)

La rehabilitación integral del centro histórico de La Habana Vieja, **Ayleen Robainas Barcia** (Oficina do Historiador/Cuba)

Normas urbanas, **George Alex da Guia** (Iphan)

A importância do campus *da UFRB em Cachoeira/BA para a preservação do sítio histórico*, **Paulo Gabriel Soledade Nacif** (Reitoria da UFRB)

A contribuição do turismo para a proposta de preservação de sítios urbanos em rede, **Fabiana de Melo Oliveira** (Secretaria Nacional de Políticas do Turismo/Ministério do Turismo)

Redes de proteção ao patrimônio, **Anna Eliza Finger** (Iphan)

Planos de desenvolvimento regionais, **Ricardo Dias Ramagem** (Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional/Ministério da Integração Nacional)

Relato

Considerações iniciais

Algumas observações são importantes para o entendimento da metodologia da sistematização adotada:

• Desafios podem se transformar em potencialidades. Não só o limite entre os conceitos é tênue, como só é possível a constatação das potencialidades a partir dos desafios colocados. Para que se criem ações estratégicas combinadas entre desafios e potencialidades é importante que se tenha essa noção de intercambialidade e complementaridade dos conceitos. Assim, a classificação em outro bloco pode ser remanejada e, de certa forma, isto é feito nas seções finais que tratam de objetivos e estratégias;

• Os desafios e as potencialidades aqui listados são extraídos daqueles que apareceram nas palestras individuais e que têm, ao mesmo tempo, interesse para o nosso caso;

• Alguns temas e problemas foram recorrentes nas diversas intervenções e sugerem blocos de sistematização. Por exemplo, citamos duas, mais evidentes:

Integração: a questão da integração foi recorrente, seja nas políticas, seja nos sistemas. Aí se colocam questões tais como: se a integração se daria por metas ou por programas intersetoriais, se nos territórios locais ou nas regiões e ainda: como integrar esferas e programas governamentais. Foi consenso que a integração deve ser perseguida por ser necessária e indicadora de eficiência.

Metodologia: as questões metodológicas e conceituais, suas diferenças entre os diversos campos de atuação e setores governamentais pode impedir a integração e criar linguagens diferentes entre atores. Aí aparecem questões tais como: Com quais dados trabalhar? Como manipulá-los?

Política Nacional: desafios

Integração de políticas

• A constatação da necessidade de uma transversalidade de temas e ação política leva ao problema da integração das políticas públicas quer no nível federal (habitacionais, PAC Ministério das Cidades e

PAC Patrimônio, Integração com o Plano Nacional de Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo, ações do Ministério da Integração Regional) quer entre as entidades federativas;

• Uma visão mais abrangente e integrada de políticas pode ajudar na definição do "re-uso" adequado de edifícios degradados e integração de investimentos através da criação de instituições adequadas às potencialidades locais, como nos mostra o exemplo da UFRB;

• Constata-se também que mesmo as ações positivas de enriquecimento local podem apresentar aspectos negativos como impactos locais pela substituição ou de população nativa ou de seu convívio com os novos moradores atraídos pelo re-uso ou o turismo predatório ou ainda impactos causados por grandes atividades econômicas como a mineração. Se, por um lado, a injeção de recursos e o incremento populacional podem atuar como fomentador de economias locais, por outro pode provocar problemas de ordens diferentes àqueles existentes nos locais, levando a estratégias específicas e preventivas de mitigação;

• A grande dívida social do país é também importante desafio político. Assim, as políticas devem envolver a participação popular (como garantia de legitimidade e efetividade de participação) e cuidar do "empoderamento" das populações de baixa renda, bem como estabelecer mecanismos adequados de participação;

• O item anterior nos remete à questão do equilíbrio político que também é um desafio a superar, como por exemplo, no controle de Estados e agentes que têm maior facilidade de "puxar" recursos (em detrimento de outros sem este potencial de articulação): trata-se, portanto, de busca de maior equilíbrio e neutralização de lobbies perversos;

• A questão da continuidade de ações também se mostrou como desafio a ser superado. Trata-se, neste caso, de se transformar políticas de governo em políticas de Estado para que se superem os períodos governamentais.

Metodológicos

• A construção de sistemas nacionais exige obviamente uma abordagem sistêmica dos problemas. Assim, não há como, por exemplo, desvincular os centros históricos do restante da cidade em

que se encontram e nem de se isolar as cidades das regiões. Trata-se, portanto de definir políticas não apenas para os centros históricos, mas defini-las em contextos abrangentes;

• De maneira similar, se o reconhecimento da diversidade cultural e da importância dos valores locais aparece como fator a serem respeitado, torna-se importante o equilíbrio político entre valores locais e valores impostos por entes maiores e externos. Da mesma maneira, uma sensibilidade para as características locais (por exemplo: reconhecimento de diferenças de estruturas fundiárias ou de limites de transformações viárias) pode levar a normas diferentes para lugares diferentes;

• Verificou-se que não há uma concordância universal e entre os diversos agentes com relação aos conceitos com que se trabalha. Conceitos como *patrimônio*, *cidade que se quer*, *desenvolvimento*, *qualidade de vida* têm diferentes acepções e diferentes significados para diferentes grupamentos técnicos e sociais. O desafio aqui é trabalhar com uma base conceitual convergente ao mesmo tempo em que se respeitem valores e diferenças locais;

• Ainda com relação à questão conceitual, discutiu-se a impropriedade de se desvincular as noções de patrimônio material e imaterial, imbricadas na realidade;

• Problema metodológico importante a ser enfrentado é com relação a uma visão imobilista das cidades e metas como objetivo a ser alcançado. Trata-se da questão entre Cidade Real x Cidade Idealizada. Essa questão metodológica ressalta a importância de se considerar não apenas a normatização, mas valorizar especialmente o monitoramento como importante fator de correção de rumos e de dinâmica dos processos. Normatizações rígidas se chocam com a dinâmica das cidades. Essa atitude pode ajudar a superar a dicotomia entre lei e realidade ("leis que não pegam");

• Como último problema metodológico observado se apresenta a questão dos dados e de sua manipulação. Qual seria o corte ou o momento adequado para reconhecer o momento de decisão sobre processos, considerando que sempre há dados novos. Na construção de indicadores: quais são os dados adequados?

Investimentos

• Verificou-se a necessidade de investimentos não apenas nos edifícios

patrimoniais, mas especialmente nas cidades quanto à recuperação da infraestrutura urbana e solução dos problemas crônicos das cidades (mobilidade urbana, crescimento desordenado, etc.);

• De maneira complementar apresentou-se como importante desafio metodológico o correto equilíbrio entre investimentos na propriedade privada e em áreas públicas.

Gestão

• A separação entre normatização e gestão se apresentou ineficaz, devendo haver compatibilidade entre elas, até mesmo para garantir a exequibilidade das normas;

• O distanciamento entre os órgãos e agentes de proteção e desenvolvimento não é um desafio novo. Novamente ele aparece nas falas e sugere estratégias de aproximação entre sujeito e objeto de proteção, inclusive como formas de redução do preconceito contra o tombamento e mostrar o patrimônio como valor e fator de desenvolvimento socioeconômico de fato;

• Na questão da gestão, inclusive a partir da preocupação com a mitigação dos impactos negativos citados acima, reforçou-se a necessidade de dar um caráter sustentável na geração de negócios envolvendo os sítios urbanos;

• A participação popular, anteriormente citada, associada a uma boa gestão entre os múltiplos agentes efetivamente envolvidos para a consecução de metas e estratégias leva à necessidade de se fortalecer conhecimento mútuo para formar boas redes, além do entendimento entre eles de forma a criar ações e metas compartilhadas, na construção de um verdadeiro *pacto civilizatório*;

• Uma reestruturação ou um entendimento mais claro das responsabilidades do pacto federativo e, nele, de cada entidade e sociedade torna-se importante inclusive para superar a usual transferência de responsabilidade para o Iphan nas áreas por ele protegidas.

Crônicos

Alguns problemas crônicos brasileiros foram lembrados como desafios a serem superados e que têm forte impacto nos sítios urbanos. São eles:

• Resistência à pressão econômica descaracterizadora e aos efeitos perversos da globalização;

• Redução das desigualdades regionais/sociais e inclusão social.

Sistema Nacional: desafios

Integração de sistemas

• Um dos desafios que aparece com mais frequência é a questão da concertação e sinergia dos agentes. Até porque muitas vezes diferentes programas governamentais são convergentes em um mesmo objeto e território, mas envolvem agentes diferentes ou ainda porque existem problemas na permeabilidade das ações. Questões como essa têm de ser resolvidas também sistematicamente;

• Corolário do problema anterior ou talvez até causa dele é a dificuldade de integração entre sistemas nacionais gerando políticas não isoladas entre si, bem como o não isolamento entre esferas administrativas, entes federados e programas diversos. As apresentações mostraram boas experiências nesse sentido que podem ser aproveitadas para a construção de métodos mais eficazes como a ação conjunta já iniciada ente cultura e turismo no Plano Mar de Cultura de Paraty. Note-se que este é um desafio que aparece tanto no campo do Sistema quanto no campo da Política;

• O problema da descentralização de recursos e decisões e o equilíbrio entre centralização e descentralização é também problema recorrente na medida em que o usuário finalista das ações e investimentos é o nível local. Ações como maior participação popular e adequados controle e organização dos fundos podem ajudar nesse sentido, incrementados por um processo de integração entre decisões dos diversos fundos como os Fundos do Patrimônio e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

Metodológicos

• Diferentes categorizações e classificações entre bens patrimoniais (no sistema do patrimônio) e entre bens focos de políticas públicas (entre diversos sistemas de outros ministérios) acabam por confundir as ações e muitas vezes tornar inelegíveis certos bens por inadequação a classificações de elegibilidade para investimentos. Torna-se necessário se não uma uniformização de nomenclatura entre os

diversos órgãos, pelo menos o estabelecimento de critérios de intercambialidade;

• Diferença de escalas entre cidades e entre bens culturais são parâmetros claros da impossibilidade de ações universais. Nesse sentido há que se ter a um só tempo sensibilidade para os valores e características locais conforme já mencionado anteriormente neste relatório e, simultaneamente, estabelecer regras que tenham sentido mais geral. O equilíbrio entre as duas ações é a dificuldade metodológica neste caso;

• Também como corolários da questão anterior há que se desenvolver necessário senso crítico para se evitar "pasteurização" de soluções com normas iguais ou gerais indistintamente aplicadas a casos diferentes ou ainda se superar práticas "naturais" ou soluções padrão repetidas de forma pouco crítica.

Política nacional: potencialidades

Integração

• As diversas ações realizadas por diferentes programas costumam ter um efeito "dominó" nos locais onde se aplica e nas regiões circunvizinhas com impactos positivos muitas vezes inesperados. O reconhecimento e incorporação desses benefícios deve ser alvo de atenção para sua ampliação e por sua exemplaridade;

• A riqueza cultural local (ex. Exu, terra de Luiz Gonzaga e Assaré, terra de Patativa de Assaré) deve ser pesquisada e coerentemente utilizada como potencial agregador de riquezas e programas.

Metodológicas

• Normatização entendida também como deflagadora de processos e instituição de círculos virtuosos. Normatizações não são apenas restritivas, mas podem ser também incentivadoras;

• Por outro lado, a normatização pode ajudar a integração de sistemas que imbuída de uma visão sistêmica regional e sensível para as diferenças urbanas.

Formação

• Vários programas incluem ações de formação técnica. Muitas dessas experiências apontam para a utilização do momento da formação como oportunidade de geração de renda e inclusão social.

Circunstanciais

As diversas apresentações ressaltaram alguns aspectos circunstanciais que podem ser capitalizados como potencial para as ações futuras. São eles:

- Bom momento econômico vivido pelo País;
- Política do Iphan de integração das políticas de patrimônio e desenvolvimento urbano;
- Sistema existente já trabalha com a noção de inserção em contexto e de redes;
- Dados existentes permitem combinação de itens para formação de estratégias;
- Investimentos em grandes obras de infraestrutura regional;
- Aumento do interesse turístico pelas culturas locais;
- Experiências exitosas;
- Apoio do Ministério da Integração Nacional a planos de desenvolvimento macrorregionais.

SISTEMA NACIONAL: POTENCIALIDADES

Integração

- Disposição e consciência dos órgãos quanto aos benefícios e necessidades de ações de integração;
- Prática do incipiente sistema nacional de patrimônio (ainda que não completamente configurado como tal) de trabalhos em rede e parcerias.

Metodológicos

- Percebeu-se que a base territorial pode ser talvez o elemento indutor de convergência das ações sistêmicas. Tal constatação parte do entendimento e incorporação do conceito de *território* como unidade de planejamento para vários órgãos nacionais e municipais e na constatação de que é no nível local que as ações efetivamente ocorrem. É importante, no entanto, a par da valorização do *território local* como unidade de exame, o seu entendimento sempre relacionado sistemicamente com a esfera territorial seguinte. As apresentações mostraram também que é possível extrair estratégias

de estudos amplos realizados baseados em uma abordagem múltipla a partir do território: processos econômicos, eventos históricos, ocupação territorial, história do território, tradições culturais. A abordagem territorial aponta para a necessidade de se bem usar a realidade dos diferentes contextos;

• No entanto, mesmo dentro do território, deve-se procurar o entendimento de qual a chave metodológica seria adequada para promoção de integração: Unidades de paisagem? Roteiros turísticos? Microrregiões?;

• A questão prática territorial sugere também o protagonismo do planejamento e das ações consorciadas como, utilizando uma estratégia do Ministério da Integração, transformar aglomerados de produção em Arranjos Produtivos Locais (APL).

Política Nacional: parcerias

As parcerias políticas podem ser agrupadas em diferentes níveis:

Parcerias internacionais

Importantes não apenas para financiamento e suporte técnico, mas também para agregar legitimidade, reconhecimento e visibilidade:

• Unesco;

• Pnud;

• Aecid.

Parcerias intragovernamentais

Importantes não apenas para se evitar duplicidade e desperdício de recursos, mas também para uma formulação mais correta e abrangente dos diversos programas:

• Outros parceiros que não aqueles tradicionalmente ligados ao Sistema da Cultura (Turismo, Integração Regional);

• Parceria integrada entre os diversos fundos e programas públicos, conforme já identificado anteriormente neste relatório.

Parcerias entre entes federativos

Importante para ações concorrentes e garantia de permeabilidade para usuário final:

- Federação;
- Estados;
- Municípios.

Parcerias com a sociedade civil

- Movimentos organizados da sociedade civil;
- Empresas investidoras: mecenas ou ainda com interesses econômicos nos processos de recuperação dos sítios urbanos;
- Geradores de emprego e renda;
- Universidades e seu potencial instalado;
- Técnicos interessados no aumento de mercado a partir da necessidade do conhecimento especializado qualificador.

Sistema Nacional: parcerias

Com relação às parcerias para o sistema nacional, identificaram-se os mesmos parceiros listados para as políticas nacionais, adicionando-se, neste item, a necessidade de entender a sua cooperação de forma sistêmica e integrada aos diversos programas existentes.

Objetivos para os próximos dois anos (2010-2011)

O grande objetivo para os próximos dois anos, extraído das apresentações do Grupo, parece ser a consolidação do Sistema Nacional de Patrimônio através das seguintes ações, no âmbito dos sítios urbanos:

- Integração dos entes federados;
- Criação de objetivos e metas comuns entre eles;
- Definição do funcionamento do sistema com clareza dos papéis dos diversos membros componentes do sistema;
- Identificação das realidades e das demandas locais dos diferentes sítios.

Ações estratégicas para os próximos cinco anos (2010-2014)

- Transformação de políticas de governo em políticas públicas;
- Integração sistemática de ações governamentais;
- Criação e implementação dos pactos civilizatórios locais;

• Continuidade de programas e fontes de financiamento para os sítios urbanos;

• Permeabilização e efetivação da chegada dos recursos aos níveis locais;

• Capacitação das prefeituras e reforço da capacidade local de produção e ação;

• Criação de *círculos virtuosos* e difusão de experiências exitosas;

• Reforço das ações de desenvolvimento institucional do Iphan.

Ações estratégicas para o próximo ano

• Definição do modelo de funcionamento do SNPC;

• Construção de pontes e convergências entre os diferentes programas nacionais;

• Superação de "desentendimentos" conceituais e legais;

• Definição de metodologia de trato com o problema da integração em rede dos sítios históricos e dos modelos de abordagem entre realidades diferenciadas;

• Criação e "azeitamento" de mecanismos de participação popular e dos municípios no Sistema;

• Identificação das ameaças e oportunidades causadas pelos diversos programas e sua integração em estratégias convergentes;

• Identificação de agentes e parceiros;

• Elaboração de planejamento estratégico para o setor incorporando sugestões deste Fórum.







Sessão de Pôsteres

Durante o I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, expositores de diversos Estados brasileiros puderam divulgar em 34 pôsteres as ações de preservação do patrimônio cultural que realizam em suas comunidades. Essas ações estão relacionadas a seguir.

Ações de educação patrimonial – PE
Fabiana de Lima Sales

Arquitetura modernista – Cataguases
Guia do Patrimônio Cultural – MG
Paulo Henrique Alonso

A Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta e a experiência de proteção do sítio histórico de Olinda – PE
Juliana Barreto

Cardápio de atividades, produtos e roteiros das cidades históricas de Minas Gerais
Ana Alcântara

Casa do Patrimônio de João Pessoa – Programa de Educação Patrimonial João Pessoa, minha cidade – PB
Fernando Moura

Casa do Patrimônio de Iguape – SP
Carlos Alberto Pereira Júnior

Criação Guaimbê – Pirenópolis – GO
Daraína Pregnolatto e Rawston Barbosa da Veiga

Curso de formação de jovens condutores: Raízes da Educação Patrimonial – Manaus – AM
Elizabeth Filippini e Maria do Socorro de Oliveira Paiva

Elaboração e implementação do Plano de Reabilitação da Área Central de Amparo – SP
Joana D'Andréa

Gestão da conservação do patrimônio cultural no município de Santana dos Montes – MG
Adriana Paiva de Assis

Gestão do patrimônio cultural de Piracicaba – SP
Marcelo Cachioni

Grupo Fortes Amigos de Fernando de Noronha: experiência de voluntariado – PE
Miriam Cazzetta

Grupo Gestor Mar de Cultura – Paraty – RJ
Maria Bernadete Passos

Inventário do patrimônio cultural da arquidiocese de Belo Horizonte – MG
Mônica Eustáquio Fonseca e Rubem Gomes Pereira

Jogo do patrimônio cultural – PR
Ramon Jose Gusso

Laboratório de restauro – Ouro Preto – MG
Ana Maria Pacheco

Lei do registro do patrimônio vivo do Estado de Pernambuco
Luiz Eduardo Pinheiro

Manual do Usuário de Imóveis Inventariados de Pelotas – RS
Liciane Machado Almeida

Museu Oficina Kuikare – processo de resgate cultural Bakari – MT
Maria Lúcia Franco Pardi e Maria Clara Migliacio

Núcleo de Pesquisa em Direito do Patrimônio Cultural – Ouro Preto – MG
Carlos Magno de Souza Paiva

Oficina Escola de Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ
Sônia Aparecida Nogueira

Oficina Escola de São Luís: semeando a consciência preservacionista e cuidando do patrimônio humano – MA
João Castelo Ribeiro Gonçalves

Onze anos de parcerias – Museu do Oratório/Instituto Cultural Flávio Gutierrez – Ouro Preto – MG
Deise Cavalcanti Lustosa

O patrimônio vivo da minha comunidade: Carimbó patrimônio nosso – PA
Ângela Sánchez Leão

Plano diretor do *campus* do Observatório Nacional e Museu de Astronomia e Ciências Afins – Rio de Janeiro – RJ
Henrique Barandier

Programa estratégico de proteção e promoção do patrimônio cultural de Ribeirão Preto – SP
Adriana Silva e Lilian R. de Oliveira Rosa

Programa de revitalização integrada de Jaguarão – importância e potencialidades para o planejamento territorial em sítio histórico – RS
Alan Dutra de Melo, Andréa da Gama Lima e Maria de Fátima Bento Ribeiro

Projeto de educação patrimonial em Santos – novas experiências – SP
Ana Cristina Martins e Adriana Negreiros Campos

Projeto Oficina Escola de Artes e Ofícios resgatando o patrimônio cultural e a cidadania – Santana de Parnaíba – SP
Turinã Alves Inácio

Restauração do quarteirão dos Trapiches para a implantação do *campus* das artes da Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras – SE
Maria Ione Macedo Sobral

Revisão da legislação urbanística de Ouro Preto – MG
Gabriel Gobbi

Revitalização do centro histórico de Piratini – RS
Maria Beatriz Medeiros Kother

Sertão dá flor: semeando saberes, cultivando saúde – Chapada Gaúcha – MG
Damiana Sousa Campos, Ana Carneiro Cerqueira e Camila Medeiros

Sobral, a preservação do sítio histórico a partir do seu tombamento – CE
Antônio Carlos Campelo Costa, Andrea Nóbrega da Cruz e Maria do Carmo Alves



Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA